

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PEDRO HENRIQUE ISAAC SILVA

O QUE FAZEMOS DO QUE FAZEM DE NÓS:  
TRAJETÓRIAS SOCIAIS E MILITÂNCIA ENTRE OS CATADORES  
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

BRASÍLIA  
2015

PEDRO HENRIQUE ISAAC SILVA

O QUE FAZEMOS DO QUE FAZEM DE NÓS:  
TRAJETÓRIAS SOCIAIS E MILITÂNCIA ENTRE OS CATADORES  
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christiane Girard Ferreira Nunes

BRASÍLIA  
2015

# TERMO DE APROVAÇÃO

PEDRO HENRIQUE ISAAC SILVA

## O QUE FAZEMOS DO QUE FAZEM DE NÓS: TRAJETÓRIAS SOCIAIS E MILITÂNCIA ENTRE OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christiane Girard Ferreira Nunes  
Departamento de Sociologia, UnB

Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes  
Departamento de Sociologia, UnB

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Machado Coelho  
Departamento de Sociologia, UnB

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Penso  
Universidade Católica de Brasília

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ronalda Barreto Silva  
Universidade do Estado da Bahia

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Marise Salles Carvalho  
Departamento de Teoria e Fundamentos, UnB

Brasília, 08 de julho de 2015.

À Selma Maria da Silva (*in memoriam*).

Dedico este trabalho às milhares de catadoras e catadores deste país que, mesmo sendo massacrados cotidianamente em nossa sociedade, realizam seu trabalho com muita dedicação e contribuem para a preservação do nosso planeta.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Capes, pela bolsa de doutorado-sanduíche, que possibilitou meu estágio na França entre os anos de 2013 e 2014.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFB, por ter me concedido o período de afastamento de um ano para que eu pudesse realizar o doutorado-sanduíche no exterior.

À professora Christiane Girard, que tem sido não apenas minha orientadora, mas uma grande amiga. Christiane é uma pessoa de enorme generosidade, sensibilidade e inteligência a quem agradeço por toda aprendizagem que tive ao longo dos últimos quinze anos.

Ao prof. Vincent de Gaulejac, por ter me acolhido tão generosamente no *Laboratoire de Changement Social*, em Paris. Vincent me ajudou a refletir sobre a dimensão existencial de minha pesquisa e teve importância ímpar em minha formação na sociologia clínica.

Aos professores da Universidade de Brasília, que me ajudaram em minha formação e na construção dessa pesquisa, em especial à profa. Lourdes Bandeira, ao prof. Marcelo Rosa, à profa. Sônia Marise Carvalho e ao prof. Brasilmar Ferreira Nunes.

Aos professores da Universidade de Paris VII, especialmente à profa. Florence Giust-Desprairies, com quem pude debater em diversas ocasiões a construção de meu objeto de pesquisa.

Aos meus pais, Glória e Pedro, por todo apoio, carinho e dedicação que foram fundamentais não apenas para a realização desta tese, mas em toda a minha vida. Esta tese também é de vocês.

Aos meus irmãos, Luiz Felipe e João Gabriel, que me ensinam a cada dia o que é o amor fraternal incondicional.

À Priscila, minha esposa, pela compreensão e por todo o apoio sem os quais esta tese não seria realizada. Priscila esteve ao meu lado em todos os momentos nesses quatro anos de doutorado e, com sua ternura, companheirismo e inteligência, permitiu que eu tivesse tranquilidade e força para terminar esta tese. Destaco seu papel inestimável na leitura, nas correções e nas contribuições teóricas e analíticas desta versão final.

Aos meus familiares, minha avó, minhas tias e tios, cunhada e cunhados, minhas primas e primos, pelo apoio, carinho e torcida. Agradeço particularmente a Sueli e Manoel, meus sogros, que me acolheram em sua casa e que me receberam em sua família com tanta afeição.

Aos amigos do doutorado, especialmente Ludmila Gaudad, Mayra Resende, Emerson Rocha, Lauro Stocco, Rafael Alencar e Daniel Kirjner, que estiveram muito próximos ao longo dos quatro anos de doutorado e com quem pude partilhar vários momentos de angústia, sofrimento e alegria regados a cerveja e comida vegetariana.

Aos meus amigos Danielle Braga, Aline Nascimento, José Júnior, Higor Santana, David Cavalcante, Odécio Rossafa e Niro Barrios, pela compreensão e paciência ao longo desses quatro anos. Sei que eles sentiram minha falta nesses últimos tempos.

Aos meus amigos João Francisco, João Paulo, Thaís, Alexandre, Isabela, Jefferson, Amanda e aos tantos outros que compartilham comigo a utopia e a pulsão militante, por manterem acesa a chama revolucionária que nos rejuvenesce e nos dá força para seguir adiante.

Agradeço aos amigos do IFB, muito especialmente à Cândida Alves, que se dispôs a me substituir ao longo de um ano, o que possibilitou minha ida à França. Te devo essa!

Aos técnicos-administrativos da Universidade de Brasília, especialmente à Ana Paula Costa e à Patrícia Rodrigues, e da Universidade de Paris VII, especialmente à Rose Goulancourt, que me ajudaram muito na superação dos desafios burocráticos que fazem parte da vida estudantil.

Aos amigos que fiz na França – Teresa Ropert, Maria Noel, José Horta, Juan Pablo Chaclan, Steeve Jurion, Atenea Morales, Quique Vidal, Jacinthe Hirsch, Andrea Leal, Arthur Saraiva, Noemie Maclet, Jorge Walkin, Bruna Pinto e Sandra Autuori –, pessoas maravilhosas que tornaram minha estada em Paris mais prazerosa e que fizeram que de lá eu sinta saudades até hoje.

Agradeço ao meu amigo Illimani de Moura, pelo brilhante trabalho de tradução da versão francesa desta tese, pelos comentários que ajudaram no aperfeiçoamento da versão brasileira e por sua amizade.

Às catadoras e catadores com quem tenho compartilhado esta caminhada intelectual e de militância, particularmente àqueles de Brasília, da Rede Centcoop-DF, que me ensinaram tanto ao longo dos últimos 10 anos e que me acolheram tão carinhosamente em seu meio. Esta pesquisa não teria sido possível sem os laços de amizade e de confiança que tenho com essas pessoas tão caras a mim.

Agradeço especialmente aos catadores que se dispuseram a participar desta pesquisa e que abriram as portas de sua vida para mim com a maior generosidade do mundo. Infelizmente, por razões de confidencialidade, não posso citar seus nomes aqui. Não há palavras suficientemente fortes para descrever minha gratidão a vocês.

## RESUMO

Os catadores de materiais recicláveis vêm se constituindo como uma importante categoria de trabalhadores no Brasil. Isso se dá em decorrência não apenas do aumento da importância econômica e ambiental de suas atividades, mas também em função de sua recente organização em cooperativas, associações e em um movimento social de âmbito nacional, conhecido como Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Esta pesquisa busca compreender a dinâmica de engajamento militante entre os catadores de materiais recicláveis que fazem parte do MNCR. Para tanto, utilizando a abordagem da Sociologia Clínica, buscamos compreender as trajetórias sociais de catadores militantes a partir dos relatos biográficos desses sujeitos. A Sociologia Clínica defende que os fenômenos sociais devem ser compreendidos a partir de uma análise que considere o sujeito a partir de suas múltiplas dimensões: social, existencial e reflexiva. As narrativas mostraram que diversos fatores psíquicos e sociais atuaram no sentido de possibilitar o engajamento militante. Por um lado, mostramos que o engajamento militante proporciona a ascensão social a partir da utilização dos recursos disponíveis para os catadores. Por outro, verificamos que esta ascensão por meio da militância permite conciliar o desejo de satisfação do ideal de ego e do superego, instâncias normalmente conflituosas em processos de ascensão social. Além disso, identificamos que o engajamento militante possibilita a construção de uma identidade coletiva que ressignifica as experiências de invalidação social às quais essas pessoas são submetidas constantemente.

Palavras-chave: catadores de materiais recicláveis, sociologia clínica, militância, movimentos sociais

## **ABSTRACT**

The waste pickers are an important category of workers in Brazil nowadays. It happens as a result not only of increasing economic and environmental importance of their activities, but also due to its recent organization in cooperatives, associations and a social movement nationwide, known as National Movement of Recyclable Pickers – MNCR. This research seeks to understand the dynamics of militant engagement among the waste pickers engaged in MNCR. To this purpose, using the approach of Clinical Sociology, this thesis aims to understand the social trajectories of militant waste pickers considering their biographical narratives. Clinical Sociology argues that social phenomenon must be understood according to an analysis that considers the subject and its multiple dimensions: social, existential and reflective. The narratives showed that many psychological and social factors acted to enable the militant engagement. On the one hand, we show that the militant engagement provides available resources to the waste pickers for upward social mobility. On the other, we see this upward mobility by militancy enables to reconcile the ideal of ego and the superego, usually conflicting psychical instances in social mobility processes. In addition, we found that the militant engagement enables the construction of a collective identity that reframes the experiences of social invalidation.

Keywords: waste pickers, clinical sociology, militancy, social movements



## RESUMÉ

Les collecteurs de matériaux recyclables sont en train de se constituer une importante catégorie de travailleurs brésiliens. Cela est une conséquence non seulement de l'augmentation de l'importance économique et environnementale de ses activités, mais aussi de sa récente organisation en coopératives, associations et dans un mouvement social de niveau national, connu comme le Mouvement National de Collecteurs de Matériaux Recyclables – MNCR. Cette recherche a pour objectif la compréhension de la dynamique d'engagement militant parmi les collecteurs de matériaux recyclables qui intègrent le MNCR. Pour cette tâche, tout en utilisant l'approche de la sociologie clinique, nous cherchons la compréhension des trajectoires sociales des collecteurs militants en ayant comme point de départ les récits biographiques de ces sujets. La sociologie clinique défend que les phénomènes sociaux doivent être compris par une analyse qui considère le sujet dans ses multiples dimensions : sociale, existentielle et réflexive. Les récits ont montré que divers facteurs psychiques et sociaux ont agi pour faire possible l'engagement militant. D'un côté, nous avons démontré que l'engagement militant permet l'ascension sociale basée sur l'utilisation des ressources disponibles pour les collecteurs. De l'autre, nous avons observé que cette ascension grâce au militantisme permet la conciliation du désir de satisfaction de l'Idéal du Moi et celui du Surmoi, instances psychiques normalement en conflit dans les processus d'ascension sociale. Nous avons aussi observé que l'engagement militant a permis la construction d'une identité collective que resignifie les expériences d'invalidation sociale auxquelles ces personnes sont souvent soumises.

Mots-clés : collecteurs de matériaux recyclables, chiffonniers, sociologie clinique, militantisme, mouvement social

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. Memorial.....	19
3. As origens históricas dos catadores de materiais recicláveis e do movimento de catadores no Brasil .....	26
3.1. Uma breve história do lixo .....	27
3.2. Os catadores através dos tempos .....	29
3.3. Os catadores no Brasil ao longo do século XIX .....	37
3.4. A catação nos EUA e na França no século XX .....	39
3.5. A questão urbana no Brasil.....	42
3.6. A emergência dos movimentos sociais urbanos .....	47
3.7. O surgimento do movimento de catadores no Brasil.....	52
4. Aspectos econômicos e políticos da coleta e reciclagem de lixo no Brasil .....	57
4.1. A questão do lixo na nossa sociedade.....	58
4.2. Mercado dos serviços de limpeza pública.....	67
4.3. Mercado de reciclagem .....	70
5. O Movimento e o engajamento militante .....	77
5.1. Hermenêutica do Movimento .....	80
5.2. O engajamento militante .....	90
6. Por uma sociologia clínica do sujeito .....	98
6.1. Genealogia do campo.....	98
6.2. O sujeito entre o assujeitamento e a subjetivação .....	103
6.3. O sujeito face às pulsões e à socialização .....	111
7. Metodologia .....	120
7.1. Sobre a implicação do pesquisador .....	122
7.2. A escolha dos entrevistados .....	127
7.3. Alguns aspectos das narrativas de vida.....	130
7.4. Os procedimentos de coleta de dados.....	133
7.5. A análise dos dados .....	134
8. Narrativas de vida.....	138
8.1. Vagner.....	138
8.2. Fausto .....	151
8.3. Diana .....	166
8.4. Tião .....	178
9. Conclusão.....	199
Bibliografia.....	214

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Le chiffonnier-ferrailleur - Cris de Paris. Anônimo (Séc. XVI). .....	30
Figura 2. Le chiffonnier. Edouard Manet (1869). .....	33
Figura 3. The yankee pedlar: A recent sketch in Vermont. USA. The pictorial world. (1875). .....	36
Figura 4. Processos de transformação do plástico.....	74
Figura 5. Estrutura da cadeia da reciclagem do plástico .....	75
Figura 6. Organograma do MNCR. ....	83
Figura 7. A morte de Marat. Vik Muniz (2008).....	193

## LISTA DE SIGLAS

- ABIPET – Associação Brasileira da Indústria do PET
- ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
- ACAMJG – Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
- ACOBRAZ – Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia
- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- ARIP – Association de Recherche et d'Intervention Psychosociologiques
- ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
- CEB – Comunidade Eclesial de Base
- CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem
- CENTCOOP-DF – Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do DF e Entorno
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana
- COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DEM – Partido Democratas
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
- GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IISC – Institute International de Sociologie Clinique

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LCS – Laboratoire de Changement Social

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OAF – Organização de Auxílio Fraternal

PAC – Projeto Alternativo Comunitário

PET – Politereftalato de etileno

PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil

PPP – Parceria Público-Privada

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RISC – Rede Internacional de Sociologia Clínica

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária

SLU – Serviço de Limpeza Urbana

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

## 1. Introdução

O importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós.

*Jean-Paul Sartre*

Os catadores de materiais recicláveis vêm se constituindo, atualmente, como uma importante categoria de trabalhadores no Brasil. Sua ascensão social não deve ser vista apenas em decorrência do aumento da importância econômica e ambiental de suas atividades, mas também em função de sua crescente organização em cooperativas, associações e, mais recentemente, em um movimento social de âmbito nacional conhecido como Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Tal como outros movimentos sociais que se formaram no Brasil a partir dos anos 1970 e 1980, o MNCR é um movimento de trabalhadores pobres que busca superar a situação de exclusão social, articular-se com o poder público e lutar contra a exploração do grande capital. Por outro lado, o MNCR também tem como bandeira de luta a organização autogestionária do trabalho e a valorização identitária dos catadores de materiais recicláveis.

Apesar de o movimento de catadores no Brasil existir há poucas décadas, a catação de materiais recicláveis não é recente no país. Para compreender as origens do movimento de catadores no Brasil e como ele se tornou importante ator político e econômico na gestão de resíduos sólidos, é mister procurar as raízes históricas de sua organização, bem como compreender as transformações sociais que, em um primeiro momento, permitiram o aparecimento dessa classe de trabalhadores e, posteriormente, possibilitaram sua organização política e econômica. A catação é uma atividade presente em diversos momentos da história humana e em várias sociedades, ganhando importância nas sociedades capitalistas contemporâneas, especialmente após a Revolução Industrial. Nos Estados

Unidos e na França os catadores são atores importantes na indústria da reciclagem que já existia no século XIX. No Brasil, encontramos relatos e documentos acerca de catadores de materiais recicláveis desde a década de 1950, mas sua importância e presença na sociedade aumentam a partir das décadas de 1980 e 1990, quando começam a se formar as primeiras organizações autogestionárias de catadores.

Atualmente, no Brasil, estima-se que existam cerca de 800 mil catadores, sendo que a maioria trabalha de forma autônoma. Aproximadamente 70 mil estão organizados em cooperativas e associações. Esses catadores, em grande parte, são pessoas que vivenciam diversas situações em que sua dignidade é ferida, em que sua própria humanidade é negada. Ao associar os catadores com o lixo e marginalizá-los, tratando-os como vagabundos, bandidos, inúteis, a sociedade está, na verdade, invalidando-os socialmente. Aliás, para começar, essa visão de que os catadores catam lixo é o primeiro elemento que mostra o quanto nosso olhar é estigmatizante. Os catadores não catam lixo, nos dizem os militantes, mas materiais recicláveis. O lixo, eles não querem. O que lhes interessam são os materiais que podem ser recuperados e transformados em matéria-prima para a indústria. Por isso, eles não se denominam catadores de lixo, mas catadores de materiais recicláveis.

Além de tentar modificar essa visão discriminatória da sociedade, o movimento de catadores atua na luta por melhores condições de trabalho e, principalmente, pelo reconhecimento dos serviços que eles prestam à sociedade. Para tanto, exigem que as prefeituras paguem a eles pelo tratamento que fazem dos resíduos sólidos urbanos e lutam pela melhoria dos preços no mercado da reciclagem. Essa luta exige militantes envolvidos e capazes de circularem, compreenderem e atuarem nos espaços de mercado e de negociação com o poder público. A militância requer do indivíduo engajado um conjunto de disposições e de capitais que possibilitem a conquista de benefícios coletivos.

O militante é, pois, um indivíduo politicamente habilidoso que encarna a luta e que se dedica “de corpo e alma” à sua classe. É uma liderança, daquelas que nos inspira e nos faz acreditar em uma nova utopia, que nos defende de

nossos adversários e que consegue vitórias que nos beneficiam a todos. Ele – ou ela – pode até ser tudo isso. Mas é muito mais. É um ser humano, com uma história singular, seus demônios, suas fraquezas, seus segredos, suas aspirações, seus desejos. Ele é produto e produtor de uma história, ou melhor, ele é ator de uma história da qual ele busca ser coautor. Ele torna-se sujeito a partir de uma dinâmica de assujeitamento e de subjetivação que, como afirma Vincent de Gaulejac, possui múltiplas dimensões.

É sujeito em sua dimensão inconsciente, onde se encontram seus desejos, pulsões e fantasias. É sujeito em sua dimensão reflexiva, no sentido de que também é um ser consciente, racional, que se autoriza a pensar, crer e refletir acerca de si e do mundo que o cerca. É também sujeito em sua dimensão social, confrontado que é pelas injunções externas da sociedade, pelas coerções, pelos valores, pelas normas e ditames que lhe são incorporados pelo processo de socialização. E é, por fim, sujeito na dimensão da ação, onde vemos a força autoral do indivíduo, a partir de suas ações concretas no mundo.

Essas quatro dimensões, descritas por Gaulejac (2009) se unem para formarem o sujeito, ou seja, o ser humano que é produto da sociedade, que deseja, que pensa e que age. Ao conceber o ser humano a partir dessa visão multidimensional, conseguimos vê-lo em sua complexidade, o que nos permite, também, melhor compreender a sociedade.

Sartre afirmava que o ser humano é um ser de liberdade, enquanto que Bourdieu focou a socialização e a incorporação do social na constituição do ser humano. Cada um, em sua ênfase, demonstrou uma faceta do que é ser humano em nosso mundo. O que buscaremos, nessa pesquisa, é mostrar algumas facetas encontradas em alguns dentre tantos militantes do movimento de catadores no Brasil.

Esta pesquisa busca compreender a dinâmica de engajamento militante entre os catadores de materiais recicláveis que fazem parte do MNCR. Para tanto, utilizando a abordagem da sociologia clínica, buscaremos compreender as trajetórias sociais de catadores militantes a partir dos relatos biográficos desses sujeitos. A sociologia clínica defende que os fenômenos sociais devem ser compreendidos a partir de uma análise que leve em conta as



dimensões do assujeitamento e da subjetivação, não negligenciando o papel da socialização e das pulsões, da racionalidade e dos desejos como fatores determinantes da ação humana. Nesse sentido, pretendemos compreender os fatores sociais e psíquicos que levam os catadores ao engajamento militante.

Ao tratar das relações que se estabelecem entre o psíquico e o social nas experiências do sujeito, temos que levar em conta a existência do encontro entre situações objetivas e o modo como elas são vividas subjetivamente. As diversas situações com que nos defrontamos ao longo de nossa vida acontecem tanto no domínio da interioridade, do intrapsíquico, quanto no domínio da exterioridade. As raízes dos comportamentos tanto podem ser inconscientes quanto da ordem da socialização. Segundo Gaulejac,

Há uma dialética entre as situações às quais o indivíduo é confrontado, o que lhe acontece do exterior, e os modos como reage em função de sua 'vida interior'. A análise do romance familiar e da trajetória social permite compreender melhor este movimento dialético. (Gaulejac, 2006, p. 34).

A noção de trajetória social é fundamental na sociologia clínica, constituindo-se como principal elemento desse estudo. Mas o que é, afinal, trajetória social? Bourdieu, ao criticar a abordagem biográfica ou das histórias de vida, define a trajetória social como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) em um espaço que é ele mesmo um devir, estando sujeito a incessantes transformações.” (Bourdieu, 1986). A trajetória da qual fala Bourdieu é sempre “social”, no sentido de que a ocupação de posições ocorre no espaço social. O que Bourdieu propõe, ao recusar a ideia de construção de histórias de vida, centradas nos acontecimentos em torno de determinado indivíduo, é abordar a trajetória social a partir da explicação do funcionamento dos diversos espaços sociais nos quais o indivíduo ocupa alguma posição e do modo como esse indivíduo, a partir dessa posição, se relaciona com outros indivíduos ocupantes de outras posições. Para tanto, o sociólogo deve valer-se da análise dos diferentes tipos de capitais e de *habitus* requeridos em cada campo a partir de uma visão sincrônica – que considere o referencial espacial múltiplo e a possibilidade de

conversão de diferentes tipos de capitais – e diacrônica – que considere a dimensão temporal das relações.

Michel Legrand (1993) nota que a trajetória social individual se inscreve em uma trajetória social coletiva, aquela do grupo social ao qual o indivíduo pertence pela mediação familiar, de modo que, para tomar conhecimento de tal trajetória individual, deve-se antes reinseri-la na trajetória familiar. Na visão de Legrand, a análise sociológica não pode prescindir da compreensão de como se desenrolam as relações familiares. Entre a trajetória de classe, ou da fração de classe, e a trajetória do indivíduo, se insinuará, a título de trajetória mediadora, a trajetória familiar, ela mesma trajetória coletiva, porque trajetória de um grupo. A trajetória familiar é a trajetória de um microcoletivo, que se encontra ao alcance dos indivíduos e se situa mais próximo do enraizamento social concreto. (Legrand, 1993, p. 60) Nesse sentido, Legrand defende a utilização da ferramenta genealógica, ou seja, que seja feita uma reconstituição da trajetória familiar que remeta a pessoas de duas ou três gerações anteriores.

Ao analisar algumas trajetórias familiares utilizando os conceitos de Bourdieu, Legrand afirma que se consegue explicar a maneira como ocorrem os movimentos de ascensão, reprodução e descenso social, mostrando como se dão os investimentos em diferentes tipos de capital, os mecanismos de conversão de um capital em outro, qual o papel do *habitus*, como as regras do campo influenciam. Enfim, como ocorrem as mudanças no interior de um grupo social específico. No entanto, diversos autores, como Bernard Lahire, François Dubet e Michel Legrand, notam que tal análise não dá conta de explicar, por si só, as singularidades dentro da trajetória familiar. Por que, na família, alguns ascenderam e outros não? O que motivou as escolhas dos indivíduos que os fez investir e converter seus capitais de maneira diferente uns dos outros?

Sartre diria que, para entender essa singularidade, não basta analisar as injunções e coerções externas, nem mesmo o social incorporado, mas a maneira como o indivíduo lida com tais injunções e coerções. Em outras palavras, *o que importa não é o que fazem de nós, mas o que fazemos do que fazem de nós*. E as trajetórias sociais dos sujeitos participantes dessa pesquisa mostram maneiras bastante particulares de lidar com o que fazem deles. Como

já foi dito, os catadores são pessoas que, ao longo de sua história, sofrem com processos de invalidação social e o engajamento militante é o modo que encontraram para lidar com essa invalidação. E isso, a nosso ver, não é algo banal. Afinal, como veremos, a atividade de catação é bastante antiga e o processo de invalidação também. Em alguns países, os catadores praticamente deixaram de existir, mas, no Brasil, a partir dos últimos anos, eles organizaram-se e iniciaram a construção de um movimento social de âmbito nacional. Eles têm conseguido construir uma identidade coletiva que se contrapõe a esse processo de invalidação e têm obtido algumas vitórias importantes no campo político e econômico.

Como isso tem acontecido? Quais as razões para que o movimento de catadores apareça justamente agora no Brasil? Como se constitui o campo de luta desse movimento? De que maneira essas pessoas, vindas de situações de miséria e alvos de estigmatização, tornam-se militantes? Quais são os fatores sociais e psíquicos que contribuem para o engajamento militante?

Essas são algumas das questões que orientaram esta pesquisa e às quais buscarei responder ao longo desse estudo. Elas constituíram, ao longo dos últimos quatro anos – provavelmente desde antes –, minhas principais preocupações sociológicas e existenciais. Não podemos negligenciar a força que um tema ou objeto de estudo possui sobre uma pessoa que se dedica a estudá-lo por alguns anos. Uma pesquisa dessa natureza exige grande interesse, dispêndio de energia e disponibilidade de tempo para realizá-la. E, nesse sentido, ela nos implica de alguma maneira. Além dos interesses puramente intelectuais – se é que eles existem – há uma dimensão existencial na pesquisa que raramente se manifesta de forma expressa pelo seu autor. E é isso que tentarei fazer brevemente a seguir.

## 2. Memorial

Eu nasci em Brasília no final de março de 1983. Sou o mais velho de três irmãos. Meu pai, Pedro, formado em engenharia mecânica alguns anos antes, havia começado a trabalhar há menos de um ano na Polícia Civil do Distrito Federal, como perito criminal. Como vários outros habitantes do DF, meu pai saiu de sua cidade-natal, Petrópolis – cidade serrana do estado do Rio de Janeiro –, para trabalhar como servidor público na capital do país. Minha mãe, Glória, ao ficar grávida de mim, interrompeu sua trajetória de estudos e trabalho para poder acompanhar meu pai em Brasília e cuidar do filho recém-nascido. Minha mãe trabalhava até então como professora do ensino fundamental e lecionava em uma escola voltada para estudantes com deficiência intelectual.

Meus avós paternos, Francisco e Maria, vinham do interior do Nordeste, minha avó da cidade de Capela, no interior do estado de Sergipe, e meu avô do interior do Ceará, acredito que de Juazeiro do Norte ou de algum lugar próximo. Eles se conheceram no Rio de Janeiro, para onde migraram no início de sua vida adulta. Minha avó trabalhou como empregada doméstica no Rio e depois como costureira. A história que sei de meu avô é que ele chegou ao Rio analfabeto e sem saber seu sobrenome. Ao se alistar no exército, como não sabia o sobrenome, lhe deram o sobrenome Silva, bastante comum no Brasil. Esse fato é importante, pois a falta de sobrenome legítimo da parte da família de meu pai sempre me causou certa rejeição ao “Silva”, fazendo com que eu preferisse o sobrenome da família de minha mãe. Não cheguei a conhecer meu avô, que morreu antes do meu nascimento, mas lembro-me de meu pai dizer que, apesar da falta de estudos e de ter chegado ao Rio analfabeto, meu avô gostava muito de ler jornal.

Meus avós maternos, Humberto e Carmem, nasceram no Rio de Janeiro. Meu avô era filho de um imigrante egípcio, que veio para o Brasil no início do século XX, e de uma imigrante alemã. Eles se conheceram no Brasil. O pai de meu avô Humberto foi comerciante e enriqueceu no Brasil, tendo deixado de herança para cada um dos nove filhos alguma empresa. Humberto ficou com um posto de gasolina. Após esse posto de gasolina, meu avô foi

proprietário de uma padaria, um restaurante e uma pequena fábrica de batatas-fritas. No entanto, ao fim da vida, Humberto tinha “quebrado” como empresário, vivendo o resto de seus dias com sua aposentadoria, ajuda dos filhos e na casa que os sogros tinham deixado de herança para minha avó. Minha avó Carmem ficou cega em sua juventude, depois do segundo ou terceiro filho. Por conta da deficiência visual, jamais chegou a exercer alguma profissão. Seu pai era gerente de loja no Rio de Janeiro e sua mãe, dona de casa. Teve apenas mais um irmão, que era formado em história e era politicamente de direita.

Meus avós maternos vêm da classe média urbana do Rio de Janeiro. Meus avós paternos eram migrantes nordestinos que foram para essa cidade, então capital do Brasil, tentar melhorar de vida. Por incrível que pareça, Maria e Francisco, retirantes nordestinos, deram maior importância aos estudos de seus filhos do que Humberto e Carmem. Meu pai foi o quarto filho de cinco irmãos. Destes, ele e suas duas irmãs fizeram curso superior, diferentemente de seus outros dois irmãos: o primogênito começou o curso de Direito e abandonou, e o mais novo nunca quis estudar. Nenhum dos irmãos da minha mãe cursou nível superior. Minha mãe, se não me engano, foi a única dos sete filhos que terminou o Ensino Médio, tornando-se professora por ter feito o curso de “normalista”. Provavelmente, para meus avós paternos, que nasceram pobres, os estudos representavam a única maneira de ascensão social, enquanto que, para meus avós maternos, o empreendedorismo era uma opção mais palpável e rentável.

Voltando aos meus pais. Meu pai formou-se em engenharia mecânica, mas o Brasil passava nos anos 1980 por uma séria crise econômica e meu pai não conseguia emprego. Ficou alguns anos desempregado, trabalhando precariamente em atividades de baixa qualificação. Tentou o concurso público para perito criminal da Polícia Civil do Distrito Federal e foi aprovado. Ele e minha mãe se casaram e foram morar em Brasília, onde já moravam as duas irmãs de meu pai, ambas funcionárias públicas. Minha mãe parou de estudar quando ficou grávida de mim, retornando aos estudos alguns anos depois. Apesar de ter concluído o Ensino Médio Normal, não chegou a exercer a profissão de professora após o casamento, tendo optado por dedicar-se aos cuidados dos filhos pequenos e ao trabalho doméstico.

Meus pais priorizaram os estudos de seus filhos, fazendo grande esforço para que estudássemos em uma boa escola, o que significa, no Brasil, escola privada. Eu sempre fui bom aluno. Estudei em uma escola católica, mas até os 14 anos de idade religião significava pouca coisa pra mim. Durante a adolescência, passei a frequentar uma igreja salesiana em um bairro popular de Brasília. Lá, formei um grupo de amigos e descobri o cristianismo, menos como um conjunto de dogmas e restrições e mais como um espaço de partilha e de vivência em comunhão – espiritualmente pouco profunda, é verdade, mas suficiente para satisfazer as necessidades de um adolescente em busca de aceitação e de uma vida social intensa.

Apesar disso, aos 17 anos, iniciei o curso de sociologia na Universidade de Brasília e os questionamentos a respeito da Igreja começaram a se multiplicar. Como passei a não encontrar mais respostas para meus questionamentos existenciais dentro da Igreja, fui me afastando. Algo que me fez olhar de forma diferente para o catolicismo e para minhas experiências religiosas foi a leitura da autobiografia de Mohandas K. Gandhi, que me marcou por ver a possibilidade de viver a experiência religiosa sem as amarrações de dogmas anacrônicos e buscando o “essencial” de cada religião, especialmente a noção de solidariedade e de amor ao próximo. A partir daí, passei a procurar experiências cristãs alternativas, me aproximando da Teologia da Libertação, corrente de esquerda da igreja católica particularmente forte na América Latina e no Brasil nos anos 1970. Mesmo assim, meu interesse pela religião diminuiu, tornando-se secundário em minha vida.

A partir da minha entrada na universidade, a política passou a ganhar uma dimensão realmente importante. Na verdade, ao longo da graduação, a atuação política acabava concorrendo com minhas obrigações e interesses estudantis. Participava de um programa de bolsas universitárias que reunia um grupo de bons estudantes cujos objetivos eram melhorar o nível da graduação e aprofundar o conhecimento em determinadas áreas da sociologia. Era basicamente um grupo de estudos formados por um professor tutor e um conjunto de estudantes com alto rendimento escolar. Para participar desse grupo, eu deveria manter boas notas. Participar do movimento estudantil deveria ser, portanto, secundário. A participação em movimento estudantil não

era muito bem vista por meu pai. Ele achava que isso poderia atrapalhar meus estudos. Mas eu queria ir contra a prescrição paterna, queria provar justamente o contrário, que essa participação não me atrapalharia. Mas uma interdição parental facilmente se incorpora, ela se assenta no nível do inconsciente, e, comigo, não foi diferente. Eis o paradoxo que estava posto na minha relação com a atuação política na universidade.

Apesar do aviso de meu pai, a participação no movimento estudantil modificou minha vida, me colocando em contato com os catadores de materiais recicláveis, com os quais trabalho até hoje. Meu primeiro contato com os catadores foi em 2002, ainda estudante universitário, após a organização de uma campanha de arrecadação de alimentos que realizamos na Universidade de Brasília antes do período de Natal. Aquela realidade realmente me impressionou, pois foi meu primeiro contato real com a realidade da pobreza extrema. Nessa época, cursava Sociologia do Trabalho com a profa. Christiane Girard. Dentre os temas estudados, um me chamou a atenção por seu vínculo com aquela realidade dos catadores: a economia solidária. Falei com ela a sobre meu interesse a respeito dos catadores e ela aceitou orientar minha monografia de graduação.

A partir dessa experiência, passei a pesquisar o cooperativismo, os catadores e a economia solidária, tendo concluído minha graduação com uma monografia sobre o tema. Em seguida, em 2005, entrei no mestrado. No segundo ano do mestrado, por conta da minha experiência com o tema, fui convidado para trabalhar na recém-criada Incubadora Social e Solidária, órgão da Universidade de Brasília que assessorava empreendimentos econômicos solidários. Meu trabalho inicial era como assessor técnico na organização dos empreendimentos, mas, em poucos meses, me tornei coordenador da Incubadora. Como coordenador, busquei aproximar a Incubadora das cooperativas de catadores que existiam em Brasília e da recém-criada Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do DF e Entorno – Centcoop-DF. A partir de 2007, a Centcoop-DF tornou-se um dos principais empreendimentos apoiados pela Incubadora. Ainda como coordenador da Incubadora, iniciei os preparativos para o Doutorado e para esta pesquisa.

Na pesquisa da graduação, tratei da relação entre sofrimento e prazer no trabalho dentro de uma cooperativa, utilizando o arcabouço teórico e metodológico da psicodinâmica do trabalho. Nessa pesquisa, percebi a importância do discurso de sustentabilidade ambiental e da cooperação entre os membros da cooperativa como forma de ressignificar o trabalho com o “lixo”. Na dissertação de mestrado, procurei compreender como se dava a dinâmica de reciprocidade dentro de quatro cooperativas, a partir da referência teórica da dádiva, e qual a implicação dessa dinâmica na organização do trabalho, na gestão democrática e na repartição dos ganhos econômicos do empreendimento.

Para o doutorado, inicialmente, quis realizar uma pesquisa sobre a história de construção do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) a partir das histórias de seus militantes. No decorrer do doutorado – até bem pouco tempo atrás, na verdade – a questão que eu acreditava ser meu problema de pesquisa, era saber qual a implicação das trajetórias individuais na construção de um movimento coletivo. Em particular, o que me interessava eram as trajetórias de ascensão social, pelas quais passa a grande maioria dos dirigentes do MNCR, e como se davam os processos de aprendizagem dos novos sistemas de disposições e os conflitos entre diferentes tipos de *habitus*. Para mim, a pesquisa mostraria que as contradições do MNCR e das demais organizações de catadores, ou seja, as diferenças entre o que é defendido enquanto ideal e o que é praticado no cotidiano do movimento, eram decorrentes das próprias trajetórias dos catadores, que saem da situação de exclusão social – que possui determinada exigência de *habitus* requerido – para uma situação de organização social, econômica e política, em que os comportamentos exigidos mudam completamente. Tal diferença entre o *habitus* incorporado e o *habitus* requerido geraria alguns problemas que eu via como “contradições” do movimento.

No entanto, a distância entre o discurso e a prática, entre o ideal e o real, não pode ser visto somente a partir dos diferentes sistemas de disposição requeridos em tempos e espaços diferentes. Isso seria negar as contradições que existem em todos os movimentos sociais, em todos os partidos políticos, em todas as empresas, em todas as famílias, em todas as igrejas, enfim, em



todos os grupos sociais cujos membros não necessariamente saem da situação de “exclusão” para a situação de “inclusão”. Vincent de Gaulejac, meu orientador no estágio doutoral, me chamou a atenção para a armadilha dessa linha de raciocínio. Não que estivesse totalmente equivocado. De fato, ainda acredito que haja elementos interessantes que podem ser analisados a partir de tais reflexões, mas meu problema de pesquisa e minha hipótese deveriam mudar. O interessante é que, ainda assim, durante algum tempo, girei ao redor desse problema, não conseguindo dele sair. E quando o problema está mal formulado, o desenvolvimento da pesquisa, os aportes teóricos e a análise dos dados se tornam muito complicados, quando não inviáveis. Algo na pesquisa me angustiava. E mais angústia eu tinha por não saber sua razão.

A Sociologia Clínica ajudou-me. As mais variadas correntes da sociologia assumem como pressuposto epistemológico a não-neutralidade do conhecimento científico, especialmente das ciências sociais. A neutralidade, por mais que se busque, é uma tarefa jamais completada, tal como no mito grego de Sísifo. Uns mais, outros menos, repetimos nas ciências sociais esse mantra. No entanto, não o levamos muito a sério. O antropólogo Georges Devereux chama a atenção para os aspectos subjetivos existentes nas pesquisas das ciências sociais e para como esses elementos são “esquecidos” nos discursos construídos pelos pesquisadores. Para fundamentar sua análise, ele se utiliza dos conceitos psicanalíticos de transferência e de contra-transferência. O título de seu livro “Da angústia ao método nas ciências do comportamento” é bastante sugestivo. Devereux propõe um processo de autoanálise a fim de clarificar o que na pesquisa é reflexo de questões existenciais do pesquisador. Somente a partir de tal procedimento, fonte de angústia, é que o pesquisador pode se aproximar de uma pretensa objetividade nas ciências sociais. Devereux é um dos precursores da sociologia clínica.

Enfim, para sair da armadilha anteriormente relatada, tive que olhar para mim mesmo, procurar entender o que realmente me motivava na pesquisa e saber quais as questões existenciais que estavam por trás do meu interesse por este objeto em particular. Logo isso ficou claro, meu objetivo era prático: compreender as fontes de “imperfeições” desse movimento social que tanto admirava, ao mesmo tempo em que buscava na “injustiça social”, na situação

de exclusão, uma “desculpa” para condutas pouco admiráveis dos sujeitos em questão. Assim, resolveria uma angústia existencial minha e tentaria dar coerência à minha própria opção militante.

Seguindo essa análise, descobri a mim mesmo como um militante. E ser militante, para mim, não era exatamente uma escolha livre de contradições. No seminário “Trajetória sócio-ideológica e escolhas teóricas” conduzido por Vincent de Gaulejac, tal reflexão apareceu de maneira mais clara. Essas contradições tinham a ver com meu romance familiar, isto é, a relação que tenho com a história e trajetória de minha família, desde meus antepassados mais próximos, no caso meu avô paterno, com a interdição parental que se evidenciou em meus primeiros anos na universidade e com as escolhas profissionais e políticas que fiz. Ser ou não ser militante, eis minha questão. A militância estava “proibida” para mim, era o que meu inconsciente dizia. Ao descobrir isso – e aqui vale ressaltar a exatidão dessa palavra, no sentido de des-cobrir, ou tirar a coberta – percebi o que me fazia girar ao redor de meu problema de pesquisa – e também existencial – sem, todavia, chegar a ele: uma contradição que não conseguia resolver por não conseguir enxergá-la. Perceber tal interdição, contradições e ambivalências em mim mesmo, me fazia sofrer. Como defesa, escondia isso de mim mesmo. Como escondia, não tinha nem mesmo como acessar a fonte dessa angústia. Ao trazer à tona as angústias e refletir sobre elas, por meio da participação nos seminários de implicação oferecidos pelo Laboratoire de Changement Social, da Universidade Paris VII, e pelo Institute International de Sociologie Clinique, em Paris, e por um processo de autoanálise que empreendi ao longo do meu doutorandosuíche, pude, enfim, construir um objeto de pesquisa que me mobilizasse e que fosse relevante do ponto de vista sociológico, tendo clareza de quais são as questões existenciais por detrás de tal objeto.

Desse modo cheguei ao meu problema de pesquisa: Como se dá o processo de engajamento militante entre os catadores de materiais recicláveis? Quais são os aspectos subjetivos e objetivos que influenciam essa opção? A partir da definição desse problema de pesquisa, do material empírico que já possuía e das ferramentas teórico-metodológicas de que dispunha, consegui avançar na pesquisa e, posteriormente, na escrita da tese.

### 3. As origens históricas dos catadores de materiais recicláveis e do movimento de catadores no Brasil

Há o trapeiro que vem movendo a frente inquieta,  
Nos muros a apoiar-se à imitação de um poeta,  
E sem se incomodar com os policiais desdenhosos,  
Abre seu coração em projetos gloriosos.

Ei-lo posto a jurar, ditando lei sublime,  
Exaltando a virtude, abominando o crime,  
E sob firmamento – um pátio de esplendor –  
Embriga-se da luz de seu próprio valor.  
*Charles Baudelaire, O Vinho do Trapeiros*

Os fenômenos sociais não surgem espontaneamente, são frutos de acidentes históricos, mudanças culturais, transformações econômicas, desenvolvimento tecnológico, dentre outros fatores, que se desenrolam em dado período e espaço geográfico. O surgimento do movimento de catadores de materiais recicláveis no Brasil não é diferente. A organização política e econômica de pessoas que possuem como profissão a coleta e a separação dos descartes humanos é algo recente na nossa história. Ainda que seja verificada a existência de catadores em diversos períodos e em vários lugares, sua organização como um movimento social é bastante recente, particularmente forte no contexto latino-americano e também presente em outros países em desenvolvimento.

Para compreender as origens do movimento de catadores no Brasil e a maneira como ele se tornou importante ator político e econômico na gestão de resíduos sólidos, é mister procurar as raízes históricas de sua organização, bem como compreender as transformações sociais que, em um primeiro momento, permitiu o aparecimento dessa classe de trabalhadores e, posteriormente, possibilitou sua organização política e econômica.

Procurar as origens históricas da profissão de catador não é tarefa banal. A informalidade da atividade, presente em diversos momentos históricos, e os estigmas ligados à atividade de manuseio do lixo fizeram com que o trabalho do catador de material reciclável e reaproveitável fosse pouco visível para grande parte dos historiadores. Mesmo os documentos históricos a respeito dos serviços urbanos, particularmente na área de gestão de resíduos

sólidos, possuem poucas referências à figura do catador. Nota-se que, em alguns casos, é mais fácil encontrar referências aos catadores nos arquivos policiais do que em documentos que tratam de saneamento e de limpeza pública (Barles, 2011).

Para compreendermos a origem dos catadores enquanto pessoas que coletam os resíduos recicláveis e reutilizáveis, devemos antes tentar avançar na compreensão do desenvolvimento das atividades de catação e de reaproveitamento desses resíduos. Para isso, é importante saber inicialmente a história desses materiais, desse lixo que se transmuta em objeto reutilizável, reciclável. Contar a história do catador é contar a história do que fazemos com nosso lixo.

### **3.1. Uma breve história do lixo**

As primeiras civilizações humanas produziam lixo. Nos ambientes rurais, o lixo não era problema, mas uma questão a ser resolvida individualmente. Cada domicílio rural cuidava do próprio lixo. Em grande parte, reaproveitava-se o lixo que era gerado, como restos de alimentos humanos que viravam alimentos para os animais ou adubo nas plantações. O material seco descartado (trapos de roupas, madeira, metais, entre outros) também era reaproveitado. A madeira virava lenha, os metais eram novamente fundidos e os trapos eram utilizados em tarefas domésticas ou simplesmente viravam alimento para o fogo. Mesmo nos espaços urbanos, a própria unidade familiar reaproveitava o lixo gerado. Cabe salientar que a geração de lixo até meados do século XVIII era ínfima, se comparado ao que geramos atualmente.

Em Roma, cidade que no século I chegou a ter cerca de um milhão de habitantes, com o adensamento populacional, a eliminação ou reaproveitamento doméstico do lixo tornou-se difícil para grande parte da população. Cadáveres humanos e de animais eram um desafio para os administradores da cidade. Roma construiu cloacas, um sistema de escoamento de águas servidas – esgoto –, para onde se destinava também grande parte dos resíduos sólidos urbanos. Os cadáveres humanos e de

animais, em geral, eram cremados. Os ricos, em cerimônias fúnebres repletas de perfumes e essências aromáticas, e os pobres, por sua vez, eram cremados em locais de incineração em massa ou eram lançados em vazadouros fora dos limites urbanos. (Eigenheer, 2009)

Na Idade Média, com a menor densidade populacional, o lixo voltou a ser uma questão estritamente doméstica. Mesmo nas cidades, as casas dispunham de áreas livres para onde podiam ser destinados os resíduos domésticos, que eram, quase em sua totalidade, orgânicos. As esterqueiras e o fogo eram o destino comum do lixo gerado. No final da Idade Média, com o aumento populacional e a redução das áreas livres, os dejetos humanos passaram a se constituir como problema, uma vez que grande parte da população das cidades não dispunha de espaço e jogava seus dejetos na frente de casa. Para os transeuntes, a prática de se lançar dejetos e lixo defronte às casas era um problema. Até 1372, era permitido em Paris o despejo de água pela janela, depois de se gritar três vezes “Gardez l’eau!”. Presume-se não ser apenas água jogada fora (Eigenheer, 2009). Tal costume também era comum em cidades portuguesas e brasileiras até meados do século XVIII, onde se costumava avisar o lançamento de água por meio do grito: “Água vai!”. Tendo em vista a tendência de as ruas ficarem imundas nessas cidades, portugueses construíam ruas com caimento que permitisse o escoamento das águas, especialmente quando as ruas eram lavadas pelas chuvas, ou mesmo pelo movimento das marés, como em Parati, no estado do Rio de Janeiro.

A partir do fim da Idade Média, começaram a surgir os primeiros serviços de coleta de lixo e de limpeza de vias públicas, atividades essas realizadas por meio de carroças particulares mantidas pela administração da cidade. A primeira cidade europeia a iniciar tais serviços foi Praga (1340), seguida por Paris, Leiden, na Holanda, Colônia, Bruxelas, Viena, Berlim e Londres. Em Londres, a partir de 1666, a organização do serviço de limpeza exigia que cidadãos sorteados ficassem responsáveis pela conservação de áreas da cidade. Tal tarefa, em geral, não era aceita de bom grado e os responsáveis eram chamados de *scavengers*, designação inglesa utilizada hoje para os catadores que trabalham nos lixões. Em outras cidades, a limpeza era

realizada por prisioneiros e, até mesmo, por prostitutas, como ocorria em Berlim nos anos 1620.

A partir do século XVII, começam a surgir as primeiras ideias higienistas e sanitaristas, que defendem a organização de um sistema público de coleta e destinação de resíduos como meio de melhorar a circulação nas cidades e de evitar doenças relacionadas à falta de higiene. No entanto, somente a partir do século XIX, com o surgimento da teoria microbiana, é que tais teorias ganham consistência e passam a ser levadas a sério pelas administrações das cidades. Além disso, com a Revolução Industrial, as cidades se adensam, o consumo das famílias aumenta, a quantidade de lixo produzido cresce e a organização de sistemas públicos de limpeza e de saneamento passa a ser vista como algo imprescindível.

### **3.2. Os catadores através dos tempos**

Catadores de lixo reutilizável ou reciclável estão presentes em nossa sociedade há séculos. Na Roma antiga existiam pessoas que buscavam materiais descartados nas “cloacas” e que ainda poderiam ter alguma utilidade, valor de venda ou de troca. Tais pessoas eram chamados de *canicolae* (EIGENHEER, 2009).

O reaproveitamento de resíduos é algo presente em praticamente toda a história humana, como já foi dito anteriormente. Nas áreas rurais a destinação dos resíduos e seu reaproveitamento eram resolvidos nas unidades domésticas, sendo pouco desenvolvido um mercado de troca ou de coleta por terceiros. Com o adensamento urbano, a impossibilidade de se realizar o reaproveitamento e a eliminação do lixo, várias cidades, ou mesmo domicílios particulares, começaram a pagar a terceiros pela coleta de lixo. Além disso, com o crescimento de manufaturas e de indústrias que necessitavam de algumas matérias-primas oriundas do lixo, como metais, trapos de roupas e ossos, a atividade de coleta de resíduos recicláveis e reutilizáveis passou a ter alguma importância econômica. E aí surgem os primeiros catadores de resíduos recicláveis e reutilizáveis.

Em um dos registros mais antigos desses coletores de resíduos da França, datado do século XVI, um trapeiro-sucateiro é retratado em uma gravura sobre madeira típica do final da Idade Média, chamada “Cris de Paris” – Gritos de Paris –, como um errante que caminha por toda a cidade procurando materiais valiosos entre os resíduos despejados pela mais importante metrópole medieval da França.



Figura 1. Le chiffonnier-ferrailleur - Cris de Paris. Anônimo (Séc. XVI). (Musée historique de l'environnement urbain).

Nota-se na gravura que os objetos carregados pelo homem retratado são trapos e metais, materiais com valor de mercado. Os trapos, os metais e os ossos – de animais, obviamente – tornam-se, desde o fim da Idade Média, resíduos valiosos para a indústria nascente. Desde a Antiguidade, os objetos de metal inutilizados eram reaproveitados, por meio da fundição de novos objetos. Os trapos, desde o século XII na Europa, eram utilizados para a produção de papel. E os ossos eram utilizados para fabricação de sebo, cola e

sabão. (Barles, 2005) No entanto, é somente com o desenvolvimento da indústria, e o conseqüente adensamento das cidades, que a catação de trapos, metais e ossos passa a constituir uma importante atividade econômica.

O trapo de origem vegetal é bastante usado para a fabricação de papel, sendo vertiginoso o crescimento da produção papeleira ao longo do século XIX, não só na França, mas em toda a Europa e também nos Estados Unidos. Na França, a produção de papel passa de 18 mil toneladas/ano em 1812 para 350 mil toneladas/ano em 1900. A importância do trapo é tão grande para essa indústria que, desde 1771, a exportação dessa matéria-prima é proibida na França (Barles, 2011). Nos Estados Unidos, o desenvolvimento do mercado de trapos para a fabricação de papel foi fundamental no processo de independência, uma vez que a publicação de jornais e folhetos, que divulgavam importantes informações a respeito das atividades revolucionárias, necessitava de papel – então já produzido nos Estados Unidos – e de sua matéria-prima, o trapo – cuja parcela considerável ainda era importada. A estocagem de trapos nos domicílios foi até mesmo chamada de “tarefa patriótica”, assim que se iniciou o processo revolucionário de independência dos Estados Unidos (Strasser, 2000).

Enquanto o trapo vegetal possuía apenas um uso, na indústria de papel, o osso animal era utilizado de várias formas. Como já foi dito, a partir do osso poderiam ser fabricados sebo, cola e sabão. Não menos importante era a utilização do osso animal na indústria de alimentos, que utilizavam seus substratos na produção de gelatina, geleias, cremes e caldos “nutritivos”. O osso foi utilizado também, a partir de 1830, na produção de palitos de fósforo. Do “carvão animal”, originado na queima do osso, extraía-se uma substância que servia para clarear o açúcar que se retirava da beterraba, tornando o processo mais rentável. Com o crescimento do consumo de açúcar, especialmente nas grandes cidades, a utilização do carvão animal também cresceu vertiginosamente (Barles, 2011). Nos Estados Unidos, a coleta de ossos e sua utilização na indústria também se desenvolveram bastante ao longo do século XIX. Além de utilizar o osso animal como fonte de fósforo e como carvão animal na indústria de açúcar, destaca-se o setor de fertilizantes



como importante nicho de mercado para os ossos nos Estados Unidos (Strasser, 2000).

Com a demanda crescente da indústria ao longo do século XIX, o mercado de reciclagem se desenvolve, o que permite o crescimento do número de pessoas que trabalham com a coleta e a venda desses materiais. Chamados de *scavengers*, *chiffonniers*<sup>1</sup>, trapeiros, esses catadores são parte importante da cadeia produtiva da reciclagem, mas não são os únicos. Pequenos empreendedores, mascates, sucateiros, industriais e grandes corporações fazem parte desse mercado crescente de reaproveitamento do lixo.

Na França, os trapeiros – *chiffonniers* – tornam-se parte do ambiente urbano, e a atividade de catação desenvolve-se enormemente no século XIX. Em Paris, o departamento de polícia – *Prefecture de Police* – começa a regular a atividade, obrigando o cadastro de trapeiros e o uso de uma medalha de identificação. De acordo com dados do departamento de polícia parisiense, em 1828, havia 1.841 *chiffonniers* cadastrados na capital francesa e em 1872, 11.767.

Originalmente, a atividade de catação é realizada por trapeiros que, usando um grande espeto e um saco (ou cesto), percorrem toda a cidade solitariamente, coletando seus bens preciosos, os descartes recicláveis. Poderiam sair a qualquer hora do dia, mas aqueles que trabalhavam à noite e de madrugada obtinham os maiores ganhos, pois passavam à frente dos outros, coletando materiais mais valiosos. Em geral, não possuíam moradia fixa, dormiam sob as marquises, em frente às portas das igrejas abundantes em Paris, nas calçadas e sob as pontes que cruzam o Sena. Dentre os indesejáveis que habitavam a cidade, os trapeiros, produtos do crescimento da produção industrial e do consumo em massa, confundiam-se com diversos loucos e miseráveis e se distinguiam por encontrar no lixo sua fonte de renda e de insumos necessários à sobrevivência. Ao consumir, trocar ou vender o que encontravam no lixo, os trapeiros seguiam sua vida. Eram tidos como loucos, desvalidos, boêmios, inadaptáveis, indesejáveis.

---

<sup>1</sup> A palavra *chiffonnier* vem de *chiffon*, que significa trapo em francês. Por isso, na língua portuguesa chamamos estes catadores do século XIX e início do século XX de trapeiros.

Esses trapeiros eram objeto de preocupação da polícia, que procurava mantê-los sob estrito controle, mas também tinham a atenção de parte dos intelectuais, artistas e revolucionários franceses do século XIX. Trapeiros são retratados por pintores, como Manet (1869) e Gavarni (1852), são descritos por poetas e escritores, como Charles Baudelaire (*Les fleurs du mal*, 1857) e Victor Hugo (*Les misérables*, 1862), e servem como fonte de inspiração para revolucionários e reformadores sociais, como Le Play (1849-50), que via na figura dos trapeiros “aqueles que abalavam os alicerces dessa sociedade”.



Figura 2. Le chiffonnier. Edouard Manet (1869).  
(The Norton Simon Foundation).

Walter Benjamin nota a importância dos trapeiros naquele momento da segunda metade do século XIX, especialmente em Paris:

Maior número de trapeiros surgiu nas cidades desde que, graças aos novos métodos industriais, os rejeitos ganharam certo valor. Trabalhavam para intermediários e representavam uma espécie de indústria caseira situada na rua. O trapeiro fascinava a sua época. Encantados, os olhares dos primeiros investigadores do pauperismo nele se fixaram com a pergunta muda: “Onde seria alcançado o limite da miséria humana?” Frégier lhe dedica seis páginas do seu *As Classes Perigosas da População*. Le Play fornece para o período de 1849 a 1850, presumivelmente aquele em que nasceu o poema de Baudelaire, o orçamento de um trapeiro parisiense e dependentes.

Naturalmente, o trapeiro não pode ser incluído na boemia. Mas, desde o literato até o conspirador profissional, cada um que pertencesse à boemia podia reencontrar no trapeiro um pedaço de si mesmo. Cada um deles se encontrava, num protesto mais ou menos surdo contra a sociedade, diante de um amanhã mais ou menos precário. Em boa hora, podia simpatizar com aqueles que abalavam os alicerces dessa sociedade. O trapeiro não está sozinho no seu sonho. Acompanham-no camaradas; também à sua volta há o cheiro de barris, e ele também encaneceu em batalhas. (Benjamin, 1989, p. 16)

Para além das visões estigmatizantes ou romantizadas, trapeiros seguiam uma dura rotina diária que podia durar até 18 horas. Muitos viam na atividade uma boa fonte de renda e a possibilidade do trabalho autônomo, sem horário fixo, sem patrão, sem regras. Mas, na verdade, era um trabalho estruturado, especialmente para os que auferiam melhor renda. Havia basicamente três tipos de trapeiros, os que trabalhavam sempre em um mesmo lugar – geralmente em uma ou duas ruas –, os que percorriam toda a cidade em busca do seu material e os que trabalhavam nos locais de despejo dos materiais orgânicos, locais de compostagem de lixo, onde se produzia adubo. Os catadores “fixos” – *placiers* – eram os que tinham maior renda, pois recolhiam os materiais descartados em sua fonte, nas próprias moradias, e criavam um laço de confiança com os moradores e os donos dos imóveis, fazendo até mesmo outros serviços para os senhorios, como a limpeza das áreas comuns dos prédios, ou mesmo dos apartamentos desocupados. Os

catadores ambulantes – *coureurs* – obtinham uma renda menor, ainda variável a depender do horário em que realizavam a coleta, mas tinham maior liberdade de andar por toda a cidade e não precisavam coletar todos os dias no mesmo horário, uma vez que não tinham obrigação com ninguém a não ser consigo. Os catadores dos locais de compostagem – *gadouilleurs* – eram os mais miseráveis, buscavam retirar principalmente os ossos misturados à matéria orgânica, ganhavam menos e trabalhavam durante uma jornada de mais de 14 horas diárias em situação bastante precária (Barles, 2011).

Nos Estados Unidos, a coleta do material reciclável agregou diferentes tipos de pessoas. Com uma mão de obra mais escassa do que na Europa, a coleta de materiais descartados para a indústria estadunidense possuía uma dinâmica diferente da europeia. Entre o fim do século XVIII e meados do século XIX, a figura central na compra e venda de recicláveis eram os mascates – *peddlers* –, vendedores ambulantes de quinquilharias, que percorriam pequenos vilarejos, grandes e médias cidades e a área rural, buscando vender seus produtos, em grande parte panelas e outros objetos metálicos de uso doméstico, e comprando trapos nas casas que visitavam. Carregavam o vagão de trapos enquanto iam descarregando os metais nas casas dos compradores. Vários negócios eram feitos sem necessidade de moeda, trocava-se panela por trapos. A indústria pagava bem por aqueles trapos e o mascate andava com o carro sempre cheio de mercadorias, buscando sempre melhores negócios. As mulheres donas de casa, geralmente responsáveis por receberem os mascates e fazerem a negociação, se organizavam de maneira a preservar seus trapos separados e em boas condições (Strasser, 2000).



Figura 3. The yankee pedlar: A recent sketch in Vermont. USA. The pictorial world. (1875).

A partir da segunda metade do século XIX, além dos mascates, que compravam os materiais e tinham grande importância na área rural, a coleta de materiais recicláveis nos centros urbanos passou a ser realizada principalmente por mulheres e crianças de famílias de imigrantes. Com a escassez de mão de obra e o baixo nível de desemprego nos EUA até a crise de 1929, tal atividade não era atrativa para os homens adultos. Mulheres e crianças participavam de um mercado organizado hierarquicamente, onde os mais frágeis e miseráveis eram a base, homens embrutecidos eram intermediários e grandes industriais ocupavam o topo (Strasser, 2000, p.113). Os negociantes de lixo e pequenos sucateiros geralmente recrutavam, entre as famílias mais pobres, as mulheres e as crianças para coletar os materiais descartados pela população dos grandes centros urbanos. Alguns trabalhavam nas ruas e outros nos lixões. Pequenas firmas pagavam à prefeitura pelo direito de coletar nos lixões, mas colocavam terceiros para fazerem o trabalho de catação. Esses catadores de lixo – *scavengers* – eram os mais miseráveis dentre os catadores norte-americanos do século XIX. Juntamente com os trapeiros – *ragspickers* –, que coletavam nas ruas, os catadores de lixo

tornaram-se os maiores fornecedores de materiais recicláveis para a indústria norte-americana no período.

A atividade de catação nas ruas era bastante malvista pelas autoridades. Era comum que as crianças que realizavam a atividade fossem alvo de acusações de furtos, sendo constantemente perseguidas pelos agentes policiais. Por conta de estarem associados a esse tipo de problema e de sua situação de pobreza, Charles Loring Brace listou os trapeiros entre as “classes perigosas nova-iorquinas” em seu livro *The dangerous classes of New York* (1872).

### **3.3. Os catadores no Brasil ao longo do século XIX**

No século XIX, há poucos registros de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis atuando no Brasil. Ao longo desse século, o Brasil ainda era predominantemente agrário e com poucas indústrias. Por isso, havia pouca demanda por trapos, ossos e outros objetos que pudessem ser reciclados. No entanto, os registros que encontramos referem-se especialmente aos catadores que buscavam no lixo os materiais reutilizáveis, ou seja, que poderiam ser aproveitados diretamente no consumo, e não na indústria, como matéria-prima. Reportagem do *Jornal do Commercio* de 1895 mostra como tais pessoas se organizavam e se faziam presentes em um dos principais locais de despejo de lixo do Rio de Janeiro, então capital da República, no século XIX:

Sabem vosmecês qual a indústria mais curiosa do Rio de Janeiro?

A do lixo, com laboratorio nas ilhas da Sapucaia e do Bom Jesus. Para ali vão todos os residuos da grande Capital. O imenso acervo de lixo já aterrou parte do mar circunvizinho, e ameaça emendar as duas ilhas, transformando-as em um único banco de imundicies accumuladas. Uns officiaes invalidos da patria, que residem na Ilha do Bom Jesus, na face fronteira à da Sapucaia, vendo imminente a invasão daquella estrumeira até à frente de suas casas, resolverão defender-se... a tiro!

Quando os lixeiros se aproximão um pouco, elles agarrão nas carabinas e fazem fogo.

De polvora secca, está visto, mas os lixeiros disparão em todas as direcções, porque estão vem avisados de que a terceira descarga é de bala.

Ri-me a valer, acompanhando as peripecias deste sitio sui generis.

Os lixeiros são todos ilhéos, hespanhóes ou filhos da Galliza.

Explorão aquelle monturo como se explora uma empresa vasta, complicada e rendosa. Uma verdadeira alfandega! São uns quarenta ou cincoenta, muito unidos e amigos, e que do Rio de Janeiro só conhecem a Sapucaia. Dividem entre si, com todo o methodo e ordem, os variados serviços das diversas repartições do lixo.

Tudo alli é aproveitado, renovado, re-utilizado e reventido.

Os viveres deteriorados servem para o sustento da corporação. O rancho é um alpendre, construido no meio da Sapucaia; sobre a mesa figurão as victualhas pescadas naquelle oceano de sujidades e cacos, restos de carne secca, trechos de bacalháo, raspas de goiabada, massas, frutas verdoengas ou semi-podres, formando tudo um conjuncto esquipatico de manjares que eles devorão como se fosse leitão assado com farofinha.

Só comprão o sal e o party.

Como as moscas enxameão alli em quantidade prodigiosa, a illustre companhia se biparte por accasião das refeições: emquanto uma das turmas está a comer a outra occupa-se em enxotar com grandes abanos os importunos insectos.

E transformação tudo em dinheiro.

Trapos, vendem às fabricas de papel; garrafas, às ditas de cerveja; ferros e metaes, às fundições; folhas de flandres, aos funileiros; cacos de louça e crystaes, às fabricas de vidro.

Só não vendem os viveres deteriorados, com medo do Instituto Sanitario. Comem-nos!

De vez em quando dão sorte, fazendo achados extraordinarios.

Os colxões velhos gozão naquellas paragens de uma reputação miraculosa. Especie de bilhete de loteria, ravidado de alguma sorte grande...

Há muitos avarentos que escondem a bolada em colxões velhos... Há lixeiros enriquecidos pelos colxões...

Esses hespanhóes e ilhéos são muito dóceis, trabalhadores e disciplinados... Vivem satisfeitos e tranuillos, só sahindo da Sapucaia para regressarem à terra, recheiados de libras.

Où le bonheur vat-il se nicher?

Num monturo!!!

(Jornal do Commercio. 5 de janeiro de 1895, *apud* Eigenheer, 2009, p. 114-115)

Há poucos registros históricos sobre catadores e trapeiros no Brasil. Como no país a indústria de papel só foi se desenvolver no século XX<sup>2</sup>, não havia grande demanda por trapos, o que impediu a formação de uma classe ampla de catadores de materiais recicláveis, como na França e nos Estados Unidos. O que notamos no ramo do papel pode ser inferido também no caso dos outros tipos de materiais, pois praticamente todo o parque industrial brasileiro só foi se desenvolver a partir dos anos 1930. Conforme mostra a reportagem acima, os materiais recolhidos pelos catadores no lixão da Ilha de Sapucaia eram, em sua maioria, destinados ao reuso e não à reciclagem.

De fato, a maior parte dos registros a respeito de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis data de meados do século XX. Em 1947, na cidade de Recife, Manuel Bandeira publica o poema “O Bicho”, que trata de pessoas que catam comida no lixo para sobreviver. Ainda em Recife, relatórios municipais citam a existência de catadores desde a década de 1950 no lixão de Água Fria (Alencar, 2008, p. 90-91). Nas principais cidades do país, a partir da segunda metade do século XX, é verificada a aparição, em maior intensidade, de catadores em lixões, principalmente pessoas advindas de movimentos migratórios, saindo do campo, ou de pequenas cidades, para a cidade grande.

### **3.4. A catação nos EUA e na França no século XX**

Ao contrário do Brasil, onde a profissão de catador se desenvolve na segunda metade do século XX, na França, após o auge da atividade dos trapeiros no século XIX, as transformações na indústria e nos serviços de coleta de lixo realizados pelas prefeituras acarretaram um longo processo de perseguição e de esvaziamento da profissão. Por um lado, a indústria de papel passou a substituir os trapos por celulose – vinda dos troncos das árvores –, fazendo desaparecer a indústria de reciclagem de trapos o que,

---

<sup>2</sup> Há registros da construção de uma fábrica de papel no Rio de Janeiro em 1809 e outras em 1837 e em 1841. Tais fábricas logo fecharam as portas. Em 1852, o Barão de Capanema construiu uma fábrica em Petrópolis e se tornou o principal fornecedor de papel no país mantendo-se no mercado até 1861, quando parou de produzir. Devido à importância do papel nas atividades cotidianas de nossa sociedade e à pequena produção nacional, o governo imperial baixou a tarifa de importação do papel. Com a redução da tarifa de importação, o preço do papel importado ficou mais competitivo e inviabilizou a produção no Brasil.



consequentemente, atingiu inequivocamente a atividade de coleta realizada pelos trapeiros. A indústria química também substituiu o fósforo vindo dos ossos de animais por processos químicos mais rentáveis. Tais mudanças não foram imediatas. Durante algumas décadas, coexistiam a produção de papel a partir de trapos e a produção a partir da celulose.

Sucessivas interdições atingiram os catadores de Paris a partir do fim do século XIX. A mudança no processo de coleta de lixo começa na década de 1880 e se aprofunda nos anos 1940. Inicialmente, tais mudanças parecem ser benéficas aos trapeiros parisienses, no entanto, chegadas ao fim, o trabalho deles praticamente desaparece de Paris e de outras cidades francesas.

Com a prerrogativa de evitar sujeira nas ruas, em 1883, a prefeitura cerceia a coleta feita pelos trapeiros e passa a utilizar regras, mão de obra, veículos e equipamentos que tiram dos trapeiros a possibilidade de manipularem o lixo. Primeiramente, restringiu-se o horário em que as pessoas poderiam colocar seu lixo para fora, depois exigiram um tipo específico de lixeira que dificultava o acesso ao lixo, por fim, passaram a utilizar caminhões a diesel, que tornou a coleta muito mais rápida. Tal procedimento reduzia o tempo de os catadores ambulantes coletarem o material antes de o caminhão da coleta passar.

Tais ações fizeram com que os trapeiros de Paris se mobilizassem. Nas negociações com o poder público, os catadores fixos conseguiram autorização para realização da coleta em domicílio antes de o caminhão de lixo passar. Vários trapeiros ambulantes foram contratados para seguirem junto com o caminhão e fazerem uma separação do lixo durante a coleta. E, ainda, a prefeitura montou um galpão de triagem para que trapeiros fizessem a separação do lixo antes de sua destinação final. O lixo de Paris jamais foi tão bem aproveitado quanto no início do século XX, quando esse sistema funciona plenamente. O processo de triagem era realizado em três momentos: antes, durante e depois da coleta. (Barles, 2011).

Essa situação dura três décadas. A partir dos anos 1930, já abalada pela retração da indústria de reciclagem, a atividade de catação volta a ser cerceada, sob o argumento higienista. Em 1946, a catação nas ruas é definitivamente proibida e a coleta de recicláveis é realizada exclusivamente

nas usinas de triagem, sob o comando de empresas contratadas. Desse modo, o processo torna-se bem menos eficaz. Em 1923, haviam sido coletadas 120.000 toneladas de material reciclável em Paris, em 1939, 3.000 toneladas e em 1967, apenas 2.000 toneladas. Com o fim do trabalho dos trapeiros nas ruas de Paris e o índice de reciclagem de menos de 2%, Paris passa a destinar seu lixo para a incineração, um processo mais caro e mais danoso ao meio ambiente.

O desaparecimento dos trapeiros em meados do século XX se deu em decorrência das sucessivas interdições ao trabalho de coleta e de separação nas ruas e da absorção da mão de obra pelas empresas responsáveis pela coleta, tratamento e destinação final dos resíduos. Tal combinação de fatores gerou tanto o fortalecimento das empresas que operavam o sistema de gestão de resíduos sólidos, que passaram a contar com a totalidade do mercado e com a mão de obra especializada dos trapeiros, quanto o desaparecimento dessa categoria de trabalhadores, uma vez que os trapeiros foram substituídos ou transformados em “trabalhadores taylorizados” do serviço de limpeza urbana.

Não é de se admirar que tal processo tenha se dado durante o período conhecido entre os franceses como os “Trinta Gloriosos”, de consolidação da “sociedade salarial” francesa (Castel, 2001). Principalmente a partir do pós-guerra, a consolidação do mercado de trabalho assalariado praticamente universalizou esse tipo de relação de trabalho, chegando a mais de 82% da população economicamente ativa em 1975. Conforme análise de Castel, tal consolidação só se fez possível a partir da reunião de uma série de condições: a separação entre os que trabalhavam efetiva e regularmente e os inativos ou semiativos, a racionalização do processo de trabalho, a ampliação do mercado de consumo a todos os trabalhadores e o acesso a direitos sociais e a serviços públicos. Tais condições se formaram também no setor de serviço de limpeza urbana e de reciclagem, fazendo com que essa categoria de trabalhadores fosse absorvida pela então “irresistível” força de atração da sociedade salarial.

Nos Estados Unidos da América, diferentemente da França, os catadores jamais se consolidaram enquanto classe, conforme já foi dito, pois eram, em sua maioria, mulheres, crianças e imigrantes que realizavam

temporariamente tais atividades. A racionalização do serviço de limpeza, a expulsão desses catadores do manejo dos resíduos sólidos e a absorção desses trabalhadores pelo mercado formal de trabalho ocorreram ainda mais facilmente, não encontrando resistência de classe, uma vez que essa não existia. O que ocorre nos EUA é um reordenamento dos processos pelos quais as empresas conseguem seus materiais recicláveis, que passam a ser adquiridos, em grande parte, pela coleta seletiva institucional, e não apenas pelos catadores. Conforme apontam Snow e Anderson (1998), o trabalho de coleta e separação de materiais recicláveis é visto, mesmo entre a população que vive nas ruas, como degradante, sendo deixada para as parcelas mais miseráveis da população de rua: mendigos e doentes mentais.

Os andarilhos tradicionais e *hippies* e os mendigos *redneck* também catam lixo apenas raramente, e essa, claramente, não é uma forma apreciada de trabalho à sombra. Os mendigos tradicionais e os doentes mentais, por contraste, tendem a catar lixo de modo bastante regular. Trata-se da principal atividade de subsistência dos primeiros e o segundo mais importante meio de sobrevivência dos doentes mentais, depois da assistência pública (Snow; Anderson, 1998, p. 266-267).

Com a escassez de mão de obra para a coleta e separação do material reciclável, torna-se praticamente impossível a formação de uma categoria influente de trabalhadores do lixo, que lute pelo direito e reconhecimento do trabalho.

### **3.5. A questão urbana no Brasil**

No Brasil, ao longo do século XX, as condições de trabalho e de vida dos catadores pouco mudam. Tal situação começa a mudar a partir dos anos 1980, com a organização de cooperativas e associações de catadores. Primeiramente com o apoio e o protagonismo de setores da sociedade civil – principalmente de grupos ligados à Igreja Católica – e depois com a construção de organizações associativas locais, regionais e, a partir da virada do século, de um Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, tais catadores passam a ter influência junto ao poder público, na formulação de

políticas de Saneamento e de Limpeza Pública, e também se constituem como atores imprescindíveis na esfera econômica, na cadeia produtiva da reciclagem de lixo. Para entender os motivos do surgimento das organizações de catadores a partir dos anos 1980 e 1990, devemos analisar, primeiramente, as transformações pelas quais passaram nossas metrópoles nesse período.

A década da redemocratização do Brasil é muitas vezes chamada como a “década perdida”, pois o modelo que permitiu o rápido crescimento econômico do Brasil nas décadas anteriores esgotou-se, facilitando a derrocada do governo militar. A grave situação econômica do país causou grande impacto sobre as grandes cidades nos anos 1980 e 1990. Um exemplo disso é o crescimento do que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chama de “aglomerados subnormais” e que nós conhecemos como favelas. Segundo dados dos censos, em 1980, 1,89% da população brasileira vivia em favelas, em 1991 essa proporção passou para 3,28%. Esses mesmos dados mostram que o crescimento da população que mora nesses “aglomerados subnormais” em uma década foi 70%, maior do que o crescimento da população urbana em geral<sup>3</sup>. O município de São Paulo, o mais populoso do país, é emblemático. Segundo os dados da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município, a população que habita favelas, cerca de 1% em 1973, passa para 8% no final dos anos 1980 e 19,4% em 1993. Um crescimento de 17,8% ao ano.

Outros autores, como Antonio Risério, também apontam tal tendência em São Paulo como algo bastante característico dos anos 1980 e 1990 (Risério, 2012, p. 322). Segundo o autor, dados da Fipe<sup>4</sup> mostram que, em 1980, a população que morava em favelas em São Paulo era calculada em 375 mil pessoas, em 1987 passa para 813 mil e em 1993 eleva-se para 1,9 milhão.

Outras grandes cidades também apresentam grande parcela da população que vive em tais condições. Segundo Maricato (s.d.), 40% da população que mora na Região Metropolitana do Recife, 33% da população

---

<sup>3</sup> Segundo Maricato (s.d.), os dados do IBGE são controversos, devido à metodologia utilizada na medição, mas apresentam uma tendência que outras pesquisas também apontam.

<sup>4</sup> Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973 para apoiar o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

que vive no município de Salvador, 31% da população de Fortaleza, 20% dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro e 20% da população de Belo Horizonte vivem em favelas.

Somando-se à tendência de expansão desses aglomerados urbanos que, segundo Paola Jacques, se caracterizam por reunir uma lógica e uma estética própria, a partir de “um processo espaço-temporal fragmentário, labiríntico e rizomático” (Jacques, 2011), os habitantes das cidades brasileiras enfrentam outros graves problemas. Dentre estes, podemos enumerar três fenômenos que particularmente nos interessam: o crescimento da precarização do trabalho e do desemprego, o alargamento socioespacial da pobreza e o déficit habitacional (Iffly, 2010, p. 254). Tais problemas decorrem, principalmente, da estagnação econômica dos anos 1980.

O aumento da precarização do emprego e o crescimento do desemprego normalmente andam de mãos dadas em períodos de estagnação econômica. Tal situação torna-se emblemática na Região Metropolitana de São Paulo, que atravessou, entre os anos 1980 e 1990, um período de intensa reestruturação produtiva. Tal reestruturação se deveu não só à estagnação econômica do país, que perdurou praticamente toda a década de 1980, mas também às políticas neoliberais que foram implementadas ao longo dos anos 1990. A reestruturação produtiva que, entre outras coisas, implicou no achatamento salarial da classe operária, no crescimento da participação do setor de serviços na economia e em amplo processo de terceirização produtiva, atingiu fortemente tanto as classes médias assalariadas paulistas quanto a parcela mais pobre dos trabalhadores. Pesquisas de Condições de Vida realizadas pela Seade<sup>5</sup> na Região Metropolitana de São Paulo mostram que, em 1994, 43% das famílias tinham uma inserção vulnerável no mercado de trabalho – contra 36% em 1990 – e 35% das pessoas empregadas disseram que estiveram desempregadas em algum momento ao longo dos dois anos anteriores – contra 9% em 1990. Tais dados mostram que a precariedade do

---

<sup>5</sup> Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, fundação vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, é responsável pela produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas do Estado de São Paulo.

trabalho se mostrou bastante presente na vida do trabalhador da Região Metropolitana de São Paulo. (Iffly, 2010, p. 254)

O aumento do desemprego e da precarização do trabalho acaba por gerar o crescimento da pobreza. Segundo os dados da Seade, na Região Metropolitana de São Paulo, em 1994, 47% das famílias se encontravam abaixo da linha da pobreza, do ponto de vista de renda, e 14,5% das famílias estavam em situação de miséria, quando acrescentados, à renda, os critérios de moradia, emprego e escolaridade (Iffly, 2010, p. 254).

Por outro lado, nessas duas décadas a situação de infraestrutura urbana passou por certas melhorias, sendo que alguns serviços praticamente se universalizaram na região metropolitana paulistana, como a coleta de lixo e o abastecimento de energia e de água. O esgotamento sanitário continuou sendo o item de infraestrutura urbana com maior desigualdade de acesso. Não obstante essas melhorias, a moradia continua sendo um grave problema urbano para grande parcela da população. (Iffly, 2010, p. 255)

Nos anos 1980 há uma mudança das tendências geográficas observadas nas grandes cidades, conforme constata Iffly, ao analisar o deslocamento observado na Região Metropolitana de São Paulo:

Por muito tempo o desenvolvimento da cidade se fez por meio do crescimento da periferia: os migrantes iam morar sempre mais longe do centro, muitas vezes construindo eles mesmos suas casas, em lotes desprovidos de qualquer infraestrutura. Esse processo, iniciado nos anos 1930, se acelerou na década de 1960, em razão do rápido crescimento industrial induzido pelos investimentos das multinacionais. Tal esquema caducou nos anos 1980. O crescimento demográfico cai nas zonas limítrofes da cidade, passando de 12,9% por ano, durante a década precedente, para 3,78% entre 1980 e 1987. Por outro lado, enquanto a população das regiões mais centrais permaneceu quase estável nos anos 1960 e 1970, ela aumenta em seguida num ritmo comparável ao das zonas externas (3,63% ao ano). (Iffly, 2010, p. 261-2)

Ao mesmo tempo, com a melhoria urbana que ocorre nas periferias, esses bairros vão se valorizando perante o mercado e expulsando as famílias mais pobres. Como observa Regina Bega dos Santos (2008):

Depois que surgem os primeiros estabelecimentos comerciais e de serviços, para a satisfação das necessidades básicas (padaria, farmácia, açougue, mercado) e que a mobilização dos moradores já pressionou o poder público por infraestrutura e serviços (calçamento de ruas, asfalto, transporte público, redes de abastecimento de água e luz, escolas, postos de saúde etc.), os demais lotes, valorizados com a urbanização ocorrida, são postos à venda. (Santos, 2008, p. 121).

A partir de tal análise, a autora verifica que as políticas habitacionais levadas a cabo pelo Estado, acabaram beneficiando mais uma classe média assalariada do que a parcela mais pobre dos trabalhadores. Uma das causas disso eram as exigências burocráticas para a inscrição em tais programas, que, em geral, excluía os mais pobres, os migrantes, os desempregados e os trabalhadores informais.

O que se percebe na cidade de São Paulo e também em outras capitais do país é uma mudança territorial da pobreza, fazendo com que a população mais pobre seja expulsa da periferia e migre para as regiões centrais da cidade, constituindo o que Risério chama de “enclaves pobres em áreas ‘nobres’” (Risério, 2012, p. 327). Conforme chama atenção Catherine Iffly, há uma diminuição dos estratos mais pobres nas áreas em que esses estratos eram mais presentes dez anos antes, as periferias leste e sul de São Paulo, e um empobrecimento das regiões centrais, o que gerou uma relativa dispersão no espaço urbano dos grupos de baixa renda (Iffly, 2010, p. 259). Segundo a autora, essa “nova geografia da pobreza”, vincula-se às novas tendências demográficas dos anos 1980. Até esse período, o crescimento de São Paulo ocorria de maneira mais intensa nas periferias, em virtude do crescimento industrial induzido pelos investimentos de multinacionais, principalmente a indústria metalúrgica e automotiva. Nos anos 1980, esse sistema “caducou”. O crescimento das zonas periféricas cai de 12,9% ao ano na década de 1970 para 3,79% na década seguinte. Em comparação, a população das regiões mais centrais, praticamente estável entre as décadas de 1960 e 1970, aumenta para 3,63% ao ano na década de 1980. No distrito da Sé, por exemplo, o crescimento populacional nesse período atinge 16% ao ano.

O número de cortiços na região central da cidade também aumentou consideravelmente. Segundo dados da Fipe, 6% da população paulistana vivia em cortiços em 1993. Além disso, apesar da falta de dados confiáveis, percebe-se o aumento considerável do número de sem-teto. Essa parcela da população, que vive na situação da mais extrema pobreza, se encontra principalmente nos centros das cidades. Por outro lado, as ocupações de terrenos irregulares e o crescimento das favelas ocorrem principalmente nas regiões menos centrais, sobretudo nas periferias.

Essa população de rua, seja em São Paulo ou em outras cidades grandes e médias do país, encontra na coleta de resíduos recicláveis sua principal fonte de sobrevivência (Bursztyn, 2000; Rodríguez, 2002; e Furini, 2010). Com o seu aumento, o número de catadores de materiais recicláveis também cresce. De um lado, aumenta o número de catadores que circulam nas ruas do centro da cidade, a exemplo dos trapeiros do séc. XIX, do outro, na periferia da cidade, também cresce o número de catadores que trabalham nos lixões. O aumento do desemprego de longa duração empurra trabalhadores com poucas perspectivas de inserção no mercado formal para o trabalho insalubre existente nos lixões das cidades brasileiras.

Com o apoio de alguns setores da sociedade civil e contra a vontade do Estado, esses catadores vão se organizando em associações e cooperativas e passam a influenciar também, principalmente a partir da “Era Lula” (2003-2010), diversas políticas urbanas, especialmente as políticas de gestão dos resíduos sólidos.

### **3.6. A emergência dos movimentos sociais urbanos**

Os movimentos sociais urbanos que apareceram no final do governo militar tiveram sua gênese nas organizações de bairro que se formaram a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Tais organizações de bairro, juntamente com o novo sindicalismo nascente na Região Metropolitana de São Paulo, cuja gênese também está relacionada às



CEBs e às pastorais operárias organizadas pela Igreja, se mostram como atores políticos importantes no desenvolvimento político ulterior do Brasil.

As organizações de bairro e o novo sindicalismo não apenas aparecem mais ou menos no mesmo período como também estão intimamente ligados. “Muitos operários, antes de se engajarem no movimento sindical, participaram de lutas nos bairros, bem como muitas vezes era no local de moradia que se organiza o movimento que ia ser deflagrado na fábrica” (Santos, 2008, p. 94).

Os moradores das periferias urbanas foram se organizando em torno de um conjunto amplo de reivindicações por melhorias urbanas, transporte público, contra o custo de vida, regularização fundiária etc.. Essas reivindicações estão ligadas à questão do direito à cidade. A partir de uma realidade que expulsava as camadas populares para as periferias, que não contavam com serviços básicos de saúde, transporte, educação e infraestrutura urbana, as organizações de bairro se tornam os principais agentes mobilizadores da população e provocadores do poder público para que as melhorias fossem realizadas na periferia.

A partir de 1979, são organizados grandes movimentos grevistas no país inteiro, com destaque para as greves do ABCD paulista que em 1979 durou 79 dias e envolveu 240 mil operários e em 1980 alcançou 38 municípios, envolveu 325 mil operários e cujas assembleias em um estádio de futebol na cidade de São Bernardo do Campo reunia de 40 a 60 mil trabalhadores. Depois dessas grandes mobilizações, os movimentos grevistas arrefeceram. No entanto, haviam deixado sua marca, possibilitando a organização dos trabalhadores em uma grande central sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a criação de um grande partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), que reunia não apenas os trabalhadores sindicalistas, mas também representantes de outros movimentos sociais urbanos e do campo, intelectuais de esquerda e grande parte dos participantes das Comunidades Eclesiais de Base.

Com as mudanças ocorridas na década de 1980, com a estagnação econômica e reestruturação produtiva das principais empresas e multinacionais presentes no país e a mudança na geografia da pobreza das grandes cidades – descritas no tópico anterior –, os movimentos sociais urbanos – incluindo o

movimento sindical – perderam força, ou melhor, mudaram sua forma de atuação.

Vale aqui destacar o papel da Igreja Católica ao longo desse processo. Até o final dos anos 1970, as Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base foram o principal meio de inserção social da Igreja no país. Os movimentos de bairro nasceram das CEBs, a Comissão Justiça e Paz nasceu de iniciativa da Arquidiocese de São Paulo, sob direção de Dom Paulo Evaristo Arns, e as Pastorais Operárias tiveram grande importância na consolidação do novo sindicalismo que se formava na região do ABCD paulista.

A arquidiocese paulista construiu, nos anos 1970, uma territorialidade que priorizava as camadas pobres da população. As CEBs e as pastorais operárias estavam localizadas na periferia de São Paulo. A estrutura da Igreja saiu da atuação estritamente paroquial, se descentralizou e tornou-se mais presente na periferia (Iffly, 2010). Importante frisar também o papel de destaque que religiosos (freiras e frades) e leigos passaram a desempenhar na atuação da Igreja. De fato, a Igreja Católica, não apenas no Brasil, mas em praticamente toda a América Latina, após o Concílio Vaticano II, passa a ter uma atuação diferenciada na arena política, tornando-se defensora de pautas progressistas e anticapitalistas.

A ação da Igreja Católica vai cada vez mais ao encontro dos anseios das camadas populares organizadas. Em um artigo publicado em 1984, Dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo escreve:

A Igreja reconhece que a situação entre as classes sociais é extremamente injusta. Há, de um lado, exploradores e, de outro, um contingente imenso de explorados. É preciso lutar, sim, em defesa da dignidade humana. (...) É pela união dos explorados, numa ação firme, mas sem ódio, permanente, que a Igreja prega a transformação não violenta da nossa sociedade. (...) A Igreja não pode ficar alheia ao que acontece com nossos fiéis. O dia a dia dos trabalhadores faz parte das preocupações da Igreja, porque os trabalhadores fazem parte da Igreja. A Igreja recusa a exploração. (...) A Igreja prega uma revolução do amor, pois acredita que os homens devem ser todos iguais em toda parte. É preciso lutar pelo fim das classes. Não é possível pregar a cooperação entre as classes sociais, quando uma classe social vive da exploração desumana das demais classes sociais. A Igreja não pode ser inocente útil em favorecimento da aplicação do capitalismo, nem do

comunismo, ambos eminentemente anticristãos. As regras e os limites de sua ação não são formulados nos gabinetes, mas nascem do sofrimento vivido pela imensa maioria da população. (ARNS, 1984 apud IFFLY, 2010, p. 118-9)

Tendo a Teologia da Libertação como paradigma e as CEBs e pastorais como meios de atuação, esse setor da Igreja Católica torna-se um dos principais responsáveis pelo nascedouro dos movimentos sociais no final do período militar no Brasil (1964-1984).

A atuação na periferia por meio das CEBs passa a ser o grande diferencial da Igreja. Atuar com os pobres e trabalhadores não é algo novo na Igreja, mas atuar na organização social desses atores a partir da atuação contínua em pequenos grupos é uma mudança qualitativa importante. Diferente de outros movimentos, aqueles que nasceram das CEBs e pastorais apresentam como metodologia a “pedagogia das pequenas ações”, que se constitui como elemento de um importante trabalho de base (Iffly, 2010 e Santos, 2008). As comunidades de bairro e pastorais passam a ser espaços de formação e “conscientização”. Não é à toa a presença constante de referências à educação popular, inspirada nas ideias de Paulo Freire, como método de trabalho nesses movimentos. A formação de pessoas “conscientes da exploração e de seu papel transformador na sociedade”, não apenas na linha de vanguarda, mas também em suas “bases populares”, por meio das pastorais e das CEBs, abre caminho para a consolidação dos movimentos populares nas periferias das cidades brasileiras nos anos 1970 e 1980.

Em meados da década de 1980 e no início dos anos 1990, com a mudança ocorrida na “geografia da pobreza”, empobrecimento dos centros urbanos e aumento da renda nas periferias, e com a retração do movimento sindical, em decorrência da estagnação econômica e do processo de reestruturação produtiva, a Igreja também começa a mudar suas bases territoriais de atuação. A periferia, espaço privilegiado pela Igreja nos anos 1970 por concentrar a população em situação de maior vulnerabilidade social, não é o único lócus de ação. Os centros passam a concentrar também um contingente significativo de marginalizados. A “opção preferencial pelos pobres” feita pela Igreja a partir da Conferência Episcopal de Puebla (1979) a leva a

voltar seus olhos para os centros urbanos e a população mais vulnerável, especialmente os moradores de rua. Ao se virar para essas populações, a Igreja se vê diante da impossibilidade de atuar somente pelo viés da “formação” dos grupos populares. As ações assistenciais se mostram de extrema urgência. Desse modo, “a ‘opção pelos pobres’ da Igreja de São Paulo, que tinha significado no passado uma ação sociopolítica, se traduz cada vez mais por um papel assistencial” (Iffly, 2010, p. 267-8). O que não significa que também não houvesse um trabalho de formação. Assim, a Igreja também passa a atuar na formação de “comunidades de sem-teto” e grupos de catadores de materiais recicláveis.

A realidade aponta para a necessidade de se modificar a forma de atuação dos movimentos pastorais da Igreja. Com a redefinição do papel do Estado, por conta das políticas neoliberais, a Igreja passa a atuar não apenas em movimentos reivindicatórios ou de protesto, como o Grito dos Excluídos, mas também a apoiar diversas iniciativas que buscam construir alternativas de inserção econômica das comunidades mais pobres, como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que se configuravam como “alternativas de sobrevivência”, “soluções criativas e autônomas para os problemas dos excluídos” (Bertucci, 1996, *apud* Singer, 2002, p. 117). Os PACs iniciaram em 1984 e se configuravam como iniciativas de organização de pequenos grupos para produção ou prestação de serviços com o objetivo de gerar renda para uma população excluída do mercado de trabalho. Segundo Iffly, a principal mudança acarretada nas ações pastorais foi uma mudança de foco: tais ações vieram “antes suprir que afrontar o Estado ou o setor produtivo, porém de forma muito precária” (Iffly, 2010, p. 270).

Tal redefinição da maneira de atuar atinge não apenas a Igreja, mas também outras organizações da sociedade civil, como os sindicatos. Com o fechamento de diversas empresas nos anos 1980 e 1990 e a grande dificuldade de recolocação dos trabalhadores que perderam seus empregos, os sindicatos passam a atuar, quando possível, não apenas na reivindicação dos direitos sociais dos trabalhadores, mas também na organização desses trabalhadores em cooperativas de modo a esses assumirem a massa falida. Algumas experiências ocorrem em diversas partes do país, como por exemplo:

uma indústria de fogões em Porto Alegre (RS), uma mina de carvão em Criciúma (SC), fábricas de tecelagem em Recife (PE) e São José dos Campos (SP), fábrica de sapatos em Franca (SP), a maior usina de cana-de-açúcar do país, em Catende (PE), a maior forja do país, em Diadema (SP). De acordo com dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Senaes/MTE), existiam, em 2005, 174 empresas recuperadas por trabalhadores, ocupando 11.348 trabalhadores.

A partir dos anos 1990, os sindicatos passam a reconhecer essas iniciativas, criando novas institucionalidades para atuação junto a esses grupos, como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), criada em 1994; a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da CUT, criada em 1998; e a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol) criada a partir do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 1999.

Isso mostra que o período de 1980 e 1990 demandou dos movimentos sociais um novo modo de atuação, de caráter não somente reivindicatório, mas que tivesse como pauta a criação de alternativas de trabalho em um tempo em que o próprio direito ao trabalho não estava garantido. É esse contexto que permeia o aparecimento das primeiras organizações de catadores e, posteriormente, a articulação dessas organizações em um movimento de âmbito nacional.

### **3.7. O surgimento do movimento de catadores no Brasil**

A primeira cooperativa de catadores que se tem registro é a Coopamare, de São Paulo, criada em 1989. Essa cooperativa não só foi a primeira, como também, anteriormente, o mesmo grupo havia fundado a primeira associação de catadores do Brasil. A criação da associação data de 1985, mas o trabalho de mobilização e de organização desses catadores se inicia antes.

Desde os anos 1960, a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), instituição criada pelo monge beneditino Inácio Lesama em 1953 e ligada à

Fraternidade das Oblatas de São Bento, atuava com as populações marginalizadas, especialmente os moradores de rua. As ações de voluntários e leigos eram, sobretudo, ações emergenciais de acolhimento, alimentação, higiene etc.. A partir de meados dos anos 1970, sob influência da Teologia da Libertação e com inspiração nas Comunidades Eclesiais de Base, a OAF começa a mudar o foco de suas ações. Iniciando um processo de profunda reflexão, a OAF fecha suas casas, oficinas e albergues e seus participantes iniciam um processo de vivência do modo de vida das ruas. Essa mudança radical, de instituição de caridade – prestadora de serviços assistenciais – para uma instituição de formação de comunidades de base, proporciona uma relação mais horizontal entre voluntários e moradores de rua e propicia a formação de grupos com fortes laços de solidariedade e com uma postura mais crítica e ativa frente à realidade. (Scarpinatti, 2008)

Voluntários e moradores de rua criam um grupo chamado Comunidade dos Sofredores de Rua, cujo nome de alto valor simbólico remete à expressão “servo sofredor” do profeta bíblico Isaías. Nesse momento, os espaços de encontro da comunidade passam por transformações, como o Centro Comunitário, a Casa de Oração e o Viaduto do Glicério, local onde se realizava reunião de distribuição de sopa. Tais espaços se tornam muito mais do que locais de encontros, mas espaços socialmente significativos voltados ao estabelecimento de laços de solidariedade.

Em maio de 1983, o jornal Notícias Populares noticia que “Mendigos montam ‘sindicato’ em SP”, dizendo que moradores de rua haviam criado uma organização que providenciava comida e estabelecia o preço para o trabalho dos catadores de papel. (Scarpinatti, 2008)

A Missão do Povo da Rua, criada em 1978, jornada de três dias com programação variada (atividades culturais e religiosas, reflexões sobre os problemas da população de rua e dos oprimidos de modo geral), era organizada em mutirão, com os catadores doando parte de sua produção semanal para a organização do evento. Eis o início da organização dos catadores. Em 1985, o Jornal Folha de São Paulo registrou uma manifestação dos catadores contra a repressão, carregando faixas e cartazes com dizeres

como: “Catador não tem casa e nem tem pão, papel é nosso pão”, “Queremos trabalhar”, “Abaixo a repressão”. (Scarpinatti, 2008)

Ainda em 1985, os catadores conseguem junto à OAF uma casa no bairro do Glicério e passam a ter um espaço físico fixo para exercerem suas atividades de maneira coletiva e organizada. Nesse mesmo ano é criada a Associação de Catadores de Materiais Reaproveitáveis, com 10 catadores. Essa formalização deu mais visibilidade e ampliou o número de contatos. Ao mesmo tempo, os adversários, como a prefeitura de São Paulo, sob governo de Jânio Quadros, passaram a combatê-los de maneira mais incisiva. (Scarpinatti, 2008)

Mesmo assim, o grupo se fortaleceu e, em 1989, constituíram a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). A organização em cooperativa permitiu aos catadores a comercialização conjunta e mesmo o estabelecimento de um novo modo de relacionamento com a prefeitura – já sob o governo petista de Luiza Erundina.

Outras experiências parecidas também apareceram ao redor do Brasil. Em Belo Horizonte, em 1987, com apoio da Pastoral da Rua, é iniciado o processo de organização dos catadores de materiais recicláveis e, em 1990, é fundada a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). E em 1993, a prefeitura inicia um processo de coleta seletiva em parceria com os catadores organizados. Em 1990, também é criada a primeira associação de catadores do Distrito Federal, a Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia (Acobraz), formada por catadores que atuavam em um pequeno lixão na cidade-satélite de Brazlândia, a 50 km de Brasília, com apoio do Governo do Distrito Federal. A partir dos anos 1990 e, principalmente, dos anos 2000 surgem diversas organizações de catadores, cooperativas ou associações, em todo o Brasil.

Cabe destacar a ação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, criado em 1998 por iniciativa da UNICEF, que surgiu com a proposta de erradicar o trabalho infantil nos lixões do Brasil e que se constituiu como importante espaço de articulação de várias entidades que apoiavam os catadores de materiais recicláveis, como a Cáritas, o Movimento Nacional de Meninos e

Meninas de Rua, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Banco do Brasil, a Fundação Avina, universidades, Ministério Público Federal, órgãos do Governo Federal, além de contar com a participação de cooperativas e associações de catadores. Ainda em 1998, o Fórum Lixo e Cidadania também passou a se organizar em âmbito estadual e municipal, contando com representantes locais das organizações nacionais e de outros representantes de entidades e de autoridades locais. Segundo Scarpinatti, por meio desses fóruns “se disseminaram pelo país ideias e noções relativas à participação e à incorporação de diversos setores da sociedade nos sistemas de limpeza e destinação, com base na recuperação e na reciclagem de resíduos com a participação dos catadores” (Scarpinatti, 2008, p. 69-70).

Nesse mesmo período, as articulações entre diferentes organizações de catadores começam a ocorrer, culminando na criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001.

Em 1999 ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, onde surgiu uma grande articulação para a fundação de um movimento de âmbito nacional formado por catadores. Em junho de 2001, o movimento, ainda incipiente, organizou, em Brasília, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras do país inteiro. Nesse congresso, considerado o nascimento do Movimento Nacional de Catadores, foi lançada a Carta de Brasília, documento onde se encontravam os principais pontos de reivindicação dos catadores de materiais recicláveis do Brasil.

No ano de 2003, dias antes do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, acontece o 1º Congresso Latino-americano de Catadores, em Caxias do Sul – RS, que reúne catadores de diversos países. Como resultado desse congresso, é escrita a Carta de Caxias do Sul, que difunde a situação e a pauta de reivindicação dos catadores da América Latina, unificando a luta entre os catadores de oito países latino-americanos. Essa carta reforça o caráter independente e combativo dos movimentos de catadores, que, para defender os direitos da categoria, não devem prescindir do tensionamento e do conflito junto a outras entidades da sociedade civil, empresas e governos (Silva, 2006).



Em 2004, é criada a secretaria nacional do MNCR, com sede em São Paulo, e diversas coordenações regionais e estaduais, o que amplia a base de mobilização do movimento. Com a institucionalização do movimento, que ocorre não apenas no âmbito de sua articulação nacional, mas também por meio do aumento do número de cooperativas e associações, o MNCR vive atualmente um grande dilema: quanto mais se institucionaliza, mais se afasta da população de rua.

O número de organizações de catadores tem crescido no Brasil. A recente organização e articulação de tais experiências tem permitido às diversas instâncias governamentais e não-governamentais obterem informações mais confiáveis a respeito dessa categoria. De acordo com os dados da assessoria de comunicação do MNCR, existem hoje 600 associações e cooperativas de catadores distribuídas em 2.934 municípios brasileiros.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 387.910 pessoas se declararam catadoras e catadores de materiais recicláveis. No entanto, em decorrência da pesquisa do Censo se basear em unidades domiciliares fixas e permanentes e da depreciação do trabalho de catação, esse número possivelmente está subestimado<sup>6</sup>. O Ministério do Trabalho e Emprego estima que existam, no Brasil, cerca de 800 mil pessoas que trabalhem regularmente com catação e reciclagem de lixo. Tais informações ainda são frágeis, uma vez que a atividade de catação ainda é realizada de modo informal por grande parte de seus profissionais. Mesmo quando analisamos os números de catadores organizados em cooperativas, não podemos perder de vista a enorme volatilidade que tais números possuem, uma vez que a origem social e a vulnerabilidade de grande parcela dos catadores acarreta ainda uma grande circulação dos mesmos.

---

<sup>6</sup> Conforme análise do Ipea (2013), esta pesquisa não compreende os numerosos catadores que realizam este trabalho mas não possuem residência fixa, ou seja, os moradores de rua. Além disso, como o Censo é uma pesquisa declaratória, pode haver pessoas que exercem outra atividade remunerada, além da catação, e não a declaram, em virtude da desvalorização e dos preconceitos em relação a esta profissão.

#### **4. Aspectos econômicos e políticos da coleta e reciclagem de lixo no Brasil**

Aqui temos um homem – ele tem de recolher na capital o lixo do dia que passou. Tudo o que a cidade grande jogou fora, tudo o que ela perdeu, tudo o que desprezou, tudo o que destruiu, é reunido e registrado por ele. Compila os anais da devassidão, o cafarnaum da escória; separa as coisas, faz uma seleção inteligente; procede como um avaro com seu tesouro e se detém no entulho que, entre as maxilas da deusa indústria, vai adotar a forma de objetos úteis ou agradáveis.

*Charles Baudelaire*

A reciclagem de lixo envolve alguns conjuntos de tarefas: coleta, triagem, separação, beneficiamento, industrialização. Em geral, nesse processo, os catadores participam apenas da coleta, da triagem e da separação. As cooperativas de catadores procuram avançar na cadeia, iniciando o processo de beneficiamento, mas raras são as organizações de catadores que conseguem iniciar e manter processos de beneficiamento mais avançados.

Ao falar sobre essa atividade produtiva, podemos perceber que a participação do catador o insere em um espaço social de mercado bastante específico: o mercado da reciclagem. Nesse mercado, ele ocupa a base da cadeia. As posições intermediárias e superiores são ocupadas por atravessadores – pessoas que compram do catador ou da cooperativa – e a indústria da reciclagem, respectivamente.

Além do mercado de recicláveis, os catadores também participam do mercado dos serviços de limpeza urbana, mesmo que informalmente na maioria dos casos. Afinal, eles coletam parte do lixo, fazem seu tratamento – por meio da triagem dos resíduos secos recicláveis –, impedindo que uma parte considerável tenha como destino aterros, lixões ou outros locais inapropriados. Ao participarem desse mercado, os catadores concorrem com as empresas normalmente contratadas pelo poder público para realizar tais

serviços. Em tal mercado, o catador se encontra também com o gerador de resíduos: os cidadãos comuns, órgãos públicos, empresas, enfim, todo o conjunto da sociedade que gera lixo. Nesse espaço social, os catadores se relacionam, de modo geral, com os seguintes atores: geradores de resíduos, empresas prestadoras de serviços de coleta, tratamento e destinação final de resíduos, e o poder público local, em particular o órgão responsável pela gestão e fiscalização da limpeza pública.

Enfim, do ponto de vista econômico, podemos dizer que o catador participa de dois espaços ou mercados, o da limpeza pública e o da reciclagem. Um tem a ver com o momento anterior da cadeia – geração, coleta e tratamento –, o outro com o momento posterior – triagem, acondicionamento, beneficiamento e transformação. Em ambos, os outros atores estão diretamente interessados no serviço do catador e se posicionam em relação a ele de maneira diferenciada, de acordo com seus interesses. Algumas empresas percebem os catadores como concorrentes, outras como fornecedores, o poder público pode percebê-los como problema, como uma “classe perigosa”, ou como agentes da limpeza. Em todo caso, lá estão os catadores realizando um serviço ambiental, na maioria das vezes sem receber por isto.

A seção que segue tem como objetivo apresentar como a questão do lixo vem sendo tratada no Brasil pelo poder público, bem como mostrar como estão organizados esses dois mercados, o da limpeza pública e o da reciclagem, que são os mercados com os quais os catadores interagem cotidianamente.

#### **4.1. A questão do lixo na nossa sociedade**

O lixo produzido no mundo capitalista vem crescendo de maneira consistente ao longo dos anos. Tendo o lixo como subproduto das atividades humanas, mais particularmente das atividades econômicas, o crescimento dessas atividades implica necessariamente no aumento da produção de lixo. Ao comparar o PIB mundial do início com o PIB do fim do século veremos que

a quantidade de bens e serviços produzidos e vendidos globalmente teve um aumento considerável. Segundo Penteado, “o PIB mundial saltou de meros 6 trilhões de dólares em 1950 para 43 trilhões de dólares no ano 2000” (Penteado, 2003, p. 22). Ainda segundo o autor, a diferença entre a quantidade de bens e serviços produzidos em um único ano, entre 1999 e 2000, foi superior à expansão das atividades humanas durante o século da Revolução Industrial, entre 1801 e 1899.

Com o crescimento das atividades humanas, a produção de lixo também aumenta. Um importante indicador a ser analisado é a quantidade de resíduos gerados por pessoa diariamente. Relatório do Banco Mundial (Hoorweg; Bhada-Tata, 2012) estima que, atualmente, a população urbana mundial, cerca de 3 bilhões de pessoas, produza 1,3 bilhão de toneladas de lixo anualmente – média de 1,2 kg por dia per capita. Em 1999, a estimativa era de que 2,9 bilhões de pessoas produzissem 0,68 bilhão de toneladas – média de 0,64 kg por dia per capita. Nos Estados Unidos, a quantidade de lixo produzida por uma única pessoa adulta em um dia é de 2,5 kg, enquanto no Brasil a quantidade de lixo gerado diariamente por pessoa é de aproximadamente 1,1 kg (IBGE, 2008). Penteado (2003) estipula que, se todos os habitantes adultos do planeta produzissem a mesma quantidade de lixo que um estadunidense, a humanidade teria que achar a destinação para 5,6 bilhões de toneladas de lixo produzidas diariamente.

No Brasil, a quantidade de lixo coletado em 2000 foi de cerca de 230 mil toneladas/dia (IBGE, 2000). Em 2008, passou a ser de 260 mil toneladas/dia (IBGE, 2008). Calderoni (2003), em um minucioso estudo a respeito da produção e da destinação do lixo nas grandes cidades brasileiras, estima que a produção de resíduos sólidos no país segue uma tendência onde 30,9% do lixo domiciliar é composto por materiais recicláveis, como latas de alumínio, vidro, papel, plástico e latas de aço, e os outros 69,1% é composto por material orgânico e outros não recicláveis.

No entanto, a grande maioria desses materiais não é destinada às estações de triagem, onde esses materiais serão separados e encaminhados à indústria de reciclagem, mas a lixões, aterros controlados e aterros sanitários. Apesar da recente melhora, entre 2000 e 2008, na destinação do lixo,

conforme mostra a Erro! Fonte de referência não encontrada., o baixo índice de materiais que vão para as estações de triagem e de compostagem mostra que ainda desperdiçamos muito lixo que poderia ser reaproveitado.

Valores	Ano	Quantidade diária de lixo coletado no Brasil em 2000 e 2008 (toneladas/dia e percentual)							
		Total	Unidade de destino final do lixo coletado						
			Vazadouro (lixão)	Aterro controlado	Aterro sanitário	Estação de compostagem	Estação de triagem	Incineração	Outra
t/dia	2000	228.413	48.555	84.575	82.640	6.550	2.265	1.032	2.796
	2008	259.547	45.756	40.695	167.636	1.635	3.122	67	636
%	2000	100%	21,26%	37,03%	36,18%	2,87%	0,99%	0,45%	1,22%
	2008	100%	17,63%	15,68%	64,59%	0,63%	1,20%	0,03%	0,25%

Tabela 1. Quantidade diária de lixo coletado no Brasil em 2000 e 2008. IBGE.

O lixão, ou vazadouro, se caracteriza por ser um espaço a céu aberto, onde o lixo é descarregado inadequadamente, sem qualquer tratamento, podendo trazer graves consequências ambientais e sanitárias por causar a poluição do solo e da água.

Por conter substâncias de alto teor energético e por oferecer disponibilidade simultânea de água, alimento e abrigo, o lixo é preferido por inúmeros organismos vivos, ao ponto de algumas espécies o utilizarem como nicho ecológico (Lima, 2004, p. 29).

Dentre os principais organismos vivos que habitam o lixo, alguns comumente causam graves danos à saúde dos seres humanos, como ratos, larvas de vermes e bactérias. O lixo é um ambiente tão adequado para essas espécies sobreviverem que a conhecida *Ascaris Lumbricoides*, por exemplo, sobrevive mais de 2 mil dias dentro do lixo, e algumas espécies de ratos podem procriar até 80 vezes ao ano nesses locais, gerando em cada cria em média 6 filhotes. Esses vetores de agentes patogênicos podem causar diversas doenças quando em contato com os seres humanos, como a cólera, o tifo, a leptospirose e a peste bubônica. A poluição da água é outro problema acarretado pela destinação inadequada do lixo. A umidade natural do lixo (que

aumenta nos períodos de chuva), a água que sobra da decomposição de vários materiais e o líquido proveniente da dissolução de matéria orgânica geram um líquido negro conhecido como chorume, que reduz o nível de oxigênio na água e desencadeia o aumento de gases tóxicos para a maior parte das formas de vida superiores. O perigo do chorume não é somente a contaminação da água de rios e do mar, mas a contaminação dos lençóis freáticos que se encontram abaixo dos vazadouros, o que leva a poluição para locais que, a princípio, estariam fora do risco de poluição. Pouco mais de 21% do lixo coletado no Brasil ia para lixões a céu aberto em 2000. Esse número diminuiu para 17% em 2008.

Outro local bastante utilizado como destinação final dos resíduos sólidos são os aterros. Eles podem ser classificados como aterros sanitários e aterros controlados. Ambos utilizam a prática da cobertura de lixo para que se reduza o risco de poluição e diminua o número de possíveis vetores. Os aterros sanitários são aqueles executados segundo critérios de engenharia e atendem os padrões de segurança estabelecidos, o que minimiza os danos relativos ao escoamento de líquidos e emissão de gases tóxicos. Já os aterros controlados utilizam somente a cobertura do lixo, não levando em conta, por exemplo, a absorção do chorume decorrente da decomposição dos materiais. A utilização de aterros, principalmente os sanitários, reduz drasticamente a poluição causada pela alocação do lixo em locais inapropriados, permitindo até mesmo o aproveitamento posterior da superfície para outros fins, como a construção de parques, estacionamentos etc. No entanto, os aterros sanitários são finitos e também podem acarretar outros problemas, como a impermeabilização do solo, impedindo a absorção das águas pluviais, a dificuldade de encontrar grandes áreas próximas aos centros urbanos que não comprometam o bem-estar da população e a dificuldade de encontrar material de cobertura diária.

Devido ao seu relativo baixo custo e redução dos problemas ambientais, o aterro sanitário é a destinação com melhor custo-benefício encontrada pelas prefeituras no mundo inteiro. Em vários países os aterros são os principais destinos dos resíduos sólidos urbanos. Na Itália, 84% dos resíduos sólidos municipais vão para os aterros, no Reino Unido 91%, na

Bélgica 77% e na Irlanda 100% do lixo coletado vai para os aterros sanitários. Os dados do IBGE mostram que a quantidade de resíduos destinados a aterros controlados reduziu de 37% para 15%, entre 2000 e 2008, e que houve um aumento expressivo na quantidade de resíduos destinados a aterros sanitários. Em números absolutos, a quantidade de lixo destinado a aterros sanitários dobrou, passando de 82 mil para 167 mil toneladas/dia. Em termos relativos, saiu de 36% para 64%, o que mostra uma inversão importante na destinação de resíduos sólidos urbanos.

A incineração também é uma alternativa ao despejo do lixo em locais inapropriados. Um dos primeiros incineradores de lixo do mundo foi construído na cidade de Nottingham, Inglaterra, em 1874. No Brasil, em 1896, foi instalado em Manaus o primeiro incinerador. A incineração consiste em reduzir “peso e volume do lixo através de combustão controlada” (Lima, 2004, p. 119). Uma das vantagens da incineração é a possibilidade de gerar energia através do aproveitamento do poder calorífico do lixo, além do espaço reduzido ocupado por uma usina de incineração de lixo, quando comparado a um aterro ou vazadouro. A geração de energia vem sendo um dos maiores incentivadores da utilização dos incineradores no tratamento do lixo. A França, por exemplo, incinera 35% dos seus resíduos e a Dinamarca, 56%. Entretanto, existem alguns inconvenientes, como o impacto causado pela emissão de substâncias tóxicas no ar durante o processo de combustão.

Alguns estudos (Connett, 1998; Paro; Costa; Coelho, 2008) mostram que a incineração pode ser mais perigosa ao meio ambiente do que a destinação do lixo a aterros. Tais usinas são extremamente caras, não geram benefícios ambientais, sendo a própria energia gerada pequena, se comparada ao desperdício energético de materiais recicláveis, que poderiam ser reciclados, mas que não o são justamente por estarem sendo incinerados. Quando um material reciclável é aterrado ou incinerado, ele deixa de ser aproveitado como matéria-prima na indústria, o que acarreta custos energéticos e ambientais para a aquisição de matéria-prima virgem. No Brasil, menos de 0,1% do lixo é incinerado e os dados do IBGE mostram que a tendência entre 2000 e 2008 foi de redução desse percentual – 0,45% para 0,03%.

Além delas, destaca-se também a compostagem, que consiste em transformar os materiais orgânicos do lixo em fertilizantes orgânicos, através de processos físicos, químicos e biológicos. Essa é uma prática que vem crescendo bastante nos últimos anos no mundo inteiro, já que o uso de fertilizantes orgânicos vem sendo estimulado e desejado pelas pessoas em detrimento do uso de fertilizantes químicos, em sua maioria prejudicial à saúde. Na Holanda, por exemplo, cerca de 20% do lixo coletado vai para as usinas de compostagem. O Brasil, por sua vez, destina menos de 1% do seu lixo a usinas de compostagem. Em 2000, esse número se aproximava de 3%.

Como foi visto anteriormente, o reaproveitamento de resíduos sólidos não é algo novo na história humana. Alguns materiais podem ser reutilizados e outros podem entrar novamente no ciclo produtivo como matérias-primas, ou seja, são reciclados. Por reciclagem podemos entender o “processo através do qual qualquer produto ou material que tenha servido para os propósitos a que se destinava e que tenha sido separado do lixo é reintroduzido no processo produtivo e transformado num novo produto, seja igual ou semelhante ao anterior, seja assumindo características diversas das iniciais” (Calderoni, 2003, p. 52). A reciclagem é composta por diversas fases: a coleta (que pode ser seletiva ou usual), a triagem, o beneficiamento e acondicionamento e, por fim, o processo industrial, de transformação do resíduo em matéria-prima.

A coleta de material reciclável sem a separação em seu local de origem é denominada de coleta usual. A coleta seletiva ocorre quando o material coletado é separado na fonte geradora. No Brasil, a primeira experiência sistemática de coleta seletiva foi realizada em Niterói, no bairro de São Francisco, no ano de 1985, por iniciativa e sob coordenação da própria comunidade. Dados do IBGE de 2008 mostram que, dos 5570 municípios brasileiros, apenas 994 possuem serviços de coleta seletiva, o que representa 18%. Em 2000 eram apenas 352 municípios que realizavam algum tipo de coleta seletiva e ainda que um município realize a coleta seletiva, não significa que essa coleta abrangerá todo o município ou todo o resíduo gerado. Analisando os dados do IBGE, que mostram que menos de 2% do resíduo coletado vai para centrais de triagem ou de compostagem, podemos verificar



que o que se realiza de coleta seletiva no Brasil está muito aquém do seu real potencial.

Mesmo tendo passado por uma separação prévia, ou no local de origem, ou pelas mãos do catador, o material ainda precisa passar por uma nova etapa de separação. Essa separação mais detalhada é chamada de triagem e é necessária principalmente por causa do papel e do plástico que são classificados em diversos tipos.

A etapa seguinte é composta pelo beneficiamento e acondicionamento, nas quais os vidros são triturados e lavados, os metais e os papéis são prensados e enfardados, os plásticos são lavados e transformados em pequeninas pelotas. Depois dessa fase vem o processo industrial em que o material preparado é transformado em matéria-prima para nova produção de bens.

Essas etapas são conduzidas normalmente por diferentes tipos de atores. A coleta e a triagem, de maneira geral, são realizadas pelos catadores. O beneficiamento normalmente é dominado pelos atravessadores, também chamados de sucateiros. Atualmente, algumas cooperativas ou centrais de cooperativas de catadores também realizam o beneficiamento dos materiais. Já o processo de transformação normalmente fica nas mãos de poucas e grandes indústrias, sendo elas os agentes que mais lucram no mercado da reciclagem.

Os principais materiais recicláveis existentes no lixo são: o papel, o plástico, o alumínio, o vidro e a lata de aço. Todos esses materiais quando reciclados representam ganhos tanto na esfera ambiental quanto na econômica. Bens produzidos a partir de materiais recicláveis consomem menos energia e menos água. Ademais, sua utilização possui custos menores do que a extração de matérias-primas virgens, além de reduzir significativamente a poluição da água e do ar. A economia de energia gerada pela reciclagem no Brasil somou, no ano de 1996, R\$ 340,3 milhões, a de água R\$ 223,9 milhões e a de matéria-prima R\$ 735,6 milhões. O total economizado no Brasil, já subtraindo os custos da própria reciclagem, de R\$ 109 milhões, foi de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão (Calderoni, 2003). Estudo mais recente do IPEA (2010), aponta que o potencial de ganho econômico

brasileiro, caso todo o material reciclável aterrado fosse reciclado, está na ordem de R\$ 8 bilhões por ano.

O índice de reciclagem no Brasil tem crescido nos últimos anos, mas ainda é inferior ao dos países desenvolvidos. Enquanto no Brasil reciclamos cerca de 10% do lixo que produzimos<sup>7</sup>, no Japão esse índice chega a 50% e nos Estados Unidos e Europa, 40%. Em 2003, o Brasil reciclava 31,7% do papel que consumia, 12% do plástico, 35% do vidro, 18% das latas de aço e 80% das latas de alumínio (Calderoni, 2003). Em 2012, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), o reciclaram-se 97,9% das latas de alumínio, 45,7% dos papeis e 21% do plástico (ABRELPE, 2013). Há 10 anos, o Brasil sustenta a posição de maior reciclador de latas de alumínio do planeta. Atualmente, o país é o segundo maior reciclador de PET do mundo, reciclando, anualmente, 683.200 toneladas, o que representa 58,9% do PET descartado no país – menor apenas que o Japão, que recicla 77,9% do PET descartado.

Considerando os dados do IBGE, que mostram que apenas 1,2% do lixo coletado pelas prefeituras no Brasil seguem para as centrais de triagem, e os números das empresas recicladoras, de que 10% do lixo no Brasil são reciclados, percebemos uma diferença entre o que é coletado oficialmente pelas prefeituras e o que as empresas recicladoras recebem de materiais. À primeira vista, tais dados podem parecer inconsistentes, mas não são. A diferença desses números se dá justamente pela existência de um terceiro agente, o mais importante nessa cadeia: o catador de material reciclável. Ou seja, de acordo com as informações das próprias empresas recicladoras, o principal trabalho de coleta do material reciclável é feito por meios não oficiais, os catadores, que recolhem mais de 80% do material reciclável do Brasil.

...

Nos últimos anos, com a aprovação de diversas leis que regulamentam a gestão de resíduos sólidos, a questão da reciclagem tem entrado para o

---

<sup>7</sup> Estimativa do CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem), entidade que congrega grandes empresas que atuam com materiais recicláveis e reciclados.

centro do debate. A participação dos catadores também não tem sido negligenciada, uma vez que diversas leis e decretos federais e suas similares estaduais e municipais colocam a reciclagem como prioritária e os catadores como atores importantes no processo.

A Lei Nacional de Saneamento Básico (nº 11.445/2007), por exemplo, em seu Artigo 57 prevê a possibilidade de contratação direta, sem licitação, dos serviços de “coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública”.

A Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, traz como objetivo o “incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados.” Além disso, reconhece o “resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (Art. 6º). Enfatizando ainda mais a participação dos catadores, em seu Artigo 18 define a prioridade de acesso aos recursos da União para os municípios que, em seus serviços de gestão dos resíduos, “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda”.

Essas leis são de fundamental importância para que os catadores possam entrar no mercado dos serviços de limpeza pública, ainda dominado por grandes empresas. Até então, os catadores vêm realizando os serviços de coleta, separação e acondicionamento do lixo gratuitamente para as prefeituras, enquanto as empresas prestadoras de serviço recebem para, simplesmente, coletar e enterrar o lixo, muitas vezes de maneira ambientalmente incorreta.

## **4.2. Mercado dos serviços de limpeza pública**

O setor de limpeza pública é de fundamental importância para os municípios e se constitui como um importante mercado institucional, disputado por grandes empresas, gerando muitos postos de trabalho e consumindo parcela considerável dos orçamentos municipais. De acordo com dados da Abrelpe, em 2012, no Brasil, foram aplicados R\$ 8,8 bilhões somente na coleta de resíduos sólidos urbanos. Os outros serviços de limpeza pública, como varrição, tratamento e destinação final, consumiram R\$ 14,3 bilhões. O mercado de serviços de limpeza urbana do Brasil movimentou a quantia de R\$ 24,2 bilhões, sendo R\$ 17,4 bilhões pelo setor privado e R\$ 6,8 bilhões pelo setor público. Foram gerados, ainda, 332.777 empregos diretos pelo setor, sendo 144.726 por empresas públicas e 188.051 por empresas privadas.

O valor médio gasto com coleta por habitante no Brasil é de R\$ 3,63 mensais, o custo dos outros serviços é de R\$ 5,94 por habitante/mês. Ou seja, uma cidade pequena, de 50 mil habitantes, que for contratar uma empresa para coletar seus resíduos, terá que desembolsar, mensalmente, R\$ 181.500,00 e mais R\$ 297.000,00 para os outros serviços. O custo anual da limpeza pública para essa pequena cidade é de R\$ 2,5 milhões. O impacto no orçamento municipal é considerável. Multiplique esse valor por dez e chegará ao custo da limpeza pública em cidades médias, de 500 mil habitantes, como Aparecida de Goiânia-GO, Ananindeua-PA, Vila Velha-ES, Juiz de Fora-MG, São José do Rio Preto-SP, Londrina-PR, Joinville-SC, Feira de Santana-BA, Porto Velho-RO e Caxias do Sul-RS. Multiplique por cem e teremos o custo aproximado da limpeza pública urbana de uma cidade do porte do Rio de Janeiro. Em 2007, antes da aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu diretrizes mais rigorosas na gestão de resíduos sólidos urbanos, a média de gasto anual com serviços de limpeza urbana correspondia a 4,5% dos orçamentos municipais. Alguns municípios, como Manaus, chegaram a comprometer 9,4% do seu orçamento com esses serviços.

Diversas empresas do setor da construção civil perceberam esse nicho de mercado e passaram a se ramificar, criando empresas para atuar no setor

de saneamento e limpeza pública. Uma dessas gigantes da construção civil, o Grupo Queiroz Galvão, por exemplo, passou a atuar nesse segmento e o faturamento com suas subsidiárias de limpeza pública somou R\$ 1,2 bilhão, em 2004, cerca de 20% do faturamento da construtora (Andrade, 2008).

A importância do serviço de limpeza urbana nas economias locais ultrapassa os limites meramente econômicos, atingindo também o nível político. As empresas prestadoras desse tipo de serviço se encontram entre os grandes financiadores de partidos e campanhas políticas, apesar das interdições da legislação eleitoral. Reportagem do jornal Folha de São Paulo de maio de 2009 aponta que as empresas de coleta de lixo doaram, em 2008, no período anterior às campanhas municipais, R\$ 10,7 milhões aos principais partidos do país – PSDB, PMDB e DEM –, o que correspondeu a 7,7% da receita desses partidos. O setor de limpeza pública é o terceiro maior doador de recursos para partidos e candidatos políticos, atrás apenas dos setores da construção civil e do mercado financeiro, que vem em primeiro lugar.

Vários são os exemplos de corrupção que envolvem empresas que prestam serviços de limpeza e de coleta de resíduos. Figueira (2008) enumera diversos casos:

Confirma-se que, no âmbito das concessões públicas, nada rende mais do que a coleta de lixo. Na campanha pela Prefeitura paulista em 2004, José Serra prometeu agir contra os contratos do lixo praticados pela prefeita Marta Suplicy, porém bastou o TRE anunciar-lhe a vitória para deixar de lado o assunto.

O Tribunal de Contas de São Paulo rejeitou as contas da Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Antonio Palocci, exatamente por irregularidades nas relações com a empresa Leão & Leão na área da limpeza urbana.

Em Teresina (PI) o Procurador Geral de Justiça, Emir Martins, denuncia que uma recente licitação feita pela Prefeitura para a escolha da empresa responsável pela coleta de lixo, capina e varrição, foi ilegal, porque não obedeceu ao princípio da livre concorrência.

Em Pernambuco, a limpeza urbana é um serviço público que absorve em média 10% dos orçamentos das cidades, um processo que agrega a coleta, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos, na prática, e que se tornou porta aberta para uma sangria que começa nos lixeiros domiciliares das cidades. Ao longo dos últimos quatro anos, o TCE identificou irregularidades nos números do lixo das prefeituras de Floresta, Carnaubeira da Penha, Buíque, Itamaracá, São

José do Belmonte e Santa Maria da Boa Vista. Em comum, todas elas tiveram as contas rejeitadas porque apresentaram pelo menos um 'deslize' típico desses casos: licitação direcionada e superfaturada, contratação de empresas que na prática nunca efetuaram o serviço, além de pagamento acima do valor da quantidade de lixo coletada.

De acordo com conselheiros e técnicos do TCE, trata-se apenas da ponta do iceberg de uma prática difícil de combater, uma vez que a complexidade técnica do tema envolve cifras elevadas e toneladas de resíduos despejados diariamente. Algo complicado (mas não impossível) de fiscalizar, ainda mais para quem faz vista grossa.

Em Santa Maria da Boa Vista, após uma vistoria minuciosa que incluiu a medição e a pesagem do lixo despejado durante um mês inteiro, constatou-se que as quantidades de resíduos pesados eram inferiores às que vinham sendo pagas pela prefeitura, que também não tinha plano de varrição das ruas.

O assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, em janeiro de 2002, foi apontado pela CPI dos Bingos e pelo Grupo de Atuação Especial Regional contra o Crime Organizado (Gaerco), em Santo André, como relacionado à corrupção na coleta de lixo. Há bastante tempo repetem-se referências públicas à relação, nunca investigada mesmo, entre contratos de limpeza urbana e a improbidade de direções petistas. No caso Celso Daniel, por exemplo, a corrupção em torno do lixo foi fartamente mencionada, sem consequências maiores do que as rápidas e eficazes iniciativas atribuídas a José Dirceu, acusado então de certas responsabilidades. (Figueira, 2008)

Algumas condições colaboram com essa situação: o peso dos serviços de limpeza urbana no orçamento de um município; a terceirização do setor, que ocorreu a partir dos anos 1980; e as particularidades intrínsecas do serviço, que possibilitam a contratação de empresas sem licitação – a partir da declaração de situação de calamidade pública – e que impedem que pequenas empresas sejam contratadas, limitando a concorrência, criando cartéis e tornando o financiamento de campanhas eleitorais um bom negócio para as empresas e uma importante fonte de recursos para os candidatos.

A participação dos catadores nesse mercado se mostra bastante difícil, uma vez que sua estrutura está montada a partir de interesses econômicos e políticos cujos agentes possuem condições muito superiores de alijarem seus concorrentes do processo. Na verdade, os catadores acabaram ocupando o espaço possível nesse mercado. Ao realizarem o serviço de coleta, separação

e de acondicionamento sem receberem do município para tal, os catadores ocuparam uma posição bastante funcional na estrutura: inseriram-se nela sem modificá-la. As leis que amparam a contratação de catadores ainda encontram poucos ecos nas administrações municipais. Os municípios, quando se mostram interessados em apoiar as organizações de catadores locais, preferem realizar ações de cunho assistencial, ao invés de modificar o sistema de gestão de resíduos sólidos e contrataram os catadores para prestarem o serviço de coleta seletiva e triagem do material reciclável. A maioria das prefeituras realiza “parcerias” com as cooperativas, nas quais se propõem a alugar um galpão de triagem e, eventualmente, pagar alguma ajuda de custo para os catadores, um tipo de bolsa-reciclagem. Ao implantarem a coleta seletiva, pagam a empresas privadas pelo serviço de coleta – geralmente, um valor maior do que o da coleta convencional – e “doam” o material para as cooperativas ou associações de catadores. Nesses casos, como não há a participação dos catadores na coleta, a qualidade do material coletado é bastante ruim, havendo muito rejeito.

Para que haja equidade e justiça na relação entre prefeitura e cooperativas de catadores, é mister que os catadores recebam pelo serviço de coleta e de educação ambiental que fazem com a população geradora de resíduos e pelo tratamento do material triado – que, por conseguinte, deixa de ir para o aterro –, ou seja, é necessário que entrem e modifiquem a estrutura do mercado dos serviços de limpeza pública.

### **4.3. Mercado de reciclagem**

O mercado nacional da reciclagem é pujante, tendo movimentado, em 2005, R\$ 7 bilhões (Naline, 2008). Dados do CEMPRE (2013) apontam que o faturamento global das empresas do ramo da reciclagem girou ao redor de R\$ 10 bilhões no ano de 2013. No entanto, Calderoni (2003) chama a atenção que os ganhos globais da reciclagem não podem ser definidos apenas pelo faturamento das indústrias do ramo, mas devem englobar todos os atores envolvidos. Segundo sua proposta, devem ser calculados os ganhos para

indústrias, sucateiros, prefeituras e catadores. Os ganhos das indústrias se devem tanto à venda da matéria-prima produzida com os materiais recicláveis, quanto com relação à economia de energia elétrica, de matéria-prima e de água proporcionados pela utilização de materiais reciclados e não matéria virgem. Os ganhos das prefeituras são, na verdade, custos evitados decorrentes da diminuição do volume de lixo pelo qual teriam que se responsabilizar. Já os ganhos de sucateiros e catadores são obtidos única e exclusivamente na comercialização do material. Na análise de Calderoni, considerando o setor no estado de São Paulo, 65,9% dos ganhos ficam com as indústrias, 9,9% com os sucateiros, 11,1% com as prefeituras e 13,1% com os catadores (Calderoni, 2003). Para Calderoni, “a indústria é o segmento que maiores ganhos auferem com o processo de reciclagem” (Calderoni, 2003, p. 293), subjugando, através de sua posição privilegiada na estrutura verticalizada do mercado da reciclagem, os sucateiros às suas necessidades e às variações de mercado.

Os sucateiros, que podem ser de pequeno ou de grande porte, são atores que ganham menos do que as indústrias, mas ainda possuem um grande poder de barganha em relação aos catadores, pois conseguem repassar-lhes as variações de preço impostas pelas indústrias. A manutenção dos preços dos materiais em níveis baixíssimos é a garantia de lucro desses intermediários, uma vez que mantêm os catadores na situação de subsistência, impedem o acúmulo de capital pelos catadores e dificultam o aparecimento de novos concorrentes. A faixa de sucateiros é menos concentrada do que a das indústrias, no entanto, o número de sucateiros decresce quanto melhor for sua estrutura operacional e quanto mais material consegue comprar e vender. A estrutura requerida pelos sucateiros é basicamente a logística: caminhões, contêineres, galpões e algum maquinário para triar, prensar e beneficiar o material trazido pelos catadores. É interessante notar que é comum um sucateiro vender para outro maior, que vende para outro maior até chegar à indústria.

Já os catadores ficam com o menor quinhão da reciclagem. Eles ocupam a posição de maior vulnerabilidade, vivendo em situação de clandestinidade e sofrendo as maiores consequências das variações negativas



dos preços dos materiais. O que é destinado para pagamento dos materiais é somente condizente com a sobrevivência e depende da capacidade do catador em coletar e separar entre 100 kg e 500 kg de material em cada dia de trabalho. Além disso, o trabalho dos catadores vem sendo cada vez mais disputado entre as populações há muito desempregadas, o que pode gerar excesso de oferta e reduzir o preço dos materiais. Uma das alternativas encontradas para a redução da vulnerabilidade dos catadores é a formação de cooperativas.

O advento das cooperativas de catadores constitui uma inovação institucional importante. Transforma também em sucateiros os carrinheiros e catadores que as integram. Assim, ocorre uma integração vertical “de baixo para cima”, tornando-os menos vulneráveis em negociações e melhorando sua remuneração, a qual eleva ao nível dos sucateiros (Calderoni, 2003, p. 299).

A suposta equiparação entre os ganhos dos sucateiros e dos catadores é muitas vezes ilusória pela dificuldade de as cooperativas conseguirem o equipamento e a estrutura necessária para a separação, a estocagem, o beneficiamento e o transporte do material coletado. Em sua maioria, as cooperativas ainda ficam nas mãos dos sucateiros, proporcionando aos cooperados ganhos financeiros mínimos, às vezes até inferiores aos ganhos obtidos no tempo anterior à constituição da cooperativa.

Observemos a cadeia do PET como exemplo<sup>8</sup>, cuja fase industrial é das menos concentradas no setor de reciclagem. A cadeia produtiva do plástico começa na exploração de petróleo. No Brasil, a Petrobrás domina a produção de petróleo, mas há outras gigantes do setor que também produzem em nosso país, como a Chevron e a Shell. O PET e outros tipos de plásticos são obtidos da nafta petroquímica, um derivado do petróleo. A indústria de petroquímica básica é composta por apenas duas grandes empresas, a Braskem e a Quattor Químicos Básicos. Em seguida, os produtos petroquímicos básicos são processados e viram a resina termoplástica. Essa fase é dominada por 20 grandes empresas, que faturavam, em 2003, R\$ 2,6 bilhões por ano. Essas indústrias vendem para as indústrias de matérias

---

<sup>8</sup> Os dados a seguir foram retirados de Calderoni (2003) e de Corrêa Lino (2011).

plásticas, cujas principais empresas, 136 no total, faturam conjuntamente também pouco mais de R\$ 2,3 bilhões. Há também milhares de empresas menores que faturam menos de R\$ 10 milhões anualmente. Tais empresas representam 75% do mercado. São essas indústrias que transformam a resina plástica em produtos finais, como embalagens, nylon, sacolas, tecidos, garrafas etc.. Tais indústrias são da cadeia de plástico. Ainda não estamos falando da cadeia de reciclagem, mas da indústria que transforma a matéria-prima petróleo em produtos plásticos. No entanto, parte da matéria-prima utilizada por essa indústria consiste em materiais reciclados.

A reciclagem do PET é composta por três etapas básicas: a recuperação, a revalorização e a transformação. A recuperação é a etapa de coleta e enfardamento dos objetos descartados, momento em que o PET será prensado e enviado para a indústria de beneficiamento. A revalorização é iniciada na compra da sucata em fardos e finaliza na produção da matéria-prima reciclada. A transformação é o processo no qual a matéria-prima oriunda do PET descartado vira novos produtos plásticos.

A etapa de recuperação é dominada pelos catadores e sucateiros. Os catadores não organizados em cooperativas fazem a coleta e a separação do PET e vendem-no ao sucateiro, que compra esse material e enfarda para envio à indústria. As cooperativas de catadores mais organizadas coletam, enfardam e vendem diretamente para a indústria. Outras cooperativas, menos estruturadas, vendem para os sucateiros por não possuírem a prensa necessária para o enfardamento e o caminhão necessário para o transporte dos fardos. Os catadores e cooperativas que não realizam o enfardamento vendem seu material para atravessadores por cerca de 10% do valor que conseguiriam vendendo o material enfardado diretamente para a indústria. O ganho anual médio de um catador é, de acordo com dados do IBGE, cerca de R\$ 8.400,00. O faturamento médio anual de um sucateiro depende muito do porte da empresa, mas raramente é inferior a R\$ 800 mil.

Na etapa seguinte, de revalorização, o material enfardado será levado a equipamentos que realizarão a lavagem, a seleção, a moagem e a extrusão, momento no qual o plástico será transformado em granulado, estando pronto para ser utilizado pela indústria. Centenas de pequenas indústrias realizam

essa transformação do plástico descartado em granulado. O faturamento médio dessas empresas depende muito da quantidade processada, mas as menores faturam por volta de R\$ 9 milhões por ano.

Na última etapa do processo de reciclagem, tem-se a transformação. Após virar matéria-prima novamente, o PET granulado volta à cadeia do plástico, onde será transformado em novos produtos pelas indústrias de matérias plásticas. De acordo com o 9º Censo da Reciclagem de PET no Brasil, realizado pela Associação Brasileira da Indústria do PET (ABIPET) em 2012, 38% do PET reciclado foi destinado para a indústria têxtil, 24% para a indústria de resina insaturada<sup>9</sup> e 18% para a indústria de embalagem de alimentos.

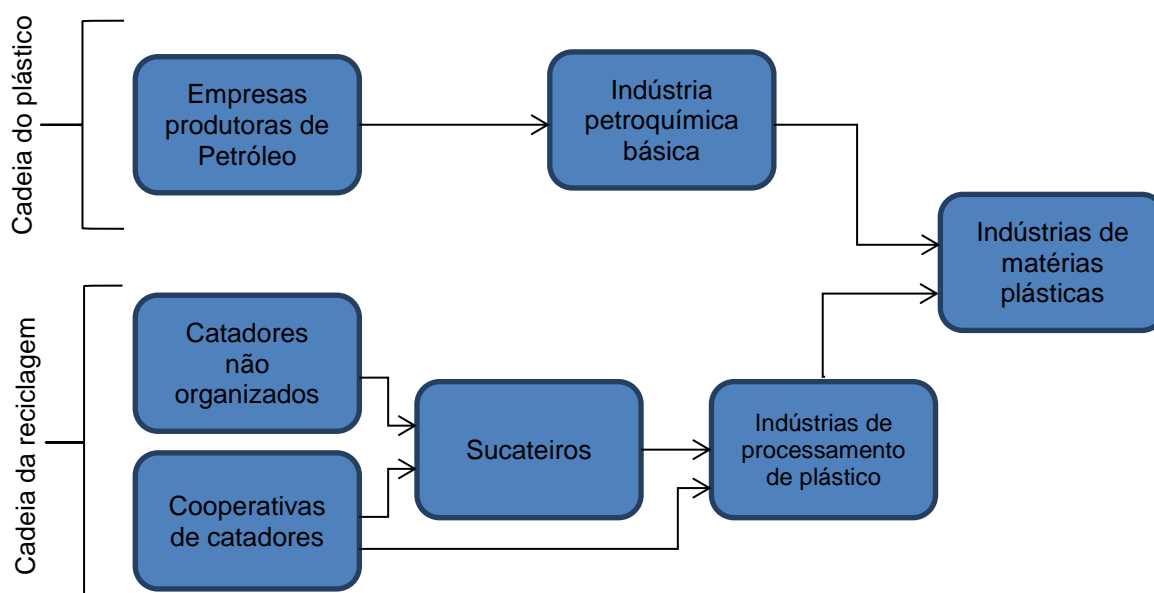


Figura 4. Processos de transformação do plástico.

Conforme pode ser visto na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, considerando que o final da cadeia da reciclagem se encontra com a cadeia do plástico, verificamos que as flutuações dos preços do material reciclável estão condicionadas às flutuações do preço do petróleo no mercado nacional e internacional. Segundo Corrêa Lino,

<sup>9</sup> As resinas insaturadas estão presentes na estrutura de cabines de caminhões, para-choques de carros, caixas d'água, piscinas, baú de motocicletas, massa plástica, sinalização viária etc. (fonte: ABIPET).

A cadeia do PET reciclado só existe porque sua produção apresenta custos menores do que os do plástico primário e porque o país até recentemente não produzia a resina suficiente para suas necessidades. Portanto é a motivação econômica e não a ambiental que impulsiona essa indústria, por mais que associações, empresas e catadores procurem destacar a contribuição da mesma para a preservação do meio ambiente (Corrêa Lino, 2011, p. 179).

A partir do exposto, podemos visualizar a estrutura do mercado de reciclagem de plástico a partir de uma representação piramidal, hierarquicamente construída, na qual a base da pirâmide, apesar de numericamente superior, se encontra subordinada ao cume, conforme pode ser visto na **Erro! Fonte de referência não encontrada.:**



Figura 5. Estrutura da cadeia da reciclagem do plástico

Podemos perceber, a partir da análise da estrutura do mercado, que a reciclagem possui uma cadeia altamente verticalizada, com a concentração de capitais na parte superior da pirâmide, o que possibilita a exploração desenfreada dos atores mais vulneráveis nessa cadeia, os catadores, que sofrem mais do que qualquer outro ator as volatilidades do mercado, uma vez que o catador não tem para onde passar a variação dos preços de mercado.

...

Ao relacionar os dois mercados nos quais os catadores se encontram presentes, verificamos que a posição ocupada pelo catador, em ambos, é de extrema fragilidade. Ao se deparar com as flutuações de mercado da reciclagem, os catadores veem sua renda diminuir a patamares impraticáveis, uma vez que não contam com a proteção que poderia haver do outro lado, o mercado da limpeza pública, de onde poderiam complementar os ganhos auferidos pela venda de materiais.

Nesse sentido, uma vez que o mercado da reciclagem se estrutura tão somente pelo seu viés econômico, considerando que questões ambientais não são nem nunca foram o motor do desenvolvimento da indústria da reciclagem, cabe ao Estado providenciar incentivos econômicos para que os produtos reciclados sejam preferíveis a produtos que utilizam matérias virgens. Além disso, é fundamental que, a partir da legislação que tem se aprimorado nos últimos anos, o poder público passe a considerar os catadores como atores econômicos importantes na gestão dos resíduos sólidos urbanos. O reconhecimento do trabalho dos catadores passa pela remuneração dos serviços prestados pelos catadores e essa tem sido uma das principais bandeiras de luta do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR desde sua fundação.

## 5. O Movimento e o engajamento militante

A vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube: pertencer é viver. Experimentei-o com a sede de quem está no deserto e bebe sôfrego os últimos goles de água de um cantil. E depois a sede volta e é no deserto mesmo que caminho.

*Clarice Lispector*

*A sombra da tenda de lona denunciava que já era final da tarde. O calor de um dia ensolarado inebriava os catadores que se aglutinavam ao redor do caminhão de resíduos recicláveis que servia de palanque para um pequeno grupo de lideranças. Apesar da seca ainda vigente naquele mês de outubro, tinha-se a sensação de humidade no ar, típico de lugares repletos de lixo em decomposição. Era a evaporação do chorume. Do alto do caminhão, um homem negro de aparência jovem olha ao redor constatando os efeitos das mobilizações dos últimos dias: nenhum caminhão circulando dentro do aterro, nenhum catador no alto da “rampa”.*

*O telefone toca. Do outro lado da linha, Fausto ouve um dos presidentes de cooperativas de catadores que trabalham em uma área de transbordo do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) relatar que sofre pressão dos catadores para que seja restabelecido o fluxo de caminhões para retomada do serviço de triagem do material reciclável. Eles tinham famílias para alimentar e o lixo era a única fonte de sustento de vários catadores.*

*Há três dias, em uma reunião na sede da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do DF e Entorno (Centcoop-DF), as principais lideranças dos catadores decidiram impedir a entrada de caminhões no aterro, nas áreas de transbordo e nas usinas de reciclagem utilizadas pelo SLU. O DF havia virado um caos. O Governo não tinha onde despejar o lixo coletado diariamente. Os efeitos eram sentidos pela população, que, definitivamente, não estava gostando do cheiro de sujeira nas ruas da cidade. E isso era bom. Era a maior mobilização feita pelo Movimento nos últimos anos e ele sabia que tinha tido papel fundamental em toda essa mobilização. Primeiramente,*

*convenceu os presidentes das cooperativas e associações filiadas à Centcoop-DF, da qual era o presidente. Depois, foi a cada cooperativa e associação conversar com os catadores para explicar a situação delicada que viviam e a urgência de se mobilizarem nesse momento.*

*O Governo do Distrito Federal (GDF) havia decidido que faria uma Parceria Público-Privada (PPP) para atuar na limpeza pública do Distrito Federal, em todas as suas etapas – varrição, coleta, tratamento e destinação final do lixo. Essa PPP previa um contrato de 30 anos e a construção de uma usina de incineração de lixo, o grande terror dos catadores. Quanto mais lixo incinerado, menos lixo reciclado. A empresa vencedora do certame da PPP passaria a ter o monopólio do lixo em Brasília pelas próximas três décadas e seria responsável pela administração das centrais de triagem e pelo trabalho dos catadores. O edital de licitação já estava publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e, se não fosse revogado, poderia se tornar o início do fim do trabalho dos catadores.*

*Inicialmente, o GDF não queria negociar. Enviou a tropa de choque da Polícia Militar para retirar os catadores das entradas do aterro, dos locais de transbordo e das usinas de triagem. Fausto pediu apoio ao Governo Federal e à sede nacional do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que entrou em contato com o ex-presidente Lula. Graças a essas articulações, o Movimento conseguiu uma audiência com o ministro Gilberto Carvalho e Fausto contou sua versão dos fatos. O ministro se comprometeu em intervir junto ao GDF e tentar convencer o governador Agnelo, também pertencente ao Partido dos Trabalhadores, a desistir da PPP e negociar com os catadores outra proposta de gestão dos resíduos sólidos.*

*À espera de um retorno do GDF, Fausto sabia que qualquer resultado que não fosse a revogação do edital da PPP, seria um desastre para o Movimento de catadores em Brasília. Independentemente da decisão do GDF, não havia como os catadores manterem fechados o aterro, os locais de transbordo e as usinas de triagem. Eles tinham que trabalhar, pois não tinham salários. Muitos catadores, especialmente os do aterro, trabalhavam e vendiam seus materiais coletados diariamente. Não havia um fundo de amparo aos catadores e as cooperativas e associações não tinham recursos para*

*manterem os catadores durante a “greve”. Durante os dois primeiros dias, a determinação dos catadores havia sido exemplar. Não se intimidaram com os funcionários da empresa que controlava o aterro e nem mesmo com a presença da polícia. Os catadores que moravam nas imediações buscavam água e comida para os outros. Grande parte dormiu ali, em vigília, para impedir a entrada de qualquer caminhão de lixo. Mas agora, ele já notava que os cochichos entre catadores aumentavam e que vários deles iam embora, sem alarde. Alguns vinham constantemente perguntar sobre o resultado das negociações. A mobilização estava por um fio.*

*A tarde já ia embora e a luminosidade estava bastante fraca. O telefone tocou duas vezes seguidas e trazia ótimas notícias. A primeira ligação era do advogado do Movimento em Brasília. Ele dizia que uma liminar da justiça havia suspenso o edital da PPP e que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) havia se comprometido em acompanhar esse processo de perto. A outra ligação era de um representante do GDF, da Secretaria de Governo, na qual ele dizia que o governo gostaria de retomar as negociações com os catadores e, caso fosse necessário, construir uma nova proposta para a gestão de resíduos sólidos no DF.*

*Fausto sorriu aliviado. Não era a revogação total da PPP pelo governador, como eles haviam reivindicado, mas havia sido uma vitória. O recuo do governo, mesmo que amparado por uma liminar na justiça, e a nova disposição para o diálogo mostrou que a pressão de todos os lados surtiu efeito. A mobilização gerou um resultado positivo, o que legitima o Movimento junto às “bases” e possibilita mobilizações futuras. Além disso, do ponto de vista pessoal, o resultado também é positivo, pois Fausto sabe que esse episódio o consolida como liderança do MNCR, tanto em nível local, quanto em nível nacional.*

*Agora tinha que passar essas informações aos catadores mobilizados e declarar essa grande vitória que eles haviam conseguido graças à persistência das companheiras e companheiros que acreditaram na luta e se dispuseram a estar ali durante esses três dias.*



## 5.1. Hermenêutica do Movimento

O fato acima relatado aconteceu no ano de 2012 no Lixão da Estrutural, que recebe diariamente 1.500 toneladas de lixo. Mais de mil catadores trabalham diariamente no Lixão, considerado oficialmente pelas autoridades como aterro controlado, de onde tiram materiais recicláveis que rendem, em média, cerca de mil reais mensais. O prazo de encerramento desse e de outros lixões no Brasil finalizou em 2014, segundo a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, mas, como não há outro local para despejo dos resíduos sólidos produzidos na capital federal, ele continua em pleno funcionamento.

Além de ilustrar a mobilização dos catadores, esse fato nos traz alguns elementos interessantes para análise do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Tais elementos nos servirão de ponto de partida para uma discussão mais geral a respeito das características desse movimento, o que nos permitirá, à luz das teorias dos movimentos sociais, compreender o que está em jogo na atuação do MNCR e o que, a título de comparação, o aproxima ou o distancia de outros movimentos sociais contemporâneos.

Primeiramente, nos ateremos ao objetivo final da mobilização: impedir uma ação governamental que poderia significar o fim da atividade dos catadores. É uma ação reivindicativa pelo direito ao trabalho. Desde o início da organização dos catadores, essa pauta se encontra presente. Em São Paulo, quando os catadores organizaram a Missão do Povo da Rua, a luta contra a repressão da prefeitura e contra a interdição do exercício do trabalho de catação, era a principal pauta de reivindicação. A Carta de Brasília, lançada em 2001 no 1º Congresso Nacional de Catadores, avança nessa pauta e reivindica “maior autonomia e condições adequadas para o exercício da profissão”. Em 2003, no 1º Congresso Latino-americano, realizado em Caxias do Sul, os catadores lançaram a Carta de Caxias do Sul que reivindicava, entre outras coisas, “o reconhecimento do trabalho dos catadores na limpeza pública e a regulamentação da profissão”.

Podemos ver aí uma evolução da pauta de reivindicações que parte do direito ao trabalho – devido à interdição do Estado – em direção ao reconhecimento do trabalho e da profissão. Ela parte de uma agenda negativa, que se contrapõe ao cerceamento e à proibição da atividade, para uma pauta positiva, que exige a melhoria das condições de trabalho e o reconhecimento do trabalho, chegando à reivindicação do pagamento dos serviços prestados pelos catadores. Não basta deixar trabalhar, o Estado deve oferecer condições adequadas e pagar pelo serviço do catador. Ao construir essa pauta, o MNCR se coloca em contraponto aos interesses do capital, até então vigentes na relação com o Estado, ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos operários tradicionais, pois uma das principais questões em jogo é a repartição dos ganhos econômicos da atividade de tratamento dos resíduos sólidos. É um movimento político, no sentido lato, com objetivos econômicos.

Por outro lado, outra característica o diferencia dos movimentos sindicais tradicionais: suas bases de organização não são sindicatos, mas empreendimentos econômicos autogestionários, as cooperativas. Diferentemente do sindicato, que se organiza a partir de um posicionamento frequentemente contrário à empresa, tendo em vista o fato de que o interesse do capital se contrapõe, em última instância, ao interesse do trabalhador (Antunes, 2003), a cooperativa é uma empresa dos trabalhadores, pelo menos idealmente, contra a qual não se deve lutar, considerando que o capital pertence aos trabalhadores. Segundo Singer (2002b), na empresa capitalista tradicional, o trabalho se subordina ao capital, na empresa cooperativa, o capital se subordina ao trabalho. O que ocorre muitas vezes, de fato, é que o trabalhador cooperado acaba decidindo em prol da organização em detrimento do seu interesse individual. O interesse econômico da organização deve ser levado em consideração nas decisões políticas dos trabalhadores, uma vez que esses interesses são, em última instância, seus interesses. Mas qual a implicação disso no movimento de catadores?

A primeira implicação é que, muitas vezes, o empreendimento econômico, a cooperativa, se confunde com a organização política, o Movimento. As bases organizativas dos catadores não são associações ou sindicatos de catadores autônomos ou assalariados, cuja única pauta é a

defesa dos direitos e melhoria das condições de vida e de trabalho dos catadores. Os catadores se organizam em cooperativas<sup>10</sup> e centrais de cooperativas, empreendimentos econômicos, e essas cooperativas são as bases organizativas do movimento de catadores. O próprio MNCR, em sua declaração de princípios estabelece como “bases orgânicas”, ou seja, as instâncias primeiras de organização dos catadores, as cooperativas, associações, grupos não formalizados ou entrepostos formados exclusivamente por catadores. Na Carta de Caxias do Sul, o MNCR declara a organização de catadores em cooperativa e associação como compromisso de luta:

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 1º Congresso Latinoamericano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda. (MNCR, 2003)

Tal configuração faz com que o MNCR – e suas bases orgânicas – seja um movimento ao mesmo tempo político e econômico, cujas decisões possuem impactos econômicos imediatos. Conforme o caso relatado, o presidente da cooperativa deveria levar em consideração não apenas os resultados políticos da mobilização – e os econômicos que indiretamente incidiriam –, mas as consequências econômicas imediatas da paralisação, que prejudicava a viabilidade econômico-financeira da cooperativa e, conseqüentemente, a renda dos catadores cooperados. Tais cálculos são constantemente levados em

---

<sup>10</sup> De fato, várias organizações de catadores são formalmente associações. No entanto, a dinâmica de funcionamento se assemelha mais à das cooperativas do que propriamente à de uma associação, no sentido desta não possuir finalidade econômica (conforme nosso código civil) e aquela possuir como razão de sua existência o exercício de alguma atividade econômica financeiramente rentável. A escolha pela forma jurídica “associação” está mais ligada às dificuldades burocráticas e tributárias concernentes à legalização de uma cooperativa do que à concepção diferenciada da associação, enquanto entidade representativa, recreativa, reivindicativa etc.. Tal preferência se repete em todo o campo da Economia Solidária, conforme pode ser percebido pelos dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), organizado pela Senaes, que mostra que 60% dos empreendimentos econômicos solidários são organizados sob a forma de associação e apenas 8,8% são organizados em cooperativas (Fonte: BRASIL, 2013).

consideração. As lideranças do Movimento são, muitas vezes, os presidentes de cooperativas ou de redes de cooperativas. São responsáveis pela negociação com as empresas e o poder público, assinam contratos de prestação de serviços, negociam com fornecedores, enfim, gerem as cooperativas e associações. No nível nacional, a equipe de articulação nacional, composta por somente cinco catadores, cada um representando uma região – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul –, possui dedicação exclusiva ao MNCR, licenciando-se ou afastando-se dos cargos de diretoria nas cooperativas e nas redes de cooperativas. Contudo, mesmo na Comissão Nacional, nas Coordenações Estaduais e nos Comitês Regionais, geralmente os representantes dos catadores são os presidentes de cooperativas, associações e das redes de cooperativas.

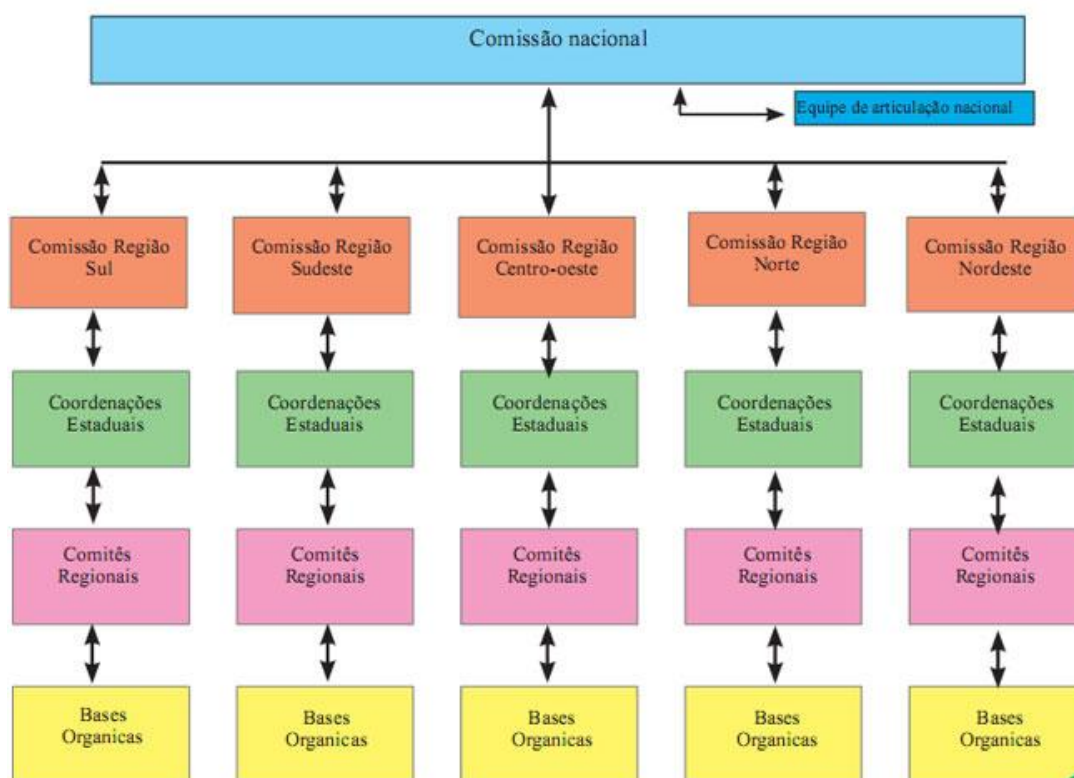


Figura 6. Organograma do MNCR.

A segunda implicação de tal configuração está relacionada propriamente à forma de organização econômica defendida pelo Movimento: empreendimentos autogestionários. Não há outra forma legítima de organização dos catadores senão o empreendimento econômico solidário, gerido pelos próprios catadores de maneira democrática. A autogestão e a democracia direta encontram-se de maneira destacada no Artigo 1º da Declaração de Princípios e Objetivos do MNCR:

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) trabalha pela (1) '**autogestão e organização**' dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a 'participação' de todos os(as) catadores(as) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com a Base Orgânica, com um critério de (2) **democracia direta** em que todos [tenham] voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

1. "Autogestão" é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Autogestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

2. "Democracia direta" é forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável da base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das ideias e o debate. (MNCR, Declaração de Princípios e objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 2012).

Isso significa que outras formas de organização do trabalho dos catadores, como o assalariamento, são consideradas ilegítimas e, por isso, são excluídas do Movimento. Ora, colocar tal questão como princípio do Movimento – e aqui não estamos julgando se isto, de fato, ocorre ou não – implica em uma forma de ação e de organização bastante específica, diferente de outros movimentos sociais e dos sindicatos de maneira geral. A questão é menos saber se a autogestão e a democracia são efetivadas nas cooperativas e associações de catadores, mas sobretudo compreender que a dinâmica inteira do Movimento gira em torno da organização de cooperativas e associações nas suas "bases orgânicas". A consequência disso, por exemplo, é perceber a dificuldade do Movimento em dialogar com pessoas que se consideram

catadores, mas que são assalariados de empresas na área de coleta de lixo ou de reciclagem, de catadores que empregam outros catadores ou mesmo de catadores que trabalham de maneira autônoma. Tais catadores não se veem representados pelo MNCR. Os autônomos são objeto de preocupação do Movimento apenas tendo em vista o objetivo de sua entrada em uma cooperativa ou associação.

Nesse sentido, podemos perceber que essa mistura entre o político e o econômico no MNCR traz uma configuração própria ao Movimento. Ao mesmo tempo em que é um movimento político com finalidade econômica, se organiza a partir de empreendimentos econômicos com princípios políticos bem definidos. Os princípios políticos de organização da atividade econômica do MNCR não se restringem à forma de organização dos empreendimentos dos catadores, mas também ao que o MNCR vê como objetivo mais amplo do Movimento: uma luta contra o capitalismo. Na Carta de Caxias do Sul, tal luta é colocada de maneira explícita:

(...) Fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora.

A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta.

(...) Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida. (MNCR, 2003)

Evidentemente, as cooperativas e associações de catadores fazem parte de um circuito capitalista de produção e de consumo. Seus dirigentes negociam e fazem acordos com empresas tradicionais e até algumas multinacionais, como a Coca-Cola. Por outro lado, os catadores também são

vítimas de uma estrutura de mercado altamente desigual, na qual são eles, os catadores, o elo mais frágil, os espoliados. A visão crítica ao capitalismo não impede sua participação no mercado capitalista. Boaventura de Sousa Santos afirma que as cooperativas não são incompatíveis com o sistema de mercado e com o predomínio de empresas capitalistas, mas são propostas que, “ainda que surjam dentro do capitalismo, abrem as portas a transformações graduais em direções não capitalistas e criam enclaves de solidariedade no seio do capitalismo” (Santos, 2002, p. 30).

No entanto, o discurso crítico ao capitalismo deve ser analisado considerando que um dos principais objetivos do Movimento é “garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos catadores” (MNCR, 2013), ou seja, substituir as empresas capitalistas nos mercados de reciclagem e de limpeza pública, e não acabar com este mercado. Visto à luz dessa perspectiva, o MNCR adquire uma característica menos “revolucionária” ou altermundialista do que o discurso pode deixar transparecer. Por outro lado, conforme verifica Santos, a relevância dessas experiências encontra-se menos no fato de apresentarem um programa de mudança radical do mundo do que de “gerarem mudança nas condições de vida de seus atores e de possibilitarem a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalistas” (Santos, 2002, p. 31).

Outra característica do MNCR é a busca pela valorização do catador. Como outros movimentos identitários – de gênero, raça, idade etc. –, o movimento de catadores tem como uma de suas principais bandeiras a afirmação da identidade. Conforme afirma Gohn (2008), destaca-se, desde o início da segunda metade do século XX, a formação de movimentos sociais (os chamados novos movimentos sociais) identitários, voltados para lutas por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos de portadores de necessidades especiais [sic], grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais

(nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.). (Gohn, 2008, p. 440).

Essa pauta dos catadores se efetiva na luta pelo reconhecimento da profissão, que já foi falado aqui, mas também por uma afirmação identitária que privilegia a utilização de marcadores sociais tidos como desvantajosos de modo a ressignificá-los e torná-los politicamente fundamentais para formação de uma “consciência de classe”. Um dos aspectos importantes deste viés é a afirmação da profissão de *catador de materiais recicláveis*, em detrimento de alguns termos recorrentes que depreciam a profissão, como “catador de lixo”, ou que apelam para o eufemismo, como “agente ambiental”.

Nas “Bases de Acordo do MNCR”, isto é, no documento que regulamenta a adesão dos catadores ao Movimento, o primeiro item de exigência é: “assumir o trabalho e o nome da categoria de Catador de Materiais Recicláveis como profissão” (MNCR, 2009, p. 26). O segundo item corrobora o primeiro e exige que se tenha “conhecimento da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que reconhece e descreve a atuação do Catador de Materiais Recicláveis no mercado de trabalho” (MNCR, 2009, p. 26).

O simbolismo da utilização de um termo que, ao mesmo tempo, reconhece e valoriza a profissão, não escondendo sua origem social, indica que estamos diante também de um movimento com sérias preocupações identitárias. Isso deve ser considerado na análise do Movimento e é especialmente importante para nossa pesquisa, que objetiva analisar o engajamento militante entre os catadores de materiais recicláveis.

A solidariedade interna da categoria é também constantemente conclamada nos diversos documentos do MNCR (2001; 2003; 2005; 2009), a partir de afirmações como “ser solidário a todos os(as) catadores(as) em sua organização e crescimento”; “participar de atos e ações que promovam a inclusão social de catadores(as) que vivem do trabalho nas ruas e lixões”; “respeitar e manter um relacionamento de companheirismo e solidariedade, sem discriminação, com aqueles(as) catadores(as) que ainda não estão organizados(as) e com os(as) catadores (as) moradores(as) de rua, etc.” Por mais que a solidariedade interna não seja prerrogativa exclusiva dos



movimentos identitários, neles tal solidariedade torna-se mais importante, uma vez que constitui um dos pilares da formação de uma “consciência de classe” e, especialmente, do reconhecimento uns dos outros, considerando o déficit de solidariedade e de reconhecimento que encontram fora da categoria.

Outro aspecto que corrobora nossa análise é a exigência de que, para serem reconhecidas pelo MNCR, as cooperativas e associações devem ser “compostas e dirigidas exclusivamente por catadores(as) de materiais recicláveis” (MNCR, 2009, p. 26). É importante salientar que esta postura “classista” não se resume apenas aos documentos oficiais do MNCR, mas perpassa o discurso de vários dirigentes e dos catadores de maneira geral. A legitimidade de um dirigente de associação e cooperativa pode ser colocada à prova quando é afirmado que ele não é ou deixou de ser catador. “Deixar de ser catador” pode ocorrer, principalmente, por duas razões. Por um lado, pode ser em virtude do afastamento do dirigente em relação aos catadores que atuam nas ruas, lixões ou galpões de reciclagem. Quando esse dirigente atua somente nas articulações fora das cooperativas, parando de trabalhar na catação ou deixando de fazer reuniões com os associados, sua presença pode ser cobrada pelo conjunto de catadores representados pelo dirigente. O aumento de reuniões fora da cooperativa pode significar a ampliação do capital social da cooperativa, mas ao custo da legitimidade do dirigente.

Por outro lado, “deixar de ser catador” também pode ocorrer em razão da adoção de práticas, preferências e hábitos estranhos ao que outros catadores identificam como seus. Em geral, isso se verifica no linguajar – o dirigente adota um vocabulário mais próximo de espaços sociais socialmente valorizados – e nos hábitos de consumo – roupas de grife, automóveis, aparelhos eletrônicos, viagens etc. – adotados pelos dirigentes que se afastam de suas “bases”. Nesse sentido, a perda de legitimidade de um dirigente decorre tanto do afastamento físico quanto do afastamento simbólico. Essa perda de legitimidade não só abala a legitimidade do dirigente nas instâncias de “base” do Movimento, como também nas instâncias superiores, nas quais outros dirigentes atuam como representantes das “bases orgânicas”, das coordenações estaduais e regionais etc..

Ainda há o caso de cooperativas ou associações que são dirigidas por pessoas oriundas de meios sociais mais abastados, que nunca fizeram o trabalho de coleta e separação para sobreviver. Tais cooperativas e associações, ainda que consigam recursos públicos afirmando que são organizações de catadores, são bastante questionadas pelo Movimento, que não considera essas organizações legítimas, uma vez que não são geridas pelos próprios catadores. Aqui, o problema maior não é a falta de autogestão, mas o fato de a gestão – personificada na figura do presidente ou de outro diretor – não ser feita por catadores. Parte das cooperativas de catadores que existem no Brasil está longe de praticar a autogestão, mesmo quando está em formato de cooperativa ou associação, mas seus dirigentes – catadores – são pouco cobrados pelo Movimento. Sua legitimidade não é colocada à prova.

Outro elemento a ser destacado se refere ao espaço social de negociação política, no qual os catadores concorrem com outros atores, como gestores públicos, técnicos de ONGs, acadêmicos e outras pessoas “parceiras” do Movimento. Em eventos promovidos pelo poder público federal, entidades de fomento e de apoio frequentemente são cobradas por excluírem os catadores, e suas entidades, de seus editais, por meio da exigência de formação e títulos acadêmicos, experiência na execução de projetos, conhecimentos técnicos específicos etc.. Outras vezes, os técnicos que assessoram as organizações de catadores também são criticados tanto por conseguirem acessar os recursos disponíveis para apoio e qualificação técnica, excluindo os catadores, quanto por tentarem impor modelos de gestão e de negócios estranhos aos praticados pelos catadores. Além da luta por recursos escassos, o que está por trás desta disputa é a diferenciação de quem é e de quem não é catador, a disputa por espaço, poder e prestígio dos grupos de atores que compõem o campo, a busca por reconhecimento e valorização da profissão – e da identidade – de catador em um espaço político dominado por técnicos, militantes políticos, acadêmicos, gestores e empresários, atores que dispõem de maior acúmulo de diferentes capitais – econômico, social, político e cultural.

Essa busca por reconhecimento e valorização identitária não apenas caracteriza o movimento social como um todo, mas também se mostra

fundamental na análise do engajamento militante dos indivíduos que fazem parte do Movimento. De fato, todas as características que ora levantamos do MNCR devem ser consideradas na análise das trajetórias militantes individuais, mas, como mostraremos, olhar atentamente os elementos de valorização identitária nos permitirá uma compreensão dos aspectos subjetivos e motivacionais concernentes ao engajamento militante.

## **5.2. O engajamento militante**

Diversos estudos vêm sendo elaborados acerca do engajamento militante, sobretudo nos últimos vinte anos. Segundo Frédéric Sawicki e Johanna Siméanti, o engajamento militante pode ser entendido como “toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (Sawicki; Siméanti, 2011, p. 201). Até os anos 1960, podemos destacar duas abordagens a respeito do engajamento militante que, por vias diferentes, utilizavam um mesmo paradigma para explicar de que maneira as pessoas se engajavam em um movimento social. A abordagem histórica privilegiou pesquisas biográficas e a sociologia da militância, pesquisas quantitativas. Ambas basearam-se no paradigma marxista da luta de classes e buscavam explicar o engajamento individual a partir de uma abordagem que privilegiava a análise das relações entre capital e trabalho, da formação da consciência de classe e da disputa ideológica entre as diferentes classes sociais. Tanto a abordagem histórica quanto a abordagem sociológica enfatizavam a estrutura social como fator determinante no engajamento militante, os acidentes biográficos e as escolhas individuais serviam somente para corroborar a visão estruturalista deste fenômeno. (Sawicki; Siméanti, 2011; Fillieule; Pudal, 2010). Do ponto de vista da teoria sociológica evidenciada por estas abordagens, temos a concepção de indivíduo determinado por seu grupo social, reproduzidor de uma ideologia de classe e agindo de acordo com os interesses da classe social ao qual pertence, ou seja, o modelo de militante é o indivíduo totalmente devotado e, em última instância, altruísta, no sentido durkheimiano.

Com o advento dos novos movimentos sociais, a partir dos anos 1960, e o declínio do movimento operário, a visão estruturalista-marxista deu espaço a uma diversidade de maneiras de analisar o engajamento militante. Entre elas, destacamos o paradigma olsoniano (Olson, 1965) e a sociologia das retribuições da militância (Gaxie, 1977). Mancur Olson, em sua obra “*The logic of collective action*” (1965), partindo da teoria da ação racional, coloca em destaque os custos do engajamento e os benefícios coletivos das mobilizações. Tendo em vista o paradoxo do *free rider*, que desestimula o engajamento em uma causa coletiva, Olson apresenta o conceito de “incitação seletiva”, que seria um tipo de benefício que somente os engajados teriam acesso. As organizações – grupos sociais, associações e sindicatos – que dispusessem de recursos de incitação seletiva seriam mais eficazes em suas mobilizações do que as organizações sem estes tipos de recursos. Segundo Olson, e as análises inspiradas em seu paradigma, a explicação da ação coletiva, e dos movimentos sociais, deveria passar necessariamente pela construção de modelos de mobilização de recursos e das retribuições materiais do engajamento.

Partindo do paradigma olsoniano, Daniel Gaxie (1977, 2005) chama a atenção para outros fatores que não os benefícios materiais individuais. Segundo sua análise, a militância deve ser compreendida considerando as retribuições não materiais ou simbólicas que ela aporta. Tais retribuições dizem respeito ao:

reconhecimento, prestígio, sentimento de importância, satisfação de agir no mundo para transformá-lo, poder sobre coisas e sobre pessoas (...) estima, afeto, admiração dos companheiros de luta, [ou ainda] sensações de apaziguamento, serenidade ou plenitude, satisfações morais, e até um sentimento de superioridade ética (Gaxie, 2005, p. 162).

Nesse tipo de análise, privilegia-se a correlação de elementos intersubjetivos, tais como a atratividade da causa e os benefícios simbólicos que podem ser conseguidos a partir do investimento em uma causa. No entanto, a análise da trajetória militante a partir desta abordagem foca apenas na variabilidade das retribuições e na atratividade da causa, deixando de lado

uma importante dimensão do engajamento militante: o tempo (Sawicki; Siméanti, 2011).

Nesse sentido, estudos recentes da militância têm dado cada vez mais importância à dimensão processual do engajamento, utilizando, para isso, uma abordagem interacionista (Snow et al., 1980; Gould, 1991; Passy, 1998; Agrikoliansky, 2001; Fillieule, 2001; Diani; McAdam, 2003; Duriez; Sawicki, 2003; Seidl, 2009).

Olivier Fillieule compreende a militância como “atividade social individual e dinâmica” cuja análise deve integrar a dimensão temporal (Fillieule, 2001, p. 199-200). Para tanto, lança mão do conceito de “carreira”. Para Fillieule, este conceito traz consigo a ideia do “processo e da dialética permanente entre história individual e a instituição e, de maneira geral, o contexto” (Fillieule, 2001, p. 201).

Aplicado ao engajamento político, a noção de carreira permite compreender como, a cada etapa da biografia, as atitudes e comportamentos são determinados pelas atitudes e comportamentos passados e condicionam, por sua vez, o campo de possibilidades vindouras, restituindo assim os períodos de engajamento no conjunto do ciclo de vida. (Fillieule, 2001, p. 202)

Nesse sentido, Fillieule avalia que tal abordagem consegue dar conta da complexidade e da dinâmica da militância, ao articular questões como as predisposições à militância, a passagem da predisposição ao ato, a multiplicidade dos engajamentos, o deslocamento entre diferentes espaços de militância e a retração ou ampliação do engajamento. Os indicadores utilizados por Fillieule concentram-se em marcadores sociais que podem ser verificados no curso de uma vida, como a origem familiar e geográfica, os descolamentos e as posições sociais ocupadas, as trajetórias do grupo familiar, o itinerário escolar, os espaços culturais frequentados, os pertencimentos profissionais, étnicos e políticos, as redes de relações, as opções políticas e ideológicas, a orientação sexual e as conjunturas históricas (Fillieule, 2001).

Ernesto Seidl, em pesquisa realizada junto a militantes no estado de Sergipe, aponta que as condições de socialização familiar e religiosa, a escolarização elevada, a passagem pelo espaço universitário, eventos

biográficos marcantes, o ativismo militante e os vínculos partidários anteriores são fatores decisivos na realização de carreiras militantes (Seidl, 2009). Partindo das ferramentas apresentadas por Fillieule, Seidl enumera as características mais presentes na trajetória de uma pessoa que se engaja politicamente em alguma causa ou partido e acaba por construir, mesmo não intencionalmente, um tipo-ideal de militante político.

Outros autores apontam algumas lacunas que este tipo de análise pode gerar (Rosa, 2011; Sawicki; Siméanti, 2011). Ambas as críticas partem de uma limitação metodológica de tal abordagem. Sawicki e Siméanti apontam que a reconstituição das biografias comumente apaga a pluralidade das inscrições e esferas da vida dos indivíduos militantes, concentrando-se em aspectos biográficos que priorizam a esfera individual, a linearidade da trajetória militante e que limitam a análise do contexto e das estruturas sociais. Segundo eles, nem sempre as proclamações contra a “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1986) impedem seus autores de sucumbirem a ela.

Embora a atenção dada à temporalidade das carreiras tenha constituído um avanço considerável procurando apreender certos aspectos do desencadeamento, da manutenção ou, ao contrário, do esfacelamento do engajamento (...), nem sempre ela escapou a formas de história de vida de cunho às vezes muito psychologizante, efetuando um desenrolar rápido de histórias individuais de contextualização frequentemente limitada (Sawicki; Siméanti, 2011, p. 216).

Na visão de Marcelo Rosa, estes estudos preocupam-se em elencar a aquisição de capital militante, ou seja, dos fatores determinantes para o sucesso ou insucesso militante. Ao acentuar os fatores que contribuem para o sucesso na carreira militante, os pesquisadores tendem a deixar de lado todos os outros elementos que “atrapalham” ou que não fazem parte do que se entende por “trajetória militante”. Segundo Rosa (2011), a opção metodológica de trabalhar com a “carreira militante” consiste em “limpar o terreno” e eliminar os processos conturbados, as contradições e as incoerências que fazem parte da vida de um militante. Para esse autor, o que se encontra no cerne dessas análises é a busca pela resposta à seguinte pergunta: “o que leva um indivíduo a se tornar militante?” Contraopondo-se à pergunta comumente utilizada pela

sociologia da militância, Rosa orienta-se por outra questão: “como vive socialmente um militante?”. Ao colocar esta pergunta no centro de sua problematização sociológica, Rosa objetiva analisar o movimento social como “uma, entre as diversas outras coisas que povoam o mundo dos militantes”. Para ele interessa menos “o movimento em si, mas a própria existência coletiva de nossos personagens” (Rosa, 2011, p. 368).

Ao estudar a vida, e não somente a carreira militante, de um militante sem-terra sul-africano, Rosa demonstra que seu “personagem” não deveria ser visto como um modelo típico-ideal de militante, cuja vida poderia “ser descrita como o resultado de um processo linear de exclusão social e de mobilização diante das injustiças passadas e presentes sofridas pela população negra rural sul-africana” (Rosa, 2011, p. 369), mas um sujeito cuja vida era repleta de incoerências, conflitos de legitimidade, pluralidade de condutas e multiplicidade de identidades. Seu personagem não era apenas um militante sem-terra, mas pai, irmão mais velho, homem zulu, *preacher* da igreja metodista. Nesse sentido, diferentemente de outros estudos, Rosa busca compreender esta multiplicidade de inscrições sociais não como variações de posições vistas sob a ótica de uma carreira militante e os recursos possuídos pelo sujeito nesses diversos espaços sociais não como capitais conversíveis para a atividade militante, mas como elementos que compõem a vida deste sujeito, em uma perspectiva plural. Em sua pesquisa, Rosa verifica que:

foi possível compreender que essa vida em movimento — por vezes vista de forma idílica — é o tempo todo tensionada pela pluralidade de situações e de legitimidades que conformam vidas que, para o desespero dos sociólogos, não são necessariamente coerentes. (...) A questão não é procurar os elementos certos na história [do sujeito] que contribuam para explicar seu comportamento de militante, mas sim demonstrar que, mesmo sendo um militante, ela pode conter narrativas, ações e comportamentos diferentes (Rosa, 2011, p. 370).

Como pode ser visto, a crítica teórico-metodológica de Rosa parte da observação de que o ponto de partida das pesquisas sobre a carreira militante leva os cientistas sociais a ignorarem, ou mesmo a excluírem deliberadamente elementos que atrapalhem a construção de uma categoria coerente de militante. Esses limites se verificam na tentativa dessas pesquisas em

relacionar a trajetória individual e os processos sociais de formação dos movimentos sociais. As críticas de Sawicki e Siméanti (2011), apesar de apontarem soluções diferentes, verificam os mesmos problemas, a priorização dos elementos que dão coerência à trajetória militante e a insuficiente articulação entre o individual e o social. Para Rosa (2011), o problema é a incapacidade dessas pesquisas em incorporarem, em suas análises, uma perspectiva que leve a sério a questão da pluralidade na dimensão social. Para Sawicki e Simeánti (2011), sua limitação é a excessiva psicologização dos estudos e a incapacidade de se articular a dimensão individual com uma dimensão social que aponte para transformações sociais mais amplas.

No nosso entendimento, além dos limites apontados por estes autores, verificamos também que, em grande parte das pesquisas realizadas, as dimensões afetivas, emocionais e propriamente subjetivas são deixadas de lado, ou, quando abordadas, não são devidamente articuladas aos aspectos sociais das trajetórias dos militantes estudados. Se por um lado, desde Gaxie (1977), a dimensão dos sentimentos tem sido considerada, por outro, a análise de como tais emoções surgem e atuam socialmente sobre o sujeito é apenas parcialmente realizada. Gaxie considera esta dimensão importante para a compreensão das retribuições simbólicas da militância, mas não explica por que para certos indivíduos determinados sentimentos contribuem para o engajamento militante, enquanto que, para outros, isso não ocorre. Nossa hipótese geral é que podemos encontrar respostas na narrativa que o sujeito faz a respeito da própria história.

Por outro lado, não nos interessa uma análise de viés psicológico, mas uma abordagem que consiga articular a dimensão psíquica e a dimensão social de tais sentimentos, afetividades e racionalidades. As emoções não devem ser ignoradas na análise sociológica. Weber já apontava, em suas teorias sobre a ação e o poder, o papel das emoções, das paixões e do sentimento. Especialmente na política, Weber destacou a dimensão das paixões que motivam o homem político e a importância da análise da dominação carismática para a compreensão da sociedade política. Mesmo Durkheim, que criticava a psicologização na abordagem sociológica, afirmou que os fatos sociais também são fatos psíquicos.



Na sociologia dos movimentos sociais, a identificação do papel das emoções no engajamento militante privilegia a análise da “economia afetiva do grupo”, na qual se objetiva compreender como os movimentos sociais oferecem representações que incitam à ação política, verificando quais emoções são ou não mobilizáveis e de que maneira os sujeitos as mobilizam em prol da ação (Sommier, 2010).

Isabelle Sommier mostra, por exemplo, que as organizações feministas se empenham em transformar os sentimentos de medo ou de vergonha vivenciados pelas mulheres em cólera, emoção mais apta a produzir uma politização (Sommier, 2010, p. 199). Ao verificar isso, ela demonstra como os ritos e símbolos utilizados pelos movimentos sociais servem para unir e mobilizar um grupo, aumentando a lealdade, a confiança e a solidariedade entre seus membros, por meio da mobilização de determinadas emoções. Por outro lado, Sommier verifica que o desengajamento e a defecção também são marcados pela presença de determinadas emoções, como a apatia, a resignação, a desesperança, a depressão.

Sendo as emoções fatores de engajamento ou de desengajamento, verifica-se que elas estão presentes e devem ser consideradas na análise da militância. Nosso interesse, no entanto, é trabalhar com esta dimensão e tentar compreender como ela vai se construindo ao longo da vida do sujeito militante. Os sentimentos, nesses estudos sociológicos (Gaxie, 1977; Sommier, 2010), só são considerados no momento da fotografia. A dimensão processual, de como os sentimentos e as emoções vão agindo ao longo da vida do sujeito, é desconsiderada. Tal dimensão processual não pode ser negligenciada, uma vez que a ação e os sentimentos presentes são carregados de historicidade.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar que tal processo não se dá de maneira linear ou contínua. A análise da historicidade dos sentimentos deve estar atenta à pluralidade, às incoerências e às descontinuidades, conforme nos chama a atenção Bernard Lahire (2011) e Rosa (2011). Se, por um lado, os sentimentos podem funcionar como uma força centrípeta, aproximando militante e movimento social, por outro, eles também agem como força centrífuga. Nesse sentido, nos interessa compreender como surgem e de que maneira tais sentimentos agem sobre os

militantes, como configuram as predisposições para a ação do sujeito e como agem sobre o indivíduo na passagem da predisposição ao ato.

Para tanto, lançaremos mão da abordagem da sociologia clínica, uma perspectiva sociológica que busca compreender as relações entre o subjetivo e o objetivo, entre o psíquico e o social, na interpretação da realidade.

## 6. Por uma sociologia clínica do sujeito

Os fenômenos sociais são primeiro sociais, mas são também, ao mesmo tempo e por sua vez, psicológicos e sociológicos.

*Marcel Mauss*

### 6.1. Genealogia do campo

A tentativa de compreensão dos fenômenos humanos por meio da articulação entre as dimensões psíquicas e sociais não é algo original. Encontramos uma série de precedentes nos campos da psicologia, da psicologia social, da sociologia, da antropologia e mesmo da economia. Não é nosso interesse aqui discutir cada uma dessas abordagens, em que elas se diferenciam, quais são seus potenciais e seus limites, mas destacar que as questões levantadas pela sociologia clínica encontram eco em outros campos de análise do comportamento humano e dos fenômenos sociais. Além disso, cabe salientar que mesmo o desenvolvimento da sociologia clínica não seria possível sem que outros intelectuais tivessem buscado responder às mesmas questões que a sociologia clínica se coloca.

Como um ramo da sociologia, a sociologia clínica deve suas questões fundamentais aos “pais fundadores da sociologia”, Marx, Durkheim, Weber e Simmel. Outro autor fundamental, sem o qual a sociologia clínica não existiria, é Sigmund Freud. Os estudos de Freud a respeito da psique humana e suas análises clínicas e teóricas acerca do inconsciente constituíram-se como um marco para as ciências do comportamento humano e, sobretudo, para os intelectuais que influenciaram a sociologia clínica nos últimos anos. Entre estes autores, destacamos a importância de Georges Bataille (1897-1962), Roger Caillois (1913-1978), Georges Gurvitch (1894-1965), Wilhelm Reich (1897-1957), Max Horkheimer (1895-1973), Theodor W. Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1979), Erich Fromm (1900-1980), Jacques Lacan (1901-1981), Georges Devereux (1908-1985), Carl Rogers (1902-1987), Jacob Levy Moreno

(1889-1974), Cornelius Castoriadis (1922-1997), Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Pierre Bourdieu (1930-2002). Mais do que precursores, no sentido de terem percorrido o mesmo caminho anteriormente, estes autores foram inspiradores de diversos pesquisadores contemporâneos que, a partir dos anos 1970, começaram a construir este campo que chamamos de sociologia clínica.

A sociologia clínica, enquanto ramo da sociologia, se constrói a partir do desenvolvimento de sua irmã mais velha oriunda do campo da psicologia, a psicossociologia<sup>11</sup>. Após a Segunda Guerra Mundial, no contexto do Plano Marshall, a psicossociologia começa a se formar a partir da articulação entre psicólogos sociais franceses e estadunidenses que se contrapunham à psicologia social hegemônica, de base positivista e experimental. A vertente estadunidense, que defende uma abordagem clínica contra a perspectiva experimental da psicologia social, encontra em Carl Rogers e J. L. Moreno dois importantes porta-vozes. Rogers destaca-se pelo desenvolvimento do método clínico da orientação não-diretiva e Moreno pela criação do psicodrama como método terapêutico. Nesse contexto, o psicoterapeuta francês Max Pagès (1926-) se encontra com Rogers em 1950 e toma contato com esses novos métodos. A abordagem rogeriana impressiona Pagès, que relata três razões para seu grande interesse:

1. Uma maneira de integrar duas posições contrárias entre uma exigência científica muito rigorosa, de conceptualização, de verificação, de medida e de engajamento na subjetividade que não é somente uma dimensão da análise, mas o motor mesmo da terapia;
2. A descompartimentação entre diversas práticas profissionais – psicoterapia, conselho, psicopedagogia, trabalho social, educação, saúde mental, orientação – que são apenas variantes conjunturais e situacionais da relação de ajuda, enquanto que na França essas práticas correspondem a ofícios e funções diferenciadas e compartimentadas;
3. A empatia, a congruência, a abertura, a disponibilidade para si mesmo, a valorização das emoções, a capacidade de reconhecer os sentimentos, uma busca permanente de autenticidade, enquanto elementos que definem uma postura clínica (Pagès, 1996, p. 136 apud Gaulejac, 2012a, p. 60)

---

<sup>11</sup> A psicossociologia é um ramo da psicologia que também se propõe a articular as dimensões sociais e psíquicas do comportamento humano e também o faz tendo como base a perspectiva psicanalítica. Suas ferramentas de análise são bastante próximas às da sociologia clínica e sua visão a respeito do ser humano encontra muita ressonância na sociologia clínica.

Pagès realiza seu pós-doutorado com Rogers e, em 1959, funda a *Association de Recherche et d'Intervention Psychosociologiques* (ARIP), que passou a reunir e articular vários pesquisadores do campo da psicossociologia, dentre eles Eugène Enriquez, André Levy, Jean Claude Rouchy, Guy Palmade, Gilles Amado e Jacqueline Barus-Michel. A psicossociologia desenvolve-se de maneira bastante promissora na França nos anos 1960-70, especialmente fora da academia. Vários são os psicossociólogos que atuam nas organizações tratando de conflitos e desordens psicossociais do ambiente de trabalho, em organizações não-governamentais, em grupos de apoio etc.. Na academia, a psicossociologia, apesar de contar com alguns defensores, encontra algumas dificuldades para conquistar uma posição de reconhecimento. A sociologia a rejeita a partir de dois argumentos principais: de um lado a psicossociologia é criticada por excesso de psicologismo, de outro, ela é acusada de servir, em suas intervenções, aos interesses do patronato. Na psicologia, a psicossociologia fica à margem dos conflitos centrais do campo, entre cognitivistas, experimentalistas e psicanalistas, e, na psicologia social, não encontra espaço, tendo em vista o domínio da abordagem experimental e cientificista. Esse contexto é particularmente importante para a compreensão dos motivos que levaram a psicossociologia francesa a se desenvolver mais fora da Universidade do que no ambiente acadêmico.

O desenvolvimento da sociologia clínica, propriamente dita, se dá a partir do envolvimento de sociólogos com este grupo de psicossociólogos que fazem parte da ARIP. Em 1988, em Genebra, sob iniciativa de Robert Sévigny, Gilles Houle, Eugène Enriquez e Vincent de Gaulejac, alguns intelectuais constituem um grupo de trabalho dentro da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa e, em 1992, é criado um comitê permanente de sociologia clínica na Associação Internacional de Sociologia. Neste mesmo ano, na Universidade de Paris VII, o *Laboratoire de Changement Social* (LCS), criado em 1969 por Max Pagès, realiza o primeiro colóquio de sociologia clínica, que resulta na primeira obra coletiva de sociologia clínica. O título deste livro, *Sociologies Cliniques*, mostra que a diversidade do campo naquele momento abria espaço para uma série de perspectivas diferenciadas tendo como objeto a mesma preocupação.

Este colóquio também gera a articulação entre pesquisadores de diversos países, não apenas de língua francesa, e na posterior criação do *Institute International de Sociologie Clinique* (IISC), com sede em Paris. A rede de pesquisadores passa a contar, então, com representantes de diversos países, dentre os quais destacamos Jacques Rhéaume, do Canadá, Michel Legrand, Marcel Bol de Balle e Francis Loïq, da Bélgica, Klimis Navridis, da Grécia, Michelina Tosi e Massimo Corsali, da Itália, Igor Massalkov, da Rússia, Elvia Taracecna, do México, Ana Maria Araujo, do Uruguai, Francisca Marquez e Dariela Sharim, do Chile, Norma Takeuti, Teresa Carreiro e José Newton, do Brasil, além dos franceses Pierre Roche, Frédéric Blondel, Jean-Philippe Bouilloud, Gilles Herreros, Florence Giust-Desprairies e Christophe Niewiandowski.

Mais recentemente, novos intelectuais se integraram à rede, ampliando o número de países e de universidades com grupos atuantes na sociologia clínica. Na última década, o IISC enfrentou uma séria crise financeira, o que lhe obrigou a encerrar suas atividades no ano de 2014. Em abril de 2015, em Paris, é realizado o Colóquio fundador da Rede Internacional de Sociologia Clínica (RISC), que contou com a presença de representantes da Argélia, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, Grécia, Itália, México, Noruega, Rússia, Turquia, Uruguai e França.

No Brasil, a psicossociologia foi se desenvolvendo em cidades diversas de maneira descentralizada, com os grupos geograficamente espalhados mantendo relações com a rede internacional de modo mais ou menos autônomo. Os primeiros grupos de psicossociologia desenvolveram-se em Belo Horizonte, com Celio Garcia, Marília Mata Machado e José Newton Garcia de Araújo, da Universidade Federal de Minas Gerais, no Rio de Janeiro sob a liderança de Teresa Carreiro, da Universidade Federal Fluminense, em Natal, com Norma Takeuti, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em São Paulo, com Maria Ester de Freitas. No que tange à sociologia clínica, propriamente dita, destacamos a recente formação de um grupo de pesquisa em Brasília, sob a liderança de Christiane Girard Ferreira Nunes, da Universidade de Brasília, e ao estreitamento dos laços entre pesquisadores e

profissionais de várias cidades, como Goiânia, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Curitiba.

Mesmo tendo cada campo uma rede própria de pesquisadores, tendo coleções e revistas específicas e realizando eventos em separado, a psicossociologia e a sociologia clínica continuam compartilhando um projeto investigativo comum, qual seja, articular de maneira inovadora aspectos individuais, grupais e sociais dos fenômenos estudados, a partir da inserção, em sua análise, dos processos inconscientes (Enriquez, 1993). Grande parte dos pesquisadores participa de ambas as redes e se veem tanto como psicossociólogos quanto como sociólogos clínicos. Na Universidade de Paris VII, grande centro formador de sociólogos clínicos e de psicossociólogos, os programas de mestrado e de doutorado se intitulam de “Psicossociologia e Sociologia Clínica” e estão ligados a um único laboratório, o *Laboratoire de Changement Social*.

Em todo caso, é mister reafirmar a especificidade da abordagem da sociologia clínica que, por mais próxima que se encontre da psicossociologia, se propõe a realizar uma abordagem propriamente sociológica dos fenômenos psíquicos-sociais. Segundo Gaulejac,

A sociologia clínica não se opõe à psicossociologia. Ao contrário, ela tenta prolongar no campo sociológico os diferentes elementos do projeto “psicossociológico”, como ele foi levado, particularmente, pelos fundadores da ARIP. (...) Mas o termo psicossociologia sempre me trouxe problemas, porque se trata menos de trabalhar sobre as relações entre dois campos disciplinares do que sobre as relações entre “o social” – que tem dimensões emocionais, subjetivas, afetivas e inconscientes – e “o psíquico” – que é formado pela cultura, pela língua, pelo simbólico e pela sociedade –, introduzindo um questionamento mais fenomenológico sobre “o sujeito” e a historicidade, ou seja, sobre as capacidades e as resistências que conduzem os indivíduos e os grupos a produzirem sua história, a querer mudar o mundo e a mudar a si mesmos. (...) Nessa perspectiva, o termo sociologia clínica permite seguir a reflexão acerca de três pontos: a análise das articulações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos; a questão do sujeito nas ciências humanas e sociais; a abordagem clínica como condição necessária ao desenvolvimento de uma sociologia crítica. (Gaulejac, [s.d], p.157-159 apud Fugier, 2014b, p. 23).

## 6.2. O sujeito entre o assujeitamento e a subjetivação

A partir desta perspectiva histórica, podemos perceber a vitalidade do campo. Esta vitalidade está ligada ao projeto da sociologia clínica, que se inscreve em uma corrente bastante profícua das ciências sociais, que aborda os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva compreensiva, buscando apreender a maneira com que os indivíduos os vivenciam, os assimilam, contribuem para produzi-los, articulando as contradições entre objetividade e subjetividade, racionalidade e irracionalidade, estrutura e ação, determinismo e capacidade de criação. Seu método procura acessar o conhecimento a partir da “escuta do sujeito”, considerando as dimensões afetiva e existencial da fala, estando atento “ao que está em jogo inconscientemente”, procurando desvelar suas “dimensões imaginária, pulsional e simbólica”. (Gaulejac; Roy, 1993, p. 14).

Nesse sentido, o objetivo da sociologia clínica é desenredar as complexas relações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos presentes nas condutas dos indivíduos e dos grupos. Gaulejac (2009) nos chama a atenção para a existência da irreducibilidade do psíquico e da irreducibilidade do social, ou seja, que não podemos explicar os fenômenos sociais a partir da psicologização dos mesmos, como o faz não raramente a psicologia, nem explicar os fenômenos psíquicos a partir de sua sociologização, como o faz a sociologia. A sociologia clínica trata de articular estes dois “irredutíveis” de maneira a compreender a relação dialética, a reciprocidade, as contradições e a complementaridade dessas duas dimensões.

Apesar de se considerar herdeira da sociologia francesa de Durkheim e Bourdieu, a sociologia clínica se distingue sensivelmente das abordagens objetivistas e “socializantes” destes dois autores. Primeiramente, a hipótese central da sociologia clínica é a de que “o indivíduo é produto de uma história da qual ele procura ser sujeito” (Gaulejac, 2012a), ou seja, o indivíduo é produto e produtor de uma historicidade. A partir desse ponto de vista, podemos perceber que a sociologia clínica procura ser uma “sociologia do sujeito”, e não uma “sociologia do agente”, como em Durkheim e Bourdieu, que



focalizam a dimensão coercitiva e determinante do social, em detrimento da dimensão “criativa” dos indivíduos a partir do social.

Em segundo lugar, Bourdieu e Durkheim, de maneiras diferentes, tendem a perceber o individual como produto interiorizado do coletivo. Bourdieu, por exemplo, estuda os conflitos de identidade relacionados à mobilidade social, mas, ao tratar desses conflitos a partir de um indivíduo determinado, percebe apenas a interiorização dos conflitos sociais, esquecendo a dimensão psíquica do indivíduo. Na verdade, Bourdieu considera a dimensão psíquica apenas como um produto do social incorporado. Segundo ele, “as estruturas subjetivas do inconsciente (...) são o produto de um longo e lento processo inconsciente de incorporação das estruturas objetivas” (Bourdieu, 1989, p. 59). Este inconsciente é, pois, para Bourdieu, nada mais do que a “exterioridade interiorizada”. Para a sociologia clínica, a realidade psíquica não pode ser reduzida às determinações sociais, sob pena de eliminar da análise qualquer capacidade criadora do sujeito e de, em última instância, sabotar a explicação da singularidade dos indivíduos. A sociologia clínica busca, pelo contrário, reunir ferramentas heurísticas que deem conta da realidade psíquica complexa, examinando também os processos de recalçamento, negação, projeção, identificação, introjeção etc.. Nesse sentido, o conhecimento psicanalítico se mostra fundamental, uma vez que a sociologia clínica reconhece a contribuição da psicanálise no entendimento do ser humano nas sociedades modernas. Para Gaulejac, cabe à sociologia buscar evidenciar o pluralismo causal dos fenômenos sociais, por isso a relevância de se ir além das demarcações disciplinares da sociologia e da psicologia.

Convém sair da oposição simplista segundo a qual a psicanálise deteria as chaves para compreender em profundidade o ser humano, enquanto a sociologia deteria aquelas que abrem o conhecimento da sociedade. Tal repartição de tarefas pode ser cômoda, mas seguramente parcial e mesmo truncado, considerando que ela nega a presença da sociedade no ser humano e a presença do ser humano na sociedade. (Gaulejac, 2008).

Nesse sentido, a noção de sujeito torna-se central, pois é a partir desta noção que conseguiremos compor o conjunto teórico que nos permitirá a articulação entre o psíquico e o social em nossa análise. Etimologicamente, sujeito vem do latim *subjectum*, que designa aquele que está abaixo, submetido a uma necessidade, a uma lei, dependente de uma autoridade superiora. A sociologia recupera o sentido etimológico da palavra, reafirmando a noção do “assujeitamento”. O sujeito é sujeitado às determinações psíquicas e sociais, a partir das quais busca criar sua autonomia, processo que Gaulejac chama de “subjetivação”. É no entendimento da relação dialética de assujeitamento e de subjetivação que se constrói a perspectiva da sociologia clínica. Ou seja, de um lado a socialização – o processo de produção social dos indivíduos – e do outro a tomada de consciência de si mesmo, na qual o indivíduo “tenta se construir como um ser singular capaz de pensar, de desejar, de se afirmar” (Gaulejac, 2009, p. 10). Sujeito, nesse sentido, tem uma dupla significação, de sujeito sujeitado a uma ordem que o ultrapassa, e de sujeito “causa” de sua própria ação.

Conforme percebe Niewiadomski,

De fato, quando se invoca a questão da identidade do sujeito, é clássico se remeter às duas perspectivas julgadas radicalmente antagonistas. A primeira traz à tona o primado do psíquico. Nesta ótica, os homens preexistem ao social, pois fundam a sociedade. A segunda é aquela do primado do social: o social preexiste ao psíquico e o homem não saberia ser pensado fora da sociedade. Porém, hoje, ao menos nos campos teóricos nos quais nos somos chamados a intervir utilizando a abordagem “histórias de vida”, ninguém contesta a importância de uma postura dialética que visa articular essas duas perspectivas, tanto é verdade que elas aparecem indissociáveis na prática clínica. (Niewiadomski, 2012, p. 90).

De acordo com a perspectiva da sociologia clínica, essa postura dialética vai se dar na análise dos processos de *assujeitamento* e de *subjetivação*, os quais evidenciam a articulação entre as dimensões psíquicas e sociais. O ser humano é sujeitado às expectativas parentais, aos desejos do outro, às exigências familiares e do trabalho, aos constrangimentos institucionais, às normas do grupo social, ou seja, a uma série de coerções

sociais que conduzem a pessoa a se adequar ao meio social ao qual ela pertence. De acordo com Gaulejac,

De um lado, o assujeitamento remete às condições sociais de produção de um indivíduo, ao conjunto de referências, expectativas e desejos dos quais cada indivíduo foi objeto da parte de seus ascendentes e daqueles que o rodeiam desde a mais tenra idade. Do outro, ele designa o conjunto de suportes objetivos e subjetivos que permitem ao indivíduo se construir. (Gaulejac, 2009, p. 24)

O assujeitamento de que fala Gaulejac pode ser compreendido como o processo de socialização do qual tratam as diversas abordagens sociológicas, seja no sentido de uma força externa de coerção, das normas, dos valores, da incidência do poder, das diversas sanções materiais ou simbólicas às quais estamos submetidos no mundo social, seja no sentido do social incorporado, os hábitos, os valores e normas internalizadas, o *habitus* de Pierre Bourdieu. No entanto, a socialização não é uma força única e coerente, que sujeita o indivíduo, direcionando-o a adotar determinados tipos de comportamento em detrimento de outros. Conforme vários sociólogos contemporâneos têm indicado (Berger; Luckmann, 2009; Dubet, 1997; Lahire, 2011; Pais, 2007; Gaulejac, 2009), a incidência de diferentes processos socializadores, muitas vezes contraditórios entre si, exigem do indivíduo a lida com injunções e expectativas de ação diferentes, a depender de cada contexto, instituição e meio social no qual se desenrola a “cena”, parafraseando Erving Goffman (2002). Dubet (1997) acredita que a socialização nunca é completa, ou seja, que o indivíduo jamais se encontra plenamente socializado. Tal incompletude da socialização decorre da multiplicidade de experiências sociais vivenciadas pelo indivíduo, cada uma contribuindo particularmente para sua socialização, sendo que nenhuma consegue “programar” totalmente o indivíduo.

Nesse sentido, o conceito de experiência social mostra-se particularmente interessante, uma vez que busca compreender a multiplicidade de lógicas de ação e de experiências vivenciadas pelos indivíduos. Como afirma Nathalie Heinich (2006), “o objeto do trabalho sociológico é explicar e/ou compreender como se organizam as experiências, como se apresentam as situações, como se resolvem concretamente os problemas que se colocam aos

atores”. (Heinich, 2006, p. 409). A diversidade das lógicas de ação e as exigências de individualização que aparecem nas condutas sociais hoje são as formas tomadas pela experiência social moderna (Wautier, 2003, p. 180).

Três traços essenciais da experiência aparecem nas diversas condutas sociais. A primeira é a “heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas”. A identidade social é vista como decorrente não de um programa pré-estabelecido, mas de uma construção a partir dos elementos vários de sua vida social e das suas múltiplas orientações. A segunda característica é a “distância subjetiva que os indivíduos mantêm em relação ao sistema”. Em decorrência da pluralidade das lógicas de ação, o ator desenvolve certo distanciamento crítico, não aderindo completamente ao papel social prescrito. Essa reflexividade dos indivíduos leva a uma relativa autonomia do agente, tornando-o sujeito. A terceira característica é que “a construção da experiência coletiva substitui a noção de alienação no centro da análise sociológica”. Como não há mais um conflito global, nem um projeto único, os movimentos sociais perdem a unidade em torno de um ator ou de uma causa, trazendo à cena novos movimentos sociais fragmentados, “explosões sociais”, e a alienação ocorre quando as relações de dominação impedem os atores de terem o domínio sobre sua experiência social (Dubet, 1997, p. 15-18). Para Dubet,

a sociologia da experiência tem em vista definir a experiência como uma combinação de lógicas de ação, lógicas que ligam o ator a cada uma das dimensões de um sistema. O ator é obrigado a articular lógicas de ação diferentes, e é a dinâmica gerada por esta atividade que constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade.” (Dubet, 1997, p. 107).

Segundo Dubet, a experiência social é o resultado de uma articulação aleatória de três lógicas: a de integração, a de estratégia e a de subjetivação. A lógica de integração é definida pela necessidade de obtenção e manutenção dos vínculos sociais do indivíduo na comunidade, é o “sentimento de pertencimento” que guia a ação. A lógica de estratégia é definida pelos interesses e objetivos que o indivíduo quer alcançar pela sua ação em determinado espaço social, definido por Dubet como mercado. A lógica de

subjetivação se define pelo distanciamento crítico que se estabelece entre o indivíduo e sua lógica cultural. É a partir da articulação entre essas três lógicas que o indivíduo constitui sua experiência social ao longo de sua vida com a qual guiará suas ações futuras (Dubet, 1997).

No entanto, cabem duas críticas à maneira como Dubet concebe sua sociologia da experiência. Primeiramente, ao estabelecer de antemão as três lógicas da ação, ele considera como um dado algo que não necessariamente perpassa toda ação humana. Na sociologia, toda e qualquer generalização deve ser vista com muito cuidado, e o que Dubet tenta é construir uma metateoria acerca da ação social a partir da articulação entre uma abordagem sociológica “holista”, uma abordagem utilitarista e uma abordagem subjetivista, sem, no entanto, construir as pontes necessárias entre tais abordagens. Por outro lado, apesar de considerar a subjetividade como uma das lógicas da ação e o desejo como expressão dessa subjetividade, tal dimensão ainda permanece não explicada por sua teoria, ou, se explicada, ela o é apenas em sua dimensão social, e não em sua dimensão psíquica e, tampouco, na relação entre o psíquico e o social. Dubet fala em “desejo de ser sujeito” (Dubet, 1997, p. 131), mas do que se trata este desejo? Como ele se forma? Como compreender o indivíduo como um sujeito desejante?

Por outro lado, ao trazer a ideia da experiência como categoria central e considerar a socialização como um processo não completado no indivíduo, Dubet contribui nos dando pistas acerca da compreensão da maneira pela qual o indivíduo consegue sair das amarras do assujeitamento a partir de certo distanciamento crítico de sua realidade social. A respeito disso, José Machado Pais (2007) contribui na reflexão acerca das possíveis consequências das injunções contraditórias às quais somos submetidos e de que maneira a multiplicidade de contextos sociais pode nos levar à consciência da nossa realidade social.

O contato com várias lógicas de ação diferentes abre caminho para a criatividade, enquanto capacidade humana de inovação na ação, e para a reflexividade, enquanto distanciamento consciente em relação à estrutura social e à própria história. Pais (2007) define como reflexividade a capacidade de questionar a influência dos vínculos sociais sobre nossas ações, o que traz

consigo também a capacidade de nos libertarmos desses vínculos. A condição para a existência de reflexividade, no entender de Pais, está na ação cotidiana.

Segundo ele, é a partir do cotidiano que podemos reconhecer que a liberdade de opção, que é própria da reflexividade de ação, pode traduzir-se em ganhos de autonomia, mas também em perdas de aceitabilidade, ou seja, da capacidade de aceitar uma relação de sujeição. (Pais, 2007, p. 30) Ao notar que junto com o ganho de autonomia podemos perder a aceitabilidade, Pais nota que a reflexividade, o distanciamento crítico, pode acarretar uma ruptura do indivíduo com os outros agentes que estão inseridos no espaço social no qual ele atua. Ao trazermos nossas experiências para novas situações, corremos o risco tanto de questionar as condições de existência da situação presente, quanto de questionar os fundamentos que guiavam nossa conduta até então. Abre-se então para o que Pais define como dilema. “À medida que a tradição perde o seu império, a vida cotidiana abre-se a uma diversidade de opções que deixam os indivíduos pendurados em dilemas” (Pais, 2007, p. 31). O dilema se constitui como a presença inescapável de uma situação que questiona o próprio fundamento de nossa disposição para a ação. E quanto mais diversificado é nosso campo de atuação, mais estamos passíveis de sofrermos com dilemas. Segundo Pais, o dilema é uma condição moderna, relacionado a um contexto que ele chama de “modernidade reflexiva”, e remete às contradições às quais os indivíduos são submetidos em sua vida cotidiana.

Ao mesmo tempo, Pais nota que essa modernização reflexiva, que concede maiores poderes aos atores sociais frente às estruturas sociais, só se realiza porque “o tecido social se revigorou criando oportunidades que permitem esse maior protagonismo individual” (Pais, 2007, p. 36). Por outro lado, Pais também nota que as identidades perderam a estabilidade de outrora, tornaram-se crescentemente difusas e artificiosas e são trabalhadas em contextos de maiores (e mais livres) possibilidades de escolha (Pais, 2007, p. 39). Tais liberdades de escolha trazem consigo aumento do risco de nos depararmos com situações de conflito entre nossas disposições para a ação, isto é, de enfrentarmos dilemas.

Nesse sentido, devemos considerar que essas “liberdades de escolha da modernidade reflexiva” não representam em si um déficit de socialização.

Um mundo multipolarizado não significa que o indivíduo não seja menos sujeito, mas que ele se encontra sob a influência de variadas formas de assujeitamento, várias delas contraditórias entre si. E é sob a condição de vivenciar experiências sociais diversas e de estar submetido a mecanismos variados de socialização que o indivíduo se verá em situações em que suas predisposições não satisfarão às necessidades e às expectativas postas e, por isso, buscará novas mediações para a ação social.

Se por um lado Gaulejac entende o assujeitamento como coercitivo, por outro, é também o meio pelo qual o sujeito vai buscar as ferramentas de apoio para tornar autônomo. Para tanto, ele deve se “desembaraçar” das formas de poder sob as quais ele teve que se apoiar para existir e afirmar sua identidade enquanto ser singular. A única maneira de realizá-lo é reconhecer estas formas de poder, descobrir como elas agem sobre si e agir de maneira a se desvencilhar do assujeitamento inicial. Tal é o processo que Gaulejac chama de subjetivação.

Na medida em que o indivíduo se depara com as contradições da realidade social, ele subjetivamente também é confrontado com riscos de incoerência, identificações conflituosas, valores contraditórios e dilemas morais. E nesse momento o sujeito emerge para tentar colocar sentido às discordâncias e inventar mediações que deem conta de resolver a situação paradoxal à qual ele foi sujeito.

O sujeito emerge no trabalho que ele efetua para se desprender das maneiras de ser e dos *habitus* que ele teve que incorporar a um momento dado a fim de adquirir outros que lhe parecem mais pertinentes em outro momento. Ele deve então colocar em questão esta ou aquela crença, este ou aquele elemento de seu sistema de valores, esta ou aquela maneira de pensar que lhe parece inadequada. Ele vai abandonar certos atributos constitutivos de identificações anteriores a fim de abrir outros possíveis. Este trabalho de subjetivação conduz a rearranjos internos profundos e a mudanças na relação com o mundo. Processo contínuo, às vezes caótico, a construção de si como sujeito se realiza na procura de mediações face às contradições sociais e psíquicas. (Gaulejac, 2009, p. 71-72).

A subjetivação é um processo que encerra em si a reflexividade. Se, por um lado, por meio da reflexividade o indivíduo vai buscar o distanciamento

crítico para relacionar suas predisposições para a ação às estruturas sociais existentes, por outro lado, é por querer dar sentido às suas contradições e às que ele vivencia, é pelo desejo de se afirmar como ser singular frente a um mundo paradoxal, que o processo de subjetivação vai se desenrolar. Enquanto a reflexividade exige do indivíduo o recurso à racionalidade, o processo de subjetivação, do qual a reflexividade é condição *sine qua non*, traz à tona uma dimensão mais profunda do ser, emocional, afetiva, libidinal. Afinal, o sujeito não é apenas um ser consciente e reflexivo, ele é também pulsional, ele age racionalmente, mas também impulsionado por suas ilusões, suas fantasias, suscitado pelo jogo contraditório entre seus desejos e suas angústias.

### **6.3. O sujeito face às pulsões e à socialização**

Para entendimento de como essa dimensão pulsional se articula com as determinações sociais não podemos nos abster de recorrer às ferramentas de análise psicanalíticas. Legrand (1993) defende a utilização de conceitos psicanalíticos para a compreensão do indivíduo social considerando os elementos formadores da psique humana. No entanto, ele chama a atenção para a necessidade de se articular tais conceitos com uma abordagem propriamente sociológica, uma vez que o indivíduo constrói sua psique em um contexto social determinado.

Castoriadis (1975) percebe que a história da psique infantil é também a história de sua socialização. A construção do superego, que instala a 'lei do pai' e conclui a fase edipiana última de psique infantil, corresponde a um processo antropogenético geral, mas por outro lado revela sempre um conteúdo social historicamente determinado: o que se acha por aí interiorizado, é mais do que a Lei, é a lei de determinado mundo social. Do mesmo modo, a sublimação, processo psíquico gerador de socialização – mediante a qual psique é forçada a substituir seus objetos privados de investimento por outros objetos valorizados por determinada instituição social – é sempre também uma sublimação específica e contextualizada. (Castoriadis, 1975 apud Legrand, 1993, p. 55-56).



Nesse sentido, Gaulejac (1987) percebe que os conflitos de identidade gerados por trajetórias de descenso ou ascensão social estão intimamente ligados a processos psíquicos e sociais cuja compreensão não pode se abster da utilização das ferramentas conceituais psicanalíticas articuladas com a análise sociológica. Gaulejac, em seus estudos a respeito da mobilidade social, verifica a recorrência de diversos casos de conflitos afetivos, ideológicos, culturais e relacionais ligados às trajetórias em que os indivíduos mudavam de classe social. Percebeu que os conflitos não eram de ordem apenas social, mas também de ordem psíquica, ligados à relação do indivíduo com seus pais, à posição de classe ocupada por eles, à valorização dessa posição, às expectativas relacionadas ao pertencimento à nova classe social. Tal conjunto de relações pode acarretar sofrimento para o indivíduo em virtude de um complexo de inferioridade frente às pessoas pertencentes ao novo meio social mais valorizado, e por um sentimento de culpabilidade junto aos seus pais, que representam o meio social desvalorizado.

Para explicar o complexo de inferioridade, Gaulejac lança mão dos conceitos de superego e de ideal de ego. O superego é a instância psíquica que encarna uma lei e proíbe sua transgressão, resulta da identificação ao modelo parental e que é, pois, portador das exigências, dos comandos, dos interditos parentais. (Gaulejac, 1987, p. 172).

O ideal de ego seria uma instância de incitação, que levaria “à ruptura”, procurando outros modelos de identificação. É resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com seus substitutos e com os ideais coletivos. Como uma instância diferenciada, o ideal de ego constitui um modelo ao qual o sujeito busca se conformar. Pode ser considerado também “uma fantasia da perfeição narcísica perdida sob influência da crítica parental”. Trata-se de um processo de avaliação permanente do Ego em relação às exigências interiorizadas, processo bem descrito pela expressão “estima de si”. (Gaulejac, 1987, p. 173). Podemos considerar o ideal de ego como herdeiro do narcisismo primário e o superego como herdeiro do complexo de Édipo. Segundo Gaulejac,

O primeiro constitui, na origem pelo menos, uma tentativa de recuperação da onipotência perdida. O segundo, na perspectiva freudiana, é fruto do complexo de castração. O primeiro tende a restaurar a ilusão, o segundo a promover a realidade. O superego separa a criança de sua mãe, o ideal de ego o empurra à fusão. (Gaulejac, 1987, p. 173-174)

Enquanto o superego pode ser qualificado como uma instância de posicionamento e reprodução (*placement*), de adaptação, de manutenção da ordem, por incutir interditos, o ideal de ego fixa exigências que levam o Ego a uma contínua mudança e deslocamento (*déplacement*). O ideal de ego também é mais permeável à evolução dos modelos e de ideais coletivos, levando o sujeito a buscar ideais mais “elevados”. Gaulejac percebe que, nos relatos das trajetórias de vida, são as figuras mais prestigiosas, os personagens mais consideráveis, que serão colocadas como “substitutos parentais” ou como referências ideais.

De acordo com Gaulejac, essas duas instâncias submetem o Ego a tensões de natureza diferente. O superego inclina à obediência. Ele é a origem do sentimento de culpa sentido quando a proibição que ele fixou é transgredida. Por outro lado, o ideal de ego fixa as exigências idealizadas que devem ser alcançadas pelo Ego. Ele é a origem do sentimento de inferioridade sentido quando o Ego se sente incapaz de realizá-las, e do sentimento de vergonha, quando ele é colocado em xeque, transmitindo ao sujeito uma imagem desvalorizada de si mesmo. (Gaulejac, 1987, p. 175-6)

Quando dois modelos de ideal de ego são confrontados e se mostram contraditórios entre si, pode ser levado a cabo um processo de desidentificação, no qual um dos dois modelos deixará de ser adotado. O sujeito, dividido entre dois grupos sociais antagonistas, deve fazer uma escolha entre sua fidelidade identificatória originária e sua entrada no mundo do “saber”, da cultura, do poder, mundo no qual há uma unidade e coerência entre “as satisfações narcísicas, as relações objetais e o reconhecimento social”. (Gaulejac, 1987, p. 183). A tensão entre o ideal de ego e o Ego, produzida pela oposição entre os modelos de pessoas percebidas como cultas, invejadas, distintas e outras vindas de um meio pobre, percebidas como incultas e

dominadas, provoca sentimentos de inferioridade (medo de não estar à altura) e de humilhação. (Gaulejac, 1987)

Ao estudar a questão da vergonha, Gaulejac (2006) percebeu a existência de múltiplos fatores interligados – afetivos, sexuais, emocionais e sociais – que dão vazão à vergonha, produzindo “nós de angústias, desejos, afetos e sentimentos que neutralizam as possibilidades de expressão e de comunicação e prendem os sujeitos em conflitos psicológicos intensos.” (Gaulejac, 2006, p. 54) Tal sentimento multifacetado age no núcleo do funcionamento psíquico, mas sua gênese é social. “É um sofrimento social que, por não poder ser tratado ‘dentro do social’, produz efeitos na psique.” (Gaulejac, 2006, p. 61) Vejamos este caso mais de perto. A vergonha nasce de um esfacelamento do aparato simbólico que estabelece os padrões para o funcionamento psíquico do sujeito. Tal esfacelamento se dá pela conjunção de diversos fatores sociais, que têm a ver com carências econômicas e morais do próprio sujeito, mas também das pessoas próximas a ele, como os pais.

A situação de pobreza é recorrente nos casos em que a vergonha ganha papel preponderante. Tal situação provoca, de maneira súbita e inesperada, a queda do ideal parental, com a qual a criança não encontra meios de lidar.

Quando a pobreza é vivida como restrição “objetiva” ligada a fatores contra os quais os pais estão em constante luta, a criança não é psicologicamente atingida por suas conseqüências. Quando a criança tem a sensação de que os pais estão resignados ou que são responsáveis pela situação, que nada fazem para sair dela, que não lutam para protegê-la, que não parecem ter consciência do sofrimento psíquico e psicológico por ela gerado, que não têm vergonha de viver assim embora o ambiente seja estigmatizante... ela fica dilacerada entre o amor que a leva a ser como eles e o sofrimento que a faz desejar “sair disso” para viver “normalmente”. (Gaulejac, 2006, p. 72)

O esfacelamento do ideal parental é sempre um choque, independente do meio social, no entanto a pobreza faz o sujeito confrontar-se muito cedo com a imagem negativa que a sociedade lhe imputa. “Os termos comumente empregados são significativos: ‘lixo’, ‘imundos’, ‘pobres coitados’, ‘inúteis’, ‘miseráveis’, ‘pé-rapado’... em todas essas palavras, há um deslizamento entre

a situação social e a qualidade moral: pobreza = sujeira e nulidade.” (Gaulejac, 2006, p. 72)

Tal imagem imputada pela sociedade faz com que o sujeito se veja obrigado a reconhecer-se dessa maneira. Qualquer tentativa individual de sair dela é percebida como inadaptação, agressão, desarranjo. O olhar do outro faz com que o sujeito passe a frequentar circuitos de exclusão. Temos aí uma categoria-chave para entender a situação em que se encontra um catador. A estigmatização que ele sofre, que o afasta, o repele, o obriga ou a aceitar sua situação e se confrontar diretamente com o olhar dos outros, agindo da maneira que os outros esperam, ou faz com que ele passe a frequentar espaços (ou circuitos) sociais também frequentados pelos outros na mesma situação. Normalmente, os estigmatizados ora circulam nos espaços reservados a eles, ora circulam nos espaços sociais convencionais. Tanto em um espaço quanto no outro, os estigmatizados podem acabar se percebendo como são percebidos pelos outros. Tal percepção cria representações que se tornam fios condutores para a ação dos indivíduos.

A representação de si mesmo está no cerne deste processo quando um indivíduo ou um grupo internaliza uma visão de si mesmo que o desqualifica a seus próprios olhos; esta visão destrói por dentro toda a capacidade de sair dela. Está, com efeito, preso num sistema paradoxal, já que, para mudar, é preciso que seja diferente do que é, e o que é demonstra sua incapacidade de ser “como se deve”. (Gaulejac, 2006, p. 203)

Esse processo de estigmatização traz como consequência para o sujeito o sofrimento social. O sofrimento social nasce quando “o desejo do sujeito não pode se realizar socialmente, quando o indivíduo não pode ser o que queria ser. É este o caso quando é obrigado a ocupar um lugar social que o anula, desqualifica, coisifica ou desconsidera”. (Gaulejac, 2006, p.104) Tal ruptura entre “o que eu vivo” e “o que eu gostaria de viver”, quando é muito profunda, faz com que o sujeito se sinta dilacerado por dentro, perpassado por uma “contradição entre a ‘objetividade’ de sua posição e suas aspirações profundas” (Gaulejac, 2006, p. 104). Essa contradição gera um conflito interno, pois o sujeito se encontra em uma situação em que não pode sair dessa posição.

Para se defender disso e preservar o mínimo de sua saúde mental, os sujeitos acabam descobrindo maneiras para lidar ou superar suas fragilidades psíquicas que Gaulejac (2006) chama de reações defensivas – modos de agir que permitem conviver com as fragilidades – e de mecanismos de liberação – que ajudam o sujeito a se livrar delas.

Os mecanismos de liberação exigem um trabalho em profundidade do sujeito sobre si mesmo: o trabalho psíquico para sair da inibição e redinamizar sua potencialidade criativa; trabalho de restauração da história que o leva a se situar como agente de historicidade; transformação de sua relação com as normas sociais e luta contra as diversas formas de poder que estão na fonte das violências humilhantes. (Gaulejac, 2006, p. 197)

Ao resgatar e ressignificar sua história, o sujeito passa a ter a capacidade de projetar um novo futuro. Esse modo de se perceber frente a sua própria história e à história social de seu meio permite uma reconstrução do imaginário. Dessa forma, o sujeito se reposiciona em relação ao passado, reinterpretando-o. Ao fazer isso e reconstruir seu imaginário, o sujeito se percebe como produto de uma história, reflete acerca de o que o levou a comportar-se de tal maneira, em que sentido carrega consigo também a história de outrem e se vê como um ser próprio e singular. Ao proceder dessa maneira, o sujeito restaura sua imagem, denuncia as violências das quais foi vítima e reconstrói sua identidade. “A liberação da vergonha passa, assim, por um questionamento da internalização das normas estigmatizantes e por uma contestação do olhar dos dominantes. É nesta capacidade de recusar uma identidade prescrita que se abre a possibilidade de produzir identidades novas.” (Gaulejac, 2006, p. 204)

Em geral, a revalorização da identidade passa por uma estratégia de promoção social ou de luta para revalorização do grupo a que pertence. Nesse âmbito, a militância encontra ecos profundos na subjetividade, possibilitando ganhos de autoestima a partir da sublimação e da constituição de um novo modelo de ideal de ego.

A militância consiste em lutar contra o desprezo, anular quem anula, recusar a resignação, combater as normas

estigmatizantes. O militante reencontra seu orgulho na resistência ao que vive como opressão e na adesão a uma ideologia que contesta os valores de poder que o oprimem. (Gaulejac, 2006, p. 205)

Não é de hoje que a organização coletiva de um grupo social estigmatizado atua na recuperação da identidade. Em um sentido amplo, é isso o que o movimento operário busca desde o início da revolução industrial. Entre fim do século XX e início do século XXI, os movimentos sociais que buscam o reconhecimento ganharam nova importância, sendo amplamente analisados pela sociologia. Algumas teorias sociais focadas nos eixos culturais, relativas ao processo de construção de identidades têm tentado dar conta dos processos de reflexividade, da construção de sentidos e significados para as ações coletivas de movimentos sociais cujos membros são pessoas ou grupos historicamente vítimas da estigmatização (Gohn, 2008).

Para que tais coletivos existam e possam fundamentar ações que deem conta da ressignificação não apenas dos sujeitos estigmatizados, mas também das relações sociais que fomentam e dão vazão ao processo excludente de grupos vulneráveis, tem sido difundida a ideia de movimentos sociais que obedecem a outra lógica de ação, que não a competitividade e a exclusão, mas uma lógica mais democrática e solidária. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis encontra aí o sentido do seu discurso e tenta construir, junto aos seus militantes e à sociedade em geral, uma imagem positiva baseada em novos valores amplamente aceitos, como sustentabilidade, inclusão social, solidariedade e democracia.

A sociologia clínica também nos permite uma interpretação dessa estratégia e como ela funciona frente aos seus indivíduos. Enriquez (2007) vê nesses grupos um ideal comum pelo qual todos devem sacrificar objetivos pessoais para que todos possam gozar da plenitude que estes coletivos podem trazer. Esse ideal, essa ilusão, faz do grupo uma nova ordem transcendente, inalcançável, onde a alienação consentida implica na crença da adesão racional aos objetivos coletivamente estipulados pelo grupo. As pessoas que “encarnam” melhor este espírito, as mais competentes para definir os objetivos e facilitar sua realização, tornam-se líderes “democráticos” admirados e

amados por todo o grupo. O risco de tais grupos, segundo Enriquez, é tornarem-se tão dependentes de uma coesão interna inatingível, que, para alcançarem aquilo que é visto como ideal, acabem se tornando instituições totalitárias, repressoras de seus próprios membros.

Cooperados e autogestionários reúnem-se então na visão de uma sociedade regenerada pela multiplicidade de pequenos grupos, que desenvolve em seu seio um amor mútuo e estreitos laços de trabalho, ao instituir um objeto comum que lhes serve de ideal. O reino dos irmãos amigos é possível, basta que cada um chegue ao núcleo da pureza que mantém dentro de si. Tal concepção, apesar de ser mobilizadora e de ter seduzido muitos militantes, esquece, infelizmente, que o pequeno grupo não se limita a esse laço que reúne homens “sedentos de amor” (Freud) e que deve ser capaz de gerir sua violência interna e externa sob pena de se destruir. Ainda que ele consiga se tornar coesivo, corre o risco de se fechar numa unidade mortífera, caso não seja pura e simplesmente rejeitado pela sociedade global, que tende a se proteger da ameaça que vê em qualquer grupo minoritário que tenha um projeto que questione suas estruturas. (Enriquez, 2007, p. 105)

O mito do “bom poder” pode trazer consequências perniciosas, uma vez que para se manter ele tende a eliminar tudo o que o questione, tudo aquilo que lhe pareça contraditório – inimigos internos e externos. No entanto, como lembra Enriquez, “nenhuma sociedade pode viver sem mito, pois no momento em que é enunciado ele se torna um fermento para a ação e possibilita a germinação de idéias novas e de comportamentos surpreendentes.” (Enriquez, 2007, p. 116)

Para tanto, é importante que o mito carregue consigo contradições, falhas, aventuras, que possam ser interpretadas de maneiras diversas, heróis múltiplos que mantenham laços de amor e de rivalidade, e que o mito coletivo seja mantido “à maior distância possível, a fim de que possa exercer seu papel de garantidor da vida psíquica e da vida social”. (Enriquez, 2007, p. 116)

Assim, quando os homens descobrirem que jamais serão capazes de edificar uma sociedade perfeita (já que a Parusia<sup>12</sup> não é deste mundo), uma sociedade em que as relações seriam puramente igualitárias e simétricas ou capazes de

---

<sup>12</sup> Termo usualmente empregado, dentro da escatologia cristã, para se referir à volta gloriosa de Jesus Cristo, no fim dos tempos, a fim de presidir o Juízo Final.

realizar uma assimetria correta (o bom poder do pai), ou seja, quando for reconhecido o trabalho do negativo, da perda, do despedaçamento das ilusões, tornar-se-á possível a fundação de uma sociedade em que os homens se reconheçam na tarefa infinita que lhes é atribuída. (Enriquez, 2007, p. 117)

Tal postura permitirá perceber que o ideal nunca será alcançado e que de fato é inalcançável. Caso contrário, a busca do ideal transforma o movimento ou a cooperativa em um agrupamento totalitário e o sentido de participação no grupo dado por seus participantes se esfacele tão logo os mesmos mecanismos de dilaceração do indivíduo, que o fizeram procurar na militância um novo modo de ver o mundo e a si mesmo, passe a existir naquele movimento ou cooperativa.



## 7. Metodologia

Primeiramente, é sobre si mesmo que o analista do comportamento deve direcionar seu olhar crítico.

*Georges Devereux*

A abordagem clínica em sociologia pode, à primeira vista, causar estranheza. Afinal, a clínica é tida geralmente como uma prática terapêutica e de cuidado. Tal visão não é completamente errada, mas sua imprecisão pode gerar confusão. Um bom ponto de partida para compreender a clínica enquanto abordagem sociológica é sua origem etimológica. Clínica vem do grego *klinè*, que significa “estar ao lado do leito para ajudar uma pessoa que sofre”. Nesse sentido, podemos trazer desta noção a ideia de proximidade e de implicação do sociólogo em relação às pessoas investigadas. Vincent de Gaulejac defende uma abordagem que vá “ao mais perto do vivido dos atores”. Para Jacques Rhéaume (2012), “uma clínica do social é intervir com as pessoas, com os grupos sociais tendo o objetivo de ser útil, utilizando conhecimentos comprovados” (Rhéaume, 2012, p. 78).

Por um lado, a sociologia clínica se propõe a intervir em determinada situação de modo a trazer melhorias significativas na qualidade de vida dos atores implicados. Existe aí um compromisso político que busca a mudança, a transformação. No entanto, nem sempre tal transformação é possível, uma vez que as condições objetivas em dada situação podem não mudar a partir da intervenção do sociólogo clínico. Mesmo assim, de alguma maneira a abordagem da sociologia clínica vai buscar transformar a maneira com que os sujeitos se relacionam com as condições objetivas e/ou com o peso de suas histórias pessoais. Se a realidade ou o passado causam sofrimento ao sujeito, a maneira com que o sujeito lida com a realidade e com o passado pode diminuir seu sofrimento, amainar suas angústias, acalmar suas ansiedades, uma vez que propiciará ao sujeito conhecer os mecanismos objetivos e subjetivos que agem sobre seu sofrimento e, com isso, permitirá a ele o desenvolvimento de meios de geri-los.

Por outro lado, isso não seria possível sem um trabalho de co-construção, ou seja, de perceber no pesquisado um sujeito produtor de sentidos e de conhecimento capaz de compreender as dinâmicas psíquicas e sociais que o envolvem. A pesquisa em sociologia clínica não é uma pesquisa construída somente pelo pesquisador em seu escritório ou laboratório, mas é uma pesquisa que se desenvolve em um trabalho intersubjetivo levado a cabo no relacionamento entre pesquisador e pesquisado na prática de coleta e de análise dos dados. O envolvimento do sujeito-pesquisado com a pesquisa deve ser real, ele deve estar a par, na medida do possível, das hipóteses levantadas pelo pesquisador e deve, além disso, ser chamado a contribuir formulando suas próprias hipóteses. E será no vai-e-vem da pesquisa, nos encontros entre pesquisador e pesquisados que serão construídas, verificadas e testadas as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa.

Nesse sentido, o procedimento adotado difere sensivelmente do que estamos acostumados nas ciências sociais, onde apenas o pesquisador é sujeito do suposto saber. Aqui, por mais que haja uma diferenciação de papéis, é importante que o pesquisador tenha uma postura que busque a horizontalidade e a aproximação com o sujeito pesquisado. Em nossa pesquisa, por exemplo, tendo em vista a distância social que separa o pesquisador dos pesquisados, tivemos que adaptar a linguagem utilizada de modo a evitar jargões sociológicos e psicológicos de difícil compreensão para os catadores e buscamos realizar a pesquisa nos locais em que eles estavam acostumados a frequentar. Para realizar algumas entrevistas, tivemos que acompanhar nossos entrevistados em suas atividades cotidianas, várias delas relacionadas ao trabalho de militância. Tal processo, longe de atrapalhar, permitiu que vivenciássemos suas experiências e que nos aproximássemos de maneira mais efetiva dos sujeitos pesquisados. Além disso, quando retornávamos para a sessão de entrevista seguinte, buscávamos retomar alguns assuntos falados anteriormente, o que nos possibilitava lançar as hipóteses de interpretação acerca do relatado e verificar junto ao entrevistado sua pertinência e ressonância.

Cabe dizer que essas hipóteses co-construídas junto aos entrevistados não o foram somente nos momentos durante e após as entrevistas. Elas

remetem ao longo período em que estive envolvido com esses sujeitos, um período de mais de dez anos em que atuei como assessor e parceiro dos catadores organizados em Brasília e do MNCR. Os relatos coletados já eram mais ou menos conhecidos, o contexto de construção do Movimento já era vivenciado por mim e as impressões acerca do Movimento de catadores já eram compartilhadas há alguns anos. No entanto, mesmo conhecendo de antemão alguns aspectos da vida dos catadores, mesmo com meu envolvimento anterior e com o meu engajamento em sua luta, a pesquisa trouxe novos elementos e possibilitou novas reflexões. Para realizar a pesquisa e analisar os dados, no entanto, se foi necessário meu envolvimento e minha aproximação aos sujeitos entrevistados, também foi feito um esforço de distanciamento crítico em relação à pesquisa em si. Tal esforço se deu, primeiramente, na tentativa de compreender meu próprio envolvimento com meu objeto de pesquisa, ou seja, de que maneira se relacionam meus desejos, valores e angústias com a pesquisa e com os sujeitos que fazem parte dela. A partir dessa análise, ou autoanálise, pude ter uma visão mais clara daquilo que me movia no processo de pesquisa, o que possibilitou o melhor delineamento da pesquisa e uma escuta mais sensível dos sujeitos entrevistados.

### **7.1. Sobre a implicação do pesquisador**

Ao definir um objeto e desenvolver uma pesquisa temos um interesse subjacente a esta escolha. Uma pesquisa em ciências humanas, especialmente, mas não só, sempre traz consigo algum significado para o pesquisador. Este significado irá necessariamente influenciar as escolhas teóricas e metodológicas da pesquisa. Um dos grandes diferenciais da sociologia clínica frente a outras abordagens sociológicas é levar realmente a sério a máxima: “não há ciência neutra”. Este é um chavão repetido por vários dos intelectuais das ciências sociais, mas cujas consequências realmente são pouco exploradas. O sociólogo clínico realmente deve se colocar em questão para poder fazer uma “boa sociologia”. Retomando o questionamento de Jean-Philippe Bouilloud: "Em que medida o pesquisador em ciências sociais,

enquanto autor, fala de si mesmo?” (Bouilloud, 2009, p. 88) Eis uma questão que nós cientistas sociais devemos nos colocar, caso contrário de nada valerá o esforço de objetivação de nosso objeto de pesquisa.

O etnopsicanalista Georges Devereux defende que o esforço de objetivação levado a cabo pela maioria dos pesquisadores das ciências humanas e sociais busca antes esconder as concepções acerca do objeto de pesquisa do que propriamente objetivá-las (Devereux, 2012). O que deveríamos fazer, todavia, diz-nos Devereux, é explicitar os nossos interesses e desejos – conscientes e inconscientes – na pesquisa e tentar compreender de que maneira eles se encontram nas escolhas teóricas e metodológicas que fazemos. Devereux afirma que as perturbações decorrentes da nossa implicação com o objeto de pesquisa são “negligenciadas” ou “escondidas” por nós, pesquisadores, que, defensivamente, “buscamos maquiá-las sob a forma de metodologias ou teorias pseudo-objetivas” (Devereux, 2012, p. 16). Tal postura faz com que possíveis erros de interpretação acerca da realidade não sejam controláveis, uma vez que nossa implicação permanece escondida. Segundo Devereux, portanto, a única via para alcançar a objetividade da análise é buscando compreender a própria implicação do pesquisador.

Para tanto, Devereux utiliza o conceito psicanalítico de contratransferência, que remete ao “conjunto de reações inconscientes do analista à pessoa do analisando, e mais particularmente, à transferência<sup>13</sup> deste” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 102). A contratransferência é, no método psicanalítico, fator fundamental para a compreensão do outro, uma vez que tal compreensão passa pela compreensão de si na relação com o outro. Nesse sentido, o psicanalista não pode furtar-se a conhecer o próprio inconsciente e a maneira como ele age na sua percepção sobre o mundo, caso contrário pode projetar em sua análise aquilo que se encontra escondido em seu inconsciente. Segundo Freud,

---

<sup>13</sup> A transferência, na psicanálise, designa o processo pelo qual os desejos inconscientes são projetados ou atualizados sobre determinados objetos. Na relação terapêutica, a transferência é um elemento fundamental, tendo em vista que a partir da transferência e do método da associação livre é que o analista vai conseguir elencar os elementos que fazem parte do inconsciente do sujeito analisado. A contratransferência, nesse sentido, seria o processo inconsciente que a transferência provoca no analista e o trabalho analítico se daria na relação entre estes inconscientes que se comunicam pelo deslocamento recíproco de afetividades.

Nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas, e, em consequência, requeremos que ele deva iniciar sua atividade por uma autoanálise e levá-la, de modo contínuo, cada vez mais profundamente, enquanto esteja realizando suas observações sobre seus pacientes. Qualquer um que falhe em produzir resultados numa autoanálise desse tipo deve desistir, imediatamente, de qualquer ideia de tornar-se capaz de tratar pacientes pela análise. (Freud, [1910] 1996, p. 150).

Trazendo tais proposições para o domínio da sociologia, verificamos que mais importante do que a “vigilância epistemológica” defendida por Bourdieu (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2004), no sentido de nos despirmos de nossas pré-noções e de desconfiar da interpretação do sujeito acerca da própria vida, devemos primeiramente tentar compreender nossa relação com aquilo que queremos pesquisar e, para isso, é mister trazer à tona aquilo que se encontra escondido, o que nos angustia em relação à realidade analisada. A angústia, segundo Devereux, é elemento central para compreensão da realidade social, uma vez que pode tanto levar a erros quanto gerar insights importantes. Essa angústia ocorre quando o pesquisador sente-se emocionalmente implicado por seu objeto de estudo, quando ocorre algum tipo de identificação entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado e quando valores e crenças caros ao pesquisador encontram-se em risco quando confrontados com a realidade estudada. A partir da análise de diversas pesquisas, Devereux mostra que, quando os dados são ansiógenos, ou seja, fonte de angústia, comumente os pesquisadores acabam por deformá-los ou escondê-los. O maior perigo é que esse procedimento não ocorre de maneira intencional e consciente, mas se dá a partir de uma postura defensiva não percebida pelo pesquisador. Por isso, Devereux defende que a compreensão, pelo pesquisador, de suas próprias angústias, de seus mecanismos de defesa e de seus objetivos inconscientes seja condição *sine qua non* para a objetividade nas ciências do comportamento.

Jacqueline Barus-Michel (2012) nos lembra que a implicação não apenas faz parte do processo de construção do conhecimento como é necessária para a melhor compreensão do fenômeno e do sujeito pesquisado, pois nos permite o acesso ao explícito, ao subentendido e ao subjacente, o que

contribui para a compreensão da experiência em sua profundidade e complexidade.

A implicação clínica permite um reconhecimento em profundidade e em complexidade da experiência: trata-se de deixá-la ressoar, prová-la suficientemente para então ouvir o explícito, o subentendido e o subjacente e não perdê-los, contaminados que estaremos pela força do discurso ou das emoções. (Barus-Michel, 2012, p. 221)

Barus-Michel defende que a implicação é fonte da sensibilidade necessária para que o pesquisador compreenda a duplicidade da linguagem, dos comportamentos e dos discursos dos sujeitos. No entanto, para que a implicação gere os efeitos positivos pretendidos, é necessário que o pesquisador faça o exercício de compreensão da própria implicação, que ele consiga interpretar as razões da ressonância daquilo em seu íntimo ao longo da pesquisa. Tal postura compreende um vai-e-vem entre a aproximação e o distanciamento com o objeto de pesquisa, um desejo de fusão, ou seja, de se lançar inequivocamente dentro daquilo que pesquisamos, e a necessidade de se afastar e de “respirar ar fresco”, de modo a dar clareza àquilo que observamos e sentimos.

O desenvolvimento dessa pesquisa também se deu a partir dessa dinâmica de distanciamento – aproximação. Desde a construção do que seria a pesquisa até a análise e interpretação dos dados coletados, por vezes, me via extremamente implicado e, outras vezes, distanciado. As dificuldades enfrentadas no processo de delineamento da pesquisa só se resolveram a partir do processo de compreensão do que estava por trás do que eu me propunha a estudar. Para tanto, não bastou que eu buscasse as raízes do meu interesse no envolvimento que tenho com o tema de minha pesquisa, mas foi necessário compreender uma dinâmica familiar oculta que perpassou diversas escolhas políticas, profissionais e acadêmicas. Evidentemente que o delineamento da pesquisa se dá antes, durante e até depois da pesquisa em si, no momento de sua escrita, e, no meu caso, ela ganhou uma direção mais evidente, a partir desse esforço de autoanálise.

Não cabe aqui voltar aos pormenores de como se deu tal processo, o que já foi feito em momento anterior, mas de enfatizar a importância de tal esforço na construção dessa pesquisa. Por outro lado, minha implicação política com o movimento de catadores, com a economia solidária e com as pessoas cujas histórias de vida estão relatadas nessa pesquisa também contribuiu para que eu pudesse ter uma escuta mais sensível e uma compreensão mais apurada dos dados coletados.

Essa pesquisa foca nas trajetórias de vida, mas não é uma pesquisa sobre as histórias de vida individuais de catadores que se tornaram militantes de um movimento social. Trata-se de uma pesquisa sobre as trajetórias sociais e, para isso, foi necessário também compreender os contextos nos quais tais trajetórias se desenrolam. A história e a gênese do movimento não podem ser explicadas somente a partir da compreensão das histórias individuais sobrepostas, mas a partir de uma visão sócio-histórica a respeito do desenvolvimento desse grupo e do mundo no qual ele está inserido, compreendendo a atividade de catação, o que é o movimento, o que ele significa para os catadores, como ele se estrutura e quais são os outros atores que com ele se relacionam. Tal compreensão se deu, em grande medida, a partir de minha relação anterior com os catadores organizados, decorrente de meu trabalho na Incubadora Social e Solidária da Universidade de Brasília – entre 2006 e 2012 –, de pesquisas realizadas em momentos anteriores (Isaac Silva, 2005, 2007, 2011), e de meu engajamento pessoal junto aos catadores de Brasília e do Movimento Nacional, que ocorre independentemente de minha situação de trabalho e de pesquisa desde a primeira vez que tive contato mais próximo com um grupo de catadores, em 2003.

Além disso, o contato anterior com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis me permitiu uma aproximação mais fácil de alguns catadores que exercem funções de liderança no Movimento – o que é particularmente importante quando trabalhamos com histórias de vida, ferramenta que exige disponibilidade de tempo para um ou mais encontros que tomam algumas horas.

## 7.2. A escolha dos entrevistados

Para a escolha dos entrevistados, eu tive que adaptar meu desejo àquilo que era possível. Meu desejo inicial era ter uma seleção que fosse abrangente dos pontos de vista geográfico e de gênero. Meu envolvimento com os catadores de Brasília me facilitava a escolha de catadores desta cidade, mas me angustiava o fato de que, salvo o representante na comissão nacional – a quem entrevistei –, o MNCR não tinha outros dirigentes Brasília. A cidade de São Paulo é a sede do MNCR, e o Movimento em São Paulo é bastante articulado, o que não me deixava a opção de não entrevistar alguém da capital paulista. No Rio de Janeiro, um jovem dirigente, com uma trajetória improvável, vinha despontando no cenário nacional e internacional, por conta de um documentário realizado no maior aterro de lixo da América Latina. Além disso, minha família mora no Rio de Janeiro, o que facilitaria a realização de viagens para lá. Outras cidades também se mostravam promissoras, com dirigentes engajados e que possivelmente teriam histórias superinteressantes de serem relatadas, como Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Belém.

No entanto, com minhas obrigações profissionais em Brasília e o prazo de finalização da tese se findando, tive que ser pragmático e escolher entrevistados que alinhassem interesse em participar das entrevistas e minha disponibilidade para viagem. Infelizmente, isso acarretou a diminuição da quantidade de entrevistados frente àquilo que era meu desejo inicial e a sub-representação de gênero, com apenas uma mulher entrevistada. Por outro lado, isso permitiu que as entrevistas fossem mais longas e suas análises ganhassem em profundidade, o que vai ao encontro dos objetivos da abordagem da sociologia clínica.

A primeira entrevista foi realizada com Fausto, dirigente do Movimento em Brasília, a quem conheço há mais tempo e com quem tenho mais proximidade para entender até mesmo elementos não ditos nas entrevistas, uma vez que nossa relação ultrapassa em grande medida o espaço das entrevistas.



Outro escolhido para compor nossa pesquisa foi Vagner, dirigente do MNCR em São Paulo, que desde o primeiro momento se mostrou disposto a participar da pesquisa e me ajudou no contato com a outra entrevistada de São Paulo. Com Vagner, tive mais de dois encontros que me permitiram trocar ideias sobre as hipóteses com as quais trabalhava, aprofundar em alguns pontos que achava mais interessante e de dirimir algumas dúvidas que surgiram no decorrer das transcrições e da análise das entrevistas.

Em São Paulo, entrevistei também Diana, que tornou-se não apenas importante por ser uma representante feminina dentro do Movimento, mas também por ser a única das pessoas entrevistadas que tinha morado na rua, o que não é incomum entre os catadores, apesar de ser raro entre os dirigentes do Movimento. Foi Vagner quem sugeriu que Diana fosse entrevistada. Com Diana realizei apenas uma sessão de entrevista, mas que foi muito proveitosa. Passamos o dia inteiro conversando e, ao longo desse dia, ela me relatou várias passagens de sua vida e conseguimos trocar algumas impressões a respeito de como ela percebia tais acontecimentos.

O relato de vida vindo do Rio de Janeiro não foi fruto de uma entrevista propriamente dita. Tião, a quem conhecera há alguns anos, participou do documentário “Lixo Extraordinário” e tornou-se uma espécie de “celebridade” entre os catadores, tendo participado da festa do “Oscar” em Hollywood, de entrevistas na TV, de campanhas publicitárias. A trajetória de Tião, um catador que vinha do aterro de Jardim Gramacho ao “estrelato”, era interessante por si só. Além disso, Tião estava no Rio de Janeiro, onde vivem meus pais, o que facilitaria a logística de realização da entrevista. Em meados de 2014, assim que retornei de meu estágio doutoral na França, entrei em contato com Tião, que se disponibilizou em participar da entrevista.

No entanto, poucos dias depois, descobri, pela TV, que Tião havia lançado uma autobiografia. Pensei: “Agora não faz sentido realizar a entrevista com ele”. Estava em busca de outros possíveis entrevistados, mas comprei seu livro. Ao começar a ler, percebi que não precisava abdicar de Tião em minha pesquisa, mas poderia utilizar o material já publicado para servir de matéria-prima para uma análise socioclínica. E havia precedentes para isso. Gaulejac utilizou-se de histórias de vida publicadas em pelo menos duas de suas obras

(Gaulejac, 1987, 2009), Bourdieu (1996) buscou analisar a vida de Flaubert a partir de sua obra "*A educação sentimental*" e de biografias a respeito desse artista, e Norbert Elias também o fez em seu brilhante estudo sobre Mozart (Elias, 1995).

Mesmo que a partir de abordagens bastante diferentes, os estudos sociobiográficos realizados por esses três importantes autores mostram que a sociologia não deve abster-se de estudar os fenômenos sociais a partir das histórias de vida de indivíduos específicos. Mesmo que elas já sejam de conhecimento público, a sociologia pode trazer novos elementos de análise que contribuam em sua compreensão e, especialmente, dos fenômenos sociais às quais estas vidas estão ligadas. Além disso, como nos lembra Gaulejac (1987), ao utilizar um livro autobiográfico, o pesquisador possibilita um debate mais efetivo a respeito da pertinência de suas hipóteses, uma vez que a matéria-prima de sua análise, o relato, também se encontra à disposição dos seus interlocutores.

A utilização de entrevistas para apresentar hipóteses de pesquisa tem um grande inconveniente. Elas não podem ser transmitidas em estado bruto, e é o pesquisador que efetua a recomposição em função das hipóteses que ele tenta validar. Ao fazer isso, ele não permite ao leitor discutir a pertinência do que ele reteve ou do que foi abandonado na passagem entre o material de partida e o que fica em sua apresentação. (Gaulejac, 1987, p. 151)

Enfim, mantive Tião em minha pesquisa, apesar de não ter sido necessária a realização de uma entrevista. No entanto, do ponto de vista da abordagem socioclínica, isso acarretou a perda da possibilidade de diálogo entre pesquisador e pesquisado, a fim de verificar a pertinência das hipóteses junto ao sujeito da pesquisa. Mais uma vez, o principal empecilho para este procedimento refere-se ao prazo para término da pesquisa. Nada impede, no entanto, que tal procedimento seja levado a cabo em momento posterior.

### **7.3. Alguns aspectos das narrativas de vida**

Propomo-nos, nesta pesquisa, a fazer uma análise das trajetórias sociais de militantes catadores a partir de seus relatos ou narrativas de vida. Devemos, então, explicar alguns aspectos metodológicos que vemos como centrais para a execução deste procedimento.

Especialmente no que tange ao “espírito” com que vamos às entrevistas, cabe destacar que a abordagem clínica confere um papel diferenciado à escuta e à relação de horizontalidade entre pesquisador e entrevistados. Conforme nos lembra Levy, “o sociólogo clínico se concebe pois como ‘um ator à escuta da palavra e do sofrimento social’.” (Levy, 2001, p. 71) Para tanto, é preciso estar aberto à escuta do sujeito que fala – e sofre. O objetivo da escuta na sociologia clínica é liberar uma fala que leve em conta a dimensão social da história individual. O procedimento privilegiado nessa pesquisa são as narrativas de vida (ora também chamadas de histórias de vida ou relatos de vida). Para Legrand, a abordagem biográfica é tanto objeto quanto método, ela é uma abordagem da biografia pela biografia. É uma abordagem da história de vida pelo relato desta história, e ainda mais, pelo relato daquele que é tanto ator quanto autor de sua história. (Legrand, 1993, p. 11).

Ao se concentrar na análise de trajetórias individuais e não na explicação de estruturas macrossociais, a grande contribuição da sociologia clínica se dá na interface entre indivíduo e sociedade. Nesse âmbito, a força analítica da sociologia clínica se encontra nos princípios fundamentais do procedimento clínico, quais sejam: uma atenção aos fatos concretos, a serem analisados em sua totalidade; seu contexto empírico; os sentidos que os sujeitos imputam às ações e representações; e sua singularidade própria. Nesse procedimento, é mister a atenção aos menores detalhes.

Apesar do foco na singularidade do fenômeno e de seu significado, ao analisar essa significação, os resultados da análise podem ser generalizados, tendo em vista a profundidade com que foi feita e as ferramentas teóricas utilizadas.

O paradoxo contido em uma concepção da pesquisa clínica querendo-se, ao mesmo tempo, passível de generalização e implicada em uma intervenção pode assim, em certa medida, ser ultrapassado, sob a condição de ampliar sua significação e encará-la como um processo multidimensional. Deste ponto de vista, ela liga três momentos: o ato (ou a ajuda) – o trabalho de teorização – a transmissão, que relacionam sucessivamente atores sociais, pesquisadores e destinatários potenciais. (Levy, 2001, p. 98)

Nos relatos de vida, pretende-se compreender o vivido em grupo social pedindo a alguns dos indivíduos que dele fazem parte para narrar sua própria história. Nesse método, pretende-se “dar a palavra àqueles que nunca podem ou ousam tomá-la e contribuir, assim, para quebrar em pedaços as representações e as ideias recebidas que confirmam o *status quo* social”. (Levy, 2001, p. 93)

Por se pautar pelo interesse na profundidade dos relatos e dos aspectos simbólicos das falas dos sujeitos, a abordagem metodológica da sociologia clínica se interessa mais por se valer de poucos interlocutores, porém significativos, do que por uma investigação estendida a uma ampla amostra representativa. (Levy, 2001, p. 85)

Na coleta de dados, nossa preocupação foi, além de compreender como se tece a narrativa, tentar fazer emergir elementos de significação novos, cujo sentido foi procurado em um segundo momento, a partir da comparação entre os diferentes relatos e entre as hipóteses levantadas e sua verificação junto aos seus autores. Nesse sentido, foi necessário um amplo quadro de análise a fim de que não se perdessem dados potencialmente relevantes. Como bem relata Levy, tal procedimento pode parecer, às vezes, ineficiente, uma vez que podem decorrer vários encontros com o entrevistado sem que nada “revelador” seja percebido, e, em um encontro específico, um relato altamente significativo permite que os “fios se atem” e que se avance na análise de questões até então sem respostas. (Levy, 2001, p. 86)

Em alguns casos, vários encontros foram necessários para que se estabelecesse um vínculo de confiança entre entrevistado e entrevistador e para a fluidez e profundidade nos relatos apresentados. Tudo isso para

desencadear um relato significativo e para que os diversos fios das experiências vivenciadas pudessem ser lembrados, atados e compreendidos.

Se a entrevista clínica é utilizada de maneira privilegiada no quadro de pesquisas efetuadas nesta perspectiva, é porque ela julga que é levando pessoas a explorar e a rememorar sua experiência passada – lembranças, observações, impressões, acontecimentos... – e a comunicá-la, no quadro privilegiado de uma entrevista, que se é capaz de ter acesso a uma compreensão aprofundada e precisa das situações sociais em relação às quais essas experiências tiveram lugar. (Levy, 2001, p. 89-90)

Cabe destacar também a importância que observamos nos relatos de determinados momentos particularmente importantes na vida dos entrevistados. Referimo-nos ao que nas abordagens biográficas é conhecido como acontecimento (*événement*, em francês). Legrand (1993) confere ao “acontecimento” o status de categoria biográfica, em contraposição a outras categorias não biográficas – como *habitus* e capital, por exemplo. O acontecimento é aquele momento, possivelmente inesperado e surpreendente, que provoca algum sentimento particularmente importante no sujeito e/ou que muda o curso provável de determinada história. De acordo com Roger Bastide é o acontecimento que quebra a “monotonia do cotidiano, que se destaca no acinzentado uniformizante” (Bastide, 1968, p. 822 apud Legrand, 1993, p. 131).

Nas narrativas, os acontecimentos exercem importante papel de transformação, mas eles “acontecem” porque existe uma estrutura social que permite esse acontecimento – mesmo que haja estruturas sociais que ajam na direção contrária – e também são frutos de ações humanas. Os acontecimentos ocorrem em uma mistura de acaso e de necessidade, ou seja, são ao mesmo tempo frutos da determinação e da indeterminação do social. E se eles são relatados pelos narradores de determinada história, é porque provocaram não apenas transformações em geral, mas porque possuem um significado particular para aqueles sujeitos.

#### **7.4. Os procedimentos de coleta de dados**

Para a realização das entrevistas, foi feito um contrato entre pesquisador e entrevistados, que garantia (1) o anonimato do entrevistado e (2) o retorno da entrevista ao entrevistado a fim de que ele verificasse as inconsistências do relato e das hipóteses utilizadas e aprovasse o texto final acerca de sua história de vida. Importante frisar que dois dos entrevistados abriram mão do anonimato e solicitaram a utilização do nome real. No entanto, preferi manter o anonimato dos três entrevistados – exceto no caso de Tião, cuja história foi publicada em sua autobiografia – tendo em vista a assimetria na relação entre pesquisador e entrevistados no momento da celebração de tal acordo, a imprevisibilidade dos procedimentos de coleta e de análise dos dados – não sabíamos exatamente o que sairia dali e quais seriam as repercussões de seus relatos – e o fato de que essas entrevistas revelam aspectos íntimos de suas vidas que, em geral, não se quer tornar públicos. Por esses motivos, mantive o anonimato dos entrevistados, apesar da liberação por parte deles.

As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados, e ocorreram em locais bastante heterogêneos, a depender da disponibilidade e do desejo do entrevistado. A maior parte das entrevistas ocorreu em salas de reunião, seja na sede do MNCR, seja na sede de cooperativas visitadas junto com os entrevistados, mas também fizemos entrevistas em locais de separação de materiais nos galpões de cooperativas, nos trajetos entre uma cooperativa e outra, dentro do carro, em cafés e restaurantes. Evidentemente, às vezes o local mostrava-se pouco apropriado, com barulho de máquinas ou pessoas circulando ao redor. No entanto, como para a realização das entrevistas passávamos um dia inteiro juntos, às vezes surgiam assuntos interessantes que não respeitavam o momento artificialmente preparado para a entrevista. Os ambientes visitados faziam surgir novos temas e as entrevistas ganhavam nova vida mesclada a uma etnografia da vida militante, o que se tornou bastante profícuo e não poderia deixar de ser registrado.

Os registros por sua vez, em sua maioria, foram feitos a partir de um gravador de áudio. No entanto, nem todos os momentos de conversa foram gravados, eventualmente assuntos deveras importantes surgiam antes da ligação do gravador ou depois de seu desligamento. Essas conversas e mesmo o relato dos momentos vivenciados junto com eles também eram registrados ao final desses dias intensos de etnografia. Um desses momentos vivenciados por mim junto a um dos entrevistados faz-se presente no capítulo 3, e ilustra a mobilização dos catadores de Brasília contra uma ação do governo local que viria a prejudicá-los. A maior parte da pesquisa, no entanto, foi feita a partir de relatos gravados e posteriormente transcritos em sua integridade.

### **7.5. A análise dos dados**

Os procedimentos de análise constituem parte fundamental do método da sociologia clínica. Aqui importa menos a objetividade dos acontecimentos, os fatos em si, do que como tais fatos foram apreendidos pelos sujeitos em questão. Nas narrativas de vida utilizadas pela psicanálise, as referências factuais e objetivas são um aspecto periférico frente aos aspectos simbólicos e subjetivos que tais fatos representam. Na sociologia clínica,

A narrativa é então tomada como modo intersubjetivo de produção de conhecimento onde os aspectos subjetivos e objetivos estão entrando em uma nova relação dialética, complexa. Os aspectos subjetivos e objetivos são assim profundamente questionados, se interpenetrando, se confrontando em uma história verídica, ainda inacabada entre protagonistas de uma prática social, história que é também prática de vida. (Rhéaume, 2010, p. 64)

Rhéaume percebe que o procedimento da análise é um momento fecundo para que sejam verificados quais são os aspectos objetivos e subjetivos de determinada narrativa e de que maneira eles se entrelaçam. A narrativa, então, deve ser entendida como um processo intersubjetivo que contém elementos importantes para a análise da prática social.

Ao realizar a análise do discurso dos sujeitos a respeito da vergonha, Gaulejac afirma que “convém separar os diversos elementos, objetivos e

subjetivos, conscientes e inconscientes, reais e fantasísticos, para compreender as influências recíprocas dos elementos sociais e do funcionamento psíquico na gênese do sentimento de vergonha” (Gaulejac, 2006, p. 173). Ao analisar essa questão, Gaulejac percebe que as carências simbólicas – ligadas ao meio social e à pobreza – quando combinadas com feridas narcísicas e faltas afetivas, davam vazão, mais facilmente, ao sentimento de vergonha.

Desse modo, não se pode desprezar a importância dos aspectos objetivos do relato, mas também se deve ter bastante atenção aos elementos subjetivos que o perpassam. Como bem percebe Levy, “a narrativa faz parte da história; o sentido que o sujeito dá aos acontecimentos de que se lembra, trabalhado pelo tempo e as provações, é dele uma dimensão essencial”. (Levy, 2001, p. 95).

Seguindo a orientação metodológica de Michel Legrand (1993), busquei, primeiramente, a partir do material bruto, fazer uma categorização inicial de alguns dos principais elementos de análise. Para tanto, contei com o suporte do programa Nvivo, o que possibilitou a decomposição das narrativas em diversas partes, as quais se apresentaram muitas vezes sobrepostas. Estas sobreposições me ajudaram a perceber alguns aspectos que se entrecruzavam e que, eventualmente, se repetiam.

No tratamento dos dados, primeiramente, dividi as passagens em dois grandes blocos de categorias, um que se referia às categorias “biográficas” e outro que se referia às categorias “não biográficas”. As *categorias biográficas* são aquelas relacionadas aos *acontecimentos* e aos *períodos de tempo* relatados pelos sujeitos, sejam eles curtos ou longos. Os acontecimentos remetem normalmente às mudanças, ou a algumas situações particularmente significativas relatadas pelos narradores. Tais mudanças podem estar relacionadas à trajetória institucional – nascimento, escola, casamento, trabalho etc. –, a acidentes biográficos – crises, fracassos, doenças, luto – e às mudanças ocorridas ao longo da carreira de militância – iniciação, socialização, defecção etc.. As narrativas também muitas vezes abordam períodos mais ou menos longos que se caracterizam por certa continuidade e constância. Esses



períodos relatados também são importantes para a análise tanto do contexto social quanto dos sentidos dados a esses períodos.

No entanto, a narrativa é dinâmica e muitas vezes a constância e a mudança se misturam, se sucedem tão rapidamente que a categorização torna-se muito frágil. Por outro lado, o que objetivamos foi construir uma base histórico-temporal que permitisse o relato das experiências e de suas significações. As experiências foram analisadas a partir daquilo que elas significaram para o sujeito: transgressão, fracassos, humilhações, sucesso, aprendizagem etc..

O que nos traz ao segundo conjunto de categorias, que nomeamos de *não biográficas*. Essas categorias foram mais relacionadas aos *sentimentos* que se fizeram presentes no momento dos relatos das experiências – culpa, frustração, desilusão, inferioridade, vergonha, revolta, orgulho, gratidão, sensação de dever cumprido, segurança etc. – e aos *conjuntos de predisposições* e de *capitais requeridos* nas situações relatadas. Além disso, também buscamos destacar as *estruturas sociais* objetivas que estavam presentes e que compunham os cenários e os ambientes relatados: escola, classe social, mercado, trabalho, organização, família, redes de sociabilidade etc..

Com o cruzamento entre esses dois conjuntos de categorias, conseguimos perceber em quais momentos determinados sentimentos se faziam mais presentes, em que situações determinados capitais ou predisposições eram requeridos e como as estruturas sociais confrontadas pelos sujeitos se articulavam do ponto de vista sincrônico e diacrônico. Essa percepção possibilitou uma reflexão acerca das hipóteses levantadas e de sua pertinência frente à realidade estudada.

Em um segundo momento, nos distanciando um pouco dessa estrutura de categorização fechada e pouco flexível, voltamos às referências teóricas utilizadas de modo a perceber a pertinência das categorias utilizadas para compreender as trajetórias sociais e sua singularidade. Conforme defende Legrand,

A interpretação não é tratamento. A interpretação transforma a hipótese concreta em uma hipótese teorizada. Ou seja, a interpretação formula as hipóteses explicitamente; ela as sistematiza; ela elucida por si mesma seus referenciais conceituais; ela as discute e as aprofunda; ela possibilita que as hipóteses possam ultrapassar a história e o caso singular, e tornem-se, potencialmente, constitutivas de uma teoria geral. (Legrand, 1993, p. 209).

A partir desse procedimento de interpretação dos dados, pudemos analisar os relatos de vida à luz não apenas das categorias da sociologia clínica, mas a partir de uma abordagem propriamente clínica, que levasse em consideração a reflexividade dos sujeitos envolvidos e a implicação do pesquisador.

## 8. Narrativas de vida

O tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal.

*Paul Ricoeur*

### 8.1. Vagner

Vagner nasceu na Barra Funda, São Paulo, no ano de 1966. O bairro da Barra Funda localiza-se em uma área central da cidade . É conhecido por ter abrigado um importante distrito industrial, que entrou em decadência a partir dos anos 1970. Inicialmente ocupado por imigrantes italianos – é na Barra Funda que se localiza o estádio da Sociedade Esportiva Palmeiras, clube de futebol criado por imigrantes italianos –, a Barra Funda também se caracteriza pelo povoamento da população negra, que se dá sobretudo no início do século XX, e de imigrantes nordestinos, a partir dos anos 1970. Como grande parte da população negra, a família de Vagner morava em uma favela situada dentro do bairro, de forma que o pai ficasse próximo ao local de trabalho.

Seu pai, nascido em 1930, trabalhava como “chapa”, descarregando caminhões. O trabalho de “chapa” encontra-se no rol dos trabalhos exercidos em situação de informalidade. No trabalho de “chapa”, em geral, os trabalhadores não são contratados formalmente pelas empresas, ficam à disposição nos locais de carregamento e descarregamento de caminhões, sendo recrutados por caminhoneiros para executar serviços eventuais. Apesar da baixa escolaridade e da origem pobre – é neto de escravos e cresceu em um orfanato –, Vagner diz que ele gostava muito de ler, especialmente livros de história. Não tinha dinheiro para comprar livros, mas quando os encontrava na rua, no trabalho, ou ganhava de presente, os levava para casa. Segundo Vagner, seu pai era conhecido na favela como um homem culto. Hoje, aos 84 anos de idade e já aposentado, o pai de Vagner ainda é referência para ele.

*No bar, paravam para escutá-lo. Hoje, meu interesse por política, eu vejo que puxei do meu pai. Tenho muito orgulho de ser seu filho. É nele em quem me espelho.*

Vagner fala pouco da mãe, diz que ela tinha problemas com bebida e que pouco conversava com ele e sua irmã. Apesar da falta de proximidade com os filhos e do alcoolismo, Vagner diz que ela se esforçava para cuidar da casa e das crianças. Morreu em 1984, quando Vagner tinha 18 anos de idade. Segundo Vagner, a perda de sua mãe ajudou a desestruturar a família, o que ocorreu cerca de dois anos depois.

Até os anos 1980, a Barra Funda contava com um importante parque industrial, o que gerava milhares de postos de trabalho na indústria e nas atividades assessórias, como a logística. O pai de Vagner foi uma das milhares de pessoas afetadas pela decadência da indústria no bairro da Barra Funda, ficando sem trabalho e sem meios de garantir o sustento da família<sup>14</sup>. Em 1979, o pai de Vagner resolve mudar-se para Pirituba, bairro localizado no noroeste de São Paulo, mais distante do centro do que a Barra Funda, mas que contava com uma indústria crescente. Atualmente, Pirituba é um dos polos industriais da cidade. Nesse bairro, a família de Vagner passa a morar com seus tios e primos, cerca de vinte pessoas, que dividiam um mesmo terreno de aproximadamente 500 m<sup>2</sup>. Esse lote fora deixado de herança por um dos tios de seu pai, contudo, ao invés de unir a família, virou objeto de disputa entre uma prima e o pai de Vagner. A baixa escolaridade dos envolvidos na disputa favoreceu o trabalho mal intencionado de um advogado que, ao fazer o inventário do falecido tio, transferiu a propriedade do terreno para si, o que gerou o posterior despejo de toda a família.

*A família desandou um pouco nessa época e cada um de nós seguiu seu rumo. Eu odeio despejo. Eu já tinha uma mulher e uma filha. Nessa época*

---

<sup>14</sup> A partir dos anos 1980, a Barra Funda passa a abrigar cada vez mais a população de classe média da cidade de São Paulo. Sua localização próxima ao Centro e ao lado de bairros mais elitizados, como Perdizes, atraiu a classe média paulistana. Este movimento se deu ao mesmo tempo em que a população operária foi deixando o bairro em decorrência da decadência da indústria.

*eu tinha um serviço registrado e depois do despejo acabei não tendo mais. Eu trabalhava de ajudante geral, junto com meu pai. Depois disso morei em vários lugares, inclusive de favor na casa dos outros.*

A lembrança do desfecho dessa disputa judicial, o despejo, é ainda dolorosa para Vagner. Sua mãe havia falecido há três anos e não assistiu ao esfacelamento familiar que se seguiu. Vagner, o pai, a irmã e os primos afastaram-se uns dos outros.

Para Vagner, esse episódio foi particularmente marcante. O tempo vivido em Pirituba, cerca de oito anos, foi o período de passagem da adolescência para a vida adulta. Foi em Pirituba que Vagner teve seu primeiro trabalho formal, com carteira assinada. Em Pirituba Vagner casou-se e teve sua primeira filha. Além disso, essa experiência de vida comunitária, que se deu a partir da convivência cotidiana com a família ampliada, primos, tios e sobrinhos, assegurava certa estabilidade na rede de sociabilidade, o que gerava confiança, interdependência e integração dos membros da família. O rompimento dos laços de confiança, decorrente da disputa entre seu pai e sua prima, e a fragmentação da rede de sociabilidade que se deu após o despejo fizeram ruir a estrutura social que assegurava a estabilidade emocional e material de Vagner. A vida de Vagner desestruturou-se.

Vagner havia se casado há pouco tempo e já tinha uma filha. Após o despejo, morou de favor em alguns lugares e também perdeu o emprego. Até então, trabalhava com o pai como ajudante geral. Durante os anos seguintes, Vagner não conseguiu se fixar durante muito tempo em emprego ou moradia. Mudou-se para Mogi das Cruzes, cidade localizada na região metropolitana de São Paulo, onde adquiriu um terreno.

Em Mogi das Cruzes, Vagner pensou em viver da agricultura. No terreno que havia comprado, poderia plantar hortaliças, como outros agricultores da região. No entanto, Vagner não tinha nenhuma experiência com agricultura. Tinha vindo de uma família extremamente urbana e desconhecia completamente o trabalho rural. Sem experiência e não encontrando orientação para trabalhar na agricultura, e tampouco conseguindo trabalho no setor

industrial ou de serviços da cidade, Vagner resolve vender o terreno em Mogi das Cruzes e volta para São Paulo.

Depois da venda do terreno em Mogi das Cruzes, voltou a São Paulo, sem moradia e desempregado. Morava de favor na casa de um parente quando conseguiu um emprego em uma transportadora. Com o passar do tempo, conseguiu comprar uma pequena casa em uma ocupação irregular no Jardim Carumbé, bairro da periferia norte de São Paulo. A casa fora vendida a ele a troco de um relógio e do pouco de dinheiro que possuía na época.

Vagner passou novamente por um período de desemprego, trabalhando eventualmente por meio de “bicos” diversos. Era o ano de 1990, o presidente Fernando Collor de Melo havia recém-tomado posse e o Brasil convivia com recessão econômica, altas taxas de inflação e o confisco da poupança, executado pelo Plano Collor. A dificuldade econômica era grande, sobretudo para quem era pobre e tinha baixa escolaridade. Para Vagner, a fome tornou-se a companheira das horas mais difíceis.

Uma prima de Vagner, que morava no mesmo bairro, catava papel para vender. Junto com ela, outros vizinhos também catavam papel para sobreviver. Vagner via sua prima e outros vizinhos saírem cedo, ainda antes de o sol nascer, em direção a Pinheiros e voltarem com várias coisas: comida, produtos de higiene pessoal, roupas etc. E pensava: “Como é que eles arrumam isso tudo e eu aqui passando fome?” Vagner sabia que sua prima e os outros catavam papel para ganhar dinheiro, mas não sabia como eles faziam, aonde iam, como carregavam os papeis, para quem vendiam. Eles se recusavam a contar-lhe os segredos do seu ofício e tampouco deixavam que Vagner fosse com eles para o trabalho. Vagner resolveu segui-los. Como não tinha dinheiro para pagar o ônibus, passou por debaixo da catraca. Os outros, então, perceberam que não tinham como despistar Vagner e deixaram-no acompanhá-los.

*Eles não me contavam onde iam trabalhar, como ganhavam dinheiro. Então, resolvi segui-los. Na época eles não tinham dinheiro para pegar ônibus, aí passavam por debaixo da roleta, para entrar no ônibus sem pagar. Nesse dia, eu fiz isso também e eles perceberam que não tinha jeito, eles iam ter que*

*me levar junto com eles. Eu não tinha nada pra comer, fome total. E com criança pequena.*

Percebe-se aí que, mesmo sendo uma atividade informal, o trabalho de catação não deixava de ter seus “segredos” e, em certa medida, uma estrutura corporativa resistente à inserção de novos membros. Conforme verifica Theodoro e Girard-Nunes em pesquisa sobre algumas categorias do setor informal, mesmo os mercados informais possuem regras, estrutura, redes de cooperação, e seu funcionamento está baseado em lógicas “subjetivas”, como as relações de confiança estabelecidas por vínculos de proximidade (Theodoro; Girard-Nunes, 2003). Tal configuração também havia sido percebida por Smelser e Swedberg (1994) em sua análise sobre a construção social dos mercados, especialmente o mercado de trabalho e de serviços. Segundo eles, os mercados deveriam ser estudados como estruturas sociais cujos agentes econômicos fossem compreendidos a partir de suas histórias de socialização, que formariam suas subjetividades.

Entre aqueles catadores, a presença de uma pessoa de fora constituía um risco e deveria ser evitada. A atividade de catação de materiais recicláveis, apesar de ser uma fonte de renda que resistia mesmo em um momento de retração econômica, era ainda marginalizada pela sociedade e perseguida pelo poder público. Por isso, era necessário cuidado e proteção contra agentes externos. A estruturação de uma rede de confiança era vista, então, como necessária para que a estratégia de sobrevivência por meio da atividade da coleta e venda de materiais recicláveis continuasse a beneficiar os catadores. A criação de uma cooperativa constituía, desse modo, um dos meios pelos quais se estruturaria essa rede de confiança.

Nesse dia, eles foram a uma cooperativa de catadores, que havia sido criada há pouco tempo. Chegando lá, Antônio Carlos, um velho catador, ofereceu-lhe uma parceria, na qual os dois sairiam ganhando. Antônio Carlos tinha direito a um carrinho da cooperativa e Vagner foi ajudá-lo a recolher e carregar os materiais. Recolheram cerca de 400 quilos de papel. De volta à cooperativa, os responsáveis pagaram o valor referente ao papel e Vagner saiu contente com o valor recebido, que equivaleria hoje a cerca de R\$ 20,00.

*Eles pagavam na hora pelo papel. Eu recebi minha parte e fiquei contente. Pensei: “com esse dinheiro já dá pra comprar pão, leite, feijão e arroz”.*

No dia seguinte, Vagner resolveu voltar à cooperativa. E, dessa vez, cataria sozinho. “Se da outra vez deu pra comprar tanta coisa, agora vou lá catar mais papel para arrumar dinheiro para o gás.” Chegando à cooperativa, sem a apresentação de ninguém, não conseguiu nenhum carrinho para carregar o papel. Os catadores associados à cooperativa tinham preferência. Vagner, insistente, esperou. De oito horas da manhã até quatro da tarde. Quando faltava uma hora para fechar a cooperativa, o responsável pelo empréstimo dos carrinhos chamou Vagner e disse: “Você tem uma hora para voltar com a carroça.” Vagner não perdeu tempo, saiu correndo com o carrinho e recolheu tudo o que via pela rua. Não sabia o que seria comprado ou não, qual o valor de cada material, mas, para não perder tempo, não dispensou nenhum objeto descartado. Quase não recolheu papelão, mas teve sorte e conseguiu um bom dinheiro. O responsável pelo empréstimo dos carrinhos, vendo seu empenho de Vagner, disse-lhe para voltar no dia seguinte, que ele teria o carrinho para trabalhar.

E foi assim que Vagner começou a catar materiais recicláveis. Aos poucos, aprendeu as diferenças entre os materiais, quais eram os mais valorizados no mercado, como deveria separá-los e quais os locais mais propícios para encontrá-los. Eventualmente, no meio do lixo, encontrava carnes, pães e outros alimentos em bom estado. Levava esses alimentos para casa.

Logo que começou a catar materiais recicláveis, diversas vezes Vagner teve que levar sua filha para o trabalho. Exausto do trabalho – que exigia uma jornada de trabalho que começava antes do amanhecer e terminava depois de escurecer –, chegou a dormir debaixo da carroça com a filha, que na época possuía por volta de três anos de idade. Hoje, sua filha tem seis filhos, é casada e trabalha como dona de casa. Engravidara aos 14 anos de idade e por isso parou de estudar, não tendo chegado a concluir o Ensino Fundamental.



Voltou a estudar recentemente. Seu marido atual, que é pai somente da filha mais nova, trabalha como vigilante em São Paulo.

Com o tempo, Vagner começou a participar de atividades de formação na cooperativa: palestras, seminários, cursos e oficinas. Interessou-se também por diversas atividades: a gestão, os negócios e a política da cooperativa. Participou do conselho fiscal, do conselho de administração, da diretoria. Na diretoria da cooperativa, foi secretário, tesoureiro e presidente.

*Eu passei a participar mais efetivamente da cooperativa porque eu queria aprender. Além disso, eu comecei a me interessar pelas coisas da cooperativa. E comecei a gostar daquilo que estava fazendo. E aquilo lá começou a se tornar importante na minha vida. Aquilo lá foi a transformação na minha vida. E comecei a gostar e fui assumindo responsabilidades. Mostrava aos companheiros que o objetivo da cooperativa era também dar autoestima a eles. Assumir essas responsabilidades também dava autoestima aos companheiros. E isso mudou muito minha vida. Hoje eu não sei fazer outra coisa a não ser estar no meio da reciclagem. Aquela vivência começou a mudar também minha cabeça, começamos a falar de meio ambiente, de sociedade. E ali foi onde aprendi tudo, mesmo sem estudar. Como não estudei, tudo o que aprendi foi dentro do movimento. Então, foi uma coisa que foi me transformando. Hoje eu conheço o mundo graças ao movimento.*

Passou a atuar como porta-voz da cooperativa junto aos catadores e, especialmente, aos atores externos. Vagner começou, então, a viajar para vários lugares para relatar a experiência de organização de catadores. Havia grande interesse em se conhecer essa experiência para que se organizassem cooperativas de catadores em outros lugares. Em um desses eventos, em Sorocaba, dentro da universidade, Vagner e outro catador, Carlinhos, foram convidados para falar sobre a cooperativa de catadores. Ao chegarem ao auditório cheio de estudantes, os dois se deparam com estudantes surpresos, afinal, eles esperavam diretores de cooperativa trajados como diretores de empresas: terno, gravata e sapato engraxado. E lá estavam Vagner e Carlinhos, de tênis surrado, calça jeans e camiseta da cooperativa. Vagner

relata que a palestra foi um sucesso, pois eles já estavam acostumados a falar sobre a experiência da cooperativa.

*A turma queria que uma cooperativa de catadores fosse dar uma palestra na universidade. O evento ficou lotado de estudantes. Eles esperavam que os diretores da cooperativa viessem todos engravatados. E fomos eu e Carlinhos. E quando eles viram, éramos nós. E demos um show na palestra. Como eu já tinha feito várias formações na cooperativa, foi tranquilo falar para aquele público. Eles pensaram no final que nós éramos doutores. Os doutores eram os catadores. Depois disso, deslançamos, fomos a vários lugares.*

Ao se envolver nas atividades políticas da cooperativa, especialmente por atuar como representante da cooperativa junto a atores externos, Vagner não só melhora a estima de si, mas também percebe uma importância para melhoria da autoestima dos outros catadores, pois a mudança de vida e de visão das coisas reflete na mudança na relação dos outros catadores entre si e na sua relação com o restante da sociedade. Nesse processo de aprendizagem, Vagner e os catadores da cooperativa começam a discutir a reciclagem não só a partir do ponto de vista da garantia de sua renda, mas também de sua importância na preservação do meio ambiente e na mudança da sociedade. A partir das diversas relações com catadores de outras cidades e com pessoas de outros setores da sociedade – ONGs, universidades, órgãos do governo, empresas – os catadores passam a se sentir valorizados enquanto categoria profissional.

Essa relação com outros setores era importante, mas os catadores não se sentiam protagonistas desse processo, pois mesmo que estivessem incluídos nos debates a respeito da reciclagem e da inclusão social dos catadores, muitas vezes eram os outros atores que falavam em seu nome. Em um encontro entre catadores, pesquisadores e estudantes na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1999, Vagner relata que houve questionamentos relacionados à condução do encontro, à linguagem utilizada pelos professores e à falta de protagonismo dos catadores no evento.

*Houve um encontro lá em Minas, em uma universidade cujo nome não lembro, em 1999 com catadores e universitários, professores e estudantes. Nós achávamos o encontro meio técnico demais. A linguagem dos professores era muito técnica e nós catadores começamos a nos questionar a respeito disso e resolvemos fazer um encontro nosso.*

A partir dessa discussão, surge a ideia de se organizar um movimento de catadores, de âmbito nacional. Para isso, alguns dirigentes de cooperativas e associações resolvem organizar um evento, um encontro de catadores, feito pelos catadores e para os catadores. Tal encontro deveria ocorrer em Brasília e contaria com a participação de catadores de todo o Brasil. Ele ocorre, efetivamente, em 2001, mas, antes, encontros estaduais e regionais são organizados. Vagner participa da organização do encontro do estado de São Paulo, na cidade de Cajamar. Outros estados também realizam encontros preparatórios, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Percebe-se aí uma preocupação na valorização identitária da categoria de catadores. Desde sua formação, o movimento de catadores busca não somente a inclusão social, no sentido de ocupar um lugar na sociedade, mas, sobretudo, busca ocupar um lugar de não-subalternidade, de igualdade, de protagonismo. Para tanto, recusam a tutoria de atores com maior status e prestígio dentro da sociedade, constroem autonomamente seu movimento e valorizam os marcadores sociais desprestigiados relacionados à sua categoria: a negritude, a cultura, o linguajar da periferia, o lixo, objeto de seu trabalho.

A busca pelo protagonismo da categoria, não impediu que se visse a importância do envolvimento de parceiros, que viabilizaram o encontro, como a Caritas e a Fundação Banco do Brasil. A preparação para o encontro envolveu visitas a diversos lixões e outros locais de trabalho dos catadores ao redor do Brasil, reuniões com lideranças locais, viagens a Brasília, onde foram realizadas reuniões com representantes do governo federal e também do Congresso Nacional. Em 2001, Vagner participa ativamente da organização do encontro de catadores, em Brasília e, nesse encontro, nasce o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Desde a fundação do MNCR, em 2001, a vida profissional e pessoal de Vagner está intimamente ligada a suas atividades de militância. Tal militância se faz segundo as diretrizes e a partir das estruturas organizativas do movimento, as quais Vagner também ajudou a construir. Desde 2001, é representante do Comitê Regional do MNCR na cidade de São Paulo, atuando na Coordenação Estadual de São Paulo e na Comissão Nacional. Realiza atividades de mobilização dos catadores nas diversas cidades de seu estado e de outros estados do Brasil, ajudando a formar novas lideranças, reunindo-se com representantes do poder público, não só em sua cidade e estado, mas também em outras localidades, articulando cooperativas para a formação de redes de cooperação, participando de debates, palestras e outros eventos organizados pelo poder público, pela sociedade civil e pelo setor privado. As diversas atividades que Vagner realizou permitiram que ele alcançasse certa proeminência no movimento.

Tal proeminência levou-o a outros países do mundo, especialmente da América Latina, como representante do movimento de catadores do Brasil. O primeiro país que visitou foi a Colômbia, onde ocorreu o terceiro encontro latino-americano de catadores. Após a Colômbia, Vagner já visitou, pelo Movimento, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, Equador, Venezuela, República Dominicana, Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, África do Sul e Tunísia. Em cada um desses lugares, Vagner conheceu outros catadores, outras realidades e outros atores. Sente-se orgulhoso de poder viajar representando o Brasil nesses encontros.

*Eu sou embaixador da reciclagem. Eu me sinto muito orgulhoso. É um orgulho diferente de outros orgulhos. A gente está divulgando, mostrando o próprio trabalho, levando a autoestima em nível mundial, nacional e internacional. No nosso trabalho, a gente corre o mundo buscando a valorização da nossa profissão. E sonho que as políticas públicas, mesmo sendo diferentes, a depender do país, elas busquem reconhecer o trabalho feito pelos catadores, que façam valer, de fato, o desejo dos catadores. Porque não é só os catadores do Brasil, mas os catadores do mundo que vêm*

*prestando este serviço, que é importante para meio ambiente de todo o planeta.*

Pessoalmente, para Vagner, sua carreira dentro do movimento representa não somente o movimento de ascensão social e de reconhecimento profissional, mas também a ressignificação do processo social de exclusão pelo qual passou – o desemprego, a fome, o despejo, a falta de moradia – e da sua trajetória familiar – a herança da escravidão, o alcoolismo da mãe, trajetória de trabalho do pai, a convivência com a família ampliada, o esfacelamento familiar, a criação da filha. Em seu discurso, encontra-se presente quase o tempo inteiro o desejo de aumentar a autoestima dos outros catadores. O modo como os vê pode ser comparado a uma representação de sua família, esfacelada após a morte de sua mãe e da ação de despejo. Vagner, pelo nível de projeção e de prestígio que possui em sua atuação como representante do Movimento em São Paulo, poderia, inclusive, ocupar espaços de maior proeminência e poder dentro do MNCR, como articulador nacional, por exemplo. Mas, em nossa avaliação, sua atuação no Movimento é mais preocupada em manter a unidade no movimento do que em ocupar posições de poder.

Como a família ampliada, despejada do terreno em Pirituba, teve um papel estruturante na vida de Vagner, o Movimento ocupa a mesma função, sendo, contudo, ainda mais central. Quando perguntado a respeito da vida fora do movimento, Vagner diz que fora a família nuclear – pai, filhos e irmã – e as namoradas – com as quais não consegue manter um relacionamento duradouro –, não possui praticamente outros contatos cotidianos. Nesse sentido, o Movimento, além de assegurar uma importante rede de sociabilidade para Vagner, e também seu trabalho e fonte renda, é o espaço de reconhecimento e de valorização identitária, além de ser a estrutura social que garante certa segurança ontológica (Giddens, 1991), no sentido de que lhe possibilita dar sentido à sua vida, às suas experiências, às suas emoções e sentimentos evitando, desse modo, o caos, a ansiedade e a desestruturação identitária.

Também cabe uma análise do papel da figura parental na trajetória de militância de Vagner, especialmente de seu pai, uma vez que temos poucas informações a respeito da relação de Vagner com a mãe. Assim como seu pai, a escolaridade formal de Vagner também é baixa, mas, como ele, tornou-se um homem com grande conhecimento. Logo no início de sua atuação na cooperativa, buscou qualificar-se, conhecer seu funcionamento, fez cursos de formação e assumiu responsabilidades dentro e fora da cooperativa. Como ocorria a seu pai, as pessoas também passaram a parar para ouvir Vagner. O catador tornara-se “doutor”.

Vagner sente-se orgulhoso de ser “embaixador da reciclagem”. Seu orgulho refere-se não somente ao orgulho de ser “embaixador”, isto é, da ascensão social, de ser reconhecido, de ser ouvido por outras pessoas – inclusive, de status social mais elevado, como estudantes, professores, técnicos e gestores públicos –, mas de ser “embaixador *da reciclagem*”. Esse título, para além do *status*, significa valorizar o grupo social dos catadores, de origem pobre, mas que trabalha pela preservação ambiental. Aqui, a ascensão e o prestígio não são apenas individuais, mas coletivos. Ser representante dos catadores significa dar visibilidade e lutar pela valorização de todo o grupo social ao qual ele pertence.

Além disso, a luta é por reconhecimento e por justiça social. É uma luta que busca impedir que os catadores sejam vítimas da injustiça e da exploração. A valorização dos catadores tem um paralelo com a desconfiança das pessoas de classes sociais mais elevadas: empresários, gestores, técnicos especialistas. Podemos, inclusive, ver a ressonância dessa desconfiança a partir do acontecimento do despejo de sua família, consequência da disputa familiar e da ação mal-intencionada de um especialista, o advogado. A luta contra a injustiça e a exploração é uma luta contra exploradores e aproveitadores, que se aproveitam da desunião do coletivo para angariar seus benefícios. Contra tais injustiças, é necessário não apenas a união, mas a formação, o conhecimento.

Nesse sentido, o ideal parental representado por seu pai, um autodidata, constitui importante impulso na busca de Vagner pelo conhecimento e pela qualificação. Por outro lado, não podemos esquecer as

injunções contraditórias desse ideal, afinal, o pai de Vagner foi uma das pessoas que disputaram a propriedade do terreno, o que gerou o problema judicial e o posterior despejo, e também foi ele um dos ludibriados pelo advogado, apesar de seu autodidatismo. É a partir da compreensão da coexistência dessas múltiplas injunções, que são contraditórias entre si, que devemos compreender o processo de constituição subjetiva de Vagner. O pai de Vagner é tanto a figura que representa um ideal de ego, alguém em quem se espelhar, como uma das figuras culpabilizadas pelo despejo e o esfacelamento familiar. A subjetivação de Vagner se faz na tentativa de conciliar essas duas imagens paradoxais. Sua preocupação dentro do Movimento, sua nova família, reside em agir de maneira que a desunião não ocasione seu esfacelamento. Podemos ver aí uma importante motivação para a atuação constantemente conciliatória que Vagner possui dentro do MNCR.

Cabe destacar também a não-linearidade da trajetória de Vagner, ou seja, sua trajetória não é continuação da trajetória profissional de seu pai ou a consequência simples do projeto parental, ou a conjunção de uma série de fatores biográficos que o conduziram necessariamente à militância. Vagner iniciou sua vida profissional como “chapa”, profissão de seu pai, mas o contexto socioeconômico dificultou o encontro de emprego nesse ramo. Vagner buscou alternativas, fez “bicos”, atuou em outras atividades, mas o desemprego, a necessidade e a oportunidade apresentaram-lhe a atividade de catação e a organização cooperativa. A militância não foi algo previsto ou desejado de antemão por Vagner, mas foi o espaço social em que ele encontrou as condições possíveis de satisfazer seus desejos e suas expectativas a partir do conjunto de recursos (capital econômico, social e cultural) de que dispunha e de que poderia dispor, tendo em vista sua origem social e sua constituição subjetiva.

## 8.2. Fausto

Fausto nasceu no Distrito Federal em 1974. Quando criança, viveu em vários bairros pobres da capital federal, mudando-se várias vezes com sua família em decorrência da vulnerabilidade financeira, que impedia a fixação de residência por muito tempo em um só lugar. Teve que trabalhar desde a infância junto com a irmã para ajudar na renda de casa. Não conheceu o pai, tendo sido criado pela mãe, que teve que conciliar o trabalho, fonte do sustento da família, com a criação dos filhos. Sua mãe migrou do Piauí para Brasília buscando melhoria de vida. A situação na nova cidade não era muito melhor, mas pelo menos ela havia conseguido um emprego. Por outro lado, a falta de uma rede de sociabilidade nos primeiros anos tornava a vida mais difícil. Isso fez com que ela não pudesse criar seu filho mais velho, que teve que ir para o Piauí para ser criado pelos avós.

Fausto e sua irmã foram criados pela mãe em Brasília. Quando muito pequenos, eles a acompanhavam no trabalho e, ao completarem nove e treze anos, respectivamente, passaram a ficar sozinhos em casa. Frequentavam a escola, como a maioria das crianças de sua idade, mas no turno contrário às aulas e nos finais de semana, trabalhavam vendendo pão de queijo na feira e dindim na porta de casa, que sua mãe preparava à noite, quando chegava do trabalho. Aos doze anos de idade, Fausto ganhou uma carroça e uma égua, com as quais passou a trabalhar na coleta de sucatas e de outros materiais recicláveis. Nessa época, ele já não frequentava a escola.

Sua escolarização sempre foi repleta de idas e vindas. Logo aos dez anos de idade parou de estudar, sem concluir o Ensino Fundamental. Tentou voltar em seguida, mas não encontrou vaga na escola desejada, localizada na Asa Sul, bairro nobre de Brasília. Com isso, voltou a estudar nas escolas mais próximas de sua casa, mas nunca encontrava um ambiente acolhedor e acabava desistindo de ir à escola. Por fim, foi concluir o Ensino Fundamental e Médio depois de adulto.

Além da irmã e da mãe, viviam na casa de Fausto outras crianças que eram acolhidas por sua mãe por não terem onde morar ou que haviam fugido de casa por motivos diversos.



*Minha mãe tinha uma grande frustração por não ter podido criar nosso irmão mais velho. As condições eram muito difíceis e ela mandou meu irmão para morar no Piauí. Acho que por causa dessa sua frustração, todo menino que estivesse solto pela rua, minha mãe acolhia dentro de casa. Houve uma época que tinha 15 meninos morando lá em casa e, juntos, passávamos por dificuldades. O dinheiro era muito curto, só dava para a ração dos cavalos que, nessa época, somados aos dos outros meninos eram cinco. Passei uns dez anos sem saber o que era um par de tênis, andando só de chinelo para lá e para cá.*

Fausto relatou-me em mais de uma oportunidade que, mesmo sob os cuidados de sua mãe, a maior parte desses meninos, a quem ele chama de irmãos, entrou para o tráfico de drogas, caminho comum para os jovens do bairro onde eles moravam. Como resultado, vários deles ou foram mortos ou acabaram presos pela polícia. Fausto afirma, ainda, que este era um caminho provável, mas que, graças a outras influências, nunca foi opção para si.

Logo que chegou a Brasília, sua mãe conseguiu emprego como ajudante de serviços gerais em uma escola. Depois de alguns anos, começou a trabalhar como empregada doméstica em uma casa do Lago Sul, bairro nobre de Brasília. Foi a esse último emprego que ela passou a levá-lo quando pequeno, especialmente nos fins de semana. A partir de então, Fausto passa a conviver com duas realidades. A realidade de sua casa, pobre, repleta de meninos da sua idade fora da escola, sem perspectivas, passando dificuldades financeiras, e a realidade da casa onde sua mãe trabalhava, rica, com fartura na hora de comer, onde as pessoas eram felizes e admiráveis. Os patrões de sua mãe eram pessoas acolhedoras e gostavam da presença de Fausto em sua casa. A relação era realmente de proximidade e de cumplicidade, pois ele nunca se sentira desvalorizado na casa em que sua mãe trabalhava. A proximidade era tanta que Fausto, ainda bebê, teve como padrinhos de batismo os patrões de sua mãe.

*Todo final de semana eu ia lá na casa deles e nunca fui tratado como o filho da empregada, mas tratado como gente. Eu brincava com os filhos deles, a gente entrava debaixo de uma mesa enorme e brincava ali, beliscava as pernas dos convidados, era uma novela.*

Tal relação de proximidade entre patrões e empregadas domésticas é bastante comum. No entanto, a solidariedade que muitas vezes perpassa esse tipo de relação, esconde por trás uma dimensão perversa. O fato de haver solidariedade entre patrões e empregadas domésticas não esconde a relação de desigualdade que há entre as duas posições. Em um estudo a respeito da realidade do serviço doméstico no Brasil (Girard-Nunes; Isaac Silva, 2013), verificamos que as afetividades e os laços de solidariedade estabelecidos entre patrões e empregadas são ambivalentes e, tendo em vista a relação de subordinação destas últimas, acabam sendo mais prejudiciais às próprias empregadas domésticas.

As afetividades são utilizadas como expediente de aproximação entre a empregada e empregadora, sendo desejada por uma e outra, pois geram expectativas de lealdade e de proteção. Esta relação de proximidade, vista na expressão “é como se fosse da família”, típica das relações entre empregadas e empregadores, se desfaz em situações de humilhação nas quais o empregador coloca o empregado de volta em sua posição e reassume seu papel hierárquico superior. (Girard-Nunes; Isaac Silva, 2013, p. 599)

Para Fausto, uma criança que vivia em dois mundos diferentes, viver entre uma vida de sonhos e a dura realidade de uma família pobre, trouxe sentimentos ambíguos: vergonha, revolta, esperança, admiração. Ele afirma que, em determinado momento, quando se deu conta da distância que separava os dois mundos, avaliou que não estaria à altura de conviver com tais pessoas tão “elevadas” e, tendo medo de não ser visto como igual, afastou-se da família que tanto admirava.

*Eu tinha vergonha de não estudar, de ficar meio roceiro... e, na época de minha adolescência, eu me afastei um pouco deles.*

A falta de capital cultural, evidenciada na expressão “ficar meio roceiro”, foi para Fausto elemento central no afastamento da família que o acolhera tão carinhosamente em sua infância. As dificuldades financeiras pelas quais sua família passava acarretou a saída dos filhos da escola, que deveriam trabalhar para complementar a renda de casa e significou a perda da possibilidade de aquisição de capital cultural, que era a ponte que permitiria a ligação entre essas duas realidades.

Nesse sentido, podemos perceber que, por mais que os padrões lhes tratassem de maneira respeitosa e acolhedora, a experiência vivenciada por Fausto não deve ser vista de maneira separada do contexto social no qual estavam inseridas as duas famílias. Ele se via dividido entre duas famílias de classes sociais diferentes. Sua mãe, a quem admirava por ser “batalhadora”, representava uma realidade desvalorizada, mas que era sua realidade, a realidade de sua família, de seus antepassados. Seu padrinho e sua madrinha representavam outra realidade, valorizada, desejada, mas que ao mesmo tempo era distante, até mesmo proibida para si. Ao admitir que não poderia fazer parte dessa realidade, toma conta de si um sentimento de inferioridade. Tal sentimento era reforçado pela postura da própria mãe, que sabia que não pertencia àquele grupo de pessoas “elevadas” e que, buscando afirmar orgulhosamente o pertencimento à sua classe social, acabava reforçando esse sentimento de inferioridade.

*Estes tempos minha mãe encontrou com minha madrinha e contou dos apertos daqueles tempos. Minha madrinha perguntou a minha mãe por que ela não tinha pedido ajuda. Minha mãe não gostava de incomodar os outros, ela sempre foi orgulhosa: uma preta orgulhosa. Uma vez, minha mãe me disse algo que nunca vou esquecer: “Você pode ser preto, você pode ser feio, mas você tem que ter palavra”.*

Nessa passagem, podemos perceber como se mesclam os sentimentos de orgulho e de inferioridade. O orgulho de não depender dos outros, de não solicitar ajuda, mesmo que essa seja necessária para garantir um futuro melhor para os filhos, reforça o desejo subjacente de reprodução

social. Mãe e filho devem ter orgulho do que são, mesmo que isso não seja grande coisa. Ter orgulho de ser o que é, por mais que isso signifique certa desvalorização frente à sociedade, passa a ser uma mensagem importante para Fausto. Essa mensagem encerra em si certa interdição de desejar ser aquilo que não é, especialmente se, para isso, for necessário a ajuda de terceiros. Nesse sentido, “ter palavra” é fundamental, pois a palavra é um bem que pode ser dado a quem quiser e é fonte de confiança, mesmo que outros marcadores sociais individuais, como a cor da pele, sejam fonte de desconfiança para as classes superiores.

Orgulho e sentimento de inferioridade se mesclam em Fausto, assim como o desejo de alcançar uma posição superior e a interdição parental que diz que isso não é possível para si. Temos aí um conflito entre o ideal de ego, que induz à incitação e à mudança, e o superego, que induz à aceitação e à reprodução, que não pode ser explicado somente tendo como referência a dimensão psíquica, pois sua origem é, sobretudo, social, nem pode ser explicado sem considerar a dimensão psicológica, pois atua sobre o sujeito a partir de suas instâncias psíquicas. Tais conflitos agem em Fausto de uma maneira que ele mesmo não compreende direito, trazendo à tona um sentimento de raiva, que era descontado nos animais que o ajudavam na coleta de materiais recicláveis.

*Fui um moleque muito malvado, revoltado. Batia demais nos cavalos...  
Com o passar dos anos fui me arrependendo do que fazia e melhorando.*

O afastamento da família que ele tanto admirava em virtude do medo de não estar à altura pode ter sido a causa de tal sentimento. Gaulejac (1987) percebe que a raiva é uma das reações constantemente presentes nas pessoas que passam pela situação de humilhação social. A raiva jamais se encontra presente sozinha, sem uma mescla com os sentimentos de amor, de admiração e de culpa. Tampouco está necessariamente direcionada àqueles que são responsáveis pela humilhação, pela impotência frente a um mundo social que o impede de alcançar o ideal de ego. É um sentimento que pode emergir de uma grande frustração frente a uma situação inescapável, cuja

resolução nos parece impossível e na qual se encontra em jogo uma relação de superioridade e inferioridade. Por isso, muitas vezes, a raiva acaba sendo descontada em situações em que as posições de inferioridade e superioridade se invertem. O sujeito passa a não estar mais na posição inferior, mas na posição superior, podendo jogar toda sua fúria em algo ou alguém que não poderá reagir, nesse caso em particular, os cavalos.

Com o tempo, esse sentimento de raiva vai diminuindo. Fausto passa a compreender melhor o mundo social em que vive, avalia que as dificuldades enfrentadas não são insuperáveis e busca construir alternativas. Nesse processo, o papel de seu padrinho ganha destaque, pois ele é a figura admirável, admirada também por sua mãe, que servirá como modelo de seu ideal de ego.

*Eu tinha em meu padrinho um ídolo, um deus. Quando aquele homem morreu, achei que eu morreria também. Assim, toda vez que eu me via cercado ou envolvido pela marginalidade eu me lembrava do querer bem daquele pessoal e resistia à tentação. Tive irmãos que ficaram presos, dos meninos que minha mãe pegou na rua, quase todos morreram de diversas formas. A criminalidade ficou muito lado a lado comigo, mas acho que nunca me corrompi ou aceitei porque tinha medo de magoar e decepcionar meu padrinho e minha madrinha. Meus irmãos não conheceram essa realidade. Eu sempre tive vontade de vencer, de ser como meu padrinho. Meu padrinho era o cerne de várias famílias, era o pilar. A minha família foi uma delas.*

A construção subjetiva de Fausto passa pela projeção do modelo de ideal de ego em seu padrinho e em sua madrinha. Afinal, foi para não decepcioná-los que Fausto rejeitou o caminho da criminalidade. Seu padrinho, um médico, e sua madrinha, professora universitária, representavam para ele figuras mais elevadas do que sua mãe. Esse elemento traz uma tensão e implica também na queda do ideal parental. Ao descobrir que sua mãe não pertencia àquele mundo do qual desejava participar, Fausto se encontra mergulhado em uma tensão aparentemente intransponível, que gera em si o sentimento de inferioridade e a revolta, expressa em sua raiva descontada nos

animais. Mesmo assim, é a partir dessa tensão que Fausto encontra forças para se desvencilhar da sedução do mundo do crime. Seus “irmãos”, os meninos acolhidos por sua mãe, não conheciam esse mundo diferente com o qual Fausto pôde ter contato e, talvez por isso, não viam outro caminho para conquistarem prestígio, poder e dinheiro, que não fosse a criminalidade. O que Fausto desejava não estava no mundo do crime, mas no mundo de seus padrinhos e, para participar desse mundo, deveria seguir o conselho de sua mãe, que martelava em sua cabeça: deveria “ter palavra”.

Podemos perceber aí mais uma dimensão paradoxal da relação de Fausto com as duas realidades vividas. Ao mesmo tempo em que a mãe representava a realidade da pobreza, com a qual Fausto não queria se identificar, era também o elo com a realidade dos seus padrinhos. Ela também conhecia os dois mundos, também transitava entre as duas realidades, mas só podia fazê-lo a partir de sua posição subalterna, com seus próprios recursos, utilizando sua força de trabalho, como empregada doméstica, se valendo de sua “palavra”.

Ao completar dezoito anos de idade, Fausto alista-se no exército, onde passa a cuidar dos cães. Tal trabalho representa uma fonte de renda estável e se torna fonte de satisfação para si. No entanto, depois de três anos trabalhando no exército, envolveu-se em uma briga com o oficial responsável pelo canil e acabou dispensado. Essa situação teve como princípio uma reação de Fausto contra uma série de ações desrespeitosas do oficial ao qual ele estava subordinado. Segundo Fausto, tal oficial constantemente usava de sua posição superior para humilhar seus subordinados e, certa vez, o jovem soldado Fausto não aguentou e explodiu.

Depois de sair do exército, ficou um tempo desempregado e voltou a trabalhar com a coleta de sucatas. Com a constante reclamação dos vizinhos por acumular “lixo” em casa, mudou de atividade econômica, passando a vender refrigerante e cerveja na Rodoviária de Brasília. Pouco tempo depois, mudou novamente de trabalho, buscando uma alternativa mais audaciosa: abriria seu próprio negócio, uma oficina mecânica. Durante os anos em que trabalhou com sucatas, aprendera a fazer alguns serviços na área de mecânica de automóveis, como lanternagem e pintura. Para montar a oficina, sua mãe

teve que vender a própria casa. No entanto, sua “aventura como empreendedor” não teve grande sucesso. Em poucos anos, a oficina foi à falência, o que lhe causou uma enorme frustração. Sua mãe havia se desfeito do único bem de que dispunha para ajudá-lo e, no fim, ele havia falhado. O fracasso como empreendedor trouxe graves consequências materiais e psicológicas para Fausto, que se viu desempregado, sem lugar para morar e depressivo.

*Sofri uma grande desilusão, entrei em depressão em ver que todos aqueles anos de trabalho não haviam dado em nada. Minha mãe, acreditando em mim, havia vendido a casinha em que morava e investido na oficina. Um dia, aparece o trator do governo derrubando tudo. Minha mãe, com 70 anos, foi morar com minha irmã, na casa da sogra desta. Eu fui morar num barraquinho alugado. O sentimento que eu tinha é que tinha destruído o pouco que minha família tinha.*

Talvez esse tenha sido, até então, o momento mais difícil na vida de Fausto, o que pode ser comprovado pela consequência psicológica do ocorrido, a depressão. O sentimento de vergonha se apossa dele. O fracasso de sua empreitada fora duro demais para ele e para sua família. A tentativa de alcançar o ideal de ego, de tentar fazer parte do mundo que era proibido para ele, não apenas afetou sua vida, mas arruinou as economias de sua mãe. O salto almejado fora grande demais. Fausto quis ser empresário, mesmo que microempresário, e a vida mostrou-lhe a dura realidade de que a ascensão social lhe era negada. Não havia para si a possibilidade de mobilidade entre classes sociais. Ele até poderia frequentar o mundo da classe rica, mas em posição subalterna. Ao verificar que falhara e que prejudicara a própria mãe na sua busca pela ascensão social, ele cai em depressão, tomado pelo sentimento de vergonha. Não é digno da classe social superior e nem mesmo digno da sua própria classe social, pois a confiança de sua mãe foi quebrada. “Não teve palavra”. Não era digno de seus padrinhos, nem de sua mãe. O golpe havia sido duro. Durante alguns meses ficou letárgico, não tinha coragem nem de

sair de casa. Enfim, voltaria para a atividade da qual nunca deveria ter se afastado: a catação de sucatas e outros materiais recicláveis.

No entanto, Fausto não tinha mais carroça nem cavalo, instrumentos necessários para voltar a trabalhar com a coleta de sucata. Foi quando um carroceiro lhe falou a respeito de uma cooperativa que se formava perto do bairro onde morava, localizada nas proximidades de onde morava. Na cooperativa, foi bem recebido pela presidente e pelos outros cooperados. Inicialmente, trabalhou com outros catadores na coleta e na triagem de materiais recicláveis. Aquela organização cooperativa lhe causou boas impressões, um lugar em que as pessoas trabalhavam conjuntamente, uma ajudava a outra, os benefícios eram partilhados por todos. O discurso dos cooperados e da presidente da cooperativa era cativante e o fez acreditar novamente na possibilidade de se reerguer, junto com a cooperativa e com aquelas pessoas com as quais compartilhava suas esperanças e seus medos.

Fausto passou a investir em sua carreira dentro da cooperativa. Vale dizer que, ao longo dos anos anteriores, ele havia retomado os estudos, conseguindo completar o Ensino Médio. O fato de ser jovem, de ter convivido com uma família mais abastada e de ter terminado o Ensino Médio o diferenciava frente a outros catadores e abriu-lhe portas dentro da cooperativa. Naquele momento a cooperativa estava crescendo, tendo conseguido parcerias que lhe permitiram construir um galpão, comprar equipamentos e veículos de coleta. Além de trabalhar com a coleta, a separação, o enfardamento e a venda dos materiais recicláveis, a cooperativa também diversificou suas atividades produtivas, produzindo produtos artesanais a partir dos materiais descartados, como vidro, papel e papelão. Com o apoio de empresas, organizações não-governamentais e do governo, a cooperativa passou a ser referência local e nacional de inclusão social e produtiva.

A grande maioria das cooperativas de catadores na época não possuía a mínima infraestrutura. Em Brasília, das poucas organizações autônomas de catadores, sua cooperativa era a única que possuía galpão. As outras não possuíam nem mesmo um teto para os catadores trabalharem. Havia três associações de catadores com uma estrutura de galpão para a triagem, mas elas estavam localizadas dentro de áreas do Governo do Distrito Federal e não



possuíam autonomia: seus catadores eram, na verdade, empregados precarizados do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Outras centenas de catadores trabalhavam no Lixão da Estrutural e outros tantos percorriam as ruas de Brasília isoladamente em busca dos materiais recicláveis que eram despejados em lixeiras e contêineres. Nesse contexto em que eram poucos os catadores organizados na capital federal, Fausto participava da “cooperativa vedete”, que atraía parceiros e a imprensa do Brasil inteiro.

Em parte, tal sucesso se encontrava na grande capacidade de liderança da presidente da cooperativa. De fato, ela era uma pessoa que motivava os catadores e conseguia articular parcerias em prol de sua cooperativa. Os contextos social e político também eram propícios: os anos de 2003 e 2004 foram os primeiros anos do governo Lula, que trouxe grandes benefícios para os catadores no Brasil.

Pouco tempo depois de iniciar os trabalhos na cooperativa, Fausto mudou de função e passou a dirigir o caminhão de coleta. Era o responsável por fazer a coleta em alguns pontos da cidade, os chamados “grandes geradores”, empresas e órgãos públicos que geravam diariamente grande quantidade de materiais recicláveis. Dentre estes grandes geradores, Fausto passou a coletar o material no campus da Universidade Católica de Brasília (UCB), o que lhe trouxe novamente o desejo de fazer parte daquele mundo.

*A gente ia para a lixeira e enquanto a gente carregava o material eu ficava olhando os estudantes e aí me dava uma vontade danada de estudar. Eu via os estudantes sentados embaixo das árvores, me dava uma vontade de estar ali estudando, mas eu pensava que nunca ia conseguir ter o ensino superior.*

Fausto continuou trabalhando na cooperativa quando, um dia, de surpresa, sua namorada o inscreveu no vestibular de Direito da UCB. Ele ficou atônito, mas resolveu fazer a prova do vestibular. E passou. No entanto, não tinha dinheiro para pagar a taxa de matrícula e as mensalidades. Novamente, recorreu à mãe, que lhe emprestou R\$ 400,00 para fazer a matrícula. Coursou três disciplinas, pagando as mensalidades de maneira intermitente. Não pôde

continuar no semestre seguinte, pois não tinha como pagar as mensalidades atrasadas e a matrícula das disciplinas que deveria cursar. Dessa maneira, Fausto iniciou seus estudos superiores no curso de Direito.

Estudar Direito na Universidade Católica de Brasília, mesmo que de maneira intermitente, deu a ele a oportunidade de entrar em contato com o mundo acadêmico, o mundo das letras e da intelectualidade. Foi um modo de se aproximar daquela realidade com a qual tivera contato quando criança, o mundo de seu padrinho e de sua madrinha. Mesmo esforçando-se para fazer parte desse mundo, a realidade material o impedia.

*Passei um ano sem estudar. Nesse um ano, ajuntei um dinheirinho e paguei o que devia, parcelei a dívida e voltei a estudar. Fiz mais três matérias e passei mais um ano e meio sem estudar. (...) Não posso dizer que faço curso de Direito, na realidade fiz algumas matérias. (...) Hoje, eu não tenho condições técnicas para enfrentar o PROUNI. Sou um aluno mediano, quando tenho provas, alcanço meu objetivo. Eu era quase um analfabeto funcional e estou em contínua aprendizagem. Fiz muitas amizades, como eu não podia comprar os livros, meus amigos tiravam cópia dos livros e me davam. No ano que vem, em junho, minha turma vai se formar e fico feliz por eles.*

Fausto percebe que ainda lhe faltam o capital econômico e o capital cultural suficientes para concluir seus estudos. Por mais que se esforce, consegue ser um aluno mediano, condição insuficiente para conseguir uma bolsa de estudos. Concebeu, então, como estratégia, poupar o dinheiro que ganhava e pagar de pouco em pouco as matérias necessárias para se formar.

Sem encontrar nos estudos uma possibilidade de ascensão social e de valorização imediata, Fausto resolveu investir nas atividades da cooperativa. Desde que lá entrou, percebia como a presidente era admirada tanto pelos cooperados quanto pelos parceiros e apoiadores. Era uma valorização que ultrapassava os limites da classe social. A partir dessa percepção, Fausto passou a acompanhar a presidente em reuniões do Fórum Lixo e Cidadania do DF, que reunia entidades parceiras e representantes de grupos de catadores. Em um primeiro momento, ia como acompanhante e, a partir do momento em

que a presidente começou a priorizar outros compromissos, passou a representar a cooperativa nessas reuniões.

A partir daí, Fausto passa a circular em um espaço de articulação política ainda desconhecido para si. No Fórum Lixo e Cidadania estavam presentes representantes da Caritas, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Banco do Brasil, do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal, da Fundação Avina, da Universidade de Brasília. De início, ele sentia-se inferiorizado, pois não conhecia os mecanismos de funcionamento das reuniões, como deveria se portar, o significado de muitas expressões utilizadas. Tudo era novidade.

*Eu me lembro de uma vez que alguém disse: essa reunião não tem caráter deliberativo, e eu pensava: “Meu Deus do Céu, o que é caráter deliberativo? Não tenho a menor ideia do que seja isso”. Depois de muito blá-blá-blá, no final da reunião, o pessoal resolveu ver os encaminhamentos. E eu de novo: “O que é encaminhamento, Meu Deus do Céu?!” Isso ficou muito marcado em mim porque eu não sabia nada do que as pessoas estavam falando, mas eu achei aquilo interessante e comecei a participar das reuniões.*

Por mais que aquele mundo fosse diferente para ele, por mais difícil que fosse compreender a linguagem utilizada, havia uma razão para que Fausto não se intimidasse frente a este novo mundo que se abria diante de si: a presença de outros catadores. Pois se havia outros catadores que, como ele, participavam das reuniões, eram ouvidos e valorizados, esse mundo não estava proibido. E não só não estava proibido, como representava uma grande oportunidade para a realização de si.

*A grande mudança na minha vida foi a participação nas reuniões do Fórum. No começo, eu entrava mudo e saía calado. Hoje, eu falo muito. Antes, eu nem ouvia, nem falava, parecia uma toupeirinha. Eu admirava o pessoal mais antigo porque eles estavam bem “redondos” nas falas.*

Foi a partir da participação no Fórum e do contato com outros catadores que Fausto também passou a compreender de que maneira uma cooperativa deveria funcionar, quais eram e como funcionavam suas instâncias de decisão, qual era o papel do presidente, dos outros diretores, dos conselheiros fiscais, quais eram os direitos e os deveres dos membros da cooperativa. Ao tomar conhecimento disso, passou a questionar a maneira como as decisões eram tomadas e a falta de transparência de sua cooperativa. Alguns cooperados já haviam notado que a realidade do discurso não era a mesma da prática e, encontrando dificuldades em mudar a organização, resolveram sair. Fausto reuniu um grupo de cooperados insatisfeitos e passou a fazer oposição à presidente.

Paralelamente a isso, as instituições que participavam do Fórum Lixo e Cidadania discutiam a possibilidade de criação de uma central de cooperativas de catadores do DF para fortalecimento da categoria na capital federal. Em 2006, a Fundação Banco do Brasil resolve apoiar financeiramente o projeto, contrata a Fundação Unitrabalho para fazer o assessoramento técnico e, em menos de um ano, é criada a Centcoop-DF, Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do DF e Entorno, composta inicialmente pelas quatro cooperativas existentes no Distrito Federal, sendo sua cooperativa uma delas. Desse processo, ele participa ativamente representando sua cooperativa. A presidente, já percebendo seus questionamentos incômodos, delega a Fausto a representação da cooperativa junto à Centcoop-DF.

Mesmo estando mais presente nas reuniões da Centcoop-DF do que nas de sua cooperativa, ele começou a incomodar bastante a direção da cooperativa, tendo, inclusive, feito denúncia de desvios de recursos ao Ministério Público. Com isso, a presidente da cooperativa articulou sua expulsão, o que se efetivou em uma assembleia geral extraordinária.

Depois de sua expulsão, como não fazia parte de nenhuma cooperativa, Fausto passou a atuar extraoficialmente nas reuniões da Centcoop-DF. Pouco tempo depois, a cooperativa foi expulsa da Centcoop-DF e perdeu alguns apoiadores, como a Fundação Banco do Brasil, que parou de financiar projetos. Fausto continuou participando das reuniões e dos eventos da Centcoop-DF, visitava algumas cooperativas e associações de catadores,

que passaram, posteriormente, a integrá-la. Por volta de um ano depois, articulou a entrada em uma das associações filiadas e candidatou-se a presidente da Centcoop-DF.

Venceu as eleições e tornou-se presidente da Central no triênio-2008-2011. Sua participação na eleição foi questionada por alguns presidentes de associações e cooperativas, devido ao fato de que ele efetivamente não fazia parte de nenhuma cooperativa ou associação, só tendo se filiado para concorrer às eleições. Mesmo com tal questionamento, Fausto assumiu a presidência da Centcoop-DF com apoio da maioria dos presidentes das organizações de catadores e com grande expectativa dos parceiros da organização. Além de assumir a presidência da Centcoop-DF, tornou-se o coordenador do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis no Distrito Federal, participando da Comissão Nacional do Movimento.

Fausto é uma pessoa com habilidades políticas: discursa com desenvoltura, consegue dialogar tanto com os catadores quanto com técnicos, gestores públicos e políticos do alto escalão dos governos distrital e federal. Sua capacidade de transitar entre esses dois mundos foi um dos fatores que o ajudou a encontrar apoio entre os catadores. O fato de não ser presidente de associação ou cooperativa singular ajudou na diminuição da desconfiança em relação a privilegiar uma cooperativa em detrimento das outras na distribuição dos benefícios proporcionados pela Central. Ao longo de seu mandato à frente da Centcoop-DF, obteve duas conquistas especialmente importantes: conseguiu a doação de quatro áreas pelo Governo Federal para implantação das cooperativas que ainda não possuem terrenos para funcionarem e opôs-se e derrotou a proposta de implementação de uma Parceria Público-Privada que poderia prejudicar os catadores.

Pessoalmente, conquistou muito mais do que isso. Fausto encontrou não apenas um modo de ascensão social, mas de reconhecimento, valorização e ressignificação dos seus desejos e sentimentos. Ser presidente da Centcoop-DF e coordenador do MNCR no Distrito Federal representam sobretudo encontrar o elo que faltava entre o mundo de sua mãe e de seu padrinho. Sua mãe era a batalhadora vinda da pobreza, de baixa escolaridade, que adotava as crianças sem lar. Seu padrinho era “o cerne de várias famílias, o pilar”.

Fausto, ao tornar-se militante do movimento de catadores e transitar com desenvoltura entre o mundo dos catadores e da política, consegue também romper com a tensão entre o ideal de ego e o superego, entre o desejo e a interdição de ascensão e de reconhecimento, de ser diferente daquilo que supostamente deveria ser.

*As portas foram abertas para mim quando as pessoas viram que eu lutei contra todos aqueles erros, que eu não aceitava o que havia de errado. (...) Eu sempre sonhei demais. Sempre tive o sonho de que a Centcoop ia ser uma grande coisa, mas para todos. Preocupo-me muito com tudo, com as pessoas. Aqui é um processo, os atores vão e vêm. Quis ser presidente da Centcoop não por orgulho pessoal, mas por saber que assim eu poderia fazer algumas coisas como presidente, que é o que tenho tentado fazer. (...) Hoje tenho um sonho de construir um grande empreendimento de economia solidária que é a Centcoop.*

O desejo de “construir um grande empreendimento”, que seja de usufruto “de todos” é um desejo que integra a representação da figura de seu padrinho – seu “deus”, que era o “pilar” – e da figura de sua mãe – batalhadora, pobre, negra, que o ensinou a “ter palavra”, o que, na militância, é a maior fonte de capital político. A militância é, então, o que torna possível a conciliação entre as mensagens e experiências muitas vezes contraditórias com as quais Fausto se deparou ao longo da vida, é o meio pelo qual ele realiza o processo de subjetivação, procurando dar sentido àquilo que não o tinha, ao sentimento de vergonha, de inferioridade, de culpa.

Conforme afirma Gaulejac, é na experiência da militância que o militante transforma aquilo que o anulava em algo que o eleva, pois “reencontra seu orgulho na resistência ao que vive como opressão e na adesão a uma ideologia que contesta os valores de poder que o oprimem” (Gaulejac, 2006, p. 205). Fausto encontrou na militância a possibilidade de conciliar seus dois mundos, de tornar-se digno de seu padrinho e de sua mãe, de ascender socialmente e de dar sentido às violências e humilhações aos quais foi e ainda é submetido.

### 8.3. Diana

Diana nasceu em Triunfo, pequena cidade do sertão pernambucano, no ano de 1957. Era a filha mais velha entre cinco meninas e quatro meninos. Seu pai e sua mãe moravam e trabalhavam em uma fazenda pertencente a uma família tradicional pernambucana. Seu pai era o vaqueiro da fazenda, passava mais tempo com o gado do que com a família, e sua mãe trabalhava como empregada doméstica na casa dos proprietários da fazenda. Viviam uma vida simples, de trabalhadores assalariados do campo, completamente dependentes da relação com os patrões.

Vale lembrar que, diferentemente dos trabalhadores assalariados urbanos tanto do setor industrial quanto do setor de serviços, os trabalhadores assalariados do campo não possuíam direitos trabalhistas nessa época. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, excluía os trabalhadores rurais e os trabalhadores domésticos do rol de beneficiados pela regulamentação do trabalho. O que só começaria mudar a partir de 1973, em pleno Regime Militar, com a Lei nº 5.889, que estende aos trabalhadores rurais parte dos direitos dos trabalhadores urbanos, mas ainda com certas restrições. Somente com a Constituição de 1988, é que os direitos dos trabalhadores rurais são elevados ao mesmo nível dos trabalhadores urbanos. Já os trabalhadores domésticos, particularmente as trabalhadoras domésticas, somente tiveram seus direitos equiparados aos direitos do restante dos trabalhadores no ano de 2013, com a chamada “PEC das Domésticas” – Projeto de Emenda Constitucional 115.

Em 1973, o pai de Diana morre, deixando sua mãe viúva e sozinha cuidando de nove filhos. Diana era a filha mais velha e ajudava na criação de suas irmãs e irmãos mais novos. No entanto, logo após a morte do pai, sua mãe também é demitida e a família é obrigada a deixar a casa onde morava. Os patrões não tinham mais interesse de mantê-los na casa dos empregados da fazenda uma vez que não havia uma pessoa para cuidar do gado.

*Minha mãe ficou viúva muito cedo, no ano de 1973. E do ano de 1973 a 1977, eu ajudei minha mãe a criar meus irmãos. Minha mãe trabalhava de*

*empregada doméstica na fazenda onde nós morávamos. Só podíamos morar enquanto meu pai estava vivo, porque era ele quem cuidava das terras e do gado do patrão. Minha mãe cuidava da casa do engenho. E quando acabou de enterrar meu pai, o patrão não queria mais a gente lá porque éramos muito pequenos. A mais velha era eu. Os quatro homens eram todos pequenos e o resto era tudo mulher. E para ficar na fazenda, só mulheres trabalhando, talvez não desse tanta produção quanto meu pai dava. Aí eles nos jogaram para fora de casa.*

A lembrança desse acontecimento é particularmente dolorosa para Diana. A morte de seu pai e o despejo da família trazem à tona um sentimento de inferioridade decorrente da percepção da descartabilidade de sua família. Após a morte do pai, nem ela, nem sua mãe, nem seus irmãos são mais necessários. É a invalidação social e a aniquilação de si e de seus entes queridos, que podem ser “jogados fora” e expulsos da casa onde nasceram e viveram toda sua vida até então. Ela afirma ainda que todo o drama que viria a viver posteriormente teria como origem esse acontecimento. “Foi a partir disso que eu comecei a passar tudo o que passei na vida.”

Diana e sua família ficam sem moradia e passam a contar com a solidariedade de uma família conhecida deles que os abriga durante um tempo. Logo em seguida, sua mãe consegue outro emprego como empregada doméstica na cidade de Triunfo e ela fica responsável por cuidar dos irmãos mais novos e de acompanhá-los na escola. No ano seguinte, um grupo de freiras que ajudava as pessoas mais pobres da região se solidariza com a família de Diana, disponibiliza-lhe uma moradia e arranja um emprego para sua mãe, que passa a trabalhar com as freiras. Diana enfatiza que, depois que começou a trabalhar com as freiras, sua mãe nunca mais trabalhou como empregada doméstica.

Em 1974, Diana casa-se e tem dois filhos com seu marido, uma menina e um menino. Junto com ele, abre um açougue, o que possibilita certa estabilidade financeira. A relação conjugal é bastante conflituosa, com vários episódios de violência. Diana relata que comumente seu esposo se relacionava



com outras mulheres e que os conflitos decorrentes dessas relações extraconjugais terminavam em violência.

*Quando eu descobria que ele estava me traindo eu batia mesmo. Apanhava que nem couro velho, mas batia. Eu usava o que tinha em mãos: pau, guarda-chuva, peixeira... Teve um dia que eu furei o bucho de uma amante dele, mas ela não morreu. Depois eu apanhava dele.*

Certa vez, depois de uma dessas brigas em que foi vítima da violência do marido, Diana resolveu sair de casa, pegou os filhos e abrigou-se na casa da mãe. Sua mãe a repreendeu, disse que voltasse para casa e, como Diana recusou, foi contar ao marido onde estava sua esposa.

*A minha mãe com aquele negócio de que a esposa tem que ser honesta e ficar com o marido, brigou comigo e foi atrás do meu esposo, que foi me buscar na casa dela. Então, eu fui embora pra casa com raiva.*

Diana sentiu-se indignada com a mãe, mas estava decidida a deixar o marido. Na manhã seguinte, depois de acordar, levou os filhos para a casa da sogra, avisou que iria embora e pediu-lhe que cuidasse de seus filhos enquanto não retornasse para buscá-los, pois iria tentar ganhar a vida em São Paulo, para onde uma de suas irmãs tinha se mudado um ano antes. Dessa vez, não avisou à mãe. Era o ano de 1977.

Quando chegou a São Paulo, hospedou-se na casa de sua irmã, em Carapicuíba, cidade da região metropolitana. Sua irmã logo arrumou-lhe um trabalho de empregada doméstica, em uma casa na Vila Madalena, bairro nobre da cidade de São Paulo. Diana dormia na casa de seus patrões durante a semana e nos finais de semana ia para a casa da irmã. Durante alguns meses seguiu rigorosamente essa rotina. São Paulo era uma cidade muito grande e provocava certo medo. Com o passar do tempo, ela passou a conhecer outras pessoas e sua irmã deixou de ser a única referência na metrópole. Arrumou um namorado e começou a sair nas noites de São Paulo.

Inicialmente, saía e voltava na mesma noite para casa, depois passou a sair na sexta-feira e voltar apenas na segunda-feira, direto para o trabalho.

Nessas saídas noturnas, Diana começou a abusar do álcool e passou a fumar maconha. As festas nos finais de semana eram intensas e o rendimento no trabalho começou a cair. Posteriormente, passou a consumir cocaína e crack e, certo dia, não voltou para o trabalho. Seus patrões a procuraram nos locais que ela dizia frequentar e a encontraram na Praça Marechal Deodoro, perto do centro de São Paulo, dormindo debaixo de papelões. Foi a primeira de várias vezes que os patrões foram buscar Diana na rua. Às vezes, ela sumia e passava mais de uma semana sem ser encontrada. Depois de uma dessas buscas, seus patrões sugeriram-lhe que se tratasse em uma clínica de recuperação de dependentes.

Apesar da proposta, Diana preferiu sair do emprego e ir viver nas ruas. Não queria mais trabalhar como empregada doméstica. A única vontade que tinha era de usar drogas. De 1981 até 1996, viveu nas ruas de São Paulo, onde consumiu e traficou drogas, se prostituiu, cometeu furtos, assaltou. Em 1983, sua irmã morre, o que ela descobre meses depois e a deixa sem nenhuma referência familiar na metrópole paulista.

Em algumas ocasiões, sua antiga patroa encontrou-a na rua e insistiu que ela se tratasse. Por duas vezes, ela aceitou e foi para uma clínica de recuperação de dependentes químicos, mas, em todas as internações, não se adaptava ao tratamento e fugia da clínica. Durante esse período nas ruas, Diana teve um relacionamento sério com um homem com quem teve um filho. Sem condições de criá-lo e sem uma rede de sociabilidade em São Paulo, recorreu à mãe, que não via desde 1977. Com o dinheiro que tinha obtido através de um furto, comprou passagem para a mãe, entregou-lhe o filho recém-nascido e pediu a ela que o criasse em Pernambuco.

*Eu falei: – Mãe, eu vou dar esse filho pra senhora porque – eu não queria dizer a ela o que era, mas já era a droga – está acontecendo algo na minha vida e eu não vou poder criar esse filho aqui em São Paulo. Eu não tenho ninguém pra me ajudar aqui e eu vou dar ele pra senhora. Esse menino é seu. O registro dele está aqui e as coisas dele estão aqui.*

Sua mãe morre em 1988, em Pernambuco, e suas irmãs passam a cuidar de seu filho paulista e dos outros dois que Diana havia deixado em Triunfo anos antes. Eventualmente, conseguia algum dinheiro e mandava para a mãe, quando se lembrava dos filhos. “Às vezes, quando lembrava deles, eu já tinha gastado meu dinheiro com droga”. Suas fontes de renda eram os trabalhos típicos da rua: traficava drogas, se prostituía, eventualmente roubava, catava materiais recicláveis para vender. O dinheiro que ganhava servia para comprar drogas, principalmente. Com o passar dos anos, ela fica completamente debilitada pelo uso constante de álcool e outras drogas.

*Eu já não tinha condição de conseguir dinheiro pra comprar droga. Eu pegava um lençol, me enrolava nele, pegava meu cachimbo e ficava perambulando pelas ruas. Eu era um verdadeiro lixo, pior que o lixo que a gente cata.*

Em 1996, sem condições de trabalhar, traficar ou se prostituir, Diana participa de um assalto com outras pessoas, é pega pela polícia, condenada e cumpre pena de três anos na penitenciária feminina de São Paulo. Durante o período em que se encontra encarcerada, desenvolve estratégias de sobrevivência a partir do que sabia fazer: lava e passa as roupas, limpa as celas e cozinha em troca de dinheiro e drogas. Em 1999, sai da cadeia e retorna direto para as ruas, voltando a abusar das drogas. Coleta alguns materiais recicláveis para vender, consegue comida revirando o lixo, enfim, sobrevive do refugio da sociedade. Em poucos meses, Diana adoece gravemente devido a um problema pulmonar e é internada no hospital.

*Eu fiquei tão mal que não tinha condições de me levantar. Só não morri porque um dos que moravam na rua comigo me deu socorro e me levou para o hospital.*

O adoecimento a leva a querer parar de usar drogas. No hospital, solicita que entrem em contato com a antiga patroa, única pessoa com quem

poderia contar em São Paulo. Pede-lhe que consiga uma vaga na clínica de recuperação de dependentes químicos, pois desejava viver e, para isso, teria que parar de usar drogas. E, dessa vez, ela realmente queria parar.

*Depois da tuberculose pulmonar eu fiquei com medo de ficar doente nas ruas. Pois é muito ruim ficar doente nas ruas. O pulmão ficou muito fraco de tanto dormir no papelão, de dormir no chão.*

O medo de ficar doente nas ruas é a motivação de Diana para querer mudar de vida. As ruas e as drogas tornam-se, então, uma ameaça de morte. A lembrança da situação em que vivia passa a ser dolorosa para si, pois percebe a aniquilação à qual foi sujeitada. Apesar de encontrar solidariedade entre os moradores de rua, o massacre ao qual é submetida diariamente pelo restante da sociedade colabora com a negação de si. Diana relata dois casos particularmente marcantes da vida na rua. Uma vez, jogaram-lhe cachaça no rosto, fazendo arder-lhe os olhos, quando pedia um gole. Outra vez, ao pedir comida, a pessoa jogou a comida no chão e, como ela estava com fome, Diana pegou a comida esparramada e comeu.

*Eu fui muito massacrada, fui violada. Eu não fui violada sexualmente, mas fui muito violada verbalmente. O morador de rua é muito violado perante a sociedade. Ninguém olha pra ele com olhar de amor. (...) Lembro que às vezes eu ia pedir uma pinga pra alguém, tremendo, e, ao invés de me dar pra beber, a pessoa jogava a bebida no meu rosto, nos meus olhos. (...) Uma vez eu estava com fome lá em Itaquera e uma turma de homens estava comendo em um barzinho. Às vezes eu ia pedir dinheiro lá, dizendo que eu tinha que comprar uma passagem para o Nordeste para enterrar um parente – eu “enterrei” várias vezes minha família no Nordeste... – e no fim do dia eu tinha um bocado de dinheiro em moedas para comprar “farinha”. Mas nesse dia eu estava com fome, e pedi o pedaço de alguma coisa e o homem jogou no chão. Aí eu olhei pra todo mundo e, como estava com muita fome, peguei no chão e comi.*

Ao pegar a comida do chão, Diana não apenas sofre a agressão como a complementa, ela mesma confirma a negação de si. Ela não era invisível aos olhos da sociedade, era desprezada. Esse desprezo é demonstrado pelas constantes agressões que sofrem e às quais devem se conformar os moradores de rua, os mendigos, os pedintes. Quando pega a comida que estava no chão, jogada por alguém que lhe negava a humanidade, ela mesma se agride. A humilhação causada pelo outro é reforçada pela própria ação. Diana conta que essa é a cena mais forte que tem na cabeça quando se lembra da vida nas ruas. É a negação de si pelo outro e por si mesma que vive diariamente nas ruas. Só consegue sobreviver a isso com o uso de drogas, que lhe faz esquecer o quanto foi e é massacrada e humilhada diariamente, que lhe faz esquecer a morte do pai e a expulsão da fazenda, as agressões do marido, o apoio recusado pela mãe com base nos valores sociais machistas, a distância dos filhos, a morte da mãe e da irmã. A negação de si é anestesiada e ampliada pelas drogas.

No entanto, o adoecimento e a possibilidade de morrer a amedrontam. Não apenas lhe causam medo, mas, por mais paradoxal que possa parecer, lhe dão coragem de enfrentar a dependência química. Lembra-se da patroa, uma pessoa da “alta sociedade” que representa não a negação de si, mas, ao contrário, a afirmação, o cuidado, o carinho, a compreensão. Era uma pessoa com quem poderia contar, alguém em quem confiar. O único elo que lhe restava com o outro mundo em que já vivera.

Para recuperar-se, Diana agarra-se também à religiosidade. Durante o tempo em que ficou na rua, ela relata que as igrejas eram os únicos lugares em que podia entrar. Lá ela podia tomar banho, se alimentar e, eventualmente, conseguia roupas em melhor estado. Mesmo nas ruas, a religiosidade é uma referência. Além das ações de caridade, geralmente lideradas pelas diversas igrejas, nos momentos de maior fragilidade, a fé é um importante recurso de segurança ontológica para quem se encontra nas ruas.

*O meu hotel eram as igrejas. Principalmente a Igreja Universal. Quando a gente ia lá, eles exigiam que a gente deixasse eles “tirarem o*

*espírito”. Mas a gente podia tomar banho, ganhava comida. E eu falava com Deus.*

Diana fica na clínica de recuperação durante cerca de três anos, de 1999 a 2002. Na clínica, torna-se ainda mais religiosa, o que lhe ajuda na luta contra o vício. Atualmente, ela frequenta uma igreja evangélica chamada Congregação Cristã no Brasil, onde não apenas participa dos cultos, mas também dá seu testemunho, faz suas orações e realiza pregações. A religiosidade evangélica se encontra muito presente em seu discurso. Diana recorre constantemente a Deus para explicar seu retorno à vida.

*Só Deus para curar, porque médico não dá conta de curar essa doença. (...) O Senhor é muito importante na nossa vida, pois sem o Senhor, a gente não consegue dar um passo além do nariz. Nós somos dependentes do Senhor. Qualquer pessoa que crê é dependente de Deus. (...) Eu não tenho palavras para agradecer a Deus, pois Ele sempre me guardou, nas ruas, na cadeia, em todo lugar que eu estava. Ele passou tudo comigo e me guardou.*

Em 2002, ao sair da clínica, decide voltar a Pernambuco. Em São Paulo, achava que poderia retornar à vida nas ruas, não tinha família ou qualquer outra rede de sociabilidade para dar apoio cotidiano. Em Triunfo, reencontra as irmãs, os irmãos e os filhos. A filha, que havia deixado com a sogra quando partiu de Triunfo, em 1977, tinha migrado para São Paulo. Só foi revê-la em 2007, quando ela viajou de São Paulo a Triunfo para fazer-lhe uma visita. Diana decide acompanhar a filha no retorno a São Paulo, a fim de conhecer os netos e o genro. Deveria passar poucos dias na cidade, mas muda de planos. No bairro onde a filha morava, um grupo de catadores estava formando uma cooperativa. O grupo tinha apoio de uma ONG e teria um curso de cooperativismo e de educação ambiental. Como já tinha alguma experiência na catação de materiais recicláveis, Diana resolve participar do curso, que era aberto a pessoas da comunidade que tinham interesse de integrar a cooperativa. Nesse curso, além de aprender sobre o que é e como funciona uma cooperativa, aprendeu também como faria a coleta de materiais

recicláveis porta-a-porta, como abordar as pessoas para que elas separem seu lixo, noções de cidadania etc.

Viu que, entre aqueles catadores, sua experiência era valorizada e foi convidada a participar da cooperativa. O envolvimento fez com que Diana desistisse de voltar para Pernambuco. Participava agora de um grupo que lhe garantia não apenas a renda para sobreviver, mas apoio e motivos para manter-se longe do álcool e das drogas. Sentia-se útil. O ambiente dentro da cooperativa era acolhedor. Todos ali compartilhavam uma história de exclusão e de humilhação social, alguns, como ela, haviam morado durante um tempo na rua, outros estavam desempregados e viam na reciclagem uma oportunidade de terem renda. Logo, passou a representar a cooperativa em vários espaços políticos, como o MNCR. Diana encontrou na cooperativa e no movimento de catadores não só uma rede de sociabilidade, que lhe garantia o contato com pessoas com quem poderia contar, mas também um espaço onde sua história era valorizada, onde o fato de ter morado na rua lhe trazia prestígio, onde sua história de perda e reencontro de si mesma poderia ser ressignificada e aproveitada para a integração de novos membros, que ainda viviam naquela condição.

*Qual a importância dessas organizações para pessoas que, como eu, fui uma alócolatra e uma drogada, que morei nas ruas e hoje faço parte da sociedade? Como isso mudou pra mim? Por que antigamente as pessoas da sociedade me olhavam com um olhar e por que hoje vocês me veem com outro olhar? Isso é possível graças ao Movimento. E eu sou uma catadora que viveu isso nas ruas mesmo. Muitos aqui no Movimento até viveram nas ruas, mas não como eu vivi. Alguns trabalhavam nas ruas, com as carroças, ou moraram pouco tempo nas ruas, mas esse tempo todo, daqui do Movimento, só eu. Minha importância no Movimento, é que, para conseguir chegar nesse catador que é morador de rua, que a gente tenta organizar, tem que ter vivido como ele e mostrar que ele também pode se organizar. Então, em projetos que buscam chegar nesses catadores, eu conto minha história, o fato de já ter ficado nas ruas, de ter bebido, de ter usado drogas e de hoje estar em outra situação.*

A história de Diana, desde que ela passou a fazer parte do movimento de catadores, virou instrumento de mobilização e de inclusão de novos membros. Ela tem participado de atividades de formação com catadores não organizados, que continuam trabalhando e vivendo nas ruas sem vínculos com cooperativas ou associações de catadores, buscando integrá-los ao Movimento. Para Diana, é a organização dos catadores que permite o olhar diferente da sociedade para com eles. E é a partir dessa organização também, ou seja, por meio do Movimento, que Diana conseguiu mudar o olhar para si mesma. O Movimento, tanto em suas instâncias de base quanto em suas instâncias superiores, é o espaço onde as pessoas compartilham suas histórias e produzem um discurso de luta contra o desprezo e a opressão da sociedade, criando novas legitimidades partilhadas por seus militantes. Aquilo que era motivo de desprezo e de desvalorização torna-se um marcador de legitimidade e possibilita o crescimento da estima de si.

À valorização da identidade de catador, que é obviamente partilhada pelos militantes do movimento de catadores, soma-se a recuperação de outros marcadores sociais que, se não são completamente partilhados por todos os catadores, constituem um conjunto de marcadores pouco valorizados: ser mulher, negra, moradora de rua, de origem nordestina, ex-usuária de drogas. Isso faz com que, mais do que uma identidade de categoria profissional, a identidade do catador seja uma identidade de origem social. Subjetivamente, para Diana, isso implica na ressignificação de toda sua trajetória, da queda do ideal parental – com a morte do pai e o despejo da família – à sua história nas ruas de São Paulo. Entrar no Movimento permitiu-lhe transformar sua história, que até então era de vergonha e reprovação, em uma trajetória de superação, coragem e resiliência.

Além da valorização dentro do Movimento, Diana sente-se mais valorizada também na sociedade que outrora a desprezava. Representa os catadores de sua cooperativa e da região leste de São Paulo em reuniões com representantes do poder público, empresários, técnicos de ONGs, estudantes e professores universitários. Diana viaja de avião pelo país inteiro para representar Movimento, o que era impensado para ela em outros tempos, mesmo antes de morar na rua. Já teve reunião com um ex-presidente da



república e almoçou ao lado da presidenta atual. Além disso, a escola, que lhe fora negada em sua adolescência porque tinha que ajudar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos, abre-lhe uma nova oportunidade, por meio do Movimento.

*E eu estudei muito pouco, pois eu mais ajudava minha mãe a cuidar dos meus irmãos do que estudava. Minhas irmãs estudaram, mas sou eu que conheço o ex-presidente Lula, a presidenta Dilma. Já almoçamos juntas. (...) A gente viaja muito pelo movimento. A gente viaja demais! É bom demais! Eu chamo isso de dignidade e cidadania. E hoje também faço um curso que se chama Escola da Cidadania, na Zona Leste. Já tive o prazer de conhecer vários secretários da Educação. Tive o prazer de assistir palestras, seminários. Inclusive o TCC que nós vamos fazer para pegar o diploma pela Unesp chama-se “Política para não ser idiota”. Eu e uma amiga vamos fazer esse trabalho juntas. Então pra mim é um grande orgulho pra mim, que não tive estudo, que só sei ler e escrever.*

Outro fator importante para Diana é a recente aproximação com seus filhos e netos. Desde 2002, quando voltou para Triunfo, Diana tem buscado reatar os laços perdidos com seus três filhos. Um deles, filho do meio, nascido quando era casada, morreu assassinado no interior de Pernambuco em 2009, quando Diana já havia voltado para São Paulo. O filho mais novo, que tinha nascido em São Paulo e foi entregue a sua mãe, há poucos anos voltou para sua cidade natal para estudar e trabalhar. Atualmente, além de trabalhar, faz o curso superior de farmácia em uma universidade de Sorocaba, cidade que fica a 100 quilômetros da capital paulista.

*Meu filho vem a cada quinze dias me ver, pois a noiva dele mora aqui perto. Outro dia, ele chegou de surpresa e foi uma festa muito maravilhosa que Deus preparou pra mim. E eu fiquei muito feliz porque depois que minha mãe o criou foi a primeira vez que ele me chamou de mãe. Ele não me chamava de mãe, me chamava de Diana. Mas, nesse dia, ele me pediu a benção: “Bença mãe!” Eu fiquei muito feliz.*

A filha mais velha atualmente mora com Diana e possui quatro filhos e cinco netos. A renda que conseguiu na cooperativa permitiu que Diana comprasse um apartamento e que pudesse apoiar seus filhos, netos e bisnetos nos momentos de dificuldade. Além disso, o trabalho de Diana e o prestígio que tem conseguido por meio do Movimento são hoje motivo de orgulho em sua família, tanto da parte de seus filhos, netos e bisnetos, quanto da parte de suas irmãs e irmãos.

*Até meus bisnetos já perguntam onde jogar cada material: “Vovó, é lixo ou reciclagem?”*

Ela se recorre de não ter criado os filhos e sabe que isso os afastou dela. O fato de ser respeitada pela própria família é, em si mesmo, um motivo de alegria. Quando morava na rua, Diana relata que tinha vergonha de pensar em seus filhos, pois vislumbrava o que eles achariam da mãe se a vissem naquela situação. Para fugir desses pensamentos, se drogava. Atualmente, estar no movimento de catadores e contar a sua história são maneiras que Diana encontrou de lidar com a ambivalência de seu passado, um misto de sentimento de culpa, de vergonha, mas também de orgulho, sentido toda vez que se sente valorizada ao contar sua história aos outros – sejam eles catadores ou intelectuais. Nesse sentido, o reatamento dos laços familiares reforça o processo de recuperação da estima de si, considerando que isso diminui o peso da negatividade de sua história. Por isso, cada pequeno passo em direção à aproximação com seus filhos é sentido como uma grande vitória.

#### 8.4. Tião

Sebastião Carlos dos Santos, ou simplesmente Tião, nasceu na cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro em 1979. É o sétimo de oito filhos. Apesar de morar em Duque de Caixas, município da região metropolitana do Rio, sua família é oriunda de Pernambuco. Eles tinham migrado para o Rio de Janeiro alguns anos antes do nascimento dele em busca de melhores oportunidades. Desde os oito anos de idade, passou a frequentar o Aterro de Jardim Gramacho, maior lixão da América Latina, que recebia o lixo da cidade do Rio de Janeiro e das cidades da região metropolitana. Apesar de ter começado a frequentar o lixão para acompanhar sua mãe e seus irmãos, a origem social de sua família se encontra fora do ambiente da catação e da reciclagem.

A mãe de Tião é filha de um estivador, que trabalhava no cais do porto em Recife, e de uma dona de casa “milagreira”. O avô materno foi uma importante liderança sindical em Recife, presidente do sindicato de estivadores. Tião não conheceu o avô, que morreu antes de seu nascimento, mas sua figura sempre representou um ideal não só para si, mas também para outras pessoas na família, como sua mãe e seu pai.

*[Meu avô] Era uma pessoa muito especial e todos o admiravam. Tinha ideais e coragem para correr atrás deles, incentivava os companheiros de trabalho, filhos e netos a acreditar nos sonhos, lutar por direitos, brigar contra as injustiças.*

Para Tião, a admiração que sua família nutria por seu avô teve grande efeito mobilizador em suas escolhas ao longo da vida, especialmente na sua opção pelo engajamento militante. “Para mim, fazia toda a diferença saber que ele tinha sido um líder, e que sua liderança estava a serviço de um bem maior”, afirma Tião.

A avó materna de Tião é lembrada principalmente por seus conhecimentos e habilidades como “parteira, rezadeira e curandeira”. Tião relata que sua avó era conhecida na vizinhança como uma pessoa que

poderia, por força de sua sabedoria e fé, tratar os doentes, ajudar as mulheres na hora do parto e realizar presságios, utilizando, para isso, ervas medicinais e, principalmente, suas rezas.

Segundo Tião, sua mãe, desde pequena, teve um temperamento forte, não aceitando se submeter à vontade dos outros. Seu avô achava que ela “tinha atitude demais para uma menina”. Desde sua morte, a filha optou por trabalhar e ajudar no sustento da família, primeiramente como empregada doméstica e depois como catadora no lixão.

O pai de Tião nasceu no interior de Pernambuco. A relação de seus avós paternos era conturbada, com relatos de violência doméstica cotidiana. Ambos, aparentemente, eram alcoólatras e sua avó morreu quando seu pai tinha apenas três anos de idade. Depois disso, o ímpeto violento de seu avô teve como objeto o seu filho mais novo, o pai de Tião. Vendo o sofrimento do irmão mais novo, suas irmãs resolvem entregá-lo a outra família. Contudo, sua situação não melhora muito, continua sofrendo maus-tratos e até os treze anos de idade não encontra um lar acolhedor, vivendo com várias famílias diferentes. Aos treze anos de idade, uma velha senhora o acolhe e o pai de Tião vive com ela até os dezessete anos de idade. Com essa idade, seu pai conhece aquela que virá a ser sua esposa, começam a namorar e, em alguns meses, eles descobrem que ela está grávida. Com isso, eles se casam e seu pai passa a trabalhar no cais do porto com o sogro. O acolhimento da família da mãe de Tião mostra-se importante para a vida de seu pai. Trabalhando no porto com o sogro, seu pai envolve-se também com o sindicato dos estivadores e procura seguir seus passos.

*Desde o início, meu avô acolheu meu pai e ensinou a ele tudo o que sabia: transportar cargas, liderar os estivadores, lutar para ser ouvido e contra as injustiças. E continuou ensinando, até seu último dia de vida.*

Alguns anos depois, o avô materno de Tião morre, vítima de um infarto fulminante. A morte dele coincide com o início da crise da zona portuária de

Recife e com a decadência do sindicato dos estivadores<sup>15</sup>, o que contribui para as dificuldades financeiras que sua família começa a enfrentar e com o fim do legado comunitário criado por ele. Nesse cenário, a mãe de Tião muda-se para o estado do Rio de Janeiro, para onde uma de suas irmãs havia ido alguns meses antes, e começa a trabalhar como empregada doméstica.

Pouco tempo depois, o pai de Tião também se muda para o Rio de Janeiro e a família instala-se nos arredores de Jardim Gramacho, bairro localizado no município de Duque de Caxias, onde fica o aterro metropolitano de lixo. Ao chegar ao Rio de Janeiro, seu pai consegue emprego de estivador na zona portuária e sua família passa a viver alguns anos com certa estabilidade financeira. Assim como em Recife, naquele tempo sob liderança de seu avô, a família de Tião cresce (nascem três dos sete irmãos, além dele mesmo) e seu pai vive intensa vida comunitária – especialmente no cais do porto, onde se envolve com o sindicato e na vida boêmia. A casa dos seus pais torna-se ponto de encontro da família – do lado materno, grande parte mudara-se de Recife para Duque de Caxias depois da morte do avô – e dos amigos, mas sua vida conjugal enfrenta uma crise. O nascimento de Tião se dá no auge dessa crise e ele sofre com as consequências da desconfiança do pai a respeito de sua legitimidade. Então, desde pequeno, passa a sofrer violência do pai, especialmente quando esse exagerava na bebida.

No início dos anos 1980, o Brasil vive uma das mais sérias crises econômicas de sua história, com baixo crescimento econômico e hiperinflação. Além desse quadro, que por si só aumenta o desemprego, a zona portuária passa por uma reestruturação produtiva, substituindo parte de seus trabalhadores por máquinas, o que piora a situação de quem trabalhava no cais do porto. Com isso, o pai de Tião perde o emprego, afunda-se na bebida e a família começa a passar por dificuldades financeiras.

---

<sup>15</sup> Entre 1918 (ano da sua inauguração) e 1970, o porto de Recife era o porto mais importante e movimentado do Nordeste do Brasil. No entanto, sua dragagem limitada impedia que recebesse embarcações maiores, exigência do transporte marítimo de cargas a partir dos anos 1970, o que acarretou a perda de sua importância na região. Com isso, o governo de Pernambuco iniciou, em 1973, o projeto de construção do porto de Suape, que foi inaugurado em 1983.

*Foi assim que meu pai perdeu o emprego. Foi assim que viu seu trabalho e dignidade escorrerem pelo ralo do cais, enquanto insistia em bater o ponto todas as manhãs na esperança de que as máquinas ainda não tivessem dominado todo o processo. De frente para o porto, acompanhou sua derrota, o serviço que prestava perdendo a utilidade, o sindicato perdendo a força e a importância. Como não havia mais nada a descarregar, era obrigado a voltar para casa. Sem conseguir lidar com as mudanças, mergulhou na bebida, afogando-se num vício sem volta.*

Nessa circunstância, a mãe de Tião começa a tentar alternativas de ganhar dinheiro: fazia faxina, trabalhava dia e noite, inclusive fins de semana, mas o dinheiro não era suficiente para sustentar os oito filhos. Ouve falar, então, de uma “mina de ouro”, um trabalho em que poderia ganhar o dobro do que ganhava com faxinas: a coleta de materiais recicláveis no aterro de Jardim Gramacho. Nesse momento, não encontrando alternativa, a mãe de Tião vai para o lixão e começa sua vida como catadora.

Quando vai trabalhar no lixão, a mãe leva a irmã dela, o marido e os filhos mais velhos, que a ajudam e também passam a tirar alguma renda do trabalho de catação. A jornada de trabalho era exaustiva, às vezes 20 horas trabalhando em pé, carregando grandes sacos de lona onde colocavam o material reciclável. Ao final de um dia inteiro de trabalho, cada um conseguia recolher mais de 200 quilogramas de material reciclável, o que era suficiente para alimentar sua família e pagar as contas de casa. Outra vantagem, é que, com a família trabalhando conjuntamente, as pessoas poderiam se proteger nesse ambiente relativamente hostil e aumentavam a produção diária, o que garantia uma renda maior para todos.

Alguns meses depois que a família de Tião começou a trabalhar na “rampa” – a parte superior do aterro, onde os caminhões descarregavam o lixo –, um de seus irmãos morreu atropelado, quando voltava à noite do trabalho no aterro. Até então, ele jamais havia pisado no aterro. Sua mãe não o deixava ir àquele ambiente perigoso. Aos oito anos de idade, em 1987, Tião conhece o aterro e passa a frequentá-lo.

*Dos 8 aos 12 anos, eu ia ao aterro basicamente para brincar. Eu ia mesmo para levar o almoço, depois do colégio, mas sempre acabava ficando, distraído diante de tanta novidade. (...) A idade nos fazia encarar aquilo, num primeiro momento, sem os preconceitos dos adultos. Mesmo os mais humildes, todos, de alguma forma, tinham consciência da existência de outras formas de trabalho e de vida, e de que aquela estava longe de ser valorizada. Nós, não. Não conhecíamos outras possibilidades, e por isso era mais fácil conviver com aquilo tudo.*

Tião era dos poucos filhos de catadores que frequentava a escola. Ele relata que a maioria das famílias que trabalhava no lixão não via importância na escola para as crianças. Muitas delas não tinham nem certidão de nascimento, assim como seus pais e avós. Ou seja, gerações de famílias que legalmente nem existiam e, por isso, não eram nem cidadãos. Essas famílias não enviavam seus filhos à escola. Era a realidade de grande parte dos catadores do lixão de Jardim Gramacho.

Na escola, Tião era bastante agitado, mas gostava de frequentar as aulas e era um aluno “até razoável”. A convivência nesses dois ambientes, o lixão e a escola, não era, até então, um grande problema para ele. No entanto, Tião já sabia que havia alguma incompatibilidade entre o espaço de trabalho de seus familiares e o que era valorizado na escola. Por isso, evitava dizer onde sua mãe trabalhava. Até que um dia, em 1992, quando uma equipe de jornalismo televisivo foi visitar o aterro para uma reportagem, sua mãe deu entrevista e apareceu na TV. Alguns dias depois, ele começou a sofrer bullying na escola. Chamavam-no de “filho da lixeira”, de “rampeiro”, de “xepeiro”, faziam piadas a respeito do seu cheiro, passou a ser excluído das turmas de colegas da escola.

Havia pouco tempo que Tião tinha começado a trabalhar no aterro. Ele estava, então, com 13 anos de idade, período da adolescência importante na formação identitária. Em alguns meses, resolve abandonar a escola, sem concluir o ensino fundamental. Ia ao aterro para trabalhar, mas sem vontade. Esse espaço, que antes era um ambiente que misturava o cinza ao colorido,

que era fonte de renda e de diversão para Tião, passou a ser visto como algo desprezível.

*Lembro que sofri um bocado com tudo aquilo. Afinal, ninguém está preparado para tanta discriminação. Fiquei triste, revoltado e principalmente tentando entender por que cargas d'água minha mãe tinha que dar aquela maldita entrevista, devassando aquela história sem a menor necessidade. Nós trabalhávamos no aterro, tudo bem, mas daí a espalhar a notícia aos quatro ventos...*

Tião abandona a escola e perde apreço pelo aterro. Um sentimento de inferioridade toma conta de si e o acompanha nos anos seguintes. Esse sentimento, inexistente até então, aparece a partir do choque entre as duas realidades e com a descoberta de que ele e sua família ocupavam posições inferiores na sociedade. Anos depois, Tião tenta voltar a estudar em outra escola, mas também a abandona.

*Hoje, entendo a confusão que tudo isso causou na minha cabeça: a essa altura, o problema maior já não eram os outros, com seus julgamentos tortos sobre tudo e todos, mas o preconceito que passei a ter comigo mesmo. Porque, mesmo já no outro colégio, no outro grupo de amigos, um ambiente completamente diferente, eu continuava me sentindo inferior e cada vez mais distante.*

O sentimento de inferioridade, sentido por Tião, traz à tona não apenas sua condição de catador, mas a trajetória descendente da família, que outrora fora centro das atenções na comunidade, que trazia histórias de luta e de superação, mas que tinha agora que sobreviver do lixo. Esse acontecimento representa, também, a queda do ideal parental, especialmente ligado à figura da mãe, que era o pilar que sustentava a família, que nunca havia se rendido, que sempre se mostrara carinhosa com Tião. Este sentimento de inferioridade impedia que ele frequentasse a escola, espaço reservado a pessoas de maior estatuto social e que os catadores estavam “proibidos” de frequentar.



Mesmo assim, ele seguiu trabalhando no aterro nos anos seguintes. Em 1995, a prefeitura iniciou um processo de reestruturação do aterro de Jardim Gramacho, contratando uma empresa privada para geri-lo e controlar a entrada e saída de catadores. Com isso, todos que tivessem menos de dezoito anos de idade foram proibidos de entrar no aterro, o que atingiu Tião, então com 16 anos.

Com a proibição de entrar no aterro, ele passa a buscar alternativas de trabalho, fazendo bicos, trabalhando em diversas atividades diferentes. Não encontra nenhuma atividade que lhe renda os ganhos da reciclagem. Ao mesmo tempo, começa a ter uma vida conturbada do ponto de vista pessoal, envolve-se com grupos de jovens que iam aos bailes funk para brigar e começa a sair com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. A respeito desse período e das condições sociais que vivia, Tião traz uma reflexão interessante:

*Talvez pelas circunstâncias da vida, pelo modo como tivemos que encará-la, não sei bem, praticamente todo jovem de comunidade tinha alguma “necessidade” dos bailes, até os menos briguentos. No fim das contas, eles funcionavam como uma válvula de escape para nós. Acalmavam nossas angústias, distraíam nossa raiva, amorteciam nossas dores. Eram a oportunidade que tínhamos de expulsar de dentro toda a angústia, todo tipo de repressão que espremíamos bem espremida para caber sem sufocar.*

Tião se via sem emprego fixo, não ia mais à escola, estava sem perspectiva. Sua família trabalhava no aterro e representava o real possível, o que poderia ser alcançado, o futuro provável. E ele não gostava disso. A impossibilidade de atingir seu ideal de ego, de alcançar algo mais elevado, aprofundava seu sentimento de inferioridade. Esse sentimento tomava, então, a forma da raiva, da revolta, da vontade de transgressão, o que se realizava, principalmente, nas brigas que ocorriam nos bailes funk. Sua rede de sociabilidade, sobretudo no ambiente extrafamiliar, reforçava esse tipo de comportamento.

No entanto, alguns fatos relatados parecem determinantes para que Tião se afaste do ambiente de violência em que se via envolvido naquele

momento. A morte de pessoas próximas, seja pelo tráfico, seja pela polícia, fez com que ele repensasse o desejo de obter prestígio e dinheiro por meio do tráfico de drogas. Além do medo decorrente do assassinato de pessoas próximas, uma das razões de sua revolta começa a se resolver: Tião se reconcilia com o pai.

Desde pequeno, sofria com o afastamento e a violência do pai, sem saber ao certo o motivo. Tinha a impressão de que a rejeição se dava por ciúmes, desconfiança que o pai tinha em relação à paternidade de si. Apesar das semelhanças físicas, Tião fora concebido em um momento em que o casamento de seus pais não ia muito bem, o que pode ter gerado tal desconfiança. Com isso, sofrera rejeição durante toda a infância sem compreender direito sua causa. Quando tinha dezessete anos, houve uma noite em que seu pai chegou embriagado e, como em outras ocasiões, disposto a bater nele. Mas, dessa vez, o desfecho foi diferente. Assim narra o ocorrido:

*Era uma sexta de noite, e eu estava me arrumando para sair. Ouvi um barulho na porta: era o meu pai chegando em casa, bêbado, para variar. Eram quase sete horas e eu continuei me vestindo, porque o baile daquela noite começaria às oito. Ignorei a arruaça que começou a fazer na sala. Não queria me atrasar, nem ter problemas com ninguém.*

*Acontece que ele queria e, cavando como estava, uma hora ia encontrar. Senti um aperto no peito. Era o velho filme querendo se repetir.*

*Meu pai entrou no meu quarto batendo a porta e veio, do nada, na minha direção. “Dessa noite não passa”, pensei. Mal tive tempo de me virar, ele já estava em cima de mim, seu braço pesado na altura do meu peito. Senti meu pescoço arder, ele tinha me arranhado feio. Toquei a camisa e vi que estava rasgada perto da gola. E também um pouco suja de sangue.*

*De repente, vi passar um filme na minha cabeça, um emaranhado de lembranças: meu pai no cais do porto, o desemprego, a bebida, o Rogério cuidando de mim, as brigas com ele quando eu ainda era moleque, minha mãe chorando enquanto tentava me proteger, eu ansioso para ver o nome dele no meu registro de nascimento, que só foi aparecer anos depois.*

*Um pouco desorientado, comecei a juntar forças para encerrar de vez aquela história. Eu estava pronto para revidar – revidar a violência, revidar o ódio, a falta de explicação, ele tinha acabado mais uma vez com a minha noite, eu estava determinado a também acabar com a dele – quando, de um jeito estranho, sem motivo nenhum, o peito inflamado, a boca seca, senti uma coisa forte dentro de mim, que dizia para eu parar, para eu pensar, desistir da briga, desistir do ódio, da vingança, dos murros que vinha ensaiando, da certeza de que ele merecia sofrer. Por alguns instantes, que podem ter sido um minuto ou um segundo, não sei dizer, eu parei e vi nos olhos dele o reverso daquilo tudo. Lá no fim do túnel, eu enxerguei algo que se parecia, talvez, com um pedido. Um pedido de socorro. E no lugar da violência contida, brotaram umas palavras espremidas, sufocadas pela angústia, minha vontade maior que o mundo de ter um pai no lugar de um inimigo:*

*– Por que, pai? Por quê?*

*Estava engasgado, mas eu precisava colocar para fora, perguntar, gritar, saber:*

*– Me diz, por que tudo isso, pai? O que foi que eu te fiz pra merecer todo esse ódio? Diz!*

*E olhava fundo nos olhos dele. Ele imóvel, eu firme, segurando nas mãos o meu desespero, o soco que eu tinha engolido para dar lugar àquela última tentativa.*

*– Eu respeito tanto o senhor, amo tanto o senhor, e só recebo pancada... nem um abraço, nem um gesto de carinho. O senhor realmente acredita que eu não sou seu filho? Logo eu que, de todos, sou o mais parecido com o senhor!*

*Àquela altura, eu só queria que as coisas, se tivessem que explodir, explodissem de uma vez por todas. Tem horas que não dá mais pra aguentar guardar, aceitar, fingir que está tudo bem, virar uma página que sequer foi escrita.*

*Num minuto, pareceu que o álcool tinha secado de dentro do meu pai. Havia lucidez no seu olhar, havia sentimento, qualquer coisa parecida com afeto, talvez. Ele ficou me olhando, e uma lágrima tímida começou a descer. Meu pai – que agora parecia meu pai – chegou mais perto, pegou na minha*

*mão e a segurou com carinho. Levou-a até perto do rosto e a beijou – era uma mania que ele tinha, de beijar a mão dos outros, das pessoas que ele gostava, e que nunca tinha feito comigo.*

*E a primeira lágrima, contida, deu lugar à segunda, e à terceira, e às outras que já não tinham mais tanta vergonha de cair e lavar toda a nossa dor para sempre.*

*Diante daquela cena, meu pai beijando a minha mão, chorando, confesso que fiquei meio sem ação. Ele parecia outra pessoa, tão diferente daquela que há pouco tempo eu queria ver longe de mim. Era um momento mágico. Eu tinha que reagir, falar alguma coisa, fazer alguma coisa.*

*Então me aproximei do rosto dele, senti seu cheiro. Em silêncio, porque as palavras já não faziam muito sentido, eu o abracei em um abraço apertado, como nunca tinha feito antes. Abracei, e abracei forte, porque li nos olhos dele que o remédio para aquela falta de amor era mais simples e óbvia do que eu jamais compreenderia se alguém dissesse. E comecei a chorar também.*

*Ele me abraçou de volta. Era como se fosse outro pai; eu, outro filho; e aquela, outra história, completamente diferente da que vivíamos cinco minutos antes. E daquele jeito mesmo, nós dois enlaçados, me pediu desculpas. Disse que tinha cometido erros, muitos. Prometeu que nunca mais levantaria a mão para mim de novo, e pediu que eu o perdoasse, que eu o entendesse.*

*Foi nesse mesmo dia, depois de anos de mistério, sofrimento e especulações, que finalmente conheci o resto, ou o início da história toda.*

Nessa mesma noite, o pai de Tião lhe conta a história de sua infância, os casos de agressão que sofria do próprio pai, a falta de uma família que pudesse chamar de sua, o acolhimento que teve na família da esposa, a morte do sogro, o nascimento de Tião em um momento de muitas incertezas, a dúvida se sua mãe daria continuidade ou não à gravidez. Ao ouvir a história de seu pai, que lhe confessava segredos que jamais haviam sido ditos, ele passa a conhecer o que gerava tanto ódio e desprezo. O recalcado, que emergia na violência paterna, passa à esfera da compreensão de ambos e permite a reconciliação entre pai e filho. Nesse sentido, não foi apenas o gesto de Tião e o pedido de perdão do pai que possibilitou a reconciliação, mas colocar em

palavras aquilo que era proibido, dizer o que não poderia ser dito, trazer à tona segredos de família que escondiam uma realidade de negação do sujeito, de invalidação social e de fragilidades existenciais.

E não podemos negar o peso do “social” nessa relação. Ele relata que, na maioria das vezes, seu pai lhe batia quando passava por problemas fora de casa, relacionados à perda do emprego no cais do porto, à invalidação social a que era submetido diariamente ao trabalhar no aterro, à perda dos vínculos com os boêmios da região central do Rio de Janeiro, sambistas, compositores e poetas. Todas essas mudanças ocorreram a partir da mobilidade social descendente de seu pai, que não aceitava o próprio fracasso e, por isso, descontava naquele que era mais parecido consigo, o filho concebido em um momento de crise conjugal, e que, por isso, era tanto objeto de desconfiança quanto de identificação. Quando olhava para Tião, seu pai via a si mesmo, e, na impossibilidade da autoaceitação, em virtude das próprias fragilidades, descontava seu sentimento de inferioridade, as humilhações que sofria, a vergonha de não ter um trabalho que considerasse digno, o peso de seu passado, em seu próprio filho. Ao castigar Tião, seu pai castigava a si mesmo.

A partir da reconciliação com o pai, Tião começa a diminuir sua ida aos bailes e distancia-se de seus amigos do tráfico. Poucos meses depois, completa 18 anos de idade e decide voltar a trabalhar com a catação. No entanto, ao invés de ir trabalhar na “rampa”, como a maioria dos catadores, resolve trabalhar no galpão de reciclagem da Coopergramacho, onde também trabalham sua mãe e suas irmãs. Nesse lugar, ele começa a fazer diversos cursos de capacitação na área de cooperativismo. Esses cursos permitem-lhe conhecer melhor os princípios e o funcionamento das cooperativas e associações. Com isso, começa a participar ativamente das decisões da cooperativa e, em pouco tempo, é eleito para o conselho fiscal. Como conselheiro fiscal, Tião fiscaliza e orienta a diretoria da cooperativa, suas opiniões passam a ter maior peso junto aos seus colegas e acaba se envolvendo também na resolução de pequenos problemas diários da Coopergramacho. Alguns meses depois, sua mãe e irmãs resolvem sair da cooperativa e voltar à “rampa”, onde conseguiam auferir maior renda, pois a remuneração dependia exclusivamente da produtividade individual, que era

maior no trabalho na “rampa”. Mesmo assim, Tião prefere continuar na cooperativa.

*De repente, havia um elo ainda maior do que a minha família me ligando àquela causa, que eu já considerava minha. Eu já não trabalhava só para meu sustento, ou porque tinha que completar a renda de casa, mas porque me orgulhava de verdade, e porque tinha decidido entrar de vez naquela luta.*

Em 2001, depois de quatro anos no conselho fiscal, Tião é eleito vice-presidente da Coopergramacho. Na vice-presidência, atua mais na representação institucional, uma vez que o presidente tinha mais interesse nas atividades comerciais e de gestão interna. Ele, então, torna-se representante da cooperativa junto ao poder público e às entidades do terceiro setor, trabalhando fortemente na mobilização social dos catadores e na luta por melhores condições de trabalho.

A perspectiva de liderar os catadores em suas lutas encontra importante respaldo na trajetória familiar de seus antepassados, particularmente na trajetória de seu avô, de quem Tião reivindica-se herdeiro. Seu avô, reverenciado por seu pai, por sua mãe e por suas tias, torna-se a figura à qual ele busca identificar-se em prol de realizar seu ideal de ego sem, com isso, entrar em contradição com a dimensão restritiva do projeto parental, qual seja, a interdição da ascensão social decorrente do risco de desidentificação com os pais. A opção pelo engajamento militante junto aos catadores possibilita a Tião ressignificar e dar continuidade à trajetória de sua família, partindo do legado do seu avô e se apropriando da história construída por seus pais.

O ano de 2001 marca também o nascimento de sua filha, fruto do casamento ocorrido no ano anterior. No ano seguinte, participa do curso “Jovens Lideranças”, organizado por uma ONG, onde conhece jovens militantes de outros movimentos sociais urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Nesse curso, primeiramente, Tião se sente inferiorizado, pois é o único catador de materiais recicláveis no meio de lideranças comunitárias que trabalhavam

com arte, cultura e esporte. Todos eram da periferia, da favela, mas ocupavam uma posição mais elevada do que a sua, um mero catador de “lixo”.

*Lembro como se fosse hoje do nosso primeiro encontro, de apresentação. Cada um tinha que falar seu nome e o que fazia na vida. (...) Torci para que a minha vez não chegasse nunca. Eu suava frio na hora de dizer:*

*– Meu nome é Tião, e eu cato lixo.*

*Nesse dia, eu me senti um nada. Enquanto meus colegas atuavam, dançavam, lutavam, todos já inseridos em projetos sociais superbacanas, eu era um dos únicos, senão o único, que já tinha filho pra criar, que por isso tinha que trabalhar, e ainda por cima dentro do lixão. Tudo bem que tinha a cooperativa, mas de qualquer forma o meu trabalho era no lixo.*

Por mais que Tião visse a importância de seu trabalho na luta pelo direito dos catadores do aterro de Jardim Gramacho, ele ainda se sentia inferiorizado quando comparado com outras pessoas que realizavam “trabalhos sociais mais dignos”. No entanto, com o tempo, e conhecendo os outros colegas do curso, esse sentimento foi diminuindo e, no fim, Tião foi escolhido como representante do grupo de “jovens lideranças”: “era difícil acreditar que havia sido escolhido por aqueles grandes colegas, líderes que tanto admirava, como a liderança mais destacada”. Além disso, a dinâmica do curso, bastante vivencial, fez com que ele conhecesse outras realidades até então desconhecidas: outras comunidades da periferia, museus, teatros, cinemas etc..

Em 2003, Tião participa do I Encontro Latino-Americano de Catadores, em Caxias do Sul, e do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e conhece pessoas envolvidas com os movimentos altermundialistas, militantes da economia solidária e catadores que vinham construindo o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, além de catadores militantes de outros países da América do Sul. A partir do contato com essas pessoas, Tião resolve entrar no MNCR e começa a participar de reuniões com os militantes do

Movimento no estado do Rio de Janeiro e com dirigentes de outros lugares do Brasil.

Com o ânimo renovado pelo curso e por verificar que não atuava sozinho nessa luta, Tião intensificou as ações reivindicatórias no aterro, mobilizando, diversas vezes, os catadores para fecharem a entrada do lixão. Com isso, a resistência à sua atuação começou a aparecer entre aqueles que lucravam com a situação estabelecida no aterro: empresários da coleta e do tratamento do lixo, atravessadores e gestores públicos comprometidos com as empresas. A cada ação de mobilização, sucedia uma retaliação à cooperativa. A partir daí, mesmo os catadores da cooperativa começaram a se contrapor às ações políticas de Tião. Começaram a acreditar que a cooperativa deveria atuar somente nas esferas comercial e produtiva e não na esfera política. Começa a sofrer, então, ameaças de morte, que quase são concretizadas em um episódio dentro da cooperativa. Com medo, foge de Jardim Gramacho por alguns dias e, quando retorna, resolve desligar-se da Coopergramacho.

Tião ficou sem trabalho, vivendo às custas da esposa, mas, alguns meses depois, em 2004, ela também ficou desempregada. Sem encontrar alternativa, resolveu voltar para o aterro, mas não o fez isoladamente. Reuniu familiares e um grupo de amigos e fundou uma associação de catadores, a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG), que atuaria não somente na coleta, separação e venda de materiais recicláveis, mas também na luta pelos direitos dos catadores que trabalhassem no galpão da cooperativa e no lixão.

Com a associação – cuja sede não estava localizada dentro do aterro, diferentemente da Coopergramacho –, Tião passa a ter maior liberdade para organizar as mobilizações entre os catadores, uma vez que as autoridades não poderiam fazer as mesmas retaliações que fizeram à cooperativa. Nesse mesmo momento, começa-se a discutir o encerramento das atividades do aterro de Jardim Gramacho – que se apresentava como enorme problema ambiental na cidade que receberia uma Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos – e Tião torna-se o principal interlocutor entre os catadores e o governo estadual, responsável pela gestão do aterro. O lixão de Jardim Gramacho passa a ter a atenção da mídia, vira objeto de disputa política entre



o governo do município de Duque de Caxias e o governo do estado do Rio de Janeiro. Ele aproveita-se dessa situação para denunciar a situação de trabalho dos catadores.

Em 2007, seu pai morre de tuberculose, o que lhe causa enorme sofrimento. Tião envolve-se ainda mais na militância. Descobre, nesse trabalho, um meio de superar – ou de afastar – a dor da perda do pai. Nesse mesmo ano, um artista brasileiro mundialmente conhecido, Vik Muniz<sup>16</sup>, interessa-se em fazer do lixão de Jardim Gramacho o cenário para sua arte. Para fazer as fotos, a equipe de Vik Muniz pede autorização para a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), responsável pela gestão do aterro. Seu objetivo não é apenas realizar fotos no lixão, mas fazê-lo com os catadores. Com isso, um funcionário da COMLURB, que já o conhecia, liga e pede a ele que receba a equipe do artista no aterro. Como representante dos catadores em Jardim Gramacho, Tião conhece Vik Muniz, acompanha seu trabalho no aterro e posa para uma foto, simulando a obra “A morte de Marat” (1793), do artista francês Jacques-Louis David.

Em 2008, Tião é eleito membro da Comissão Nacional do MNCR, representando o estado do Rio de Janeiro. Sua luta pelos direitos dos catadores de Jardim Gramacho amplia-se e começa a viajar pelo Brasil representando o Movimento, responsabiliza-se por sua articulação no estado e consolida-se como liderança entre os catadores. Nesse mesmo ano, Tião conhece o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento anual realizado pelos catadores na sede da Coopamare, sob o viaduto da Baixada do Glicério, em São Paulo.

Ainda nesse ano, Vik Muniz, depois de alguns meses de trabalho, finaliza sua obra, causando grande impressão entre os catadores, que veem arte no trabalho com o lixo. O encontro com o artista representa uma grande mudança na vida de Tião. Sua desenvoltura e habilidades sociais e políticas impressionam a equipe de Vik Muniz e ele é convidado para viajar a Londres

---

<sup>16</sup> Vik Muniz é conhecido por fazer fotos utilizando objetos não convencionais para compor seus quadros, eventualmente simulando pinturas famosas. Além disso, Vik Muniz, também se preocupa em fazer trabalhos socialmente engajados e doa parte do dinheiro que ganha com a venda dos quadros àqueles que posaram para si.

para o leilão dos quadros do artista e acompanhar a exposição “Retratos do lixo” em algumas cidades do mundo, inclusive no Rio de Janeiro.



Figura 7. A morte de Marat. Vik Muniz (2008).

Além disso, a passagem de Vik Muniz pelo aterro de Jardim Gramacho é filmada e vira um documentário, dirigido pela cineasta Lucy Walker. O documentário “Lixo Extraordinário” é exibido em salas comerciais e em festivais do mundo inteiro, e chega a concorrer à premiação do Oscar, na categoria de melhor documentário, no ano de 2011. Tião vai ao evento de premiação do Oscar, em Los Angeles, nos Estados Unidos, e participa de alguns eventos promocionais do filme. Torna-se, então, uma “celebridade”, frequenta espaços e eventos nunca imaginados, e assina um contrato com a Coca-Cola, para tornar-se “garoto-propaganda” da marca. Começa a usar roupas de grife, indumentária exigida em alguns desses eventos, e decide contratar duas agentes para orientá-lo nos desafios que esse novo mundo apresenta. No

entanto, percebendo que vinha sendo ludibriado – e roubado – pelas agentes, rompe relação com elas.

Sua vida transforma-se bastante, ele passa a dar entrevistas em jornais, revistas e na televisão, e a dar palestras em diversos lugares, como universidades, empresas, encontros e congressos. Nesses eventos, Tião busca não apenas contar sua história de superação, mas divulgar a luta e a realidade enfrentada pelos catadores. Suas habilidades e desenvoltura nesses ambientes impressionam e causam certo “estranhamento” nas pessoas que possuem outra imagem dos “catadores”.

Em um evento realizado em uma faculdade, onde proferiu uma palestra a respeito de sustentabilidade e reciclagem, Tião relata que uma moça perguntou se ele era mesmo catador, pois não esperava que um catador usasse roupas de grife. Ele reage dizendo que havia esquecido o “kit de catador” em casa. Em outro momento, suas agentes – que ainda trabalhavam com ele – questionam se havia sido ele mesmo quem havia escrito o discurso que apresentaria em uma de suas conferências.

Tião busca se adaptar àquela nova realidade que se apresentava e, fazendo isso com relativo sucesso, gera desconfiança nas pessoas que pertencem às classes sociais superiores, que o lembram que ele “não pertence àquele mundo”. A distância social, de certo modo, mantém-se, mesmo que ele tenha adquirido prestígio e renda suficiente para participar dessa outra classe. O sucesso alcançado pela participação em um documentário visto mundialmente – e de ter concorrido ao Oscar – não é o suficiente para quebrar os preconceitos que enfrenta desde que sua mãe apareceu na TV, quando ficou conhecido como o “filho da lixeira”. O preconceito sofrido poderia fazer com que ele desistisse, mas, pela experiência e pelo aprendizado adquirido ao longo dos últimos anos, Tião busca responder sempre à altura, desejoso de “mudar aquele pensamento, fazer os outros entenderem que estávamos além dos seus preconceitos, que éramos mais que a imagem distorcida que tinham de nós”.

Nesse mesmo período, torna-se um dos organizadores do “Limpa, Brasil”<sup>17</sup> uma grande mobilização nacional – versão brasileira do *Let’s do it* – em prol da reciclagem e do descarte correto do lixo. Esse evento, que conta com empresas multinacionais como patrocinadoras, reuniu cerca de 180 mil voluntários e recolheu mais de 3 mil toneladas de materiais recicláveis em suas campanhas entre os anos de 2011 e de 2014.

Os diversos compromissos assumidos fazem com que Tião fique cada vez menos tempo em Jardim Gramacho e, assim, ele passa a sofrer também com a rejeição dos catadores, que já não o veem com tanta frequência. Em um dos eventos no aterro, Tião é vaiado, em outros momentos, é questionado sobre sua ausência e sobre seu suposto enriquecimento.

*Agora eu era discriminado não mais – ou não só – por ser pobre. Mas também por estar deixando de ser. (...) De um lado, sonhos se realizando, do outro, a rejeição, a culpa, a tristeza, e tudo isso por estar exatamente onde estava – exatamente onde tinha lutado tantos anos para estar. Eu ganhava e perdia, na mesma luta. Vivía o auge da fama. Mas também o auge da inveja.*

Após o contrato com a Coca-Cola, Tião também consegue contratos de consultoria na área de reciclagem, inclusão social e sustentabilidade ambiental, o que faz com que sua renda tenha um aumento significativo. Com esse dinheiro, compra um pequeno sítio e melhora a vida da família. A ascensão social tem um preço, talvez demasiadamente alto. Tudo o que havia aprendido nos cursos e nas experiências de militância lhe ensinava a lidar com o preconceito das pessoas das classes elevadas, mas não lhe mostrava como enfrentar a perda da legitimidade entre seus pares em virtude de seu sucesso. Eventualmente, Tião sofre com questionamentos e difamações vindas de outros catadores de Jardim Gramacho, o que lhe deixa com um sentimento de frustração.

---

<sup>17</sup> O *Let’s do it* é um movimento mundial de atuação em prol do cuidado do meio ambiente e da cidadania, que possui como estratégia o uso dos meios de comunicação para a conscientização ambiental

Os conflitos em Jardim Gramacho aumentam com o encerramento das atividades do lixão, que se efetiva em junho de 2012. A mobilização capitaneada por Tião garante aos catadores uma indenização de cerca de R\$ 14 mil para cada um que estivesse cadastrado como catador do aterro. A ACAMJG tem papel fundamental na organização do processo de indenização, pois atua no respaldo do cadastro dos catadores, o que gera muitos conflitos com pessoas que se dizem catadores, mas não são reconhecidas pela associação. O fechamento do lixão e as disputas decorrentes da organização da indenização contribuem ainda mais para o seu desgaste junto aos outros catadores.

Em 2013, devido aos diversos compromissos que possui e à perda de legitimidade junto a parte dos catadores do aterro de Jardim Gramacho, Tião deixa a coordenação do MNCR do estado do Rio de Janeiro. Apesar disso, continua na presidência da ACAMJG, da qual participam pessoas mais próximas e para a qual sua presença na diretoria é importante para o estabelecimento de parcerias. Mesmo assim, sua presença na associação diminui, na medida em que aumentam os compromissos em outros lugares do Brasil e do Mundo. Tião atualmente é consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Projeto de Erradicação dos Lixões no Brasil e na América Latina, assessorando governos de outros países latino-americanos na organização de métodos de inclusão de catadores no processo de encerramento dos lixões.

Ele encontra nesses espaços, agora trabalhando como consultor, uma maneira de dar continuidade ao seu trabalho, à luta de seu avô, de seu pai e de sua mãe. Utiliza sua experiência e habilidades adquiridas ao longo de sua vida como ferramentas de trabalho em sua nova carreira de consultor e palestrante. Conseguiu, graças à projeção adquirida com o documentário “Lixo Extraordinário”, firmar-se em sua carreira e obter ganhos econômicos e simbólicos que dificilmente teria de outro modo. Avalia, no entanto, que sua ascensão social não o torna pertencente à classe média – apesar da renda auferida – e tampouco o mantém na mesma posição de outrora. Tião sofre com o preconceito por causa de sua origem social, por ser negro, por ser catador e também, aos olhos de alguns catadores, por deixar de sê-lo. A militância, agora

exercida em outros espaços que não o MNCR, ainda é a maneira de conciliar o desejo de reconhecimento e de ascensão social com a necessidade de ser fiel às suas origens e à herança familiar.

*Eu sempre quis retomar, de algum modo, a história do meu avô. A trajetória dele de luta e de sonho, no fundo eu sempre sonhei um dia em ser como ele. Igual, mas ao mesmo tempo diferente. Iluminado por ele, mas não sua sombra. E para isso fui atrás de construir o meu próprio sindicato, a minha própria história.*

Vista a partir de uma perspectiva que leve em consideração a historicidade do sujeito, a vida de Tião nos mostra que se encontram presentes tanto mecanismos de reprodução social, que lhe coagem à adaptação àquela realidade, quanto de mecanismos de mudança, que lhe induzem à mobilidade e à transformação social. Ele era filho de catadores e desde os oito anos de idade frequentava o lixão, mas sua mãe era filha de um trabalhador sindicalizado, um dirigente sindical. A posição de prestígio ocupada por seu avô e a reverência que todos na família tinham por ele influenciaram as escolhas que levaram Tião à militância. Se sua família inteira trabalhava no aterro, o que era sinal do estigma que o afastava da escola, ela também era herdeira de um passado prestigioso, que lhe possibilitava meios de distinção. É na herança reivindicada por Tião que se encontra o impulso que o leva a buscar modelos mais elevados para si. Parafraseando Gaulejac, a mesma força social que age para sujeitá-lo, a partir de mecanismos de coerção, também age para libertá-lo, pois concede-lhe as ferramentas de ação e de reflexão sobre a realidade. É a dinâmica própria da formação do sujeito que vemos agir sobre Tião.

Além disso, não podemos negligenciar o papel dos acontecimentos, dos acidentes biográficos que “viram a vida de cabeça para baixo” e que fazem com que sua trajetória social percorra caminhos improváveis. No entanto, estes acidentes biográficos não ocorrem ao acaso, eles acontecem a partir e por meio de uma estrutura social e de uma rede de sociabilidade determinada. O encontro de Vik Muniz com Tião é um exemplo disso. Embora haja enorme

casualidade no fato desse artista ter procurado justamente o aterro em que ele atuava, o contato entre eles só ocorre porque existe uma rede de relações sociais que serve de elo entre os dois. Esse encontro marca uma mudança na vida de Tião e no modo com que ele passa a se engajar na luta dos catadores. Por outro lado, traz à tona uma ambivalência que remete ao modo como ele se relaciona com a sua história familiar e com a qual ele deve aprender a lidar.

Esses elementos, tão vivos no relato de Tião, nos mostram como se forma a singularidade das trajetórias individuais. Tais trajetórias se constroem a partir de uma confluência de determinações sociais e psíquicas que se desenrolam em uma perspectiva diacrônica e sincrônica, ou seja, operam simultaneamente e sucessivamente. O indivíduo torna-se, então, um pequeno universo em que pode ser observada a multiplicidade de elementos que formam o social incorporado e a capacidade individual de agir neste mundo multifacetado.

## 9. Conclusão

Narrei ao senhor. No que narrei, o senhor talvez até ache mais do que eu, a minha verdade. Fim que foi. Aqui, a estória se acabou. Aqui, a estória acabada. Aqui, a estória acaba.  
*João Guimarães Rosa*

A realização de uma pesquisa qualitativa que busque compreender, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, determinado processo social deve estar aberta à descoberta não apenas das regularidades e dos elementos comuns às diversas trajetórias individuais, mas também das singularidades. Algo que me incomoda nos estudos sociológicos de cunho quantitativo, em geral, é o foco nas regularidades e nas correlações estatísticas que dizem respeito ao que acontece com “a maioria”. Mesmo quando determinado grupo minoritário é estudado, o que importa é o que age de modo a tornar os indivíduos similares, ou o inverso, demonstrar que determinadas “forças sociais” impedem, ou dificultam, determinadas correlações. Em geral, as conclusões dizem que o “social” leva a este ou àquele resultado, pois é isso que acontece com a maioria das pessoas em determinado grupo estudado. Mesmo os estudos qualitativos também buscam estabelecer tais correlações e compreender o que há de comum entre os diversos casos analisados. Essa preocupação é legítima, tendo em vista que a sociologia busca compreender e explicar o “social”, que em grande medida é o que existe em comum em determinado grupo. Mas não podemos esquecer, por outro lado, que também as exceções, o improvável e as singularidades ocorrem a partir da ação de determinadas forças sociais. Talvez, a descoberta dos fatores que permitem a exceção seja tão relevante quanto a descoberta de fatores que produzem a regularidade.

Nesse estudo, buscamos compreender o processo de engajamento militante entre os catadores de materiais recicláveis a partir de uma abordagem da sociologia clínica. O que fizemos, outrossim, foi uma espécie de “sociologia do improvável”, no sentido de que as exceções também existem a partir da confluência de fatores sociais e psíquicos determinados. Afinal, não podemos



negar que é bastante improvável que uma mulher que morou na rua e drogou-se durante mais de dez anos torne-se dirigente de movimento social, ou que um homem que abandonou a escola porque a família trabalhava em um lixão se tornaria consultor do BID. Considerando que existam cerca de 800 mil catadores no Brasil, que aproximadamente 10% estejam organizados em cooperativas e associações (IBGE, 2008) e que, desse total, apenas uma ínfima parcela realmente atue na militância ou na direção das organizações de catadores, podemos perceber que tornar-se militante é, por si só, bastante improvável.

Não que a militância em qualquer área não o seja, mas, entre os catadores, os marcadores sociais como condições familiares desfavoráveis, baixa escolaridade, inexistência de ativismo militante e de vinculações partidárias precoces são, geralmente, impeditivos da opção militante, (Fillieule, 2001; Seidl, 2009). Mesmo assim, determinadas confluências de fatores psíquicos e sociais permitiram que essas pessoas se tornassem militantes. Em cada caso relatado, o processo de engajamento aconteceu de maneira diferente. Cada trajetória é uma trajetória singular. Alguns elementos em comum podem ser encontrados em mais de um relato, outros elementos são particulares a esse ou aquele processo de engajamento. No entanto, mesmo sendo particulares, esses fatores também devem ser considerados e analisados sociologicamente e são altamente relevantes para a compreensão do processo de engajamento militante entre os catadores de materiais recicláveis.

Diana é uma imigrante nordestina que trabalhou como empregada doméstica e depois foi morar na rua. Nas ruas de São Paulo, perdeu os vínculos familiares, afundou-se no uso de drogas, cometeu pequenos delitos, prostituiu-se, chegou a ser presa e ficou doente. A experiência de ficar doente, quando morava na rua, e a religiosidade foram motivadores da decisão de parar de usar drogas. Decisão esta que foi apoiada pelo único vínculo que tinha em São Paulo, sua antiga patroa. Depois de um tempo internada, volta à sua cidade de origem e reencontra os filhos que não via há vários anos. Uma de suas filhas mora em São Paulo e em sua vizinhança começa a ser criada uma cooperativa de catadores. Como tinha experiência no ramo, pois essa era uma

das principais fontes de renda quando morava nas ruas, Diana decide participar da cooperativa. Nesse lugar, encontra um espaço acolhedor e pessoas que valorizam sua história. Mais do que isso, percebe que suas experiências são um elemento de distinção no grupo.

Tanto o Movimento quanto as entidades governamentais e não governamentais que apoiam os catadores organizados buscam aproximar-se das pessoas que moram na rua e realizam atividades de catação para sobreviver. Apesar de as primeiras cooperativas de catadores terem surgido a partir da organização da população de rua, grande parte dos catadores organizados nunca esteve nessa condição. Isso é ainda mais visível entre os dirigentes de cooperativas e do Movimento como um todo. Desse modo, a experiência de já ter morado na rua torna-se um importante capital simbólico para Diana, uma vez que permite a identificação com catadores cuja aproximação é um imenso desafio para o Movimento.

Nesse sentido, ao fazer parte do Movimento, sua história dela torna-se capital simbólico, o que faz com que se sinta valorizada e ocupe posições de prestígio. Em função disso, consegue também superar o sentimento de vergonha e ressignificar o processo de invalidação social que sofria nas ruas, à luz de uma narrativa compartilhada com os outros militantes do Movimento de catadores. O investimento na militância se dá a partir da ressignificação das humilhações sofridas e do processo de invalidação social ao qual foi submetida desde a infância.

Nesse sentido, a construção de uma identidade coletiva que busque legitimar marcadores sociais desvalorizados é um elemento central na compreensão do que levou Diana a investir na militância. A narrativa acerca de sua vida, repetida por ela em encontros com catadores e com outras pessoas interessadas em ouvi-la, ganha a forma de testemunho da invalidação social e da capacidade de superação pela fé e pelo engajamento. Trata-se da construção da identidade narrativa como meio de satisfação do ideal de ego.

Para Diana, diferentemente dos demais, a religiosidade também é elemento central. Ela transita entre o espaço do Movimento de catadores e o espaço da igreja à qual pertence. Em sua narrativa, percebe-se a centralidade do elemento religioso, da promessa cristã de morte e ressurreição. A narrativa

de Diana remete à ideia do testemunho, tão caro às igrejas cristãs, no qual a trama se desenvolve em torno de dois momentos. No primeiro, a pessoa vive no pecado e encontra-se perdida, chegando à beira da morte. No segundo, a pessoa arrepende-se e, com o auxílio divino, consegue redimir-se e salvar-se. Sua narrativa de vida não apenas serve como testemunho religioso, mas também como profissão de fé na força do coletivo de catadores. A fé e o engajamento retroalimentam-se na reconstrução e revalorização de sua vida. Na igreja, Diana sente-se valorizada por conta de sua redenção, de ter abandonado a vida em pecado, e no Movimento é esta vida que é valorizada, pois garante um capital simbólico que lhe permite ocupar posições de prestígio dentro do grupo. Entre os catadores, Diana percebe que é valorizada por inteiro, como portadora de uma história que não deve ser deixada de lado. Com isso, Diana engaja-se no Movimento de catadores de maneira até mais forte do que na igreja.

Vagner teve uma trajetória de grande mobilidade socioespacial na cidade de São Paulo. Seus vínculos sociais mostravam-se relativamente estáveis quando ele morava junto com a família ampliada – primos, tios, sobrinhos, pai e irmã – em um terreno da periferia de São Paulo. Nessa época, tinha emprego formal, havia se casado, tinha uma filha. No entanto, uma disputa familiar teve como consequência o despejo, o que enfraqueceu os vínculos estáveis construídos por Vagner. Na mesma época, ficou desempregado. Depois disso, morou em diversos bairros da cidade e trabalhou em diversas atividades, não conseguindo firmar-se em nenhum emprego, antes de tornar-se catador. A vulnerabilidade social de Vagner faz-se presente em seu histórico de deslocamentos espaciais e profissionais.

A vulnerabilidade social é elemento comum nas diversas histórias. Em nenhuma das narrativas, a atividade de catação era tradição familiar. Mesmo com Tião, cuja família já trabalhava no aterro quando ele era criança, era o trabalho no cais do porto sua principal referência profissional. As histórias familiares dos entrevistados mostram como se dá o processo de passagem de uma zona de vulnerabilidade à zona de desfiliação, utilizando a terminologia de Robert Castel (2001).

Esse autor francês centra sua análise nas relações existentes entre a precariedade econômica e a instabilidade social, dando ênfase, inclusive, à dinâmica que leva a essa instabilidade. Castel situa os indivíduos em “zonas de densidade das relações sociais”, que estão ligadas entre si e cuja principal problemática, para ele, é como se passa de uma a outra. Desse modo, Castel busca explicar como se passa da zona de integração para a zona de vulnerabilidade, dessa para a zona de assistência, quando há essa possibilidade e, finalmente, quando o indivíduo despenca para a zona de exclusão, ou, como Castel prefere, desfiliação. Para Castel, existe uma ampla complementaridade entre os níveis de integração pelo trabalho e a densidade da inscrição relacional em redes familiares e de sociabilidade.

Segundo essa hipótese, o emprego estável – no Brasil representado pelo trabalho formal, “com carteira assinada” e garantias trabalhistas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, férias pagas, direito à previdência social – é a forma mais característica de integração pelo trabalho e acarreta em uma inserção relacional forte em redes familiares e de sociabilidade. O emprego estável significa, sobretudo, a possibilidade de se viver a promessa de pertencimento feita pela sociedade moderna. Permite a entrada na esfera do consumo, o ensejo de se planejar o futuro contando com uma proteção, vinda do Estado, que ultrapassa a esfera privada e independe das intempéries do acaso.

Já o emprego precário, situado tanto nas esferas do trabalho formal quanto do informal – empregos temporários, estágios, “bicos”, comércio ambulante, serviços domésticos, empregos “sem carteira assinada” –, se caracteriza por relativa instabilidade na renda e pela falta da proteção social propiciada pela condição salarial tradicional. Nessa situação, o indivíduo já vê comprometida a promessa de integração feita pela sociedade. A precarização do trabalho faz com que ele passe a viver para o dia-a-dia, sem poder planejar seu futuro e de sua família. Essa maneira de habitar o mundo social impõe “estratégias de sobrevivência fundadas no presente” (Castel, 2001, p. 529), o que, de acordo com Castel, incide sobre o modo como o indivíduo se relaciona com as outras pessoas, fragilizando também sua rede de relações sociais.

Essas duas condições pelas quais podem passar os indivíduos, de estabilidade no emprego/inserção relacional forte e de emprego precário/fragilidade relacional, são situadas por Castel, quando definidas enquanto zonas de densidade das relações sociais, por zona de integração e zona de vulnerabilidade, respectivamente. Porém, Castel observa que uma terceira ordem de fenômenos emerge na França a partir dos anos 1980: a precarização do emprego e o aumento do desemprego parecem manifestar um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, ou seja, o aumento de indivíduos que não encontram na sociedade uma posição à qual esteja associada alguma utilidade, a quem ele chama de “supranumerários”. Esses indivíduos, “inúteis para o mundo” – jovens à procura do primeiro emprego, idosos velhos demais para o trabalho, desempregados de longo tempo, trabalhadores desqualificados – ocupam uma posição de supranumerários, não integrados e, também, não integráveis (Castel, 2001, p. 530). À expulsão do emprego corresponde o isolamento social. O desempregado, a “pessoa sem lugar”, uma vez não integrado ao mundo do trabalho, passa a habitar a zona de assistência, caindo frequentemente à zona de exclusão ou desfiliação.

A existência de indivíduos supranumerários decorre de um movimento que tem como início o centro do sistema social, que vulnerabiliza – a partir da transformação de empregos estáveis em empregos precarizados – e exclui – por meio das demissões em massa e da incapacidade de absorver toda a força de trabalho disponível ao longo do tempo. Os supranumerários, segundo Castel, não são indivíduos que estão fora da sociedade ou de sua lógica, mas estão nessa posição, ou não-posição, devido a processos que vêm do centro e atravessam toda a estrutura social, alimentando a faixa de vulnerabilidade e jogando, cada vez mais, indivíduos na zona dos desfiliaados: “foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade” (Castel, 2001, p. 569). Existe um *continuum* que se forma de maneira dinâmica segundo os movimentos do capitalismo. A desfiliação representa esse momento de passagem de uma condição à outra, reconstituindo esse percurso do centro à periferia.

As narrativas apresentadas nesta pesquisa mostram como, nas histórias individuais e familiares, se dá essa passagem da zona de

vulnerabilidade à zona de desfiliação e como se dá a relação entre os vínculos relacionais e a estabilidade no emprego. Vagner e seu pai chegaram a possuir alguma estabilidade relacional quando moravam com a família em uma espécie de vida comunitária, mas sua trajetória profissional é fortemente marcada pela precariedade das relações de trabalho. Quando o capital social diminui, rompendo a estabilidade relacional, por conta do despejo, a vida material torna-se mais difícil. Vagner chega a passar fome.

Diana passa por situação semelhante em sua infância, mas sua mãe consegue sair da zona de vulnerabilidade com a ajuda de algumas freiras que moravam em sua cidade, no interior de Pernambuco. Em São Paulo, a fraca rede de sociabilidade – somente uma irmã morava na capital paulista – e a precariedade do trabalho – era empregada doméstica – abrem-lhe as portas da rua. Evidentemente, antes de ir a São Paulo, Diana tinha uma vida até relativamente estável – possuía um açougue com o marido – mas nem sempre esta rede relacional estável mostra-se positiva. Ela era vítima da violência do marido e não encontrava suporte nem mesmo em sua mãe. A configuração das relações de gênero aqui é elemento fundamental para compreender em que medida um tipo de vínculo aparentemente estável pode tornar-se elemento desagregador das relações sociais.

Tal situação repete-se também com Fausto e, em certa medida, com Tião. Fausto buscou diversas alternativas ao trabalho de catador, de vendedor ambulante a microempresário, no entanto o fracasso como empresário o fez voltar à atividade de catação que exercia anteriormente. A permanência na zona de vulnerabilidade social pode ser explicada pelo déficit de diferentes tipos de capitais – social, cultural e econômico – que não apenas impediu que Fausto ascendesse socialmente como o empurrou para a zona de desfiliação, não obstante todo o seu esforço. No caso de Tião, sua história familiar mostra como se dá a passagem da zona de integração – quando seu avô trabalhava no cais do porto em Recife e era líder sindical – à zona de desfiliação – momento em que sua mãe decide trabalhar na catação de materiais recicláveis no aterro de Jardim Gramacho.

Em todos esses casos, a escolha pela atividade de catação é realizada depois da queda da zona de vulnerabilidade para a zona de desfiliação. É o

momento em que o capital econômico esvaiu-se – e sua fonte, o emprego, esgotou-se –, o capital cultural não lhes dá acesso a empregos melhores e a rede de relações sociais, ou seja, o capital social disponível, não lhes permite encontrar uma alternativa de trabalho. O lixo torna-se, então, a única alternativa possível.

No caso de Tião, a catação é a primeira alternativa para si. Ele começa a trabalhar no aterro aos treze anos de idade, sendo impedido pelo Estado logo em seguida, por ser adolescente. Somente a partir desse momento é que ele vai buscar outros trabalhos. Quando completa dezoito anos de idade, resolve voltar ao aterro. No entanto, antes dele, sua mãe começou a catar materiais recicláveis, mas só o fez porque não encontrava alternativa de trabalho que rendesse o dinheiro auferido com a catação. Então, quando olhado de uma perspectiva transgeracional, a catação também não foi a primeira opção na família de Tião.

A catação foi, assim, para cada um dos entrevistados, uma atividade indesejável tida como a única alternativa que restava e representa o momento em que a situação de fragilidade – econômica, social e moral – alcança seu ponto mais crítico. Por outro lado, ao entrar em contato com a cooperativa, o acolhimento, o modo de funcionamento do grupo e as oportunidades que estavam disponíveis possibilitaram um novo olhar sobre a atividade. A cooperativa abre caminho para a reconstituição identitária perdida por meio do estabelecimento de novos vínculos, do compartilhamento de valores e de visões de mundo e da ressignificação do sofrimento social ao qual estavam submetidos.

Quando analisamos as narrativas, verificamos que a vida fora do Movimento, especialmente antes, está muito relacionada a aspectos do sofrimento e da invalidação social e que a vida no Movimento está relacionada aos ganhos de autoestima, à realização de si, ao reconhecimento profissional. Os sentimentos de inferioridade, a vergonha, a humilhação e o sentimento de culpabilização encontram-se presentes, sobretudo, nos relatos das experiências na rua, na vida familiar, nas relações com pessoas de outras classes sociais, na vida profissional, em vários momentos antes da entrada no Movimento. Isso não significa que as situações em que esses sofrimentos

apareciam não estejam presentes também após a entrada no Movimento, no entanto o fato de não serem mencionadas ou de serem relatadas de maneira diferente – menos carregadas de emoções negativas e com ciência de que o vergonhoso está em quem exclui, não em quem é excluído – nos sugere que houve uma ressignificação do processo de invalidação social que traz à tona a formação de uma identidade mais resistente a esse tipo de injunção negativa. Isso tem a ver com o apelo identitário do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, que não apenas luta pela melhoria das condições de trabalho, mas também busca valorizar simbolicamente a categoria, lutando contra os preconceitos da sociedade e reafirmando sua importância, seus valores e suas origens sociais.

Para que eles pudessem incorporar essa visão e ressignificar seu modo de ser no mundo, os sujeitos entrevistados passaram por atividades de formação dentro das cooperativas nas quais eles se engajaram. Essas atividades permitiram a eles que tomassem conhecimento do que é o cooperativismo e a economia solidária, como as cooperativas deveriam funcionar, qual a importância social e ambiental da atividade de catação e de reciclagem, o funcionamento dos mercados de reciclagem e de limpeza pública. Não apenas os cursos foram importantes, mas o envolvimento com as atividades da cooperativa permitiu que a aprendizagem fosse, também, vivencial. Essa socialização secundária – mediada por atividades de formação, pela participação em reuniões e eventos que reafirmam o protagonismo da categoria – levada a cabo pelas cooperativas e pelo Movimento é fundamental para a incorporação de uma nova identidade e para a construção de uma narrativa significativa compartilhada pelos diversos membros do grupo.

A busca pela valorização identitária se confunde com o desejo de ascensão social e de reconhecimento por parte da sociedade. Se houvesse apenas o desejo de satisfação material imediata, a atividade de catação, em si, seria mais rentável. No entanto, se houve o interesse na militância, foi porque ela proporcionava algo a mais. E o que os relatos nos mostram é que o desejo de satisfação do ideal de ego se encontra bastante presente. Isso fez com que os sujeitos desenvolvessem estratégias a partir dos capitais e das oportunidades disponíveis. A cooperativa apresenta-se, então, como um



espaço em que a conquista de posições de prestígio seria factível a partir do conjunto de capitais de que dispunham e que poderiam conquistar. Para tanto, eles percebem que a participação nas atividades de gestão da cooperativa é um caminho possível. Para participar dessa esfera, no entanto, faz-se necessário aprender como ela funciona, o que é possível por meio dos cursos oferecidos e da aproximação com as pessoas que trabalham com isso. Esse processo faz com que o sujeito se interesse pela aquisição do conhecimento necessário para ocupar posições mais elevadas, ou seja, do capital cultural requerido nesse campo.

Esse interesse gera a disposição para participar dos cursos oferecidos e para se envolver com as diversas atividades das cooperativas. Sem isso, nenhum deles teria se envolvido, de fato, com o Movimento, o que nos traz um elemento interessante para reflexão. Todos eles tiveram trajetórias escolares marcadas pela exclusão. Fausto foi o único que completou o ensino médio, mas o fez depois de adulto. Tião abandonou a escola por sofrer com o preconceito dos outros estudantes, que o discriminavam por ter uma mãe catadora. Todos também tiveram que trabalhar ainda na infância, o que, recorrentemente, compromete a escolarização. No entanto, existe o desejo de aprender e de capacitar-se. Desejo esse impossibilitado de realizar-se nas instituições escolares formais, das quais foram excluídos muito cedo, mas possível de realização nas cooperativas nas quais eles engajam-se.

A nosso ver, esse desejo relaciona-se ao processo de construção e de realização do ideal de ego. Conforme falado anteriormente, o ideal de ego constitui um modelo ao qual o sujeito busca conformar-se e resulta da convergência do narcisismo e da identificação com os pais ou seus substitutos. Esses podem variar, evoluir, mas sempre são buscados em figuras mais prestigiosas, em modelos simbolicamente mais elevados com os quais o sujeito possa se identificar. Evidentemente, nesse processo de construção e de realização do ideal de ego, pode haver algum nível de contradição, de ambivalência. A adoção de um modelo substituto pode rebaixar o apreço pelos pais, por exemplo. Vemos esse tipo de ambivalência em Fausto – cujos modelos são sua mãe e seu padrinho –, em Vagner – cuja ambivalência reside

na figura do pai – e em Tião – que possui o avô como modelo mais “elevado” e seu pai e sua mãe como modelos ambivalentes.

O que percebemos é que o alcance do ideal de ego, simbolizado por essas figuras, fazia-se possível por meio da aquisição de conhecimento permitido pela cooperativa. Não necessariamente o conhecimento em si mostra-se desejável, mas o que ele representa, o caminho que ele abre, em direção à ascensão social e à valorização identitária. E, nesse sentido, o conhecimento torna-se capital cultural. Além disso, a capacitação também aproxima os sujeitos dessas figuras elevadas, possibilitando, pois, a conformação ao ideal de ego. Vemos aí, mais uma vez, a imbricação entre o social e o psíquico na formação do sujeito.

Por outro lado, o capital cultural adquirido nas atividades formativas da cooperativa também possibilita que sujeitos circulem com certa desenvoltura entre espaços sociais diferenciados e tornem-se interlocutores entre os catadores e o restante da sociedade. Todos os entrevistados relatam que o Movimento foi importante como espaço de aprendizagem e que, atualmente, eles se sentem mais aptos para atuar na representação dos catadores junto aos diversos atores com os quais eles se relacionam.

A capacidade de circular entre diferentes espaços sociais é fundamental para a obtenção de benefícios que dependam de atores externos, como empresas, organizações da sociedade civil e Estado. Mais do que capacidade de circular nesses espaços, é necessário saber como eles funcionam e de que maneira determinados benefícios podem ser obtidos a partir da construção de vínculos sociais. Ou seja, trata-se de uma articulação entre capital cultural e capital social. Quando esses dois capitais conseguem se articular de maneira efetiva, geram resultados para a cooperativa que retornam ao sujeito sob a forma de prestígio, ou capital simbólico. Vemos aí como diversos tipos de capitais se inter-relacionam de modo a favorecer a ascensão na carreira militante.

Em relação ao capital social, vemos na trajetória de Tião como ele possibilitou que houvesse uma grande mudança em sua vida. Foi um funcionário da empresa pública que geria o aterro que já conhecia Tião quem o indicou para Vik Muniz. A rede social de Tião foi o elo que possibilitou a ligação

entre esses dois mundos tão díspares, o lixão e o mundo da arte. No entanto, não foi qualquer pessoa da rede de relações sociais de Tião o responsável por esta aproximação, mas uma pessoa que Tião conhecia, pertencente ao mercado de limpeza pública, a partir de sua atuação como representante dos catadores do aterro de Jardim Gramacho. Era uma pessoa de fora da cooperativa que pertencia, inclusive, a outra classe social.

Granovetter (2007) chama a atenção para a “força dos vínculos fracos” nas redes de relações sociais estabelecidas por um indivíduo. Segundo ele, são os vínculos fracos, isto é, aqueles estabelecidos com pessoas não tão próximas, que potencialmente podem gerar as melhores oportunidades para um indivíduo, uma vez que, normalmente, essas pessoas possuem acesso a recursos que as pessoas mais próximas ao indivíduo não possuem. Granovetter percebe que nossos elos mais próximos dispõem de recursos muito parecidos aos que nós mesmos dispomos e as pessoas com quem temos vínculos mais fracos, que, geralmente, não fazem parte de nossa rede de sociabilidade primária, são aquelas que possivelmente têm acesso a outros tipos de recursos.

Com Tião é justamente este vínculo fraco que serve de ligação com Vik Muniz, que, por sua vez, também se torna um vínculo fraco para si. Vik Muniz pertence a outra classe social, frequenta outros espaços, convive com pessoas completamente diferentes das que Tião convive, e vai ao aterro de Jardim Gramacho de maneira pontual. É por meio dessa relação que Tião ganha notoriedade e transforma sua vida, ascendendo socialmente. Algo improvável, mas perfeitamente explicável do ponto de vista sociológico.

Na vida de Tião, o encontro com Vik Muniz, o filme “Lixo Extraordinário” e a notoriedade alcançada possuem outros significados. Se, por um lado, esse acontecimento lhe possibilita forte ascensão social, que dificilmente ocorreria pelas vias tradicionais do Movimento, por outro, ele faz com que Tião se depare com uma situação paradoxal: o ganho e a perda de capital simbólico. Ao mesmo tempo em que ganha prestígio junto à mídia e diversos atores da sociedade, ele começa a perdê-lo com os catadores do aterro e, portanto, do Movimento. A perda de legitimidade junto aos catadores é fonte de sofrimento e soma-se à desconfiança e ao preconceito que as pessoas de outras classes

sociais têm com ele. Tião sofre dos dois lados, em sua classe de origem e em sua classe de chegada. Vincent de Gaulejac nomeia esse quadro clínico, que se desenvolve a partir da mudança de posição na estrutura de classes sociais, de neurose de classe (Gaulejac, 1987). E, em nosso entendimento, faz sentido pensar esses conflitos psicossociais enfrentados por Tião em seu processo de ascensão social a partir desse conceito. Ele é cobrado por ter traído sua classe e suas origens, pois não vive mais entre os catadores e passou a usar roupas de grife. Sua nova maneira de agir, por meio da incorporação de um novo *habitus*, gera resistência não apenas junto aos outros catadores, o que ocasiona certa perda de capital simbólico, mas também em seu próprio ser. É o superego que age em seu inconsciente, que o incita à obediência, à reprodução e que gera o sentimento de culpa. Tião busca superar essa tensão entre o ideal de ego – que vai levá-lo à ascensão social – e o superego – que exige fidelidade às suas raízes – reafirmando sua atuação como militante, mesmo em atividades que *stricto sensu* sejam de outra ordem, como consultorias e organização de eventos.

Apesar de essa questão estar mais presente na narrativa de Tião, não nos parece equivocado supor que, em certa medida, o engajamento no movimento de catadores pode acarretar uma dinâmica parecida. Uma vez que a militância pode ser um caminho de ascensão social – por meio da aquisição de capital econômico, social e cultural – e que esta ascensão não é necessariamente acompanhada pelos demais catadores, a perda de legitimidade é sempre um risco para o militante. Afinal, os catadores esperam que seus representantes tragam para eles os mesmos benefícios que conseguem para si, ou seja, eles também querem ascender socialmente.

Apesar disso, percebemos que a militância se caracteriza como um meio de ascensão social limitada, especialmente quando tratamos da aquisição de capital econômico. Não é incomum encontrarmos catadores que ganham mais recolhendo materiais recicláveis no aterro do que nas atividades de militância. Aqueles que investem na atividade de catação com foco único na aquisição de capital econômico geralmente tornam-se atravessadores, o que é mais rentável. A limitação de ascensão social por meio da atividade militante é percebida por Fausto, por exemplo, que busca formar-se em Direito. Além dele,

Tião já deixou a representação do Movimento e atualmente realiza atividades de consultoria como fonte de renda. Evidentemente, ter sido dirigente do Movimento ainda constitui importante capital simbólico, mas este capital é complementado por sua capacidade de atuar nos diversos campos que se apresentam: o dos catadores, o das empresas de reciclagem e de limpeza pública, o governamental, o do terceiro setor.

...

Ao verificar esses diferentes aspectos da militância, podemos perceber que o engajamento decorre da conjunção de diversos fatores, sociais e psíquicos, que se combinam na trajetória de um sujeito e que agem na formação de uma “carreira militante”. Nosso objetivo nessa pesquisa foi compreender como se dá o processo de engajamento militante entre os catadores de materiais recicláveis. Para isso, utilizamos a abordagem da sociologia clínica, que busca compreender o entrelaçamento entre as dinâmicas psíquicas e sociais na análise do sujeito, e os relatos de vida de quatro dirigentes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. As narrativas mostraram que diversos fatores psíquicos e sociais atuaram no sentido de possibilitar o engajamento militante. Por um lado, mostramos que o engajamento militante proporciona a ascensão social a partir da utilização dos recursos disponíveis para os catadores. Por outro, verificamos que essa ascensão por meio da militância permite conciliar o desejo de satisfação do ideal de ego com as limitações impostas pelo superego, instâncias normalmente conflituosas em processos de ascensão social. Além disso, verificamos que o engajamento militante possibilita a construção de uma identidade coletiva que ressignifica as experiências de invalidação social às quais essas pessoas são submetidas constantemente.

As trajetórias sociais dos catadores militantes que participaram dessa pesquisa nos mostram que temos que olhar para além das regularidades e das coerções externas que pretensamente moldam os sujeitos. As singularidades verificadas nas diversas histórias, as incoerências, as idas e vindas, as ambivalências e as injunções paradoxais são elementos fundamentais para a

compreensão dos sentidos da militância e de como se constrói o social. Os catadores militantes, assim como todos os outros, não são simplesmente produtos do social, são também seus produtores. Como diz Sartre, o que importa não é aquilo que fazem deles, mas o que eles mesmos fazem do que os outros fizeram deles. E, nesse sentido, esses catadores militantes nos trazem um exemplo bastante significativo de que mesmo a pessoa menos valorizada e que mais massacrada socialmente (processos do qual todos e cada um fazem parte) é também um exemplo de superação. Não daqueles de pessoas que nos “assombram” por sua capacidade “sobrenatural” de lidar com a adversidade e as provações da vida. Eles são pessoas tão “normais” como nós, egoístas e solidárias, medrosas e ambiciosas, ambivalentes, incoerentes, capazes de nos surpreender e de nos decepcionar. Possuem histórias singulares, cativantes, impressionantes, por vezes tristes, as quais, hoje, se recusam a ignorar, esquecer ou desvalorizar.

## Bibliografia

AGRIKOLIANSKY, Éric. Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la Ligue des Droits de l'Homme dans les années 1980. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 199-217, 2001.

ANDRADE, Jose Batista de. O lixo como fator decisivo nas eleições para prefeitos. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XI, n. 57, set 2008. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5107](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5107)>. Acesso em mar 2015.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ARAÚJO, José Newton Garcia de; CARRETEIRO, Teresa (orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC, 2001.

ARDOINO, Jacques ; BARUS-Michel, Jacqueline. Sujet. In. : BARUS-Michel, Jacqueline ; ENRIQUEZ, Eugène ; LEVY, André (orgs.). *Vocabulaire de psychosociologie*. Paris : Érès, 2013. p.267-274.

ARNS, Paulo Evaristo. *Recado ao trabalhador. A Igreja de Cristo e a luta de classes*. São Paulo: Notícias populares, 22/07/1984.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2013*. São Paulo: Abrelpe, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO PET (ABIPET). *9º Censo da Reciclagem de PET*. São Paulo: Abipet, 2012.

BÄCKMAN, Olof e NILSSON, Anders. Pathways to Social Exclusion: A Life-Course Study. *European Sociological Review*, v. 27, n. 1, 2011, p. 107-123

BARLES, Sabine. *L'invention des déchets urbains. France :1790-1970*. Seyssel : Champ Vallon, 2005.

BARLES, Sabine. Les chiffonniers, agentes de la propreté et de la prospérité parisiennes au XIXe siècle. In : CORTEEL, Delphine; LE LAY, Stéphane (orgs.) *Les travailleurs des déchets*. Toulouse: Érès, 2011.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. Implication, significations et engagement. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). *La*

sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

BARUS-Michel, Jacqueline ; ENRIQUEZ, Eugène ; LEVY, André (orgs.). Vocabulaire de psychosociologie. Paris : Érès, 2013.

BASINSKI, Catherine. Pauvreté au travail : l'emploi, un rempart pour préserver sa place et sa dignité ? Pensée plurielle, 2007/3 n°16, p. 85-99.

BASTIDE, Roger. Événement (Sociologie), Encyclopaedia Universalis, Paris, Tome 6. p. 822-824.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo in Obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.16.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERTUCCI, Ademar. Limites e possibilidades de organização dos excluídos. Os projetos comunitários da Cáritas Brasileira. In.: GAIGER, Luís I. (org.). Formas de combate e resistência à pobreza. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 1996.

BLONDEL, Frédéric. L'approche clinique dans les dispositifs de recherche-action. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

BOUILLOUD, Jean-Philippe. Devenir sociologue: Histoires de vie et choix théoriques. Toulouse: Érès, 2009.

BOUILLOUD, Jean-Philippe. Le chercheur, un autobiographe malgré lui. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

BOURDIEU, Pierre (1966). Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, Neuma (org.). Hierarquia em Classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica (1986). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (orgs.). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.183-191.

BOURDIEU, Pierre. La noblesse d'Etat, Paris: Minuit, 1989.



BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária. Brasília, 2013.

BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes, 2001

CASTORIADIS, Cornelius. L'institution imaginaire de la société. Paris, Ed. du Seuil, 1975.

CAUSSE, Lise. Au plus près des acteurs. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. Review 2013. São Paulo, 2013.

CONNETT, Paul. Incineração do lixo municipal: Uma solução pobre para o século 21. In.: 4ª Conferência anual de administração internacional de lixo-para-energia, Amsterdã, 1998.

CORRÊA LINO, Hélio Francisco. A indústria da reciclagem e a questão ambiental. São Paulo: USP, 2011. Tese (Doutorado em História Econômica)

DAENEKINDT, Stijn; ROOSE, Henk. A mise-en-scène of the shattered *habitus*: the effect of social mobility on aesthetic dispositions towards films. European Sociological Review. v. 0, n. 0, 2011. p. 1-12.

DALTON, Benjamin. Creativity, Habit, and the Social Products of Creative Action: Revising Joas, Incorporating Bourdieu. Sociological Theory 22:4, 2004.

DEVEREUX, Georges. De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement. Aubier: Flammarion, 2012.

DIANI, Mario; McADAM, Doug (Orgs.). Social movements and networks. Relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, "Comparative Politics", 2003.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1990.

DUBET, François. Au-delà de la crise : le « cas » du travail social. Empan, 2006/1 n. 61, p. 138-145

DUBET, François. Du sentiment à l'action. Projet, 2005/6 n° 289, p. 53-59.

DUBET, François. Propositions pour une syntaxe des sentiments de justice dans l'expérience de travail. Revue française de sociologie, 2005/3 Vol. 46, p. 495-528

DUBET, François. Sociologia da experiência. Lisboa: Inst. Piaget, 1997.

DURIEZ, Bruno; SAWICKI, Frédéric. Réseaux de sociabilité et adhésion syndicale: Le cas de la CFDT. Politix, 63, p. 17-57, 2003.

EIGENHEER, Emílio Maciel. A limpeza urbana através dos tempos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ELIAS, Nibert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Nibert. Mozart: Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ENRIQUEZ, Eugène. As figuras do poder. São Paulo: Via Lettera, 2007.

ENRIQUEZ, Eugène. L'approche clinique: Genèse et développement en France et en Europe de l'Ouest. In.: GAULEJAC, Vincent de; ROY, Shirley. (orgs.) Sociologies cliniques. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.

FIGUEIRA, Archibaldo. Lixo é banquete para os ratos da política. Jornal a Nova Democracia, ano VI, n° 42, edição de abril de 2008. Disponível no site: <http://www.anovademocracia.com.br/index.php/Lixo-e-banquete-para-os-ratos-da-politica.html>. Acesso: em mar 2015.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. Revue française de Science Politique, v. 51, n. 1-2, p. 199-217, février-avril 2001.

FILLIEULE, Olivier; AGRİKOLIASNKY, Éric; SOMMIER; Isabelle. Penser les mouvements sociaux : Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines. Paris: La Découverte, 2010.

FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. Sociologie du militantisme: Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête. In : FILLIEULE, Olivier ; AGRİKOLIASNKY, Éric ; SOMMIER ; Isabelle. Penser les mouvements sociaux : Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines. Paris : La Découverte, 2010.

FREUD, Sigmund. (1910) As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 144-156. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira, v. XI).

FUGIER, Pascal. Une sociologie clinique du sujet. Paris: Université Paris 7, 2014a.

FUGIER, Pascal. Racines historiques et institutionnalisation de la sociologie clinique. Paris: Université Paris 7, 2014b.

FURINI, Luciano Antonio. População de rua. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges. Exclusão social em cidades brasileiras: Um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

GAIGER, Luís I. (org.). Formas de combate e resistência à pobreza. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 1996.

GAILLARD, Richard. La sociologie face au psychisme. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

GAULEJAC, Vincent de. La névrose de classe: Trajectoire sociale et conflits d'identité. Paris: Hommes et Groupes, 1987.

GAULEJAC, Vincent de. As origens da vergonha. São Paulo: Via Lettera, 2006.

GAULEJAC, Vincent de. A gestão como doença social. Aparecida-SP: Ideias e letras, 2007.

GAULEJAC, Vincent de. Qui est je? Sociologie clinique du sujet. Paris: Seuil, 2009.

GAULEJAC, Vincent de. Conclusion: Pour une clinique de l'historicité. In.: GAULEJAC, Vincent de; LEGRAND, Michel (orgs.). Intervenir par le récit de vie: Entre histoire collective et histoire individuelle. Toulouse: Érès, 2010.

GAULEJAC, Vincent de. Aux sources de la sociologie clinique. In.: GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012a.

GAULEJAC, Vincent de. L'histoire en héritage: Roman familial et trajectoire sociale. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2012b.

GAULEJAC, Vincent de. La sociologie clinique entre psychanalyse et socioanalyse. SociologieS. Théories et recherches. Abril de 2008. <<http://sociologies.revues.org/1713>>. Acesso em abril 2015.

GAULEJAC, Vincent de. Psychosociologie et sociologie clinique. [S.l.: s.n.],[s.d.].

GAULEJAC, Vincent de; ROY, Shirley. (orgs.) Sociologies cliniques. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.

GAULEJAC, Vincent de; LEGRAND, Michel (orgs.). Intervenir par le récit de vie: Entre histoire collective et histoire individuelle. Toulouse: Érès, 2010.

GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne. Conclusion. In.: GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

GAULEJAC, Vincent de; GIUST-DESPRAIRIES, Florence; MASSA, Ana (orgs.). La recherche clinique en sciences sociales. Toulouse: Érès, 2013.

GAXIE, Daniel. Économie des partis et rétributions du militantisme. Revue française de science politique, 27 (1), p. 123-154, 1977.

GAXIE, Daniel. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. Swiss Political Science Review, St. Gallen, Suíça, v. 11, n. 1, p.157-188, 2005.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIRARD-NUNES, Christiane; ISAAC SILVA, Pedro H. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. Brasília: Revista Sociedade e Estado, v. 28, n. 3, set/dez 2013.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Caderno CRH, Salvador, Set./Dez. 2008. v. 21, n. 54, p. 439-455.

GOULD, Roger V. Multiple networks and mobilization in the Paris Commune, 1871. American Sociological Review, 56, p. 716-729, 1991.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 9, 2007.

GUIMARÃES, Ana et al. A propósito do debate sobre exclusão social: Aportes teóricos, escala local e indicadores sociais. João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002.

HANIQUE, Fabienne. De la sociologie compréhensive à la sociologie clinique. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

HEINICH, Nathalie. Vers une science sociale de l'expérience. Revue du MAUSS, n. 28, 2006, p. 403-413.

HERREROS, Gilles. L'avènement du sujet. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

HOORNWEG, Daniel; BHADA-TATA, Perinaz. What a Waste : A Global Review of Solid Waste Management. Washington, DC: World Bank, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2000 – PNSB. 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008 – PNSB. 2008.

IFFLY, Catherine. Transformar a metrópole: Igreja católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo 1970-2000. Ed. UNESP, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Brasília, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável. Brasília, 2013.

ISAAC SILVA, Pedro Henrique. Sofrimento e Cooperação: Estudo sobre cooperativas de catadores de lixo. Brasília, UnB: 2005. Monografia (Bacharelado em Sociologia).

ISAAC SILVA, Pedro Henrique. Análise das relações recíprocitárias em cooperativas de catadores de lixo de Brasília. Universidade de Brasília, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

ISAAC SILVA, Pedro Henrique. Desafios para a construção de redes de economia solidária: A experiência de incubação da Centcoop-DF. In.: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 21., 2011. Porto Alegre. Anais. Brasília: ANPROTEC, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. A estética da ginga: A arquitetura da favela através da obra de Hélio Oiticica. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

LAHIRE, Bernard. L'homme pluriel : Les ressorts de l'action. Paris : Fayard, 2011.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. Vocabulário de psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEGRAND, Michel. L'approche biographique. Paris: Desclée de Brouwer; Marseille: Hommes et perspectives, 1993.

LEVITAS, Ruth. Defining and measuring social exclusion: a critical overview of current proposals. Bristol: Radical Statistics 71, 1999.

LÉVY, André. Ciências clínicas e organizações sociais. Belo Horizonte: Autêntica; FUMEC, 2001.

LIMA, Luiz Mário Queiroz. Lixo: Tratamento e Biorremediação. São Paulo: Hemus, 2004.

LOPES, Felipe Tavares Paes. Bourdieu e Goffman: Um ensaio sobre os pontos comuns e as fissuras que unem e separam ambos os autores a partir da perspectiva do primeiro. Rio de Janeiro: Estudos e pesquisa em psicologia, UERJ, ano 9, n. 2, p. 389-407, 2009.

MARICATO, Ermínia. Favelas: Um universo gigantesco e desconhecido. São Paulo: LABHAB/USP, s.d..

MARSHALL, Joan e FOSTER, Natalie. Between Belonging: *Habitus* and the migration experience. The Canadian Geographer. Le Geographe canadien 46, n. 1, 2002, p. 63-83

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MASTEKAASA, Arne. Social Origins and Labour Market Success: Stability and Change over Norwegian Birth Cohorts 1950–1969. European Sociological Review, v. 27, n. 1, 2011, p. 1-15

MATTELÉ, Xavier. Le sujet, l'acteur et l'intersubjectivité. In.: GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès, 2012.

MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges. Exclusão social em cidades brasileiras: Um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Brasília: 1º Congresso Nacional do MNCR, 2001. Disponível em: <[http://www.mncr.org.br/box\\_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia](http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia)>. Acesso em abril 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Carta de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1º Congresso Latino Americano de Catadores, 2003. <[http://www.mncr.org.br/box\\_1/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul](http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul)>. Acesso em abril 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Cartilha de Formação do MNCR. São Paulo, 2005.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Caminhar é resistir... São Paulo, 2009.

NALINI, José Vagner. Mercado da reciclagem do lixo no Brasil: Entraves ao desenvolvimento. São Paulo: PUC-SP, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia Política).

NÉVEU, Érik. Sociologie des mouvements sociaux. Paris : La Découverte, 2011. 5. ed.

NIEWIADOMSKI, Christophe. Les histoires de vie de collectivité. In : GAULEJAC, Vincent de (org.). Intervenir par le récit de vie : Entre histoire collective e histoire individuelle. Toulouse : Éditions Érès, 2010.

NIEWIADOMSKI, Christophe. Recherche biographique et clinique narrative: Entendre et écouter le sujet contemporain. Toulouse: Érès, 2012.

OLSON, Mancur. The logic of collective action. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1965.

PAGÈS, Max. Le travail d'exister. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.

PAIS, José Machado. Cotidiano e reflexividade. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 98, 2007, p. 23-46.

PARO, André; COSTA, Fernando; COELHO, Suani. Estudo comparativo para o tratamento de resíduos sólidos urbanos: Aterros sanitários x incineração. Revista Brasileira de Energia, v. 14, n. 2, 2008, p. 113-125.

PARSONS, Talcott. (1940) Uma abordagem analítica para a teoria da estratificação social. In: AGUIAR, Neuma (org.). Hierarquia em Classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

PASSY, Florence. L'action altruiste: Contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux. Genève: Droz, 1998.

PENTEADO, Hugo. Ecoeconomia: uma nova abordagem. São Paulo: Lazuli, 2003.

PIERRU, Emmanuel. Organisations et ressources. In : FILLIEULE, Olivier ; AGRİKOLIASNKY, Éric ; SOMMIER ; Isabelle. Penser les mouvements sociaux : Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines. Paris : La Découverte, 2010.



RAWLS, Anne. The interaction order sui generis. *Sociological Theory*, v. 5, Issue 2, 1987, p. 136-149

RHÉAUME, Jacques. Quand l'histoire devient agissante. GAULEJAC, Vincent de (org.). *Intervenir par le récit de vie : Entre histoire collective e histoire individuelle*. Toulouse : Éditions Érès, 2010.

RHÉAUME, Jacques. L'enjeu d'une épistémologie pluraliste. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). *La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques*. Toulouse: Érès, 2012.

RIBEIRO, Solange Queiróz. A territorialização e a organização do movimento nacional de catadores de material reciclável em municípios da Região Oeste do Paraná. Francisco Beltrão: Unioeste (PR), 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia).

RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROCHE, Pierre. La subjectivation. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). *La sociologie clinique: Enjeux théoriques et méthodologiques*. Toulouse: Érès, 2012.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capita-lista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROSA, Marcelo C. Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco. *Tempo Social*, v. 21, n. 1, p. 157-180, 2009.

ROSA, Marcelo C. Mas eu fui uma estrela do futebol! As incoerências sociológicas e as controvérsias sociais de um militante sem-terra sul-africano. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 365-394, 2011.

ROSA, Marcelo C. *O engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: Para ampliar o câ-none da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.).

Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Regina Bega dos. Movimentos sociais urbanos. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

SANTOS, Sebastião Carlos dos. Tião: Do lixão ao Oscar. São Paulo: Leya, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. L'existentialisme est un humanisme. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 200-255, set./dez. 2011.

SCARPINATTI, Mauro. Trabalhadores do "lixo": A organização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2005. São Paulo: PUC, 2008. Dissertação (Mestrado em História).

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 21-39, maio/ago. 2009.

SENNETT, Richard. Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2008

SILVA, Rosemeire Barboza da. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: Atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. Florianópolis: Interthesis, v. 3, n. 2, 2006.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capita-lista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SMELSER, Neil. J.; SWEDBERG, Richard. The handbook of economic sociology. Princeton; New York: Princeton University Press; Russel Sage Foundation, 1994.

SNOW, David A.; ZURCHER, Louis A.; EKLAND-OLSON, Sheldon. Social networks and social movements: A microstructural approach to differential recruitment. *American Sociological Review*, 45, p. 787-801, 1980.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOMMIER, Isabelle. Les états affectifs ou la dimension affectuelle des mouvements sociaux. In: FILLIEULE, Olivier; AGRIKOLIASNKY, Éric; SOMMIER; Isabelle. *Penser les mouvements sociaux: Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Paris: La Découverte, 2010.

STRASSER, Susan. *Waste and want: A social history of trash*. New York: First Owl Books, 2000.

STREIT, Jorge. *Análise de três Empreendimentos Econômicos Solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal: Referências para atuação das organizações de apoio*. Brasília: FACE/UnB, 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e Trabalho).

THEODORO, Mário; GIRARD-NUNES, Christiane. A violência no informal. In: Lestienne, Bernardo (Org.). *População e pobreza*. São Paulo: Loyola, 2003.

TODMAN, Lynn. *Reflections on Social Exclusion: What is it? How is it different from U.S. Conceptualizations of Disadvantage? And, why Americans might consider integrating it into U.S. social policy discourse*. Chicago: CUPPA/University of Illinois, 2004.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 9, 2003, p. 174-214.